



**Magda Teixeira Graça**   **China e Países do Sudeste Asiático versus Japão:  
Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo***



**Magda Teixeira Graça    China e Países do Sudeste Asiático: Uma Aliança  
Estratégica em Defesa do *Status Quo***

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Chineses, realizada sob a orientação científica do Doutor Varqá Carlos Jalali, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas.

*Deus quer, o Homem sonha, a obra nasce.*

Fernando Pessoa

Dedico esta Dissertação à memória do meu avô Luís que mesmo ausente nunca deixou de estar presente com a sua força e vontade de seguir em frente e à minha sobrinha Matilde, à esperança e fé que me devolveu o seu nascimento.

## **o júri**

Prof. Doutor José Manuel Lopes da Silva Moreira  
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Prof.<sup>a</sup> Doutora Carmén Amado Mendes  
Professora Auxiliar da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Varqá Carlos Jalali  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Licenciado João de Deus Pereira Bramão Ramos  
na qualidade de Especialista

## Agradecimentos

Tal como a China isolada e simultaneamente rodeada, ao longo desta Dissertação vivi uma espécie de só mas acompanhada o que fez em parte com que me afastasse um pouco de tudo e de todos, deixando de dar atenção aos que mais nos amam e por vezes esquecer os que de nós mais precisam.

Pais e irmãos, tios, avós e primos e toda a minha família mas também colegas e amigos estiveram sempre lá com uma palavra de ânimo, incentivo a continuar ou simplesmente o carinho do costume. Uma dissertação requer isolamento e não necessariamente um abstrair de tudo e de todos por isso ao chegar aqui um obrigado é muito pouco para todos os que se tornaram pilares preciosos neste já longo percurso.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Doutor Carlos Vargas Jalali, de um modo geral, pelo admirável profissionalismo e incondicional disponibilidade, mas particularmente pela paciência, a atenção e o pormenor dedicado às leituras, pela elevada capacidade de sistematização e rigor científico, pelo enorme conhecimento e interesse revelado por este trabalho. E um muito obrigada também por ter acreditado e confiado.

Ao Prof. Doutor Manuel Carlos Serrano Pinto, Coordenador do Mestrado em Estudos Chineses, pelo seu incondicional apoio e encorajamento e também por não ter deixado de se empenhar na conclusão deste trabalho.

À disponibilidade total, para resolver todos os problemas administrativos que foram surgindo, da Dra. Helena Costa.

Aos meus professores e a todos os colegas de mestrado, em particular ao Prof. Jacques Delisle e Prof. Doutor Jorge Manuel Flores, que muito admiro como exemplos de docência, e em especial também aos meus colegas e amigos Mariza, Dieter, Gil e Susana, pelo apoio e incentivo mas acima de tudo pelos muitos momentos que se tornaram a minha segunda família.

Dado à dificuldade em ultrapassar o ter estado distante dos que nos são mais próximos não poderei esquecer os muitos colegas e amigos que sempre me apoiaram durante a minha estadia em Pequim, a todos o meu obrigado, mas um muito obrigado especial à Isabel Estácio.

A duas amigas também muito especiais que são dois enormes exemplos de profissionalismo na docência, à Prof. Doutora Ana Paula Brandão e à Dra. Helena Mesquita.

A amigos que jamais poderei esquecer por tudo o que uma boa amizade implica como a Sandra, Glória, Carla, Quim e Alexandre, ao apoio particular em aplicações informáticas do Pedro Miguel, do Rui Pedro e Pedro Jorge e à fundamental visão sempre otimista da Liliana e do Jorge.

A toda a minha família pelo apoio, compreensão e encorajamento dado durante o decurso da realização deste trabalho, mas um agradecimento especial aos meus irmãos Micaela e Sandro e aos meus pais a quem tudo o que sou hoje devo e por tudo terem feito e investido na minha educação.

## palavras-chave

China, Países em Vias de Desenvolvimento do Sudeste Asiático, Japão, Conselho de Segurança das Nações Unidas

## resumo

Depois de ter alcançado o reconhecimento internacional como membro permanente do CSNU, em detrimento de Taiwan, em 1971, a RPC, volvidas quase quatro décadas, tem um novo desafio a enfrentar. O Japão prepara-se para se candidatar a membro permanente do CSNU e a China poderá vir a ter de partilhar a liderança regional com um velho invasor.

Barry O'Neill identificou a RPC, de entre os países que integram o círculo dos membros permanentes do CSNU, como sendo o membro que detém um poder de veto que se destaca dos restantes quatro membros (EUA, Inglaterra, França e URSS). Como sublinha o autor, "Veto members occupying outlying positions like China, have especially high voting power...". No entanto, analisando esta questão num quadro de debate sobre o tema do alargamento do CSNU, a possibilidade de o Japão vir a integrar um dos novos assentos atribuídos a membros permanentes levanta a questão da modificação do actual status quo da China.

Em específico, esta tese explora o recurso a uma aliança entre China e os países do sudeste asiático para preservar a manutenção do status quo numa eventual reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente do Conselho de Segurança (CSNU).

Para compreender este tema, é preciso começar por analisar porque é que a China pode temer a entrada do vizinho Japão no CSNU. Iremos argumentar que a China receia que tal leva à perda do seu status quo dado que o Japão revela uma rivalidade pela ascendência regional.

Neste trabalho, para além de se recordar o percurso histórico de das relações externas entre a China e o Japão, revendo o impacte das invasões do Japão em território chinês, e depois também de se abordar a questão de Taiwan e as oscilações na política sino-americana, são apresentados ainda os vários cenários de alargamento do CSNU e analisada a diferença entre poder e satisfação. São também identificados os pontos fortes da China, relativamente ao Japão, no que toca à imagem que cada um destes países, históricos rivais, tem junto dos países vizinhos do sudeste asiático.

Pretende-se com este trabalho provar que a China aliada aos países do sudeste asiático conseguirá salvaguardar o *status quo* que alcançou enquanto líder regional. A China estrategicamente serve-se de marcantes episódios da história para reforçar a identidade com os países do sudeste asiático, identificando-se nomeadamente como um dos países que foi alvo das atrocidades cometidas pelos japoneses, durante as invasões japonesas. Mas a China aponta também os fracassos do Japão, nomeadamente na gestão da crise financeira asiática, ocorrida entre 1997-1999. Ao longo desta dissertação vários são os trabalhos referidos que servem de prova a este argumento, como por exemplo os textos de Jim Rolfe, Pavlik, Thakur, Yan Xuetong e Drezner

Este estudo poderá servir de patamar a outros temas de investigação. O objectivo desta dissertação é abrir também caminho para se encontrarem temas prospectivos de investigação, nomeadamente a China como mercado de oportunidades, sobretudo numa altura em que a RPC já é considerada uma potência regional, revelando também já desempenhar um papel à escala internacional que no entanto ainda não se encontra inteiramente definido.

**keywords**

China, Japan, Developing Countries of Southeast Asia, United Nations Security Council

## abstract

After having achieved the international recognition as a permanent member of the Security Council of the United Nations (SCUN), instead of Taiwan, in 1971, the People's Republic of China faces a new challenge, four decades afterwards. In fact, Japan is preparing to be a candidate as a permanent member of Security Council of the United Nations, and if so, China will probably have to share the leadership with this former invader on a regional basis.

Barry O'Neil identified the People's Republic of China, from among the countries which integrate the circle of the permanent members of the Security Council of the United Nations, as being a member detaining a veto power which stands out against the remaining four members – the United States of America, the United Kingdom, France and the URSS.

As the author stresses, "Veto members occupying outlying positions like China, have especially high voting power...". In the meantime, analyzing this matter in a frame of debating upon the topic of the enlargement of the SCUN, another situation arises with the possibility Japan will have to integrate one of the new seats given to permanent members which is the point of modifying the present status quo of China.

This dissertation investigates specifically the possibility of an alliance among China and the southeastern countries in Asia in order to maintain the status quo in an eventual reform of the United Nations Organization, particularly the Security Council of the United Nations.

To make this point clear, I will start this subject by analyzing the reason why China might fear the entrance of its neighbor Japan in the Security Council of the United Nations.

I will state that China fears to lose its status quo because Japan reveals itself as a rival towards the reach of a higher regional position.

In the contents of my dissertation I will include the history of the external relationship between China and Japan; the matter of Taiwan and the variations of the Sino American politics; the different settings of the enlargement of the Security Council of the United Nations as well as my point of view about the difference between power and satisfaction.

The strong points of China related to Japan will also be identified according to the image of each of these two countries held by their neighbor southeastern countries in Asia.

In this dissertation I also aim to show that China will manage to keep the status quo it has reached as a regional leader, if it makes an alliance with the southern countries in Asia.

Strategically China makes use of relevant historical events to reinforce its identity towards those countries, identifying itself as one country targeted by the atrocities committed by the Japanese during the invasions.

But China also stresses the failure of Japan, mainly in the management of the financial crisis which occurred between 1997 and 1999. Some references such as Jim Rolfe, Pavlik, Thakur, Yan Xuetong and Drezner will be presented to support my point of view.

This essay might present a step to other investigation matters.

Another aim of this dissertation is to open up the way to prospect investigation upon other subjects such as China as a market of opportunities, mainly on a moment in which the People's Republic of China is recognized as a regional power. It is also revealing an important role on an international scale not yet totally defined.



## ÍNDICE

ÍNDICE.....	1
Quadros.....	4
Introdução.....	7
PARTE I.....	12
1 - CHINA – PVD versus CHINA – JAPÃO: A Caminho do <i>STATUS QUO</i> .....	13
1.1 – CHINA - PVD .....	13
1.1.1- China – PVD: Sinónimo de Independência (Da Dependência à Independência) .	13
1.1.2 - China – PVD - Sinónimo de Independência: Evolução positiva - Da Dependência à Independência ...à Interdependência.....	21
1.1.3 - Avanços e retrocessos das relações da China com os Países em Vias de Desenvolvimento.....	21
1.1.3.1 - 1ª Fase - Aliança URSS – China (anos 50) .....	24
1.1.3.2 - 2ª Fase - Orientação “terceiro mundista”; 1ª metade da década de 1960.....	28
1.1.3.3 - 3ª Fase - Isolamento e radicalismo, derivado da Revolução Cultural Chinesa, a partir de 1966.....	29
1.1.3.4 - 4ª Fase - Recuperação do reconhecimento internacional e envolvimento nos assuntos internacionais - Anos 70 .....	32
1.1.3.4.1 - Taiwan – Sinónimo de Independência .....	37
1.1.4 - 5ª Fase - Política externa independente - Anos 80 .....	40
2- A Questão de Taiwan – As Relações sino –americanas e o Comunicado Conjunto de 1982. ....	46
2.1 - China -Taiwan- EUA: Depois do Avanço um Retrocesso com a Revolta em Tianamen. ....	47
2.1.1 - O Retomar das Boas Relações entre a China e os EUA: O recuo de Taiwan.....	49
2.1.2 - China – Taiwan – EUA .....	52
3 - China - Países em Vias de Desenvolvimento: China – Taiwan –África: <i>AFRICA MINHA</i> - Da Rússia, de Taiwan e da República Popular da China .....	59
3.1 - China - África (décadas de 1970 e 1980) : As vozes africanas que apoiaram a política de "Uma China" .....	60
4.1 – China-Japão – Sinónimo de Dependência .....	72
4.2- Japão - 1931-1942 .....	73
4.3 - China e Japão: Vizinhos Distantes e Japão e EUA: Distantes mas Vizinhos .....	78
Conclusão (1ª Parte): .....	95
6 - Indicadores do medo da China em perder o <i>status quo</i> para o Japão: .....	97
6.1 – Sinais de Instabilidade da Posição Norte – Americana Relativamente à RPC.....	97
6.2 – Sinais de inconformismo de Taiwan pela perda do <i>status quo</i> para a RPC .....	98
6.3 - Vincados vestígios de identificação entre o Japão e Taiwan que remontam a Ocupação de 1895 .....	99
6.4 – Apesar de Taiwan ter perdido o reconhecimento diplomático junto da comunidade internacional, a geografia ninguém a pode alterar.....	100

Conclusão n.º 4 - .....	101
6.5 - A Ambição do Japão por entrar no círculo permanente do CSNU .....	101
7 - Alguns indicadores da viragem para o Sudeste Asiático: .....	102
7.1 - O retomar das relações diplomáticas com os países do sudeste asiático .....	102
7.1.1 - O acentuar das visitas de estado entre a China e o sudeste asiático .....	103
7.1.2 - O Acentuar das Relações Comerciais, quer entre a China e o Sudeste Asiático, quer entre o Japão e o Sudeste asiático .....	116
8 – Japão Próximo de Taiwan e Longe do Sudeste Asiático .....	121
8.1 – Alguns Indicadores da Forte Proximidade entre o Japão e Taiwan. ....	121
Parte II .....	132
Do Mundo Bipolar ao Multipolar .....	132
PARTE II - Do Mundo Bipolar ao Multipolar .....	134
9 – Um Mundo Bipolar .....	135
9.1 - Da Teoria dos Três Mundos aos Quatro Mundos e da dos Quatro a uma Nova Teoria dos Três Mundos.....	136
9.2 - Relações Sino-Soviéticas – O Tratado Sino –Soviético de Amizade, Aliança e Assistência Mútua: Uma Visão Imperialista do Mundo .....	138
9.3 - Relações Sino –Americanas: O Anti-hegemonismo chinês.....	141
9.4 - Relações Sino-Japonesas .....	142
9.5 - Relações Sino-Indianas .....	143
9.6 - Relações Sino – Vietnamitas .....	144
10 - O <i>Status Quo</i> Chinês .....	146
10.1 - Poder <i>versus</i> Satisfação.....	146
10.2 - Será Realmente Possível Fazer Frente ao Poder de Veto? .....	155
10.3 - Veto Não Absoluto .....	156
10.4 - <i>Primus inter pares</i> .....	159
10.5 - O Poder dos Países em Vias de Desenvolvimento.....	161
PARTE III .....	169
REFORMA DA ONU .....	169
11 - Como Nasceu a Problemática .....	170
11.1-Um “Tsunami” chamado Descolonização: A Onda Gigante de Novos Estados ..	170
11.2 - Reforma.....	170
11.3 - China – ONU – PVD .....	174
11.3.1 - China – CSNU – PVD: Reforma/ Alargamento da ONU .....	174
11.4 - Não ao Japão : Como nasceu o Não ao Japão?.....	178
11.4.1 - O status quo em perigo para além do Status quo ameaçado .....	178
11.5 - A Dança de Assentos que se Adivinha .....	182
11.5.1 - A “Mais-valia” dos que se Candidatam .....	182
12 - CHINA – JAPÃO e os Vários Cenários da Reforma/ Alargamento .....	184
12.1 - Debate Geral .....	184
12.2 - DEPOIS DOS ACTORES OS CENÁRIOS: China – “Status”, “Ameaça”, “Desafio” ou Alargamento .....	186
12.2.1 - CENÁRIO 1: Modelo A ou A4 .....	186
12.2.2 - CENÁRIO 2: Modelo A4 + 1, ou “Razali Plus Proposal”. ....	188
12.2.3 - CENÁRIO 3: Stedman Proposal – “Coffee Club”. ....	188
13 - China – ONU – Japão .....	190
13.1 - China e Japão: Os Vizinhos Distantes num Cenário Multilateral.....	190
13.2 - Japão – De Invasor a Concorrente .....	191

13.3 - China ameaçada – Japão ameaça .....	192
13.4 - Não ao Japão: Um Veto Permanente à Entrada no “Clube dos Permanentes” ..	193
14- O Porquê do Nin à Índia: E Depois do Grupo dos 4, as 5 Contradições .....	199
15 - O “Gang dos 4” Dividido em Dois – Dois votos e dois vetos .....	205
16 - Da Grande Muralha ao Muro, da queda do Muro de Berlim à abertura da Grande Muralha ao Mundo. ....	209
17 - China Versus Japão num Cenário Multilateral .....	213
18 - O Não dos EUA ao Japão: Os EUA Também Vetam A Candidatura do Japão ao Veto .....	217
19 - O Dragão Político e os Tigres Asiáticos .....	219
20 - O Sentido Estratégico da China .....	221
21 - Reforma da ONU: Um Debate no Tempo certo para a China .....	221
22 - China e EUA: Uma Comunhão de Interesses .....	223
23 - Os EUA reconhecem a China como líder dos PVD, num cenário multipolar .....	224
CONCLUSÃO.....	228
24 - Conclusão .....	229
24.1 - Marcos Históricos Determinantes: .....	235
24.2 - <i>Status Quo</i> .....	236
24.3 - Equilíbrio de Poderes com Raízes no Mundo Bipolar .....	237
24.4 – Mundo Multipolar: EUA, URSS, Japão, Taiwan, Coreia, Índia, Paquistão.....	238
Anexos.....	244

## **Quadros**

Quadro II – Fases .....	22
Quadro III – China e ONU .....	69
Quadro IV – Do status quo ao duplo status.....	97
Quadro V – Relações Bilaterais entre a RPC e os Países do Sudeste Asiático.....	106
Quadro VI – Visitas de Estado entre a RPC e o Sudeste Asiático .....	107
Quadro VII – Visitas de Estado – China e o Vietname e China e as Filipinas .....	112
Quadro VIII - Relações Económicas Externas entre o Vietname e o Japão e entre o Vietname e a RPC .....	117
Quadro IX– Relações Económicas Externas s entre a Tailândia e o Japão e entre a Tailândia e a RPC.....	119
Quadro X – Relações Económicas Externas de Taiwan .....	121
Quadro XI – “Japanese Perceptions of, and Bilateral Relations with, ASEAN States” ...	124
Quadro XII – “Japanese Perceptions of, and Bilateral Relations with, China” .....	125
Quadro XIII – “Japanese Perceptions of, and Bilateral Relations with, South Korea” ....	126
Quadro XIV – “Degrees of Power for Real and Hypothetical Security Councils, without Alliances” .....	149
Quadro XV – “Powers and Satisfactions in the 1995 Security Council and an Enlarged Council, Considering Natural Alliances” .....	152
Quadro XVI – “Power as a Function of the Size of a Bloc of Nonveto Members” .....	158
Quadro XVII – “Total Power of the Nonveto Members as a Function of Their Total Number” .....	159
Quadro XVIII - Model A– “Provides for six new permanent seats, with no veto being created, and three new two –year term non-permanent seats, divided among the major regional areas as follows:” .....	187

## **China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão:** \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

Quadro XIX - Model B– “Provides for no new permanent seats but creates a new category of eight four-year renewable-term seats and one new two-year non-permanent (and non-renewable) seat, divided among the major regional areas as follows:” ..... 189

Quadro XX - Classificação das Potências no Sistema Político Contemporâneo ..... 230

# **China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão:** \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

---

## **Introdução**

## **Introdução**

Do passado, a China carrega o peso da responsabilidade de representar uma cultura milenar. No presente, a China provoca surpresa, respeito e admiração no mundo ao mesmo tempo que também é vista como uma incógnita. E no futuro, a China poderá ocupar o lugar de grande potência, à escala internacional. É possível dizer que a China se apresenta como um país com fortes contrariedades mas possuindo virtudes como ambição, autoconfiança e paciência que a poderão conduzir a um estatuto de maior visibilidade na cena internacional. Como sublinhou Gelber “Neste momento, a China é ambiciosa mas é vulnerável, alimentando um sentimento de rancor mas também uma autoconfiança que a torna arrogante, já com um estatuto de grande protagonista regional mas prestes a ir ainda mais longe.” (Gelber 2007).

Partindo da tese de autores, como Gelber, que defendem que a China de hoje possui já um enorme carisma à escala regional mas que continua à “procura de poder e estatuto” (Gelber 2007), consideramos interessante aprofundar o estudo da China como membro permanente do CSNU, particularmente numa altura em que a discussão do alargamento do círculo permanente continua em aberto e a suscitar opiniões divergentes entre os actuais membros permanentes, entre os potenciais candidatos, e até mesmo entre os que indirectamente poderão ver a sua actual representação, no CSNU, modificada.

Surge então a questão de base desta dissertação: Será que a possível entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU poderá pôr em causa a liderança regional da China?

O'Neill, ao analisar o poder dos países membros CSNU, conclui que a China como membro permanente, é duas vezes mais poderosa do que qualquer outro país, devido em particular à posição política que o poder de veto lhe dá e que no caso da China se situa numa posição extrema. Na realidade, o poder de veto dos EUA também se situa numa posição extrema, no entanto outros países ocidentais estão muito próximos e alinham com os EUA quando pretendem derrotar uma resolução. Assim, o poder da China é o que mais se destaca mas poderá sofrer mudanças se o Japão vier a integrar o círculo permanente do CSNU.

Partimos então de estudos de autores como O'Neill, e da análise desses textos como metodologia de investigação para responder à pergunta levantada nesta dissertação. E Gelber complementa o estudo de O' Neill, que se debruça especificamente sobre a problemática do poder e da satisfação no CSNU, quando refere que "...a concorrência sino-japonesa na luta pela energia e pelas matérias-primas e, claro, pela influência à escala regional e também internacional."(Gelber 2007). Assim, somos praticamente impelidos a perguntar se uma possível entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU poderá por em causa o poder de destaque que a China ainda detém como membro permanente.

Importa também perguntar o porquê da actualidade e pertinência da questão. Na China tudo se mede em grandes números. A começar por uma população que ronda os 1,3 biliões de habitantes e que em 2020 poderá chegar ao número de 1,5 biliões. A China é não só um país de enorme impacte demográfico mas também de grande dimensão geográfica. E, apesar de a China, ainda não ter alcançado o patamar necessário que a poderá aproximar, em termos de poder económico, de Países como os EUA e o Japão, a própria rapidez com que tem vindo a crescer em termos



económicos revela por si só um país com um enorme potencial.

Para responder à questão de base desta dissertação é necessário responder em primeiro lugar a pequenas questões que ajudam a descortinar a questão *mor*:

Como é que a China alcançou o *status quo* que detém? E qual a estratégia encontrada para a China se tornar diplomaticamente reconhecida pela comunidade internacional?

Por que é tão importante para a China não perder esse *status quo*?

Por que motivo, ou motivos, a China receia perder esse *status quo* para o Japão?

E, será que existem razões para a China recear essa perda?

Para responder a estas e outras questões que vão surgindo ao longo desta dissertação torna-se então importante percorrer o caminho da história da política externa chinesa atravessando acontecimentos marcantes como a Ocupação Japonesa de Taiwan, em 1895, ou a Invasão Japonesa da China, e de países vizinhos, que ocorre entre 1931 e 1942, desenvolvendo acontecimentos marcantes como este que explicam porque razão a China tem motivos para ainda hoje viver o trauma da dependência, trauma que justifica a necessidade que a China tem em garantir o *status quo* alcançado.

Depois de encontrar, na História da Política Externa chinesa, resposta para as dúvidas levantadas relativamente à importância do *status quo* para a RPC, dá-se um outro passo no sentido de identificar os possíveis indicadores, do receio da China em perder esse *status quo*, reforçando a necessidade de o garantir, como a viragem da China para os países em vias de desenvolvimento do sudeste asiático que se tornaria mais fácil com a cisão sino-soviética. Ora, esta viragem poderá ser provada no intensificar das visitas de estado, quantitativa e qualitativamente, entre a

China e alguns países do sudeste asiático, a título de exemplo, a partir da década de 1980, bem como no intensificar das relações económicas entre as mesmas partes.

Para além disso, as intensas relações económicas entre Taiwan e o Japão ajudam a confirmar uma afinidade entre estes dois vizinhos, não distantes, que remonta a pacífica ocupação japonesa da ilha em 1895, e que contrasta com a relação de pouca vizinhança entre a China e o Japão e por sua vez entre este último e o sudeste asiático. Por outro lado, a proximidade que a RPC redescobre junto dos países em vias de desenvolvimento da Ásia, particularmente sudeste, contrasta com o distanciamento que o Japão vive dos países vizinhos do sudeste asiático o que poderá justificar a importância da China se manter aliada aos PVD para garantir o *status quo* chinês perante a provável ameaça de o Japão vir a ocupar um assento permanente no CSNU.

A redescoberta do sudeste asiático e uma aliança estratégica com os PVD desta região poderá ser tão eficaz na manutenção do *status quo* chinês como se revelou a não menos estratégica aliança com os Novos Estados Independentes Africanos (NEIA) quando a China procurava ocupar, no seio do CSNU, o assento permanente e conquistar o reconhecimento diplomático junto da comunidade internacional, em detrimento de Taiwan que até 1971 era internacionalmente reconhecido como membro permanente do CSNU.

Em suma, esta dissertação encontra-se dividida em três partes. Primeiro uma breve abordagem histórica dos acontecimentos mais marcantes que conduziram a RPC à independência política, numa política externa mais ou menos orientada para os PVD, mais ou menos próxima dos EUA, num relacionamento mais ou menos aceso com Taiwan e uma primeira abordagem às origens de uma política externa de costas voltadas para o Japão.

A segunda parte procura contextualizar a questão do *Status Quo* chinês

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

num quadro de transição do mundo bipolar para o multipolar e também introduzir temas como a diferença entre *Poder* e *Satisfação* que irão ser enquadrados na terceira parte que desenvolve a problemática da Reforma da ONU.

A terceira parte desta dissertação procura fundir as duas primeiras partes deste estudo, afastando-se de um quadro mais teórico e passando a uma abordagem mais prática. Para isso temos por base o estudo já referido de O'Neill que procura analisar, particularmente o poder dos membros do actual CSNU e deste mesmo órgão num quadro de alargamento.

**PARTE I**

---

## **1 - CHINA – PVD *versus* CHINA – JAPÃO: A Caminho do *STATUS QUO***

### **1.1 – CHINA - PVD**

#### **1.1.1- China – PVD: Sinónimo de Independência (Da Dependência à Independência)**

Abordar o tema “Dependência” quando nos referimos à China é perspectivá-lo de duas formas que, apesar de distintas, não deixam de estar relacionadas: por um lado as sucessivas invasões de que foi vítima a RPC (conforme quadro que se segue), particularmente as invasões do vizinho Japão; e, por outro, a dependência, em termos ideológicos, relativamente à vizinha a norte, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, tendo-se manifestado esta dependência de várias formas, nomeadamente suporte político, económico-financeiro, militar etc. É provavelmente o processo de libertação destes dois tipos de dependência que conduz a China à independência, pelos meandros da interdependência.

**Quadro I – “Foreign Invasion”**

Foreign Invasion		
Invaders	Year	Description
<b>Portuguese</b>	1553	Occupation of Macao. Reverted to China on 1999/12/20.
<b>British</b>	1842	The Treaty of Nanjing after Opium War. Occupied Hong Kong until 1997/ 07/01.
<b>Russia</b>	1850	Occupied North-Eastern China.
<b>British/ France</b>	1860	Forced into Beijing and burn down Yuanmingyuan (Old Summer Palace).
<b>France</b>	1884	The Treaty of Tianjing giving British and France sovereignty on many pockets of regions and ports in China.
<b>Japan</b>	<b>1895</b>	<b>Occupation of Taiwan and other islands for 50 years.</b>
<b>British</b>	1898	Occupied Kowloon until 1997/07/01.
<b>G8 Invasion</b>	1900	British, French, Russia, Japan, Germany and America gang together and forced into Beijing. Burn down Yiheyuan (new Summer Palace) and stole all national treasuries from the Palace.
<b>Japan</b>	1931	Occupied Manchuria of China and prepared for full invasion.
<b>Japan</b>	1938	Full scale invasion attempting to occupy China, Japan surrendered in 1945.
<b>Japan</b>	1938	Nanjing Massacre, slaughtered 300,000 Chinese in one city.
<b>US</b>	1945	Signed off Diaoyutai to Japanese government, the war criminal.

Espelho do tema Dependência é a “Questão de Taiwan”, que remonta ao

ano de 1895 quando o Japão ocupou a ilha. Mas é também Taiwan que, no ano de 1971, ao perder o assento permanente no CSNU para a República Popular da China, possibilita que esta chegue ao cume da independência, inscrita num quadro de interdependência. No entanto, até alcançar o *status quo*, de membro elite do CSNU, a China tinha vivido um passado, de ocupação e invasão do território, que de tão marcante não deixaria de ser legado no presente.

Durante o Período Dinástico, a China conseguiu ganhar vantagem sobre as culturas nômadas vizinhas. No entanto, a China acabaria por ser conquistada pelas referidas tribos nômadas, como no século XIII pela tribo Mongol. Uns séculos depois, em 1644, a Dinastia Qing acabaria por ser estabelecida, elegendo como capital Pequim, pelos Manchus que derrubavam a nativa dinastia Ming para que o povo Manchu conseguisse ganhar um controle significativo das zonas fronteiriças, nomeadamente Xinjiang, Yunnan, Tibet, Mongólia e Taiwan. No entanto, o controlo por parte da Dinastia Qing acabaria por perder força, ao longo do século XIX, e esta fragilidade, em resultado de uma economia em estagnação (Popov 2007, 28), de um crescimento populacional em flecha, e de um consequente descontentamento social em massa acabaria por tornar o território chinês permeável à invasão e influência ocidental. Exemplos de focos de desgaste da China dinástica são as rebeliões que ocorreram em Taiping (1851-1864) (Seiler 1867, 1) e Nian (1853-1868), assim como o movimento separatista muçulmano em Xinjian, apoiado pela Rússia, pois acabariam por esgotar os recursos chineses, levando praticamente a dinastia ao colapso. Para além de uma China frágil e em conflito latente, o forte desejo britânico de levar a cabo o comércio ilegal do ópio acabaria por entrar em colisão com os desígnios do império que proibiam a referida droga, eclodia então a Primeira Guerra do Ópio, em 1840. A China acabaria por sair derrotada desta guerra, e consequentemente várias potências ocidentais, inclusivamente a própria Inglaterra, bem como os EUA, ocuparam concessões à força conquistando, aos poucos, privilégios

comerciais. E, em 1842, sob o Tratado de Nanking, Hong Kong acabaria por ser concedida aos ingleses. (Worden et al. 1988)

Em 1895, depois de vencer a China na guerra Sino-Japonesa, o Japão adquire Taiwan como colônia, tendo os próprios taiwaneses sentido directamente a forma de governação japonesa. Estreava-se assim Taiwan como símbolo de dependência pela mão dos japoneses que, daí em diante, marcavam o histórico das sucessivas invasões em território chinês. Em 1898, com o cessar definitivo das Guerras do Ópio, acabariam por ser concedidos, à Inglaterra, novos territórios, sob arrendamento por um período de 99 anos, tendo aumentado consideravelmente todo o território colonial de Hong Kong. A superioridade ocidental acabava também por se manifestar no campo militar e tecnológico, conseguindo desta forma conquistar benefícios em termos económicos e políticos. Para além da concessão territorial à Inglaterra, outros países como o Japão, a Rússia, a Alemanha, a França e a Bélgica acabariam por conquistar esferas de influência na China e no caso dos EUA, ao invés de lhe ser concedido território, optou por propor, em 1899, uma *open door policy* e todos os países à excepção da Rússia concordaram nesta abertura aos EUA. Segundo esta política todos os países estrangeiros teriam iguais direitos e privilégios, em todos os tratados de comércio, dentro e fora das esferas de influência. (Worden et al. 1988)

Para os oficiais chineses, reformistas da época, a resposta a este avanço ocidental deveria ser dada reforçando a dinastia através de um investimento em tecnologia ocidental, o chamado “the Self Strengthening Movement”, no entanto a dinastia Qing acabou por desvalorizar as vantagens da tecnologia ocidental, ignorando uma possível “ameaça” ocidental. A esta resistência à mudança, os próprios jovens oficiais acabariam por responder num espírito revolucionário inspirado nas ideias de Sun Yat-sen, defendendo que uma república deveria tomar o lugar da monarquia. O último monarca da Dinastia Qing acabaria por abdicar a 10 de Outubro de 1911 em consequência da erupção de uma revolução



militar. No entanto, ainda que envolta num espírito revolucionário, a passagem de testemunho de uma monarquia para uma república pretendia-se pacífica daí que alguns altos oficiais da Dinastia Qing acabariam por garantir posições de prestígio na nova república. Um destes oficiais foi o General Yuan Shikai que acabou por ser escolhido para presidente no entanto, ainda antes da sua morte, este general não deixou de tentar auto eleger-se imperador e, ainda que sem sucesso, este caso acabaria por revelar que este tipo de estratégias pacíficas nem sempre são eficazes, já que a tentativa de integrar regimes antigos em novos regimes pode arrastar ideias velhas para novos regimes, e até mesmo ameaçar o novo regime, como o caso atrás referido. (Worden et al. 1988)

No entanto, dados estes primeiros passos no novo regime republicano, a China acabava por mergulhar na segunda forma de “dependência”, a ideológica. Nasce assim, da tentativa de juntar os fragmentos de uma China dividida, o Kuomintang, ou o Partido do Povo Nacionalista Chinês, criado em 1920 pelo próprio Sun Yat-sen, apoiado pela União Soviética, com a implantação de uma base revolucionária no sul da China. Chiang Kai-shek dá um segundo avanço à frente dos destinos do Kuomintang, depois da morte de Sun Yat-sen, em 1925, conseguindo juntar e manter debaixo do controle do Kuomintang a China do sul e do centro. Em 1927, o Kuomintang faz uma investida sobre o Partido Comunista Chinês e os seus líderes, que conseguiram escapar ilesos, acabaram por se refugiar nas montanhas ocidentais da China das quais só saíram em 1934, altura em que embarcam na “Longa Marcha”, acabando por estabelecer uma base em Yan’an, localizada na província de Shaanxi no norte-ocidental da China. (Worden et al. 1988)

O líder que acabaria por conduzir os destinos da “Longa Marcha” foi Mao Zedong (Mao Tse-tung). De forma mais ou menos camuflada, nos 14 anos que se seguiram, as disputas entre o KMT e o PCC não deixavam de se sentir, ainda que para fazer face à invasão japonesa (1931-45) os dois partidos tivessem unido forças, criando uma frente unida em 1937. Esta

frente unida revelou de facto ser circunstancial dado que, em 1945, com a derrota do Japão, a guerra entre os dois partidos voltaria a aflorar.

Com a ocupação de uma parte significativa da China por parte do PCC, por volta de 1949, Chiang Kai-shek e os membros do governo Kuomintang que restavam, bem como as suas forças militares, acabariam por se refugiar em Taiwan, proclamando, como capital provisória, Taipei. Não desistindo de contrariar a vantagem do PCC sobre o território chinês, o objectivo do Kuomintang era reconquistar o território chinês ao PCC. E ainda hoje, Taiwan se auto-denomina de “República da China”. (Worden et al 1988)

Entretanto, Mao Zedong proclamava a fundação da República Popular da China (RPC), a 1 de Outubro de 1949, em Pequim. É importante notar que o líder assumia também os destinos de um país flagelado por duas gerações de guerra e conflito social, e naturalmente uma economia destronada por elevados índices de inflação. Para além disso, a própria rede de comunicações da China encontrava-se destruída, as ligações eram praticamente nulas, o que agravava ainda mais o estado da economia.

*In 1945 China emerged from the war nominally a great military power but actually a nation economically prostrate and on the verge of all-out civil war. The economy deteriorated, sapped by the military demands of foreign war and internal strife, by spiraling inflation, and by Nationalist profiteering, speculation, and hoarding. Starvation came in the wake of the war, and millions were rendered homeless by floods and the unsettled conditions in many parts of the country.* (Worden et al 1988)

No entanto, dos destroços da guerra erguia-se de novo um país, desta vez assente num novo modelo político económico (como já se adivinhava a já referida “dependência ideológica”) inspirado no modelo soviético, criando a China do PCC, desta forma, uma espécie de cordão umbilical com a União Soviética.

Apesar desta “dependência ideológica” da RPC em relação à União Soviética, a China revelava ao mesmo tempo uma necessidade de se emancipar. Inicialmente, logo a seguir à fundação da RPC, todas as energias da política externa chinesa eram canalizadas em esforços de solidariedade com a vizinha a norte que se espelhava em conflitos como o da Coreia. E depois, após o terminar da guerra na Coreia, no investimento em relações amigáveis com países do Terceiro Mundo como o Paquistão e outros do sudeste asiático. No entanto, se durante este período acabado de referir (primeira metade da década de 1950) ajudar os países do Terceiro Mundo, próximos do bloco soviético, era um meio para fortalecer as relações sino-soviéticas, na década de 1960, Pequim começou a olhar para o vizinho a norte não como um aliado mas como um concorrente, surgem assim os primeiros sintomas de “emancipação ideológica” e que se reflectia, em termos gerais, numa competição pela influência política junto dos partidos comunistas e no mundo em vias de desenvolvimento.

O intensificar de tensas relações entre a China e a União Soviética manifestava-se nos conflitos fronteiriços sino-soviéticos em 1969 e, à medida que a competição sino-soviética se intensificava, começava também a crescer a preocupação relativamente à posição estratégica da China.

A invasão soviética do Afeganistão, em Dezembro de 1979, a somar ao apoio soviético à ocupação vietnamita, no Cambodja e no Laos, assim como a presença de tropas soviéticas na fronteira entre a União Soviética e a China, e também na Mongólia constituíam os “três obstáculos” a um bom relacionamento entre os vizinhos China e União Soviética.

Aproximando-se dos EUA, a partir da década de 1970, sem contudo cair novamente no erro das malhas da dependência, a China afastava-se cada vez mais da União Soviética:

*The PRC maintained its consistent opposition to "superpower hegemonism," focusing almost exclusively on the expansionist actions of the Soviet Union and Soviet proxies such as Vietnam and Cuba, but it also placed growing emphasis on a foreign policy independent of both the U.S. and the Soviet Union. While improving ties with the West, the PRC continued to closely follow the political and economic positions of the Third World Non-Aligned Movement, although the PRC was not a formal member.*  
(Wertz 1998)

No entanto, ainda que mostrando poder sobreviver sem ser debaixo da sombra do comunismo soviético, relativamente à relação sino-nipónica o caso revela-se completamente diferente.

A China começava a mostrar libertar-se da “dependência ideológica”, desligando-se do modelo soviético de comunismo, afastando-se durante a década de 1960 da União Soviética. Na década de 1970 estreia-se no caminho da aproximação aos EUA.

Para trás ficava todo um passado de invasão, fossem essas fronteiras geográficas ou até mesmo do foro ideológico, mas a invasão japonesa teimaria em persistir daí em diante, constituindo um fardo que a China irá revelar que ainda carrega: o trauma da dependência.

### **1.1.2 - China – PVD - Sinónimo de Independência: Evolução positiva - Da Dependência à Independência ...à Interdependência.**

### **1.1.3 - Avanços e retrocessos das relações da China com os Países em Vias de Desenvolvimento.**

Na verdade, as relações da China com o Terceiro Mundo desenvolveram-se por fases: a fase de Bandung, de meados de 1950 até aos começos da década de 1960, que ficou marcada pela Conferência realizada, em 1955, entre nações asiáticas e africanas, precisamente em Bandung, na Indonésia. Uma segunda fase, já na década de 1960, com o anúncio da Teoria dos Três Mundos<sup>1</sup>, a que se segue uma fase que se apoia numa

---

<sup>1</sup> O termo Terceiro Mundo deixa subentender que existe um Primeiro e um Segundo Mundo, pressupõe-se então que o mundo foi dividido em três. A Teoria dos Três Mundos de Alfred Sauvy (1952) dividiu o mundo segundo as realidades dos países que se pensavam agrupados precisamente em “três mundos”. Esta teoria não deixou de ser um instrumento de orientação ao serviço da política internacional, num contexto de Guerra Fria, identificando várias lideranças políticas para os novos estados, recentemente descolonizados da África, América Latina e Ásia.

Países como os EUA, Canadá, Europa Ocidental, Japão, Singapura, Taiwan, Austrália, Nova Zelândia fazem parte do Primeiro Mundo e o Segundo Mundo é liderado pela URSS, isto é pelo mundo comunista, no entanto com a queda deste regime e o desaparecimento da URSS, o conceito de Segundo Mundo acabou por esvaecer, no entanto o regime comunista ainda está vivo numa Rússia, Vietnã, Laos, Camboja e China. O Terceiro Mundo compreende, como já foi abordado, o mundo dos países subdesenvolvidos e, de um modo geral, países da América Latina, México, África e grande parte da Ásia ainda se consideram países do Terceiro Mundo, e particularmente a Coreia do Sul, a Malásia e a Tailândia, os conhecidos tigres asiáticos deverão fazer ainda provavelmente parte do Terceiro Mundo.

Deng Xiao Ping apresenta, no entanto, em 1974, no plenário da Assembleia Geral da ONU, a versão de mão Tse Tung da “Teoria dos Três Mundos”: “...the world today actually consists of three parts, or three worlds, that are both interconnected and in contradiction to one another . The United States and the Soviet Union make up the First World. The developing countries in Asia, Africa, Latin América and other regions make up the Third World. The developed countries, between the two, make up the Second World.” (Xiaoping 2003, 3) que alterava em parte elementos da tese original do demógrafo francês Alfred Sauvy. Por um lado, o Primeiro mundo era composto pelos “agressores imperialistas”, isto é os EUA e a URSS e, no outro lado extremo, o Terceiro Mundo que integrava os países subdesenvolvidos, vítimas da exploração do Primeiro Mundo, daí que segundo Deng deveriam ser tidos como a força motriz dos assuntos internacionais, a oposição certa ao hegemonismo, a orientação política adequada a adoptar. E por último, entre estes dois mundos, o Segundo Mundo que compreendia países desenvolvidos da Europa e o Japão que poderiam adoptar dois diferentes tipos de conduta: oprimir o Terceiro Mundo ou aliar-se ao Primeiro Mundo. “The case of the developed countries in between the superpowers and the developing countries is a complicated one. Some of them still

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

Nova Ordem da Economia Internacional<sup>2</sup>, na década de 1970 e, dez anos mais tarde, uma renovada ênfase, posta nos 5 princípios da Coexistência Pacífica, em 1980, conforme o quadro que se segue:

### Quadro II – Fases

Fases	Período
<b>1<sup>a</sup></b> Aliança URSS – China;	Anos 50
<b>2<sup>a</sup></b> Orientação “terceiro mundista”;	1 <sup>a</sup> metade da década de 1960
<b>3<sup>a</sup></b> Isolamento e radicalismo, derivado da Revolução Cultural Chinesa;	A partir de 1966
<b>4<sup>a</sup></b> Recuperação do reconhecimento internacional e envolvimento nos assuntos internacionais;	Anos 70
<b>5<sup>a</sup></b> Política externa independente	Anos 80

Ao longo desta evolução e ligeira mutação de estratégia política, a terceira

---

retain colonialist relations of one form or another with Third World countries...”(Xiaoping 2003, 4).

E, depois de toda esta abordagem em torno do termo Terceiro Mundo, importa agora explicar porque motivo se recorre a este conceito. Dado que o objectivo nesta dissertação é o de em parte identificar a ligação entre o trauma da dependência chinesa, em consequência de acontecimentos como a Invasão Japonesa, entre outros, e a relação da RPC aos Países em Vias de Desenvolvimento, recorreu-se várias vezes ao conceito de Terceiro Mundo precisamente para reforçar essa imagem de dependência. A ideia é precisamente também mostrar que a política externa terceiro mundista da China, dos anos 50 aos 70, ainda se mantém, mesmo que com contornos diferentes.

<sup>2</sup> Tendo surgido na Conferência do Movimento dos Não- Alinhados que se realizou na Argélia, em Setembro de 1973, a NOIE resultava num pacote de medidas políticas multilaterais cujo principal objectivo era melhorar a posição das economias dos países do Terceiro Mundo relativamente aos países ricos. Um ano depois, em Abril, líderes do MNA, acabariam por convocar uma Secção Especial das Nações Unidas. Um conjunto de medidas foi então tomado, nomeadamente no sentido de estabilizar a subida dos preços em produtos origem dos países que integravam o G77 ou então no sentido de conseguir um acesso preferencial deste grupo de países aos mercados das economias industrializadas, ou facilitar também a transferência de tecnologia do Norte a custos reduzidos. Para além destas medidas, o objectivo da NOEI eram também o de dar maior voz ao G77 quer no Fundo Monetário Internacional (FMI), quer no Banco Mundial (BM). Em termos gerais o objectivo era reduzir as assimetrias entre os dois mundos. (Sneyd 2005, 1)

força que se mantém sempre facilmente identificada é o Terceiro Mundo, o mesmo é dizer as nações em vias de desenvolvimento de Ásia, África e América Latina consideradas uma força de destaque nas relações internacionais. Esta estratégia é salientada por Deng Xiaoping numa Sessão Especial na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974, quando afirmaria que “It is not the one or two superpowers that are really powerful; the really powerful are the Third World and the people of all countries uniting together and daring to fight and daring to win”. (1974, 6) E, nesta luta por um mundo mais “justo” e “democrático” os alicerces nada mais eram do que os 5 princípios de coexistência pacífica<sup>3</sup>, já que são estes que devem regular as relações interestaduais segundo a concepção de política externa chinesa.

Sempre atenta a toda e qualquer oportunidade, em 1955, a China percebeu que o sistema bipolar tinha aberto uma lacuna, isto é que entre duas grandes superpotências, EUA e URSS, existia um enorme vazio que poderia ser ocupado por uma terceira força – o Terceiro Mundo. Ora, este vazio identificado pelos estrategas da época como oportunidade política, ainda que sem conseguir libertar a China das amarras do trauma da dependência, conseguiu tirar a China do anonimato internacional, lançando-a no caminho da independência, através da interdependência.

Introduzidas as diferentes fases que foram modelando a imagem da China junto da comunidade internacional e que, década após década e apesar de alguns recuos, a ajudaram a alcançar o *status quo* que hoje ocupa no sistema internacional, no mesmo sentido, foi também já apresentado provavelmente o que poderá ser chamado de denominador comum e que

---

<sup>3</sup> Como o próprio nome sugere, os princípios de coexistência pacífica regulam as relações inter-estaduais, garantem o respeito mútuo pela integridade e soberania territorial de cada um, a não agressão mútua, a não interferência nos assuntos internos de cada um, a igualdade e o benefício mútuo, em suma a coexistência pacífica.

Zhou En lai e o Primeiro Ministro indiano Jawaharlal Nehru, em 1954, anunciaram os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e o princípio da neutralidade ficaria consagrado na Conferência de Bandung, nesta Conferência realizada na Indonésia ficaria também consolidada o princípio da “auto-determinação dos povos”, condição necessária à solidificação da independência dos novos estados.

se consegue quase sempre identificar ao longo da história da política externa chinesa, isto é o actor internacional que vai sendo transportado, de fase em fase, ainda que com algumas *nuances* – o Terceiro Mundo.

Ao nascer da China no cenário internacional, em 1949, a China era então simultaneamente identificada como uma potência regional com um reconhecido passado milenar, ao mesmo tempo que era associada à ideologia comunista através do poder político do partido comunista chinês. A China emerge assim com o *status quo* digno de uma força política emergente e promissora que simultaneamente consegue jogar com o papel de país com um pé junto dos países subdesenvolvidos, (aproximando-se dos países em vias de desenvolvimento, ao identificar-se com estes países, e afirmando-se também líder dos PVD) e mais tarde, a partir da década de 1980, revelar-se-á também cada vez mais próximo dos desenvolvidos registando a economia chinesa um crescimento económico rápido, como iremos constatar na segunda parte. A China diz não só representar os PVD mas assumir também o papel de economia em vias de desenvolvimento, exemplo a seguir por outras economias do mesmo grupo. E, “acrescente-se nesta percepção o fortíssimo nacionalismo chinês como parte integrante da auto-imagem chinesa” (Kocher 2006, 3), segundo este autor uma imagem que se irá reflectir na política desenvolvida para o Terceiro Mundo, imagem esta que vigorou durante o período da Guerra-Fria.

#### **1.1.3.1 - 1ª Fase - Aliança URSS – China (anos 50)**

Nos primeiros anos logo a seguir à fundação da República Popular da China, todas as afirmações chinesas nada mais eram do que eco da visão soviética do mundo, um mundo dividido em dois campos, por um lado as forças do socialismo e por outro as do imperialismo, sem uma terceira via possível (Wertz 1998). Por volta de 1953, a China começa a apresentar uma opinião própria acreditando que os novos países independentes, muitos deles em vias de desenvolvimento, poderiam ter um papel



intermediário importante a desempenhar nas relações internacionais, tornando-se “elementos diferenciados na política internacional” (Worden et al. 1988)

*States known to be biased towards one of the conflict parties may in some circumstances be unwelcome for their partiality, but in other circumstances may be useful precisely for that reason. They may be welcomed by their friend or ally as a trusted intermediary while acceptable to the other party for their ability to ‘deliver’ the friend or ally. (Thakur 2007, 14)*

Em 1954, Zhou Enlai e o Primeiro Ministro, Jawaharlal Nehru, da Índia, acordaram também com os 5 Princípios de Coexistência Pacífica como alicerce das relações internacionais.

Relativamente à boa vizinhança partilhada entre a China e a Índia, na década de 1950, é interessante assinalar que estes dois Estados que haviam acabado de se tornar independentes na altura, partilhavam também, no referido período, os 5 Princípios de Coexistência Pacífica como alicerce da própria política externa indiana e chinesa. Assim, no sentido de reforçar esta proximidade política que a China e a Índia viveram na década de 1950, Atal Behari Vajpayee acabaria por realizar a quarta viagem oficial de um Primeiro-ministro indiano à China, a seguir à visita de Jawaharlal Nehru (October 1954). (Narayanan 2003, 4)

O sucesso da China na promoção destes princípios na Conferência de Bandung, em 1955, ajudou o Império do Meio a emergir do isolamento diplomático. (Worden et al 1988)

Na realidade, dadas as características continentais da China e a mais recente História da vida política chinesa, o isolamento político internacional que o Império do Meio havia sofrido foi ultrapassado, com reconhecido sucesso, no não menos bem sucedido êxito diplomático

chinês alcançado na Conferência de Bandung. O enorme desempenho ultrapassou obstáculos como a invasão do Tibete ou uma imagem desgastada de um país em período de guerra civil e, para além disso, a divisão do território entre o Partido Comunista Chinês e os Kuomintang. E, como uma espécie de troféu, à vitoriosa RC foi dado um papel de destaque, com o Presidente Roosevelt a não se poupar a esforços para lhe ser atribuído o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Quanto a RPC, ainda não seria desta vez que atingiria a condição de membro permanente, pois o sudeste asiático, enredado em tumultuosas condições da vida política regional, desviou-o do seu grande objectivo<sup>4</sup>: o *status quo* político que representaria o alcançar de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. (Worden et al 1988)

Durante as décadas de 1950 e 1960, os EUA reconheciam a RC em detrimento da RPC, não deixando de exercer um *lobby* forte junto dos aliados no sentido de impedir a entrada da RPC para o círculo permanente do CSNU, sendo o conflito da Coreia apresentado por Stephan Craft como um dos principais motivos que poderão explicar a adversa posição norte americana relativamente ao reconhecimento da RPC como membro permanente do CSNU. “Why did the United States use its power in the 1950s and 1960s to deny the PRC legitimacy and equal status? The crucial event was the Korean War in which the PRC became directly involved, throwing American forces into a humiliating retreat.” (Craft 1998)

---

<sup>4</sup> A 6 de Janeiro de 1950, os britânicos reconheceram diplomaticamente a República Popular da China. No entanto, os EUA mantiveram-se fiéis ao governo de Chang, continuando a reconhecê-lo como governo legítimo da China. Na verdade se na década de 1950 os norte-americanos mentiveram a sua hostilidade relativamente a Pequim, foi em grande parte motivado pela posição de Mao em preferir explorar essa mesma hostilidade americana em prol de alcançar a liderança de organizações de libertação nacional e de cariz revolucionário, mobilizando toda a família comunista, isto em termos de política externa. No que toca à política interna o objectivo de Mao continuava a ser o de mobilizar o povo e por isso não revelava grande interesse em aproximar-se dos EUA. Assim, como sublinha Gelber, “...os nacionalistas...Eram o governo que estava no lugar da ‘China’ nas Nações Unidas. Eram os aliados da América. E não era claro quando, como e em que circunstâncias se deveria transferir o reconhecimento (e o estatuto de Estado-membro da ONU) para os novos e efectivos governantes da China, sem deixar que se generalizasse a suspeita de que os EUA não eram de fiar em matéria de amizades” (2007, p.396)

Os EUA chegaram a recorrer a concessões políticas junto dos aliados no sentido de serem apoiados na posição de excluir a RPC do grupo permanente do CSNU e mesmo medidas como o embargo comercial à China foram levadas a cabo no sentido de impedir a China de alcançar o *status quo* pretendido. (Craft 1998)

Com a entrada do novo presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, em 1953, a situação agrava-se, a ajuda militar a Taiwan torna-se cada vez mais visível com os ataques aéreos e bombas contra a costa ocidental. E, no ano a seguir, em Dezembro de 1954, é assinado um tratado de defesa mútua com a “República da China”. Os EUA continuavam a reconhecer a China de Chang “...como legítimo governo da China, que ocupava o lugar deste país nas Nações Unidas. Ao longo da década de cinquenta, Washington forneceu a essa ‘Segunda China’ ajuda económica de cerca de 250 milhões de dólares por ano, ao mesmo tempo que aplicava um embargo comercial aos comunistas.” (Gelber 2007, 418)

Depois da Guerra-fria se ter instalado no continente asiático, a própria China também acabaria por ser afectada. Inclusivamente, um dos motivos que levou à Conferência de 1955<sup>5</sup> foi o objectivo de se formar a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTSE). Assinado entre vários Estados, em Setembro de 1954, nomeadamente Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Paquistão e Tailândia, o grande objectivo era a cooperação em questões de defesa mútua. Assim, o palco do conflito que havia eclodido na Europa passou a ser a Ásia “...base da estratégia de ‘contenção’ da expansão do comunismo.” (Kocher 2006, 4)

---

<sup>5</sup> A era de Bandung ficou também conhecida por ser o período da coexistência pacífica, derivado dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica chineses (Declaração de Panch Shila), anunciados por Zhu Enlai, em 1954 (já enumerados) (Gelber 2007, 411). Na qualidade de líder da delegação chinesa, Zhu Enlai acabou por desempenhar um papel central na Conferência de Bandung ou, até mesmo, dominar a reunião. “China was invited to Bandung as an exponent of Panch Shila, as an Asian rather than a Communist State.” (Neuhauser 1968, 3). No discurso então proferido, Zhu Enlai expressou o desejo na conciliação, na paz e também de estabelecer boas relações de vizinhança na Ásia. O tema de Taiwan também foi abordado, um dia antes da conferência terminar, em que Zhou anunciou frase que ficaria famosa, afirmando que a China pretendia uma

Esta evolução na direcção de um mundo interdependente sofreu um considerável retrocesso, com as acções de Pequim no Estreito de Taiwan (1958) e conflitos fronteiriços com a Índia (1962) e o Vietname, a partir de começos da década de 1970, entre outros, a provocar alarme entre várias nações do Terceiro Mundo.

### **1.1.3.2 - 2ª Fase - Orientação “terceiro mundista”; 1ª metade da década de 1960**

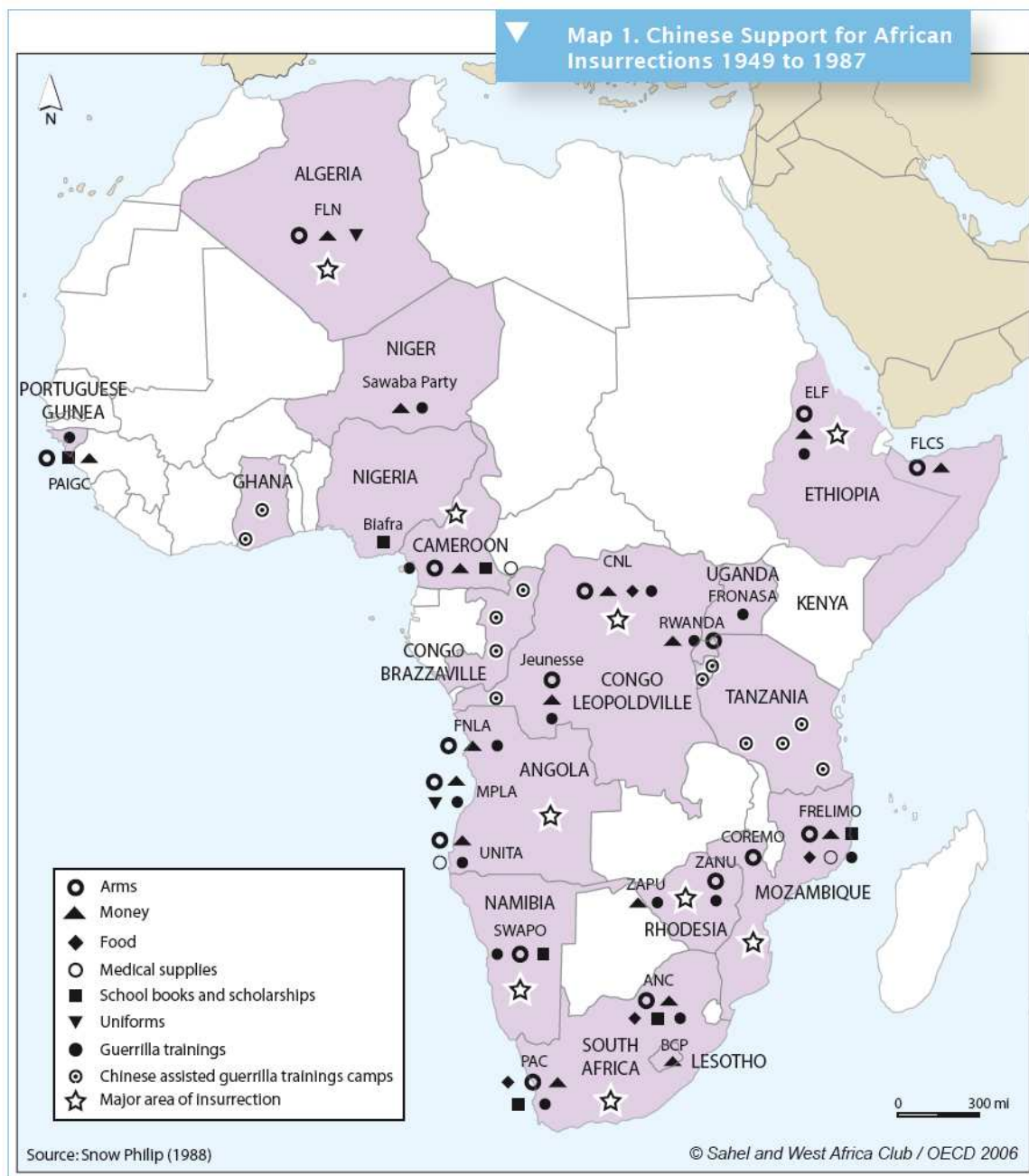
Depois da “Guerra-fria dentro da Guerra-fria” isto é da cisão sino-soviética, a política externa da China liberta-se, deixando de viver à sombra da URSS, tornando a política externa chinesa “exclusiva”. Mas com esta cisão acaba também o monopólio soviético na construção do socialismo.

Os ataques ao revisionismo soviético, bem como a decisão chinesa de interferir numa área que era de intervenção exclusiva da URSS (isto é, os chineses transpuseram as fronteiras europeias, ao prestarem inclusivamente auxílio técnico e económico à Albânia) acabaram por reduzir a aliança ideológica sino-soviética a zero.

Durante a década de 1960, a China relançou as políticas para o Terceiro Mundo, esforçando-se por cultivar estreitos laços com grupos insurgentes nos países com o objectivo de incentivar “guerras de libertação nacional”, e, de certa forma, a revolução pretendia criar uma frente unida contra as duas super potências daquela época. A ajuda económica, técnica e por vezes militar a movimentos de libertação noutros países, não deixava de ser significativa, mesmo que “as duas últimas tenham sido mais pequenas em comparação com a ajuda prestada pela URSS e EUA”.

---

solução pacífica para a questão de Taiwan. Zhou mostrou também o desejo de entrar em diálogo com os EUA no sentido de encontrar a solução para o problema de Taiwan. (Neuhauser 1968, 6)



### 1.1.3.3 - 3ª Fase - Isolamento e radicalismo, derivado da Revolução Cultural Chinesa, a partir de 1966

Uma política externa de cariz militar que caracterizou a China a partir de finais da década de 1950, acabaria por se prepetar, atingindo um ponto auge no período compreendido entre 1966-1968, marcando a História da China com o nome de Revolução Cultural. A Revolução Cultural

projectou-se a nível externo, reflectindo a conjuntura da política interna, em particular um radicalismo ideológico levado ao extremo através Lin Biao, Ministro da Defesa, em 1959.

Lin Biao exaltava o líder Mao, ao ponto de o santificar, e este comandante das forças armadas foi também responsável por difundir a leitura do livro de aforismos de Mao: o “Livrinho Vermelho”. Mas Lin Biao não desencadaria esta revolução sozinho, a ele se juntou Jiang Qing, a última esposa de Mao, que se ocupava da área da cultura e que era um importante elo de ligação com a elite intelectual de Xangai.(Gelber 2007, 430)

Mao mostrava o desejo de ser sublimado e também a necessidade de criar uma excitação das massas e, para tal, procurou o apoio nos jovens estudantes, no meio urbano, que cresciam em descontentamento e estavam hávidos por atacar as instituições. E, com a ajuda de radicais revolucionários propagou a agitação entre estudantes, particularmente do ensino secundário. Estes jovens estudantes convertiam-se em “Guardas Vermelhos”, por se identificarem com braçadeiras vermelhas e eram encorajados a “aprender a revolução, fazendo-a”(Gelber 2007, 431)

Mao pretendia uma renovação revolucionária pela violência e, embora tivesse encontrado opositores dentro do próprio partido comunista chinês, procurou apoio fora do partido. Conseguiu então criar inúmeros episódios de violência: desde a tortura de dissidentes, como é o caso do filho de Deng Xiaoping, que foi agredido e estropiado na universidade onde estudava, a Universidade de Pequim. E o próprio Deng, que ajudara a fundar o partido, foi afastado dos cargos superiores do partido.

Tudo o que fosse associado ao Ocidente, particularmente a educação ocidental, ou pudesse sugerir propriedade privada era atacado e também foi posto em perigo tudo o que representasse instituição, desde pessoas a edifícios. Bibliotecas foram incendiadas e o próprio Mao acabaria por se apropriar de um espólio de livros antigos. No entanto, Zhou conseguiu

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

evitar que o saque invadisse a Cidade Proibida, dando ordem para que fosse colocada uma divisão militar nesse local. (Gelber 2007, 432)

Um exemplo de que a China estava a perder terreno no seio da comunidade internacional foi a Conferência Afro-Asiática, que sucederia a Conferência de Bandung, de 1955, ter sido cancelada. O segundo encontro Afro-Asiático, agendado para Alger, para meados do ano de 1965, acabaria por não acontecer.

E entre outros motivos encontra-se a condenação da Índia à forma de governação chinesa. Aliada à China em 1955, a Índia mostrava uma forma de governação moderada que era incompatível com a linha radical que Pequim preconizava. (Shambaugh 2001, 352)

É nesta fase que a evolução no caminho da independência sofre um pequeno retrocesso, o que seria de esperar numa fase de isolamento diplomático, que em alguns momentos foi total. Um episódio que retrata bem o estado de isolamento foi o atear de fogo na embaixada britânica, em 22 de Agosto de 1966, tentando recriar a mística da xenofobia nacionalista da revolta de Taiping. Inclusivamente, vários embaixadores chineses colocados no exterior foram convidados a regressar ao seu país, juntamente com o seu staff. O próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês foi assaltado por Guardas Vermelhos, em Agosto de 1967, a desordem é criada em todos os sectores tendo sido destruídos os registos. (Gelber 2007, 433)

*Os embaixadores chineses nos outros países foram mandados regressar, com excepção do que estava no Cairo. Substituíram-nos diplomatas radicais, que transformaram as suas embaixadas em centros de propaganda revolucionária e de ajuda aos partidos comunistas locais e, por vezes, os “capitalistas” que tentavam visitar uma das embaixadas eram atacados com paus. (Gelber 2007, 433)*

Contudo, nesta década, o não cumprir à risca as teses ultra-esquerdistas que se difundiam, acabava por revelar algumas incoerências, nomeadamente: a luta pela independência de Angola, o apoio à guerrilha de direita e ao golpe militar na Indonésia e no Chile, respectivamente em 1965 e 1973. E, também o apoio ao governo do Paquistão e aos EUA, aquando da luta contra a invasão soviética no Afeganistão. Para além disso, situações como a actuação chinesa no Estreito de Taiwan (1958), e os conflitos na fronteira com a Índia (1962) e entre 1979 e 1980 quando o Vietname entra em conflito com a China também contribuíram para uma política externa chinesa incoerente em relação aos potenciais aliados no Terceiro Mundo.

O Terceiro Mundo continuou então a apreciar a ajuda oferecida pela China mas sempre debaixo de alguma suspeita relativamente ao militarismo chinês. Esta desconfiança e crescente discórdia entre a China e o Terceiro Mundo acabariam por conduzir à ruptura de algumas relações diplomáticas. Assim, as relações da China com o Terceiro Mundo mostraram não estar de todo imunes à Revolução Cultural.

#### **1.1.3.4 - 4ª Fase - Recuperação do reconhecimento internacional e envolvimento nos assuntos internacionais - Anos 70**

Na década de 1970, a China começou a redefinir a sua política externa depois do período de isolamento e militarismo da segunda metade da década de 1960. Desta vez marcada pelo anti-hegemonismo, quer combatendo o hegemonismo soviético, quer contra os EUA, prestando socorro a movimentos populares e revolucionários. Outros pontos de acção, levados a cabo pela China, dentro do mesmo objectivo, foram a Argélia, a Zâmbia e a Tanzânia, todos eles em África. Nesta altura, o objectivo era fazer frente ao alastrar da presença soviética em África,



continente este a que a China sempre devotou especial interesse.

A China começou então por restabelecer algumas das missões diplomáticas que havia perdido, iniciando também um processo de reaproximação com os EUA. Tendo sido finalmente admitida nas Nações Unidas em 1971 e diplomaticamente reconhecida por um número crescente de nações, a principal linha de conduta da política externa Chinesa era a célebre Teoria dos Três Mundos de Mao, que foi publicamente apresentada por Deng Xiaoping em 1974 nas Nações Unidas. Segundo esta teoria, o Primeiro Mundo consistia em duas super potências – a União Soviética e os EUA, rotuladas de agressores imperialistas cuja rivalidade é o principal obstáculo à paz mundial. O segundo mundo compreendia os países desenvolvidos da Europa e o Japão, que podiam oprimir o Terceiro Mundo ou juntar-se na oposição às super potências.

O Terceiro Mundo era a força principal nas relações internacionais e, nesta perspectiva, era possível observar uma crescente oposição à hegemonia das super potências em significativos acontecimentos como o controle dos preços do petróleo por parte das nações árabes, a recusa do Egipto à ajuda soviética em 1972 ou à retirada americana do Vietname. Para além destes acontecimentos, estar-se-ia a delinear também uma Nova Ordem Económica Internacional.

Esta perspectiva de certa forma transpunha para o cenário internacional a visão dominante da política interna chinesa, com os camponeses a serem o Terceiro Mundo e a burguesia o Primeiro Mundo, onde se incluía a anterior aliada, a URSS. Na segunda metade da década de 1970, a China percepciona uma ameaça crescente por parte da União Soviética, levando-a a enfatizar a teoria de que a União Soviética seria, entre as duas superpotências, a mais perigosa.

A China acabou por não efectivar a própria adesão ao Movimento dos Não Alinhados (MNA) que juntamente com a Índia liderou já que eram os

próprio dirigentes chineses que, em nome da independência da China, eram opositores a qualquer tipo de vinculação, até mesmo com os países do Terceiro Mundo. Como refere Shambaugh, “... even though China frequently proclaimed its common identity with other developing countries, it steadfastly refused to join such Third World organizations as the Non-Aligned Movement , the Group of 77 in the United Nations , or OPEC, either during the Maoist era or subsequently.” (2001, 394) Um outro recuo que a China dá é relativamente à Nova Ordem Económica Internacional (NOEI). O apoio prestado pela RPC foi meramente formal e só até ao momento em que os empréstimos e a assistência económica dos países desenvolvidos era bem vinda, perante a necessidade de seguir em frente com as propostas da Teoria das Quatro Modernizações. É também nesta fase que se dão tímidos passos no reatar das relações entre a China e os EUA.

A China procura dar então uma nova orientação à própria política externa. Dá-se então a entrada da RPC, na qualidade de membro permanente, para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 1971, e consequentemente o reconhecimento diplomático, por parte de um grande número de nações. E, para além destes avanços, dá-se também um passo diplomático determinante, na reaproximação entre a RPC e os EUA, quando o opositor histórico do regime chinês, o Presidente Richard Nixon, visita a China em 1972. Segue-se também o restabelecer das relações comerciais e financeiras entre a China e os EUA. “...in 1972, President Nixon, who had already lifted restrictions on travel as well as the trade embargo on nonsecurity goods, made his historic visit to China, the former enemy, with a view to getting an ally against their common foe, the Soviet Union.” (Craft 1998)

Apesar de nesta fase terem sido dados passos no caminho da independência chinesa, através da interdependência, a política externa chinesa revelava-se ainda bastante dúbia, pois ao mesmo tempo que mostrava radicalizar à esquerda, começava já a dar sinais de negação e

tentativas de neutralização desta teoria<sup>6</sup>, situação contraditória esta que já se fazia sentir dentro do núcleo duro do Partido Comunista Chinês.

*... China's partnerships with the developing nations were frequently complicated by Beijing's ambivalent attitudes toward non-Communist governments in the Third World...*

*... In the post-Mao era, Beijing has been able to build equal partnerships with a much larger number of foreign countries, not only in the Third World, but also among more highly developed nations (Shambaugh 2001, 394)*

Por exemplo, Mao não conseguia esconder uma certa inquietação e desconfiança relativamente à concentração de tropas soviéticas na fronteira chinesa, isto ainda em 1970, tendo em conta atritos do ano anterior<sup>7</sup> e também as conhecidas ambições de Lin Biao<sup>8</sup>. Assim, para

---

<sup>6</sup> Na China, nos finais da década de 1960, uma política externa assente no interesse nacional começava a ocupar o lugar de uma política externa que era baseada no interesse das classes. Com a visita de Nixon à China em 1972, as relações entre a China e os EUA começavam a entrar na normalidade e na década de 1980 era a vez das relações Sino-Soviéticas se reestabelecerem. Assim, na década de 1970, cerca de 72 países acabariam por estabelecer relações diplomáticas com a China e, ao todo, Pequim já era internacionalmente reconhecido por 124 países. Para além disso, o colapso do controlo da União Soviética, sobre a Mongólia e a Europa de Leste, permitiria à China estabelecer ligações com países do antigo grupo socialista.

Pequim havia reduzido drasticamente o apoio a insurreições no exterior, particularmente as dirigidas contra governos do Terceiro Mundo e também acabou com o apoio dado aos partidos comunistas da Malásia e Indonésia, ao fornecer ajuda moral e material a estes partidos e, estas mudanças na política externa chinesa, acabariam por facilitar a integração da China no Mundo. Como sublinha Shambaugh, “As the role of ideology in China is reduced, there is a willingness to deal with countries with differing values, social structures and economic systems” (2001, 399)

<sup>7</sup> No ano de 1969, em Março, na fronteira do rio Ussuri, numa Ilha, com o nome em russo de Damansky e em chinês de Zhen Bao, duas grandes potências socialistas, a União Soviética e a República Popular da China começam a lutar uma contra a outra. Ocorreram dois confrontos um a 2 e outro a 15 de Março. O primeiro foi uma emboscada a uma patrulha russa, com perto de 300 soldados chineses e do que resultou a morte de 19 russos. O segundo, que ocorreu a 15 de Março, foi numa escala maior envolvendo milhares de soldados na zona, Gelber refere que estes confrontos ocorridos entre a RPC e a URSS poderão ter representado um ataque ao “revisionismo” russo, por parte dos

fazer face a estes potenciais perigos, e apesar da retórica anti-imperialista por parte de Jiang Qing<sup>9</sup> e outros líderes da Revolução Cultural, a hipótese de retomar contactos com os Estados Unidos da América não deixou de ser tema de discussão entre membros da direcção chinesa. Dava-se assim a plena integração da China no sistema internacional.

Mas esta ruptura com o passado chinês, esta libertação no caminho de uma nova inserção internacional, não foi exclusivamente uma decisão do PCC a nível interno. Na segunda metade da década de 1970, uma lufada no campo económico seria também o motor de arranque no caminho da internacionalização da China. Os EUA procuravam um isolamento da URSS. Na realidade, a China representava uma espécie de prolongamento do território soviético, logo, a separação destes dois enormes territórios contíguos representaria uma reversão da expansão soviética, iniciada logo após a Segunda Guerra Mundial. A China começava já também a representar um vasto e potencial mercado económico alvo. A existência de capitais disponíveis para investimentos produtivos, financeiros e empréstimos no mercado mundial, bem como a forte concorrência internacional, contribuíam para projectar uma nova imagem da China no mundo. Por sua vez, o Ocidente começava a ver a China com outros olhos pois o governo chinês apostava cada vez mais no desenvolvimento económico e modernização da indústria. Neste período, a China revelava não se limitar exclusivamente ao princípio de *self-reliance*. A aposta no desenvolvimento da economia e modernização tecnológica foi a estratégia escolhida para uma maior aproximação às economias ocidentais.

*China adopted an economic and technological  
modernization program that greatly increased*

---

maoistas ou também uma forma de limpar a imagem desgastada, num período de pós Revolução Cultural, perante a opinião pública e o povo chinês. Estes conflitos tiveram ainda como consequência, para além de uma grande concentração de tropas, uma enorme concentração de mísseis russos na fronteira com a China. (Gelber 2007, 436)

<sup>8</sup> Companheiro de armas e sucessor de Mao Tse Tung. (Lee 2006)

<sup>9</sup> Actriz chinesa, membro do partido comunista e do Gang dos 4, foi também a terceira esposa de Mao Tse Tung. (Lee 2006)

*commercial links with foreign countries. These trends toward strategic and economic cooperation with the West gave momentum to Sino-United States normalization, which had been at an impasse for most of the decade. Ties between China and the United States began to strengthen in 1978, culminating in the December announcement that diplomatic relations would be established as of January 1, 1979.*

(Worden et al 1988)

Como refere Alexei Voskressenski, a China acabou por conseguir criar um modelo de mercado flexível o suficiente para não deixar de ser um modelo socialista mas com características diferentes, tendo, com sucesso, conseguido adaptar as ideias socialistas ao sistema ético de Confúcio. “...with at first rudimentary and later quite sophisticated ‘capitalist’ market mechanisms, while attempts to create a new system of ‘socialists morals and ethics’ and of a ‘socialist economy’ obviously failed in the USSR.” (2007, 16)

Começa então a desenhar-se um modelo de economia de mercado chinês, onde a aposta na economia se sobrepunha às milícias, e a China acabava por conquistar um reconhecimento único já que mostrava conseguir erguer um modelo de economia de mercado, a economia socialista de mercado, que o congénere soviético jamais conseguiu com uma filosofia económica semelhante.

#### **1.1.3.4.1 - Taiwan – Sinónimo de Independência**

Deixar passar em branco a questão de Taiwan no processo de independentização da China seria ocultar a questão chave, ainda que por vezes questão problema. Taiwan não deixa de ser uma questão de duas faces e já tivemos oportunidade de explicar o primeiro desses lados

quando foi abordado o tema do trauma da dependência chinês. No entanto, toda a dependência pressupõe o antónimo independência, e daí que a segunda face tenha que ser também abordada, inserindo-a no contexto temporal que a clarifica ainda melhor – a década de 1970.

A conquista do reconhecimento internacional por parte da República Popular da China, como único governo legítimo chinês, incluindo Hong Kong, Macau e Taiwan, revelou-se uma constante desde a implantação em 1949, no entanto esta grande meta só seria alcançada em 1971 quando a Assembleia Geral das Nações Unidas vota no sentido de designar como representante oficial da China a RPC, ou seja, o governo de Pequim passou então a ser diplomaticamente reconhecido pela maioria das potências do mundo. Particularmente a partir de 1997, a RPC ganha um avanço considerável relativamente a Taiwan em termos de reconhecimento internacional.

*By 1988, Taiwan had lost diplomatic ties with fifty-five countries, or 80 percent of all the countries recognizing the republic of China government on Taiwan well until the 1970. It was able, on the other hand, to establish new diplomatic relations with only nine countries in the meantime. All the fifty-five had shifted their diplomatic recognition to the PRC in Beijing. (Henckaerts 1996, 212)*

Depois de 1971, o ano que se seguiu também foi determinante para a solidificação do reconhecimento diplomático da RPC, pois em 1972, se dá não só o estabelecimento de relações diplomáticas entre a RPC e o Japão como, em Fevereiro do mesmo ano, o Presidente Nixon assina o Comunicado de Shanghai, numa visita histórica à China. Em resumo, este

comunicado, para além comprometer os EUA a normalizar as relações com a China estabelecia que os EUA adoptariam a política de “Uma China”. Os EUA confirmavam a posição chinesa de que todos os chineses, de ambos os lados do estreito de Taiwan, reconheciam que só existia uma China e que Taiwan era parte da China. Desta forma abriam-se as portas ao comércio e outros contactos, pois pôr à margem o problema Taiwan acabava por desobstruir o caminho que impedia que as relações entre a China e os EUA entrassem na normalidade. No caminho da solidificação da relações entre a RPC e os EUA, vários são os passos determinantes que são dados.

Em Maio de 1973 é criado o Gabinete de Ligação dos Estados Unidos com o objectivo de estabelecer relações diplomáticas formais entre a China e os EUA, com sede em Pequim, sendo no entanto criado um gabinete homólogo chinês em Washington. Ainda na mesma década, em 1975, numa visita à China, o Presidente Ford revela-se interessado em normalizar as relações sino-americanas, ajudando mais tarde o Presidente Carter a vincar esta intenção ao revelar interesses pelo Comunicado de Shanghai, assim RPC e EUA acabariam por comunicar a 15 de Dezembro de 1978 a intenção de ambos os governos estabelecerem as relações diplomáticas em 1979, logo no primeiro dia do ano. Depois do Comunicado de Shanghai segue-se o Comunicado Conjunto que transfere o reconhecimento diplomático de Taipei para Pequim, sendo provavelmente este o auge no processo de independentização da RPC. “The United States acknowledged the Chinese position that there is but one China and that Taiwan is part of it, while maintaining cultural, commercial and other unofficial relations with Taiwan”. (Chang 2001, 5) mas a intenção era também de certa forma garantir que as relações comerciais, culturais e outras de carácter não oficial ficassem protegidas, e neste sentido é então criado o Acto das Relações de Taiwan sendo necessário para tal que os EUA fizessem algumas adaptações, em termos de legislação nacional, que permitissem que as relações de carácter

informal com Taiwan frutificassem. “...resist any resort to force or other forms of coercion that would jeopardize the security, or the social or economic system, of the people on Taiwan” (Chang 2001, 6) No entanto, esta legislação autorizava que o governo americano mantivesse o comércio de armas com Taiwan o que levava a um claro descontentamento por parte de Pequim que inclusivamente não reconhecia a legitimidade do Acto de Relações de Taiwan, encarando-o como uma espécie de invasão dos assuntos internos chineses. À semelhança do que aconteceu no solidificar das relações sino-americanas com a criação do Gabinete de Ligação, Taiwan também estabeleceu o Instituto Americano em Taiwan, sediada em Taipei, sendo igualmente criada uma espécie de embaixada nos EUA, o Gabinete Económico e Cultural, representativo de Taipei. Assim, apesar deste avanço significativo do aproximar entre Pequim e os EUA, e apesar de Taiwan ter perdido o *status quo* para a RPC, não deixam de existir reacções de possível resistência por parte do governo de Taipei bem como situações que acabam por abalar os passos significativos que, até aquela data, já haviam sido dados entre Washington e Pequim. Um exemplo de uma situação deste tipo é o comércio que se mantém de armas entre os EUA e Taiwan e daí também se entende porque é que o já referido Acto de Relações de Taiwan provocava um certo incómodo ao governo de Pequim. A década de 1980 que se segue representará então um novo salto no caminho de uma política externa chinesa cada vez mais independente, daí que a própria questão de Taiwan irá reflectir esse grande avanço. No entanto, antes de avançarmos na problemática de Taiwan, na década de 1980, é importante contextualizar primeiro esse período (Shambaugh 2001).

#### **1.1.4 - 5ª Fase - Política externa independente - Anos 80**

Uma outra componente fundamental da política chinesa para o Terceiro Mundo foi uma mudança radical que se operou na estrutura do poder e particularmente o apelo a uma NOEI fazendo-a coincidir com conceitos



como soberania, oposição à hegemonia e fundamentalmente o papel de uma espécie de auto suficiência colectiva entre os países do Terceiro Mundo, ou a *Cooperação Sul-Sul*, da década de 1980. É então nesta década que Pequim volta a reforçar que a base das relações inter estaduais se encontra nos 5 Princípios de Coexistência Pacífica, negando a ambição do papel de líder do Terceiro Mundo.

Na segunda metade da década de 1980, as relações da China com o Terceiro Mundo de amistosas passaram a conflituosas (Miller 2002). As relações bilaterais passaram de uma aliança formal com a Coreia do Norte, e de uma aliança mais estreita com o Paquistão, para uma relação mais hostil com o Vietname marcada por conflitos fronteiriços esporádicos. Inclusivamente algumas relações mudaram radicalmente durante este período de tempo: por exemplo, por volta de 1950, a China tinha relações de proximidade com o Vietname e fortes laços de amizade com a Índia mas que se foram perdendo com as frequentes tensões fronteiriças.

Se entre o ano 1949 ao de 1957, a China e a Índia atravessaram por um período de cooperação, em que os dois vizinhos chegaram a viver boas relações diplomáticas, a partir de finais da década de 1950 a questão fronteiriça entre os dois países acaba por emergir e os problemas em torno particularmente da linha não demarcada acabariam por levar ao conflito de 1962. Uma guerra de fronteira que ainda hoje não teve um ponto final. (Sidhu et Yuan 2003, p. 11)

Vários foram os motivos que conduziram ao desgaste das boas relações, alcançadas entre a China e a Índia, num período colonial em que estes países se aproximaram por se identificarem como países vítimas da colonização. Como refere Sidhu e Yuan “... it was the colonial experience and the exploitation of the sea routes by european powers that provided China and India with a common political history for the first time.” (2003, p.10)

A China e a Índia identificavam-se porque se sentiam igualmente exploradas e subjugadas, ainda que de forma diferente. A China foi dominada por vários países europeus e depois invadida pelo Japão, como já tivemos oportunidade de referir, o que não podemos chamar de uma real experiência colonial, no sentido clássico do conceito mas a Índia foi colonizada, no real sentido do conceito, primeiro pela Companhia Inglesa das Índias Orientais e posteriormente pela monarquia Britânica, num somatório de cerca de aproximadamente 300 anos de colonização. (Sidhu et Yuan 2003)

As Guerras do Ópio (1838 – 1842) foram o primeiro foco de divergências, entre a China e a Índia, e constituíram um marco na história destes dois países. O chá era uma bebida bastante apreciada pelos ingleses e estes usavam o ópio indiano como moeda de troca para comprarem o chá chinês.

Vários foram os eventos que marcaram as relações entre a China e o Japão, ora períodos de conflito, ora de períodos de cooperação entre estes dois países. Se a Guerra do Ópio foi marcada pela competição global, a II Guerra Mundial faria com que potências ocidentais incentivassem a aproximação entre chineses e indianos, como forma de impedir a expansão do Japão. No entanto, como conclui Sidhu e Yuan “Thus, even though China and India confronted and cooperated with each other under colonialism, it was not based on their own free will.” (2003, p 10)

Num período pós-colonial, a quebra das boas relações entre a China e a Índia nada mais é do que consequência de vários eventos que acabariam por conduzir a um cenário de conflito entre estes dois países, no ano de 1962.

Os autores Sidhu e Yuan apontam por um lado o legado colonial e por outro lado as diferenças ideológicas como dois dos motivos que levaram à perda das boas relações entre a China e a Índia.

No que toca à herança colonial, a demarcação da fronteira indiana ficou desde logo comprometida no *Encontro Simla* que se realizou, na presença de representantes do Tibet, da República da China e da Índia Britânica, no período compreendido entre os anos de 1914 – 1915. A linha Macmahon que resultou desse encontro não se encontra validada já que a China se recusou a ratificar o Tratado. Esta linha estende-se por cerca de 885 km ao longo do cume dos Himalaias. Para não ter validado o Tratado, a China apresenta o argumento de o Tibete não ser um Estado soberano, à data em que a Convenção foi celebrada. Na verdade o Governo britânico passou a considerar o Tibete como Estado soberano a partir de 1910, mas Pequim recusa-se a reconhecer a linha Mc Mahon como fronteira, afirmando que nenhum governo chinês reconheceu a declaração de independência de Lhasa em 1913. Os chineses chamam de Tibete do Sul ao território que se situa a sul da referida linha e os indianos consideram o mesmo território, de cerca de 145 039 km<sup>2</sup>, como parte de um dos Estados indianos, mais propriamente de Arunachal Pradesh. Em 1962 forças Indianas e chinesas, instalaram-se na Linha, e lutam pelo controlo do território disputado. (Sidhu et Yuan 2003)

No que toca às diferenças ideológicas, é de notar que a Índia foi um dos primeiros países a reconhecer a RPC e como forma de reconhecimento da China comunista, a Índia envia a Pequim, Sardar Panikkar, um diplomata indiano de renome. No entanto, Mao não retribui à Índia este amável gesto. Pequim faz exactamente o contrário, não só rotulando o governo indiano de fantoche do imperialismo, mas acusando também a Índia de representar um obstáculo para movimentos de libertação nacional.

Um outro evento que contribuiu para o desgastar das boas relações entre a China e a Índia foi o facto de a Índia ter concedido asilo político a Dalai Lama na sequência da eclosão de uma revolta armada no Tibete, que ocorreu em 1959, como reacção à ocupação chinesa. (Sidhu et Yuan 2003)

Todos estes acontecimentos, que contribuíram para desgaste das relações

entre China e a Índia, ocorreram num contexto de várias crises que contribuíram para ruptura da aliança sino-soviética. Uma dessas crises foi a crise dos mísseis em Cuba e outra foi a ajuda soviética prestada à Índia na Guerra de fronteira que eclodiu em 1962, entre a China e a Índia, ao longo dos Himalaias. (Gelber 2007, p. 428)

Para além disso, depois de um período de convivência pacífica, o conflito entre a Índia e o Paquistão, duas grandes potências nucleares que disputam a zona fronteiriça de Caxemira, deixariam a China numa situação difícil perante cada um destes países. Um conflito que, desde 1989, já tirou a vida a mais de 40 mil efectivos ao longo da Linha de Controlo. (Hoge 2004, 2)

No caso das relações entre a China e o Vietname, no período compreendido entre 1950 e 1968, o elemento central era a cooperação já que se vivia um espírito solidário de luta contra as nações não comunistas. Nesse sentido, o apoio da China no fornecimento de equipamento e no treino de um exército vietnamita pouco experiente revelar-se-ia fundamental para expulsar os franceses do Vietname.

*These were considerable measures for the Chinese since their own revolution had just ended and they were engaging the Americans in Korea. The Chinese continued providing support troops (some 320,000 between the years 1965-1968), advisors, and equipment for the Vietnamese once the Americans officially entered into the Indochina conflict China's position of aiding the Vietnamese was in direct opposition with what was seen by Mao Zedong as the Soviet's appeasement of the Western nations during this period. (Anderson 2002, 1)*

Mao Tse Tung morre no ano de 1976, deixando a China completamente devastada, num período de pós revolução, e debilitada em termos económicos e estratégicos.

Retirada estratégica dos EUA do Vietname acabaria por beneficiar mais os EUA que a própria China, mas acabaria também por fazer crescer a proximidade diplomática entre Washington e Pequim, que tinha sido inaugurado em 1978 com o reconhecimento diplomático da RPC, em 1978, pelos EUA. Como sublinha Gelber “... ao deixar o Vietname, a América tornara-se muito mais importante para a China do que a China era para a América: a reconstrução económica da China não exigia mais do que fronteiras tranquilas e uma modernização económica e tecnológica no seu interior.” (2007, 447) Os EUA tornaram-se, a partir da década de 1980, um país fonte de modernização da tecnologia chinesa.

Gelber refere-se também a vulnerabilidade das fronteiras chinesas, pois se os EUA faziam parte da solução, para os problemas que a China enfrentava, os velhos amigos soviéticos representaram, neste período, parte do problema.

Para além do perigo crescente que representava para a China a fixação crescente de armas nucleares entre a China e a URSS, nomeadamente “...os novos mísseis nucleares móveis, os SS20, de ogivas múltiplas e com um alcance de quase 5 mil quilómetros”, a aliança entre a Rússia e o Vietname causava crescentes atritos entre a China e o Vietname. A supremacia chinesa na região também estava ameaçada, sobretudo com a assinatura, em Novembro de 1978, do Tratado de Amizade entre Moscovo e o Vietname. Como consequência deste Tratado, na baía de Cam Ranh, uma antiga base, onde os EUA se haviam estrategicamente fixado, passa a ser ocupada por unidades navais e aéreas de Moscovo. E, na sequência desta aproximação entre Moscovo e o Vietname, o Camboja é invadido por

vietnamitas com o intuito de derrubar o regime apoiado pela China, os Khmers Vermelhos, pretendem, ali, em Moscovo instalar, ao invés, um regime que ficaria rotulado de “fantoche”, como o próprio autor refere. (Gelber 2007, 447) Os chineses reagiram, enviando uma força de cem mil soldados para o Camboja e assim defender o regime dos Khmers vermelhos. No entanto, o conflito entre a China e o Vietname, não duraria mais de 29 dias, e deste conflito que se revelaria desastroso para a China, os chineses extrairiam importantes lições, por um lado que os soviéticos não mostravam a intenção de sustentar por muito tempo um conflito para apoiar o Vietname e que para enfrentar um exército experimentado e com uma forte experiência de combate, em suma um adversário duro, é necessário responder, apostando num exército igualmente forte para o destruir. (Gelber 2007, 447)

Apesar de vencida neste conflito com o Vietname, a China continuava convencida que era bastante importante continuar a afirmar-se no mundo. E, talvez por esse motivo, durante a década de oitenta soldados chineses e vietnamitas, posicionados nas fronteiras, criaram uma linha de tensão entre o Vietname e a China.

Um outro motivo a abalar as boas relações entre a China e o sudeste asiático continua a ser o caso de Taiwan.

## **2- A Questão de Taiwan – As Relações sino –americanas e o Comunicado Conjunto de 1982.**

O comércio de armas entre os EUA e Taiwan foi uma das questões que abalou o progredir das relações entre os EUA e Pequim. Ainda, em Junho de 1981, o próprio Secretário de Estado Alexander Haig acabaria por visitar a China no sentido de esclarecer algumas questões acerca das relações não oficiais dos EUA com Taiwan. Em resumo, após oito meses de negociações, o próprio Comunicado Conjunto de 1982, o terceiro de

uma série de Comunicados, acabaria por se centrar no objectivo de gradualmente reduzir os níveis de vendas de armas para Taiwan. E, em contrapartida, os chineses viam, no próprio esforço de encontrar uma solução pacífica para a questão de Taiwan, uma política fundamental no estreitamento das relações com os EUA (Shambaugh 2001).

Esta década de 1980 ficou particularmente marcada por uma série de visitas de estado recíprocas, e que em muito contribuíram para o progresso das relações entre a China e os EUA, entre o Presidente Reagan e o Primeiro-ministro Zhao Ziyang, logo em 1984. Depois, em Julho, do ano seguinte, é a vez de um chefe de estado chinês visitar pela primeira vez os EUA, pioneiro nesta visita seria então o Presidente Li Xiannian. E, em Outubro de 1985, o Vice-presidente Bush acabaria também por visitar a China inaugurando o Consulado Geral Norte-americano, em Chengdu, o quarto posto consular americano na China e até à visita do Presidente Bush a Pequim, em Fevereiro de 1989, ocorreram então várias outras visitas oficiais entre os dois países, no período compreendido entre 1985-1989<sup>10</sup>.

## **2.1 - China -Taiwan- EUA: Depois do Avanço um Retrocesso com a Revolta em Tianamen.**

Acabámos de enumerar uma sucessão de visitas recíprocas, na década de 1980, como favorável ao estreitamento das relações entre a China e os EUA. Contudo, no final desta década, numa espécie de retaliação às atrocidades cometidas pelos chineses em Tianamen, os EUA respondem, em tom de condenação, exactamente através da suspensão de todos os encontros oficiais de alto nível que já haviam sido agendados com a

---

<sup>10</sup> Wikipedia 2005, *Wikipedia. The Free Encyclopedia*, Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Sino-American\\_relations#U.S.-china\\_relations\\_since\\_normalization](http://en.wikipedia.org/wiki/Sino-American_relations#U.S.-china_relations_since_normalization)

China.

*Refreshed U.S. diplomatic confidence and popular expectations of American advocacy of human rights coincided with the violent suppression of Chinese democracy activists in spring 1989 to transform the making of U.S. policy toward China. Human rights issues and security and economic conflicts quickly overwhelmed the possibilities of U.S. – China cooperation. (Ross 1998, 2)*

Não se limitando somente à supressão das visitas agendadas entre os EUA e a China, as autoridades norte americanas acabaram por suspender as exportações de armamento para a China, bem como impor sanções económicas. Assim, Tianamen acabaria não só por romper com as relações comerciais entre a China e os EUA como também provocar um grande abalo no interesse dos investidores pela China.

Para além do massacre na Praça de Tianamen, o factor que tinha favorecido o estreitamento das relações sino-americanas acabaria por desaparecer. Com o colapso da União Soviética, o “inimigo” comum a Washington e Pequim, que sustentou a aliança sino-americana nos 10 anos que se seguiram a 1979, acabaria por deixar de existir o que favoreceria também a aproximação americana a Taiwan.



*By the early 1990s, Taiwan as undeniably a thriving democracy and had become America's sixth-largest trading partner. American exports to Taiwan were \$16 billion in 1993, more than twice as much as to mainland China. Where mainland China was the dream of the future for American business, Taiwan represented the profits of the present day. American corporations were rushing to Taipei to compete with European firms for the contracts in a \$300 billion public works program. U.S. defence contractors were eagerly testing to see whether the Bush administration's approval of F-16s to Taiwan had opened the way for more arms sales. The business interest in Taiwan grew stronger year by year.(Chang 2001, 109)*

Como refere Chang, o massacre na Praça de Tianamen revelou a verdadeira natureza de um governo comunista e o efeito sobre a população chinesa e por consequência a visão dos EUA acerca da China continental ficou completamente alterada (2001)

### **2.1.1 - O Retomar das Boas Relações entre a China e os EUA: O recuo de Taiwan**

Para além do recuar das relações entre a China e os EUA no período pós Tianamen, em 1991 é a vez do Kuomintang também recuar, abdicando do objectivo, definido em 1949, de controlar toda a China e, ao invés, reclamar apenas a autoridade exclusiva sobre Taiwan. Desta forma, os objectivos de Taiwan que poderiam ser condenados por transmitirem a ideia de invasão pretendem provavelmente ser encarados a partir daqui como emancipação. Ora esta atitude de aparente recuo, perante a comunidade internacional, poderá servir os interesses de Taiwan no

sentido de reconquistar a confiança perdida, junto de países estrangeiros. É então, neste sentido, que o governo de Taiwan institui o Conselho de Unificação Nacional pois, como o próprio nome indica, o objectivo é promover a reunificação de Taiwan com o continente. Através de uma série de linhas orientadoras que pressupunham uma integração em vários estádios que foi predefinida em três estádios de integração: o primeiro objectivo era o de incentivar as trocas realizadas através do estreito de Taiwan, num segundo passo dá-se mais um avanço no aprofundamento dessas trocas pressupondo ligações comerciais directas, bem como visitas recíprocas entre homólogos de ambos os lados do estreito. Numa fase final, seria criada uma organização de carácter consultivo que desenvolveria, em termos constitucionais, o conceito de unificação, e o apelo a uma China próspera em nome da equidade, liberdade e democraticidade.<sup>11</sup>

Um ano depois, com o “Consenso de 1992” é dado mais um significativo passo em nome do princípio de “Uma China”, uma série de conversações até atingir o consenso foram então tidas em Hong Kong, entre a “Straits Exchange Foundation”(SEF) e a “Association for Relations Across the Taiwan Straits” (ARATS). O primeiro foi instituído pelo governo de Taiwan para lidar com os negócios através do estreito e o ARATS, constituiria a instituição homóloga chinesa. No entanto, apesar destes progressos, sobretudo em questões de negócios, incrementados sobretudo ao nível do transporte, entre estreitos, a crise de 1995-96, que se instalou no estreito de Taiwan, acabaria por interromper as negociações.

Em 1995, a China começa a revelar sinais de grande preocupação com o aproximar das primeiras eleições democráticas para as presidenciais em

---

<sup>11</sup> ZENSandiego, Jerome F. Keating's Writings, Disponível em:  
<http://66.102.9.104/search?q=cache:qoX0s1zr-dYJ:zen.sandiego.edu/Jerome/1147577518+The+National+Unification+Guidelines+and+Taiwan+and+1991+and+Kuomintang+and+keating&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>

Taiwan e por consequência a forte probabilidade de Lee Teng-hui ser eleito. A grande preocupação de Pequim resultava do facto de este ser precursor de uma “diplomacia pragmática”. Isto é, tudo indicava, sobretudo após o recuo de Taiwan na questão do controle de todo o território chinês, que Lee Teng-hui<sup>12</sup> investiria agora no sentido de recuperar a visibilidade de Taiwan junto da Comunidade Internacional. Numa espécie de aproximação, reprodução da estratégia de Pequim, Taiwan oferece ajuda, fundamentalmente económica, aos países em vias de desenvolvimento, sobretudo ao continente africano, visando, como moeda de troca, o reconhecimento de Taiwan como um estado independente, através da integração do mesmo em organismos de cariz internacional. No entanto, perante estes esforços de Lee, no sentido de caminhar para a emancipação de Taiwan pelos meandros da interdependência, a China reagiria negativamente. E assim, perante o não cumprimento da promessa do governo de Clinton de não conceder o visto a Lee, praticamente após a visita de Lee aos EUA<sup>13</sup>, a RPC levaria a cabo os primeiros exercícios militares, em Agosto de 1995, despoletando também, três meses depois, nova vaga de treinos, após as eleições legislativas em Taiwan. O voto nos candidatos a favor da unificação ganhava e, apesar de todos os esforços de Pequim com vista a intimidar o eleitorado taiwanês, Lee acabaria por ganhar esta batalha (Ross 1998).

A própria questão de Taiwan ajuda também a perceber o medo da RPC em perder o *status quo* alcançado na arena internacional, com o título de membro permanente no CSNU, não porque exista a possibilidade de Taiwan recuperar o assento perdido mas porque o não conformismo de

---

<sup>12</sup> Lee Teng-hui foi eleito Presidente da República da China a 23 de Março de 1996. Wikipedia, *The Free Encyclopedia*, Disponível em:

[http://66.102.9.104/search?q=cache:YtQqyIvR\\_H8J:en.wikipedia.org/wiki/Lee\\_Teng-hui+Lee+Teng+Hui+election&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt](http://66.102.9.104/search?q=cache:YtQqyIvR_H8J:en.wikipedia.org/wiki/Lee_Teng-hui+Lee+Teng+Hui+election&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt)

<sup>13</sup> Clinton tinha prometido à China não conceder o visto a Lee Teng Hui para viajar até aos EUA. No entanto, perante pressões de grupos opositores que se revelavam pró-Taiwan, Clinton acabaria por ceder e voltar com a palavra atrás, concedendo o visto que permitiria a Lee viajar, a título privado, até aos EUA. Ora, este recuo na posição de Clinton acabaria por despoletar mais uma crise militar entre a China e os EUA, sobre Taiwan. (Sutter 1998, 1)

Taiwan poderá levar a uma maior aproximação entre esta ilha e o Japão o que também representa um perigo emergente já que tudo indica que o Japão poderá vir a ocupar um assento permanente, junto da RPC e dos restantes pares, no CSNU, num cenário de alargamento.

No entanto, ainda antes de se avançar na questão acerca da probabilidade ou não de a RPC poder vir ver cair o seu *status quo* actual, importa continuar com a questão de Taiwan que muito explica o progresso das relações sino-americanas.

### **2.1.2 - China – Taiwan – EUA**

Em 1998, apesar de os EUA não terem cortado completamente o apoio a Taiwan, não deixaram de impor alguns limites, limites esses que atingiam a soberania perdida que Taiwan revelava cada vez mais querer recuperar de Pequim e que por sua vez Pequim temia perder. A administração de Clinton deixava então claro que os EUA não reconheceriam a independência de Taiwan nem apoiariam a entrada de Taiwan em organizações de carácter internacional, sobretudo as que se subentendia como condição o reconhecimento de Taiwan como estado soberano.

*...President Clinton lifted the veil of secrecy concerning repeated efforts to reassure China about US policy toward Taiwan...in an interview in Shanghai on June 30, 1998, he said: “... I had a chance to reiterate our Taiwan policy, which is that we don’t support independence for Taiwan, or two Chinas, or one Taiwan – one China...” (Clinton et al 2000, 108)*

Em Maio de 1999, as relações entre a China e os EUA sofreriam um forte abalo dado o trágico bombardeamento accidental que sucedeu na embaixada chinesa em Belgrado, no entanto o caminho da aproximação

seria reencontrado ainda antes do final do mesmo ano. Em 2000, o Presidente Chen Shui –Bian eleito pelo Partido Democrático Progressivo inauguraria a história de Taiwan com o título de primeiro presidente taiwanês não eleito pelo Kuomitang, adoptando inicialmente então como estratégia uma postura menos radical, isto é aparentemente menos provocadora no que toca à questão do *status* de Taiwan. A ideia que era transmitida pela presidência de Chen Shui –Bian era que, caso a China intentasse o uso da força contra Taiwan, então Taiwan perseguiria a ideia de independência. Esta atitude de aparente recuo por parte de Chen Shui –Bian não abdicaria, no entanto, de algumas condições, exigindo alguns “não” nesse sentido:

- a não exigência de um referendo relativamente ao *status* de Taiwan;
- a não alteração do nome de República de Taiwan como o nome oficial da ilha;
- o não permitir a revisão da Constituição de Taiwan, mencionando relações especiais de Estado para Estado<sup>14</sup>,
- e por último, apesar de o Conselho de Unificação Nacional já não se reunir desde 2000, a não abolição do mesmo.

As relações entre a China e os EUA voltariam a arrefecer com a colisão entre um F8 chinês e um EP-3 americano, no sul da China (Roy 2003, p. 4). O avião americano havia sido forçado a aterrar de emergência, apesar de tal poder implicar danos bastante significativos. O piloto chinês

---

<sup>14</sup> Conforme refere Sheng apesar de a política de Chen Shui-Bian se revelar mais flexível do que a de Lee Teng-Hui também é verdade que nos seus discursos, Chen, revela alguma ambiguidade nas palavras pelo que se poderá concluir pela descrição de Sheng que Chen mantinha a intenção de lutar pelo reconhecimento de Taiwan. Sheng refere também que Chen nos seus discursos usa a palavra “Integração”, que não quer necessariamente dizer reunificação. Como refere também Sheng quando Cheng Shui-Bian declara que a União Europeia poderá servir de modelo para a situação de Taiwan e da China deixa mais visível a ideia de “Integração” como escreve Sheng, “ Obviously, Chen was asking for Beijing’s recognition of Taiwan as nothing less than a separate sovereign state, and not Taiwan’s reunification”(Sheng 2002, 58) Assim, considerando

acabaria por morrer neste trágico acidente, ao que os chineses não reagiram bem, tendo somente libertado a tripulação do avião americano 11 dias depois do acidente e tendo inclusivamente retido, em território chinês, o aparelho americano por três meses. No entanto, apesar de mais este forte abalo nas relações sino-americanas, estas gradualmente acabariam por ser restabelecidas, incrementadas sobretudo com o retomar das visitas recíprocas entre os dois países. Em Fevereiro de 2002, o Presidente George W. Bush recebe o homólogo chinês Jian Zemi, em Crawford e em Outubro o encontro, entre os dois, ocorre no Texas. Em Dezembro de 2003, o mesmo presidente norte-americano receberia desta vez Wen Jiabao, em Washington. No entanto, ainda antes desta visita de Dezembro de 2003, o Presidente Bush teve a oportunidade de se encontrar, ainda no mesmo ano, em Junho, próximo à Cimeira dos G-8, em Evian, com Hu Jintao, na sua nova condição de presidente da República Popular da China. Um outro acontecimento de cariz internacional seria também ponto de encontro entre os dois países, desta vez na reunião APEC no Chile, em Setembro de 2004. Seguem-se ainda dois importantes acontecimentos, como a Cimeira dos G-8, em Julho de 2005, na Escócia, e as reuniões da Assembleia-geral das Nações Unidas, em Nova York, em Setembro de 2005. Ainda em Novembro, do mesmo ano, o Presidente Bush faz mais uma viagem à China, recebendo por sua vez em Washington o seu homólogo Hu.

À medida que a China se tornava cada vez mais independente, crescendo num mundo interdependente, para o que muito contribuiu o estreitamento das relações com os EUA, Taiwan reagia negativamente, encarando qualquer movimentação chinesa com grande desconfiança. O encontro entre o líder do Kuomintang e o Presidente chinês Hu Jintao no começo do ano de 2005 é um exemplo dessa permanente cisma, pois serviu logo de motivo para que o Partido Progressista Democrático

---

esta observação de Sheng, torna-se mais fácil de perceber o porquê das 4 condições impostas por Chen, acima enunciadas.

acusasse a China de tentar dividir os taiwaneses. No entanto, o líder do PPD acabaria por aceitar a visita mediante acordo prévio com o KMT de que este não poderia estabelecer qualquer tipo de relação bilateral partidária entre a China e o KMT, sendo que neste aspecto os próprios EUA simpatizaram com a ideia de que qualquer avanço positivo nas relações entre a China e Taiwan não poderia implicar uma aproximação através de um só partido.

Mas a desconfiança era mútua, e por sua vez a RPC instituía a Lei Anti-Secessão. Segundo esta Lei, caso Taiwan tentasse declarar independência, a China estava autorizada a intervir pela força. Chegando mesmo a rotular a lei de desnecessária, os EUA revelaram o seu descontentamento relativamente a esta decisão por parte da RPC, apesar de os chineses se esforçarem por passar a ideia de que o objectivo era meramente pacífico e o de promover a unificação de todo o território. Por sua vez, expressando também o seu descontentamento relativamente à Lei de Anti-Secessão, o Presidente Chen abandonava a sua visão mais pragmática e anunciava terminar com o Conselho de Unificação Nacional e consequentemente com as linhas orientadoras da unificação. Por sua vez, a RPC via neste recuo, por parte de Chen Shui-Bian, um redireccionar no caminho da independência de Taiwan, o que poria em causa a segurança da região. Inclusivamente, os EUA revelaram igualmente descontentamento perante a decisão de Chen, apesar de Taiwan explicar a sua posição com a ameaça militar que a China representava para Taiwan. Taiwan não conseguiu no entanto convencer os EUA, que não deixaram de alertar Chen quanto à aparente intenção de alterar o *status quo* <sup>15</sup>(Roy 2003, 4).

---

<sup>15</sup> O conceito de *status quo* é a expressão reduzida da expressão original *status quo ante bellum* que quer dizer “no mesmo estado em que se encontrava antes”, Usada inicialmente, e com mais frequência, em contexto diplomático, (quando se referia a duas nações em estado de guerra que podem chegar a um cessar fogo, desde que as duas partes voltem ao *status quo ante*, isto é às posições territoriais que ocupavam antes do início do conflito). Este conceito também tem sido utilizado, num sentido ambíguo, no meio político e um bom exemplo deste último conceito de *status quo* é o estatuto político de Taiwan. No sentido ambíguo usam o termo *status quo* em vez de “formalizar o *status*.” (<http://economicexpert.com/a/Status:com.htm>)

*On Taiwan, Bush has made it clear that cross-strait differences should be resolved peacefully and in a manner acceptable to people on both sides of the strait. The US does not support Taiwan independence and is opposed to unilateral steps by either side that would change the status quo. (Michaeli et al. 2006, .4-5)*

Em 2006 as relações entre Taiwan e o EUA começavam a revelar sintomas de deterioração. Em Maio desse ano, a visita do Presidente Chen aos EUA seria recusada, uma atitude atribuível provavelmente ao facto de, em Fevereiro, Taiwan ter decidido abolir o conselho de reunificação. No entanto, por outro lado, no mês seguinte, as relações entre a China e Taiwan dariam um passo em frente bastante significativo, já que desde 1949 que os viajantes eram forçados a atravessar o estreito recorrendo às vias alternativas, Hong Kong e Macau. Taiwan e a RPC chegariam a um acordo que restabeleceria as ligações aéreas, durante o período de férias, e que possibilitaria inclusivamente que os transportes de carga por via aérea pudessem vir a ser autorizados em casos pontuais.

Apesar deste significativo passo no que toca ao estreitamento de relações entre a RPC e Taiwan, a evolução positiva tem-se circunscrito à área de transportes e a nível comercial. O cenário que se desenha para o futuro não é assim tão optimista, sobretudo após a instituição pela China, em 2005, da Lei Anti-secessão e, numa espécie de retaliação, a resposta dada por Taiwan à criação da referida Lei, com a decisão de acabar com o Conselho de Unificação Nacional.

No percurso da dependência à independência da China, através da interdependência, a questão de Taiwan é central para perceber esse mesmo caminho, particularmente a inversão de papéis, em 1971, quando



a China alcança o *status quo*, que hoje detém junto da comunidade internacional, ao ocupar o assento permanente no CSNU que até àquela data pertencia à RC. O apoio que a China conseguiu junto dos novos Estados emergentes revelou-se determinante e a conferência de Bandung, neste percurso, um marco de igual forma importante. Ora, é exactamente esta espécie de cordão umbilical que a China cria com o Terceiro Mundo que muito contribuiu para o emergir da China no cenário internacional, chegando mesmo a importância dessa ligação a inspirar Taiwan a virar-se para os países em vias de desenvolvimento, particularmente em África, curiosamente continente também de preferência da China. Tal é particularmente evidente aquando da crise no estreito de Taiwan de 1995, quando Lee Teng-hui promete, em véspera de eleições presidenciais, uma “Diplomacia Pragmática”, no sentido de reforçar a visibilidade de Taiwan junto da comunidade internacional.

*Taiwan offered economic aid to developing countries, especially in Africa, in exchange for recognizing Taiwan as an independent state and supporting its bids to join high-profile international organizations. (Holliway 2009, 2)*

No entanto, e apesar de hoje o estatuto diplomático de Taiwan não lhe permitir uma participação plena nas organizações de cariz internacional, é perceptível, ao longo do percurso que foi descrito, que a RPC não deixa de revelar alguma desconfiança relativamente às diferentes posturas que Taiwan vai tomando. O caso da Lei Anti-Secessão de 2005 e o receio que facilmente se subentende é o medo de perder o *status quo* que ocupa como membro permanente do CSNU. É certo que Taiwan mostrou recuar em 1991 quando o Kuomintang abandonou o objectivo de representar todo o território chinês. No entanto, a divisão política de Taiwan existe, de um lado o KMT que defende um estreitamento dos laços económicos entre

Pequim e Taipei mostrando-se também um crítico à posição que Chen decidiu tomar de abolir o Conselho de Unificação Nacional, sendo que é exactamente o líder do PPD que representa o reverso da moeda, ou seja, defende a independência de Taiwan da China. Ora, esta divisão política interna de Taiwan provoca alguma instabilidade que está a ser em parte contida devido à forte pressão que representa o medo de os EUA não intervirem em defesa de Taiwan se a China decidir responder recorrendo aos meios militares.

A posição dos EUA não deixa de revelar ambiguidade, sendo que a própria política estratégica ambígua acaba por se reflectir numa insegurança quer por parte de Pequim, quer como acabámos de referir, por parte de Taipei. Taiwan não esconde o medo relativamente ao pouco definido apoio de Washington, apesar de estes dois países terem assinado em 1979 o Acto de Relações de Taiwan que obriga a que os EUA acorram em defesa de Taiwan em caso de ameaça externa. O próprio secretário de estado norte-americano Colin Powell acabou por provocar alguma controvérsia, em 2004, quando afirmou claramente que Taiwan não é um país independente e que deve seguir o seu caminho no sentido da unificação com a China, não deixando no entanto de sublinhar que a resolução da reunificação deve ser pacífica. Ora estas declarações acabaram por conter a posição radical de Chen relativamente à decisão de acabar com o Conselho de Unificação Nacional. Por outro lado, a China revela-se confusa relativamente à dúbia posição americana de continuar a vender armamento a Taiwan apesar de os EUA se terem comprometido, ao assinarem o Comunicado de Shanghai, em 1972, à política de “Uma China”.

Para que Pequim alcançasse o *status quo* que hoje detém todo este percurso da questão de Taiwan foi determinante assim como a instituição da política de “Uma China”, ou seja Pequim como único governo legítimo de toda a China incluindo Hong Kong, Macau e Taiwan. Uma só China representa por si só a unificação de todo o território chinês e ajuda a

apagar o trauma de um passado de dependência e permeabilidade que muito contribuiu para uma China vulnerável. Neste caminho que conduziu à assinatura do Comunicado de Shanghai foi muito importante a evolução positiva das relações entre Pequim e Washington mas também não devemos ignorar o apoio que Pequim conseguiu junto da emergente comunidade de novos estados. Segue-se então uma abordagem mais profunda das relações entre a China e os países em vias de desenvolvimento.

### **3 - China - Países em Vias de Desenvolvimento: China – Taiwan – África: AFRICA MINHA - Da Rússia, de Taiwan e da República Popular da China**

A *Longa Marcha*, da dependência à independência através da interdependência, que Pequim percorreu até alcançar o reconhecimento internacional dependeu de vários factores. Pequim conseguiu libertar-se da sombra ideológica da União Soviética ao mesmo tempo que competia, com esta e também com o Ocidente, por alargar a sua influência junto dos recém estados independentes, preferencialmente no continente africano, durante a guerra-fria. Essa estratégia ironicamente resulta em parte de uma inspiração da estratégia levada a cabo pela URSS da qual Pequim pretendia agora libertar-se para conseguir auto-solidificar-se politicamente. Por outro lado, depois da União Soviética ter inspirado Pequim, a antiga capital do norte da China serviria mais tarde também de inspiração a Taiwan, como já se referiu, na “diplomacia pragmática” levada a cabo por Lee Teng-hui durante a crise de 1995-1996. Em suma, para além do factor afastamento da China da União Soviética, os factores aproximação da China aos EUA e ao Terceiro Mundo contribuíram para que Pequim conquistasse a Taiwan o reconhecimento diplomático junto da comunidade internacional.

### **3.1 - China - África (décadas de 1970 e 1980) : As vozes africanas que apoiaram a política de "Uma China"**

Apresentamos aqui um breve relato de vários países africanos que se revelaram bastante determinantes para o reconhecimento da China perante a comunidade internacional em detrimento de Taiwan, ao apoiarem a política de “Uma China”. Não poderíamos também esquecer de realçar o Egipto como país pioneiro no que se refere ao relacionamento dos países africanos com a China.

*“What does China want for all of its effort in Africa?”... “It want’s legitimacy, support for its one China policy, understanding for its approach to human rights, and votes in organizations like the UN and its specialized agencies, IMF and WTO. It wants to be a major player on the world stage on its own, not Western, terms.”(Shinn 2005, 3)*

Neste ponto, procura-se abordar melhor a relação da China com os países em vias de desenvolvimento, particularmente a “paixão” por África. Países como Argélia, Egipto, Etiópia, Quênia, Marrocos, Somália, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda, países que por volta de 1970 acabariam por estabelecer relações diplomáticas com a RPC, considerando a antiga capital do norte como sua legítima representante no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Países como a Líbia, a Eritreia, Djibouti e as Ilhas Comoro estabeleceriam relações formais mais tarde, por volta de 1978. O próprio processo de independentização acabaria por se tornar determinante para que a China viesse a alcançar o reconhecimento internacional que hoje detém. No entanto, este apoio que a RPC foi recebendo por parte destes jovens Estados deveu-se também ao facto de a China, igualmente vítima de invasão e ocupação do território no passado,

se identificar e ser identificada com os países do Terceiro Mundo: “In one respect, China occupies an enviable position in international politics today. It is accepted by developing countries, including most in Africa, as one of them while holding a permanent seat on the UN Security Council. It is seen by some in Africa, therefore, as their protector on the Security Council” (Shinn 2005, 2).

Um bom sinal de estreitamento das relações políticas entre a China e alguns dos países acima referidos foi o apoio que alguns destes deram à política de “Uma China”, nomeadamente o Quênia, que estabeleceu relações diplomáticas com a China em 1963, ano em que se torna independente, o Uganda que apesar de ter formalizado relações com a China em 1962 só em 1989, quando o actual governo do Uganda atinge o poder é que se puderam observar alguns. O mesmo acontece com governo do Uganda que não deixa de reafirmar que apoia a política de “Uma China” (Shinn 2005). O Sudão é mais um dos países em vias de desenvolvimento que apoia fortemente a política de “Uma China”, assim como também é favorável à posição que a China toma, no que diz respeito aos direitos humanos. (Shinn 2005)

O caso da Etiópia não deixa de ser curioso já que não deixa de espelhar a evolução das relações entre a RPC e os EUA, isto é por pressão dos EUA a Etiópia não formaliza relações com a China até 1970 (o caso da Etiópia não deixa de ser espelho da importância da aproximação da China aos EUA para solidificar o reconhecimento da China na comunidade internacional, apesar da enorme manifestação de apoio, por parte de vários países africanos, à política de “Uma China”) e mesmo nos anos que imediatamente se seguiram a esta data as relações entre estes dois países ainda eram “tímidas”, apesar de o imperador Haile Selassie ter visitado Pequim em 1971. No entanto, a União Soviética acabaria por abandonar, por volta de 1977, a aliança que até esta data havia estabelecido com a Somália e curiosamente passar a exercer uma grande influência sobre a velha inimiga Etiópia, retirando o papel que anteriormente estava nas

mãos dos EUA. Provavelmente em resposta a esta aproximação entre a União Soviética e a Etiópia, a China acabaria por oferecer ajuda militar à Somália, atitude esta que desagradaria a Etiópia, tendo oferecido também assistência à Frente de Libertação da Eritreia, que visava a independência da Etiópia. Contudo, apesar de este período ter criado algum impasse nas relações entre a China e a Etiópia, a resistência criada pela proximidade que então existia entre a Etiópia, a Somália e a União Soviética, era encarada como um desafio, continuando a China a investir num bom relacionamento com a Etiópia apesar de um aparente recuar ao entregar, à União Soviética, o fornecimento exclusivo de armamento à Etiópia. Em 1991, a China e a Etiópia recuperariam o bom relacionamento, tornando-se a primeira um importante fornecedor de armamento à segunda, entre 1998-2000, durante o conflito entre a Etiópia e a Eritreia,<sup>16</sup> cabendo então aos ministros da defesa dos respectivos governos a continuidade dos mecanismos de cooperação então estabelecidos entre os dois países (Shinn 2005).

Existe compreensão política entre a China e a Etiópia no que toca a questões como os direitos humanos, ou a questão de Taiwan. Relativamente à questão de Taiwan, a Etiópia também considera Taiwan como parte da China. Não podemos deixar, no entanto, de referir que o conflito entre a Etiópia e a Eritreia causa um certo incómodo às relações entre a China e a Etiópia. Mas, ainda que situações como o conflito entre a Etiópia e a Eritreia provoquem algum impasse nas relações entre Pequim e Addis Ababa, é de sublinhar que a Etiópia é um importante parceiro económico chinês no continente africano, e para além disso Addis Ababa alberga a sede da União Africana, o que contribui para que a Etiópia seja um ponto estratégico determinante em África. Não deixa de

---

<sup>16</sup> Neste conflito a China acabaria por ter uma posição alvo de crítica já que forneceu armamento às duas partes em conflito, como referem os autores David Shinn e Joshua Eisenman, “Most hypocritical is China’s willingness to arm both Ethiopia and Eritrea while supporting UN Security Council resolutions and even providing peacekeeping troops for UN missions in the region. As northerners and southerners implement a delicate peace in Sudan and tension rises along the border between Ethiopia and Eritrea, this is no time for China to arm the region.”(2005)

ser também interessante notar que a Etiópia é um exemplo de um país em vias de desenvolvimento que encara a China como um modelo a seguir, atribuindo-lhe desta forma a imagem de líder dos PVD, como refere David Shinn " The Ethiopian government sees China as a model for certain policies, especially rural development, poverty alleviation, and perhaps the baking sector" (Shinn 2005, 9)

Depois da Etiópia, e tendo-se acabado de referir que o conflito entre a Etiópia e a Eritreia provoca instabilidade nas relações entre a China e a Etiópia, não deixa de ser pertinente então questionar acerca das relações entre a China e a Eritreia, já que parece ser o facto de a China manter relações com as duas partes em confronto que causa instabilidade nas relações que a China mantém com cada um destes países em litígio. Após a independência da Eritreia, em 1993, a China reestabelece que em 1998 entraria em conflito com a Etiópia. Durante esse período de guerra a China tenta então manter relações com os dois países em confronto, o que é causa de instabilidade dada a incompatibilidade da situação. No entanto, a China não deixa de devotar maior atenção à Etiópia por ser um país com um maior índice populacional, o que acabaria por limitar o aprofundar das tímidas relações iniciadas em 1993 entre a China e a Eritreia. No entanto, o Presidente Isaias não deixaria de declarar, em Fevereiro de 1995, durante uma visita à capital chinesa, o apoio da Eritreia à posição política chinesa relativamente a Taiwan e no que toca à questão dos direitos humanos, afirmando também que a ajuda chinesa a África é desinteressada, ou como sublinha Minghui, "African countries The Sino-African friendship, forged through long-term equal exchanges and sincere cooperation, and based on common strategic interests, will never change with the evolution of the world situation or changes in their respective domestic situations. were, are, and will be China's friends.." (Minghui 2003). Em 1979, um país com apenas meio milhão de habitantes, Djibouti, também estabeleceria relações com a China. E, mais recentemente, em nome do partido do governo de Djibouti, depois de

alguns representantes terem participado num seminário de cooperação sino-africana, organizado pelo partido comunista chinês, o Djibouti acabaria por revelar o seu apoio à lei de anti-secessão chinesa. (Shinn 2005)

Relativamente às relações entre a China e a Somália, pudemos referir que os laços que existem entre estes dois países são fortes, desde que estabeleceram relações em 1960. E também este país se revelou um dos apoiantes activos, durante a década de 1970, a favor de uma China membro permanente do CSNU. Em 1991, a China retribuiu o apoio que até esta data a Somália havia dado à China, é então a vez da China apoiar a Somália no reconhecimento deste país enquanto Estado. No entanto, em 1991, por razões de segurança a embaixada chinesa em Mogadishu teve que fechar assim como embaixadas de outros países. Na relação entre estes dois países também é relevante a ajuda financeira que a China tem dado à Somália. Recentemente, a China enviou para a Somália cerca de 1 milhão de dólares numa altura em que o novo governo<sup>17</sup> mal se estabeleceu em Mogadishu e que estava também a dar sinais de dificuldade neste processo de se fixar no seu próprio país. Mais uma vez, a China revelou saber aproveitar a oportunidade do momento. Para a China apoiar o jovem governo da Somália nesta primeira fase é necessário estar presente desde o início do processo e na altura em que ajuda acarreta ainda poucos custos. A China, conforme faz notar Shinn, revelou estar consciente de que o novo governo da Somália era determinante para o processo de unificação da Somália. Em contrapartida, a Somália também não deixou de expressar contentamento, na voz do seu primeiro ministro, relativamente à ajuda oferecida pela China, que se prontificou a apoiar uma possível operação de paz, na Somália, levada a cabo pelas Nações Unidas. E, mais uma vez, a China revela uma participação activa no

---

<sup>17</sup> Refere-se ao Governo de Ali Mahdi Muhammad (1991-2000) que sucedeu o Governo de Muhammad Siad Barre (1969-1991). Wikipedia 2008, *Wikipedia. The Free Encyclopedia*, Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_presidentes\\_da\\_Somália](http://en.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_da_Somália)



mundo multipolar, fazendo sempre questão de se identificar como membro das Nações Unidas. É de notar também que mesmo apesar do período menos fácil que as relações entre a Somália e a China atravessaram em 1991, a China fez sempre questão de manter a ligação com a Somália. (Shinn 2005)

Um bom exemplo de que nem sempre as relações são fáceis de sustentar, entre dois países, é o caso da ligação entre a China e Marrocos, que atravessou um período conturbado durante a Revolução Cultural na China, apesar de os primeiros passos do relacionamento entre estes dois países remontarem ao ano de 1958, nos últimos 48 anos, as relações sino-marroquinas têm vindo a evoluir positivamente, de forma gradual e a revelarem-se também mais sólidas e eficientes. Marrocos também é um fiel apoiante da posição chinesa relativamente a Taiwan. (Shinn 2005)

As relações da China com a Argélia também remontam ao ano de 1958 quando a China reconheceu o governo interino da Argélia. Numa atitude de reciprocidade, a Argélia foi também um dos fiéis apoiantes da China no encalço do assento permanente no CSNU, assim como na "omnipresente" questão política de Taiwan. É de referir também que o apoio da China foi igualmente importante para que a Argélia alcançasse o estatuto de membro da Organização Mundial de Comércio e uma vez mais em reciprocidade, a Argélia declarou que Taiwan era uma parte inseparável da China. Estes dois países também revelaram estar unidos ao partilharem da mesma opinião relativamente ao terrorismo, isto é serem contra o terrorismo, particularmente no que toca à situação palestiniana, ambos mostraram apoiar a defesa dos direitos legítimos do povo palestino e do reconhecimento da Palestina como estado soberano. (Shinn 2005)

Não deixa também de ser interessante notar que, no que toca à questão de Taiwan, a postura dos países africanos nem sempre foi favorável à posição chinesa relativamente a Taiwan, apesar de até agora os vários países africanos que foram sendo referidos, se mostrarem uníssonos no apoio à

atitude política chinesa para com Taiwan. Um exemplo curioso de paíspositor foi a Tunísia que inclusivamente usou a problemática de Taiwan para contrariar a China, defendendo a política de "Duas Chinas", como solução para a questão do assento nas Nações Unidas, em tom, de certa forma, provocatório. Assim, até 1964, a China não havia estabelecido relações diplomáticas com o governo tunisino e ainda em 1967, a China respondia à provocação tunisina acusando a Tunísia de alinhar com o imperialismo norte americano, temporariamente as relações entre estes dois países estiveram cortadas, obrigando inclusive a uma retirada para Pequim da embaixada chinesa na Tunisia, tendo levado ainda bastante tempo até que as boas relações fossem restabelecidas. Só em meados da década de 1980 é que as relações sino-tunisinas começam a dar sinais de franca recuperação, já que as visitas recíprocas entre RPC e a Tunísia se começam a revelar frequentes e em 1996 os governos de ambos os países acordavam numa consulta política periódica entre os dois. Em 2004, a Tunísia aderiu finalmente à política de "Uma China", considerando Taiwan parte inalienável da China. (Shinn 2005)

Relativamente à Líbia, podemos falar em "Duas Líbias", a Líbia antes e depois de Kadafi, já que só com Kadafi, em 1971, é que a China passaria a ser reconhecida pela Líbia como membro permanente do CSNU. O ateísmo chinês acabaria também por atrasar uma maior aproximação entre a China e a Líbia, que na realidade só estabeleceriam relações diplomáticas sete anos mais tarde e só em 1982 é que Pequim receberia a visita de Kadafi. Contudo, hoje em dia, a Líbia também apoia a política de "Uma China" (Shinn 2005).

Ao contrário de outros países africanos que iniciaram a aproximação à China em tímidos passos, o Egipto já apresentava um relacionamento oficial de grande maturidade no ano de 1956, altura em que a China apoia o Egipto na crise do Suez e, onze anos depois, o apoio da China na Guerra dos Seis Dias também seria importante para o amadurecimento das relações sino-egípcias. E, hoje o Egipto, como poderemos ver na segunda

parte desta dissertação, é apontado pela China como o país mais indicado para colmatar a falha da ausência actual de representação do continente africano no CSNU, seleccionado entre outros países de África por ser também um país que poderia representar a comunidade árabe. (Shinn 2005)

Podemos então concluir, nesta fase, que os olhos da China estavam postos no continente africano, já que África teve um papel fundamental a desempenhar no percurso chinês da dependência à independência, embora não exclusivo, já que os EUA e a URSS também tiveram um papel determinante. Mas será que este cordão umbilical, que a China começou por estabelecer com África, se manteve sempre fiel à exclusividade com os países em vias de desenvolvimento deste continente? Nos pontos que se seguem, iremos ver que a paixão por África não é uma constante da política externa chinesa e que é a viragem e aproximação da China aos países em vias de desenvolvimento que lhe são mais próximos em termos geográficos, que nos ajudarão a demonstrar que o virar da China para a Ásia, particularmente para o sudeste asiático poderá ser um forte indicador das preocupações que a China não esconde relativamente à possível e "ameaçadora" entrada do Japão para o clube dos membros permanentes dos CSNU.

Ao longo deste percurso dependência/ independência, não deixa de ser também importante, uma vez mais, destacar que são dois os denominadores comuns que se mantêm, por um lado a ligação da China ao Terceiro Mundo, particularmente e numa primeira fase África, importante para compreender o caminho no sentido da independência da RPC, e por outro a questão de Taiwan, que com a invasão inicial do Japão em 1895 deixa perceber que desde então a potencia nipónica passaria a ser a imagem de dependência e humilhação chinesa.

O conflito na Coreia (1950-1953), país que também esteve debaixo do controlo militar japonês, também é conflito espelho do contexto bipolar da

Guerra-fria. O destaque dado à invasão japonesa é importante para perceber porque é que ainda hoje o Japão tem uma imagem negativa junto dos países vizinhos. Um Japão diplomaticamente isolado do próprio continente asiático e revelando sempre uma arrogância e superioridade relativamente aos países do sudeste asiático. Assim, se por um lado a China poderá vir a tirar partido dessa imagem negativa que o Japão deixou ficar na memória destes países vizinhos para defender o *status quo* político único que alcançou em 1971 no CSNU, por outro lado a arrogância nipónica poderá ter posto em causa o necessário apoio dos vizinhos do sudeste asiático na corrida do Japão quer ao assento permanente no CSNU, quer à liderança da região asiática.

A partir da década de 1950, a China criou uma espécie de cordão umbilical com o Terceiro Mundo e apesar das múltiplas *nuances* que a política externa Chinesa revelou desde então, em sucessivos retrocessos e avanços, relativamente aos países em vias de desenvolvimento, é possível observar que desde então o conceito de política externa chinesa jamais se pode dissociar do conceito de Terceiro Mundo.

Acabámos de resumir o pequeno caminho histórico que retirou a China do anonimato internacional, culminando em 1971, ano em que a RPC foi finalmente admitida nas Nações Unidas, ocupando, desde então, o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, lugar este, ou melhor *status quo* este, que o Japão também pretende. De excluída a internacionalmente reconhecida pela cada vez mais alargada comunidade internacional, como pudemos constatar neste pequeno apanhado histórico, a China deverá provavelmente atribuir o segredo, desta evolução positiva, à chave que encontrou na aproximação ao Terceiro Mundo. A China acabou por se revelar então um país de visão alargada, descobrindo uma estratégia que em última análise provou ser eficaz no alargamento das Nações Unidas, para alcançar um lugar de topo no Sistema Internacional. Para além disto, o próprio alargamento da comunidade internacional aos praticamente recém nascidos Estados que se foram

formando após os sucessivos movimentos de independência mostrou ser um vento de feição aos interesses da RPC, ajudando-a a libertar-se da dependência política relativamente à União Soviética e a emergir como actor principal no cenário internacional.

O quadro que se segue é ilustrativo relativamente ao crescente surgimento de novos Estados que se espelha na entrada para as Nações Unidas e que altera completamente a configuração inicial da Assembleia-geral, levando a questionar a equitativa representação no seio do Conselho de Segurança.

### **Quadro III – China e ONU**

<b>Período</b>	<b>Nº de Membros adicionais (ONU)</b>
<b>1945-1955</b> <b>Fundação das Nações Unidas até à Conferência de Bandung</b>	<b>60</b>
<b>1955-1971</b> <b>... até ao reconhecimento da RPC no seio da comunidade internacional</b>	<b>76</b>
<b>1971-2002</b> <b>... até 2002</b>	<b>64</b>

Ao subdividirmos, em três períodos distintos, concluiremos que, desde o período que se segue à Conferência de Bandung, em que a China teve juntamente com a Índia um papel determinante, até ao reconhecimento da República Popular da China pela comunidade internacional em 1971, é o período em que maior número de países emergiram como novos Estados (76 contra os 60, pré-Bandung, e os 64 pós- RPC) aderindo consequentemente à grande família de Estados independentes. Para além

disso, enquanto que na origem da fundação da ONU a grande maioria dos países desenvolvidos adere no período compreendido entre o ano de 1945 a 1955, em contraposição desde 1955 a grande maioria dos países que aderiram são Estados recém-criados, e logo grande parte composto por países do Terceiro Mundo. A China percebe essa mudança que entretanto se opera na estrutura da ONU e, atenta à oportunidade, define uma política externa, favorecendo a aliança com o Terceiro Mundo, primeiro para atingir o *status quo* nas Nações Unidas, depois para fazer face à ameaça japonesa ao *status quo* chinês. Para além disso, exercendo alguma influência sobre os PVD, a RPC detém para além do poder de veto o poder de liderar e conquistar votos junto dos membros não permanentes.

É também não menos curioso notar que no mapa (em anexo) duas são as datas que se destacam, marcadas pela admissão às Nações Unidas de um grande número de países do Terceiro Mundo, e estas são os anos de 1955<sup>18</sup> e 1960<sup>19</sup>, anos em que ocorre respectivamente a Conferência de Bandung e o início da Revolução Cultural na China. Estes simbolizam dois marcos históricos, com o primeiro a ser associado a um período de consenso e pacifismo e o segundo a constituir um marco de rebelião. No entanto, ainda que de forma praticamente oposta, os dois foram momentos propícios à luta pela emancipação. Curiosamente, um grande colonizador como Portugal é de igual forma admitido em 1955 na ONU, numa altura em que se vive um clima de pacificação entre países colonizadores e colonizados, e é de referir exactamente o ano de 1955 como uma data envolta em clima de pacificação e diálogo, como é próprio de uma Conferência Internacional. Este mapa (apresentado em anexo I) das várias admissões às Nações Unidas poderá ser também espelho das várias *nuances* da política externa chinesa para o Terceiro Mundo, já que um significativo número de admissões ocorre em datas com um forte significado na política interna e externa da China.

---

<sup>18</sup> Entram 16 novos estados (ver anexo 2)

<sup>19</sup> Entram 17 novos estados (ver anexo2)

Emerge assim também à superfície o grupo que a China identifica como Terceira Força que ocupa o vazio criado entre a URSS e os EUA e nasce desde então uma estratégica aliança entre a China e o Terceiro Mundo. E, neste período que curiosamente ficou conhecido por “Winds of Change”, dá-se então a estratégica aliança da China ao Terceiro Mundo, uma aliança que desde então se revela senão determinante pelo menos marcante, na História das Relações Externas chinesas.

Para percebermos melhor então a importância desta estratégica aliança importa também ver o outro lado da moeda, o lado diria “Negro”, de um passado de humilhação, de subjugação e dependência da China que se esconde nos bastidores das relações Sino-Japonesas.

Se até agora foi resumido o percurso da dependência à independência pela via da interdependência, caminho este que ajudou a China a libertar-se do trauma da dependência, torna-se agora necessário descortinar o passado de humilhação que explica e justifica porque é que dois vizinhos como o Japão e a China vivem praticamente de costas voltadas. Assim, depois de abordado o percurso da independência à interdependência, importa agora ver o lado inversamente proporcional da História da Política Externa Chinesa, isto é a relação sino-japonesa.

Assim depois de desenvolvido o tema da relação China-Terceiro Mundo e o seu impacto na independência da primeira, segue-se o capítulo que aborda a relação China-Japão, praticamente sinónimo de dependência. É o confronto destas duas relações opostas que está na base da questão central desta dissertação de mestrado: Será que a estratégica aliança com os países em vias de desenvolvimento, poderá ajudar a China a manter o *status quo* que alcançou em 1971 perante a emergente ameaça que representa a ambição japonesa por um assento permanente no CSNU? Contudo, antes de responder a esta questão, é importante primeiro abordar a relação entre a China e o Japão.

A questão da dependência chinesa pode ser abordada em várias

dimensões. Numa primeira abordagem, o imediato ponto negativo que representa a invasão japonesa descobre o passado de dependência da China. Contudo, podemos também falar de uma dependência do Japão relativamente aos EUA, isto é o facto de o Japão viver à sombra da política externa Norte Americana, o que o torna um “pigmeu político”. De facto, torna-se praticamente impossível falar da relação China-Japão sem falar dos EUA. É verdade que a China ainda sofre o trauma da invasão japonesa e também viveu em parte à sombra da União Soviética/ Rússia, particularmente do comunismo, mas hoje afirma-se politicamente independente.

Através de um pequeno resumo da relação entre a China e o Japão, sinónimo de dependência, ou melhor do triângulo que melhor explica o conceito de dependência – China-EUA-Japão – é possível então abordar por um lado a invasão histórica japonesa que ainda assombra a política chinesa e por outro lado a nova forma de ameaça japonesa que poderá por em causa a independência alcançada pela China no quadro multilateral das Nações Unidas, como membro permanente do CSNU. Para além disso, a dupla ambição japonesa de por um lado alcançar esse lugar de topo que a RPC já detém, e por outro lado o perigo que poderá representar para a China a ambição japonesa de se libertar da sombra da política externa Norte Americana revela o triângulo China – EUA – Japão. Assim, no capítulo que se segue, parte-se para uma melhor abordagem destes hipotéticos cenários acabados de questionar.

## **4 – China-Japão**

### **4.1 – China-Japão – Sinónimo de Dependência**

É difícil não perceber as marcas chinesas que o Japão tem gravadas, pois várias foram as influências culturais que o Japão importou da vizinha



China, desde o sistema de escrita, passando pela cultura, filosofia e religião.<sup>20</sup> No entanto, o mesmo talvez não se possa afirmar relativamente ao plano político-económico, onde se passa exactamente o contrário. Não foram marcas culturais que o Japão partilhou com a China mas duras e pesadas marcas que fizeram da invasão japonesa e dos crimes de guerra, um marco na História das relações sino-japonesas.

A China e o Japão, desde logo apresentam uma característica que os afasta. O Japão desde cedo que se revelou bastante aberto às relações comerciais com o ocidente e, ao contrário, a China inicialmente revelou-se tão reticente quanto resistente ao impacto externo.

O primeiro atrito sino-japonês dá-se a partir de 1870 quando o Japão tenta controlar as ilhas Ryukyu, seguindo-se depois a anexação de Taiwan, imediatamente após a Primeira guerra Sino-Japonesa 1894-1895, e culminando em 1937 com a declaração de guerra à China.

#### **4.2- Japão - 1931-1942**

Sobretudo depois do ano de 1930, o crescimento demográfico disparou no Japão e os meios revelavam-se cada vez mais escassos para alimentar a crescente população, que aumentava de ano para ano. O Japão via-se sem recursos minerais e com a necessidade de fazer face a um elevado número de desempregados. Para além disso, o insucesso das colheitas trouxeram a fome às zonas rurais. Na generalidade, toda a população japonesa viveu momentos difíceis mas particularmente, e é importante referir que a maior parte do jovem corpo de oficiais provinha da classe baixa de famílias agrícolas. O ano de 1930 assinalou a entrada no período talvez mais convulsivo da História Japonesa. Grupos ultra-nacionalistas de direita<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Hku 2001, *Nakasendo Highway*, Disponível em:  
<http://www.hku.hk/history/nakasendo/chininfl.htm>

<sup>21</sup> Estes grupos ultra-nacionalistas de direita apelavam à “*Showa Restoration* em que o objectivo é acabar com o mau ministros de estado, defendendo o governo do imperador.

criaram “uma onda de violência nacionalista, e de assassinios, que precipitou a criação de um governo militar. Em 1936, um grupo de 1500 oficiais de baixas patentes e de soldados capturou e assassinou vários membros do governo e generais” (Gelber 2007, 322). Cometeram-se inúmeros homicídios de primeiros ministros que denunciavam pertencer a uma facção mais liberal ou porque defendiam uma aproximação aos EUA ou outros países com uma visão mais democrática como a Grã-Bretanha. O sistema educativo também era controlado pelo exército, obrigando e inculcando ao respeito pelas artes marciais. O imperador era visto como um deus e Hiroshito optou por reinar em vez de governar, deixando-se manipular pelos militares que o aliciavam com juras de servidão vitalícias, sendo que a convivência deste se tornou um bem vital para o exército. E a necessidade que o Japão tinha de encontrar uma resposta imediata e eficaz para a resolução dos problemas que assombravam a economia nacional parece ter encontrado a solução na expansão para o continente asiático.

A Coreia há muito que pertencia ao Japão e desde a vitória alcançada sobre a Rússia czarista, em 1905, que as tropas japonesas estavam autorizadas a permanecer na Manchúria. Apesar de ser uma região inóspita, a Manchúria era rica em materiais brutos de que o Japão estava ávido, nomeadamente o carvão e o minério de ferro. Em 1931, um grupo de extremistas, impacientes e com receio que o corpo político de Tóquio não visse a vantagem em controlar a Manchúria, decide infiltrar-se nas guarnições japonesas que já se encontravam na zona e, de certa forma, persuadiu-os a tomar conta do frágil exército manchuriano. Exercendo controle praticamente sobre todo o país e sem qualquer oposição, o exército japonês arrasava o país ao mesmo tempo que arrastava à sua frente manchurianos. À exceção de uma reprimenda lançada pela Liga das Nações, o mundo fica chocado mas não agiu para alterar a ordem dos acontecimentos. Ao invés, o Japão ainda reage com indignação perante o relatório adoptado pela Assembleia, abandonando então, em gesto de

represália, a Liga.

Depois de ocupada a Manchúria e sem qualquer tipo de resistência por parte da comunidade internacional, os generais do exército japonês desviavam-se para ocupar a vizinha China. É então que 500 milhões de chineses, que ao longo dos séculos se protegeram por trás da Grande Muralha, se tornam presas frágeis e de fácil acesso ao exército japonês, já que desorganizados e sem meios os chineses não conseguiam fazer frente à fúria japonesa. Um incidente é orquestrado, em Julho de 1937, dando a entender que são os chineses que disparam sobre os japoneses, começando, desta forma, a invasão japonesa do território chinês, bastando apenas duas semanas para que os japoneses tivessem o controlo do Norte da China. Pequim, bombardeada, rende-se, seguindo-se Xangai. Com a queda desta última cidade, o Japão decide então avançar para o vale Yangtse com o objectivo de tomar conta da então capital Nanking. E foi aqui que os japoneses cometem a que ficou registada como uma das maiores atrocidades do último século, sendo massacrados, a sangue frio, mais de 200 mil chineses. O massacre foi de tal ordem que até a Alemanha fica em estado de choque, oferecendo-se para mediar o conflito, tentando evitar assim mais mortes. Mas o exército japonês não cedia e no verão de 1938 já havia conquistado uma parte significativa da China. E, apesar de o território chinês se encontrar praticamente nas mãos dos japoneses, os chineses não se rendiam, encontrando no interior do país o seu porto de abrigo.

Paradoxalmente e apesar de, como se referiu, o Japão se ter revelado, desde cedo, receptivo ao Ocidente, tornava-se cada vez mais difícil, para outros ocidentais, à excepção de alemães e italianos, viver no Japão, já que o clima era de desconfiança, e europeu era praticamente sinónimo de espião. São os tempos da polícia do pensamento e da kempeitai que controlava o discurso e o pensamento, do uniforme nacional, o kokuminfuku e, no campo político, havia o Taisei yukusankai, um sistema de partido único, tudo instrumentos para consolidar a preponderância

militar no país. Para além de tudo isto, e apesar de as influências ocidentais aumentarem no Japão dos anos 30, paradoxalmente este país conhecido por ser um país aberto fecha-se às influências ocidentais, talvez mais à semelhança de uma China do que propriamente de um Japão, dado serem estas influências que desagradam os militares.

O regime fantoche de Vichy fora persuadido, três meses após a queda de França, a deixar entrar tropas japonesas na Indochina francesa, que na altura estava na dependência americana. A América por sua vez retalia com um embargo de minério de ferro e combustível ao Japão e este de imediato reage aproximando-se ainda mais das potências do Eixo e um bom sinal dessa aproximação é a assinatura em 1940, na capital alemã, do Pacto Tripartido entre a Itália, o Japão e a Alemanha. Ainda em Abril de 1941, o ministro dos negócios estrangeiros japonês assina o pacto de neutralidade com Moscovo, depois de uma visita de cortesia de Adolf Hitler. Curiosamente, o exército japonês não escondia o desejo de enfrentar a União Soviética, já que este país havia sempre representado uma ameaça à segurança japonesa. Mas os desejos da marinha não se coadunavam com os do exército e de costas voltadas para Norte, virava-se para os mares do sul onde então se situavam os recursos de que o Japão estava ávido. Apesar da marinha japonesa se apresentar como a mais forte do pacífico, a ocupação do que restava da Indochina francesa, no verão de 1941, acabou por levar os EUA a embargarem petróleo ao Japão, colocando a marinha japonesa numa posição crítica. Como solução para esta humilhação ao Japão apresentavam-se então dois caminhos: ceder e perder a dignidade, ou então avançar para sul tendo como objectivo os tão necessitados poços de petróleo das Antilhas Holandesas. O General Tojo<sup>22</sup> consciente de que a segunda via não era tarefa fácil ainda esperou que a situação fosse resolvida diplomaticamente, enviando emissários a

---

<sup>22</sup> O general Hideki Tojo, em Outubro de 1941, ocupa o cargo de primeiro-ministro, cargo que ocupou até Julho de 1944 e que acumulou com o de ministro de guerra. "...during the periods that Tojo held both positions of war minister and premier he consistently supported the policy of conquering the National

Washington para pôr um fim ao embargo. No Outono de 1941, parecia que a via das negociações finalmente conseguia pôr fim ao dilema. No entanto, o crescente militarismo japonês acabaria por pôr fim às negociações, e a força da guerra em Tóquio vencia os últimos esforços dos diplomatas em Washington, com o Japão a decidir então avançar para as Antilhas Holandesas, Malásia e também Filipinas.

Esta pesada imagem de um Japão invasor, que foi construída durante a segunda guerra mundial, deixou profundas marcas não só na RPC mas também em vários países do sudeste asiático, como as Filipinas ou a Malásia. Os Chineses insurgem-se contra a potência nipónica quando esta aparentemente tenta deturpar a história não assumindo as culpas das atrocidades cometidas no passado. No entanto, apesar de haver um inegável fundo de verdade na culpa que a China atribui ao Japão, também iremos ver que a China se serve deste passado de subjugação e dependência para alcançar o objectivo a que se propõe, o de não perder o *status quo* que conquistou no mundo da interdependência, isto é o de único membro permanente no CSNU em representação do continente asiático. Ora, o facto de existir um sentimento anti-japonês também nos países do sudeste asiático permitiu que a China comesse a jogar a cartada "emocional" para perseguir o seu grande objectivo, a manutenção do *status quo*. Mas ainda que dentro da mesma linha de conduta, a China vai reajustar a sua estratégia. A China deixa de canalizar todos os seus esforços para os países em vias de desenvolvimento africanos, que se revelaram cruciais para que a China alcançasse a independência, e está hoje de olhos postos no sudeste asiático, para sobreviver como líder da região asiática, num mundo interdependente. No entanto, apesar de mudar de continente como alvo da própria política externa, à mercê de um novo interesse, a manutenção do *status quo*, continua a conservar uma aliança estratégica aos PVD.

---

Government of China, the development of the resources of China on behalf of Japan and the retaining of Japanese troops in China to safeguard the results won by Japan in the war against China.”(Sherman 2001, 316)

Depois de reavivarmos a memória com a descrição e contextualização do que foi o período mais sangrento da História das Relações Sino-japonesas, o tema que se segue explica como é que a invasão japonesa acabou por fazer do Japão e da China vizinhos distantes. Para além disso, a China usa estrategicamente uma espécie de jogo psicológico, desde a década de 1980, junto dos países do sudeste asiático. Assim para além da imagem do Japão e da China como "vizinhos distantes", a China reaviva a memória dos vizinhos países do sudeste asiático, particularmente os da ASEAN para que estes se identifiquem com a vizinha e líder China nesta ideia do Japão como um "vizinho distante". Mayumi Itoh também defende a teoria de que existe uma arrogância japonesa relativamente à Ásia, indo de encontro à ideia que aqui se pretende provar de que o Japão é um "vizinho distante" tanto da China como do sudeste asiático. (1995)

#### **4.3 - China e Japão: Vizinhos Distantes e Japão e EUA: Distantes mas Vizinhos**

Não deixa de ser paradoxalmente curioso referir exactamente que é dos vizinhos que por vezes se vive mais afastado, e será provavelmente este o caso da relação entre a China e o Japão. Por outro lado, dois países tão distantes, de civilizações às avessas, e separados inclusivamente pelo Atlântico, como a China e os EUA, se revelarariam cada vez mais próximos. A partir daqui se estabelece também a ligação de uma China dependente (China-Japão) para uma China interdependente (China-EUA), já que se por um lado a China não esconde o trauma da dependência, trauma este do qual é responsável máximo o Japão, por outro anseia garantir a independência através da interdependência, assumindo-se como único fiel representante dos países em vias de desenvolvimento no seio da instituição que é símbolo de um mundo interdependente e multipolar. Para além de espelharem a questão da dependência e da interdependência, os pólos, respectivamente China-Japão e China-EUA,

fazem emergir a tríade: Japão, RPC e EUA.

A China conseguiu sempre identificar um adversário. Uma vez a União Soviética, outras os EUA ou o Japão mas entre os três o Japão foi inimigo no passado dependente e ameaça ser de igual forma num futuro interdependente, ainda que manifestando-se de maneira diferente. No passado, o Japão representou uma ameaça já que a ambição japonesa fez da China o principal alvo, tendo sido várias vezes vítima das sucessivas invasões japonesas (ver quadro n.º I). Inclusivamente, o próprio passado de dependência não deixou de ser arrastado para o presente, ameaçando continuar a assombrar o futuro, como refere Jian Yang: “Fifty-six years after WWII, China and Japan are still in the shadow of the past. With a deep distrust of Japan, China is wary of Japan’s military capabilities and Tokyo’s desire to be a political power.”(Yang 2001, p.3). Hoje e amanhã, o medo da difícil perda que representaria a partilha do *status quo* chinês com o Japão, já que o “dragão económico asiático” ambiciona agora um assento entre os permanentes do CSNU, isto é o *status quo* de “dragão político”.

É verdade que apesar de uma histórica aversão mútua entre a China e o Japão, houve alguns momentos de maior proximidade entre estas duas grandes potências do nordeste asiático. Aliás, como sublinha Yang, “China’s perception’s of and policies towards Japan experienced a dramatic evolution during the cold war.” (Yang 2001 p.4) Imediatamente depois da fundação da RPC em 1949, a propaganda chinesa atacava sistematicamente o excessivo militarismo e o capitalismo japonês. As preocupações chinesas relativamente a um possível ataque por parte do Japão estão bem claras no tratado de segurança Sino-Soviético de 1950. Assinado a 14 de Fevereiro de 1950, o Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Assistência Mútua compreendia um texto composto por um prefácio e 6 artigos e é claramente no primeiro artigo do tratado que se consegue ler o medo relativamente a um ataque por parte do Japão e subentender o receio relativamente a uma potencial aliança nipo-

americana, que se tornava ainda mais temida perante a ainda pouco clara posição americana relativamente à China, conforme refere Miller parafraseando o artigo primeiro

*That treaty, signed in Moscow on February 14, 1950 by Josef Stalin and Mao Zedong, was a full-fledged security alliance, calling for each side to render 'military and other assistance with all means at its disposal' to the other in the event of an attack by 'Japan or states allied with it' — implicitly referring to the United States. (Miller 2002, 1).*

No entanto, um maior motivo de preocupação por parte da China manifestava-se relativamente aos EUA mais do que a um Japão derrotado e enfraquecido. Ou melhor, indirectamente um Japão fragilizado contribui para o fortalecimento dos EUA, país do qual depende em termos de política externa. Assim, a imagem de um Japão sombra da política externa Norte Americana enfraquece o Japão, e isto aparentemente poderá ser positivo para a China<sup>23</sup>. No entanto, à medida que a força japonesa esmorece, a tendência é aproximar-se dos EUA, o que representa um maior perigo para a China. No entanto, uma aproximação estratégica ao Japão também poderá ser uma forma de ponte entre a China e os EUA, o que se poderá observar por exemplo nas décadas, de 1960 e 1970, como a seguir se explica: Isto é, primeiro a China faz um *rapprochement* ao Japão (ainda na década de 1960) e segue-se então uma aproximação da China aos EUA (já na década de 1970) que foi bastante determinante para o

---

<sup>23</sup> O facto de a política japonesa viver à sombra da americana é bom para a China porque confere à China um papel de maior protagonismo. Como refere Vogel, “Japan thus remains a relatively minor player in UN deliberations, and has little leverage over the United States in multilateral decisions involving UN security issues. The limitations on Japan’s influence in the United Nations remains peripheral to U.S.. Japan security relations despite its growing role in managing post-cold war security affairs. (2001, 182). So que uma forte aproximação entre os EUA e o Japão também não é do interesse da China e daí que seja necessário manter



reconhecimento diplomático da China no mundo, em 1971.

Já na década de 1960, com o fim do bloco sino-soviético, a União Soviética tornou-se a maior potencial ameaça chinesa. A RPC ficou automaticamente excluída do Pacto de Varsóvia, que se tornaria símbolo do imperialismo soviético.

*With the Sino-Soviet dispute out in the open, China's participation in the Warsaw Pact was over...the circle would be closed as the Kremlin came to regard China as an effective ally of NATO, the United States, and Japan.* <sup>24</sup>

Excluir a China do Pacto de Varsóvia é o mesmo que vê-la do lado do inimigo. Inclusivamente, na década de 1970, a aproximação que se verificou entre Washington e Pequim acabou por se reflectir num período de *good feelings* entre a China e o Japão, tendo sido este período posteriormente reforçado com a assinatura do Tratado de Paz e Amizade em 1978. A este Tratado seguiu-se o confronto militar entre a China e o aliado soviético Vietname nos princípios do ano de 1979, tendo formalmente terminado, em 1980, uma aliança de 30 anos com a União Soviética. Por esta altura, o Japão era visto com um amigo forte que poderia ajudar a China na contenção de uma possível ameaça por parte da União Soviética. Assim, de certa forma, a liderança chinesa favoreceu um crescimento da força militar japonesa. No entanto, esta aproximação, entre a China e o Japão, não significa que a China depositasse no seu vizinho total confiança. E, já em 1982, novos acontecimentos voltam a perturbar este período de aparente convivência pacífica, no episódio que

---

um equilíbrio de poder entre estas três potências, daí que se refira que um papel secundário japonês ou um Japão sombra da política norte americana “poderá ser aparentemente positivo para a China”.

<sup>24</sup> PHP 2000-2007, Parallel History Project On Cooperative Security, Disponível em: [http://www.php.isn.ethz.ch/collections/coll\\_china\\_wapa/intro\\_mastny.cfm?navinfo=16034](http://www.php.isn.ethz.ch/collections/coll_china_wapa/intro_mastny.cfm?navinfo=16034)

ficou conhecido como a controvérsia dos manuais escolares de história da escola japonesa ou *Yasukuni Shrine problem*.

Nesta controvérsia acerca dos textos de história dos manuais escolares japoneses, o governo chinês acusava o Ministério da Educação japonês de deturpar a história da agressão militar japonesa contra a China, tendo substituído a expressão “agression against North China” por “total advancement to North China” (Yang 2001). É natural que o impacto destas controvérsias não possa ser analisado fora do contexto político mundial, sobretudo porque estavam a ocorrer mudanças significativas. Em 1985, o Japão substituiu os EUA como o maior credor do mundo. A necessidade de o Japão emergir como uma superpotência económica e financeira coincidiu com a percepção que a China estava a ter de uns EUA em declínio, uma União Soviética a colapsar e já tímidos sinais de uma possível aliança entre Moscovo e Washington. O Japão deixou de ser então percepcionado pela China como um mero aliado na contenção da União Soviética, tendo sido elevado a um novo centro de poder multidimensional.

A necessidade de a China sistematicamente redefinir a própria estratégia política, em função de um adversário, revela que a queda do muro de Berlim (1989) não quebra de imediato com a tendência que se vinha a verificar na história de uma visão bipolar (a necessidade de se identificarem sempre dois pólos adversários). E, apesar de o mundo bipolar estar de certa forma a colapsar, a ausência de um adversário deixava um vazio em termos de sistema internacional. Então, a necessidade de preencherem esse vazio fazia com que a China caísse na tentação de se manter agarrada ao sistema bipolar que se encontrava em decadência. Paradoxalmente, a própria China irá revelar-se uma fervorosa partidária do sistema multipolar.

O ano de 1996 tornou-se particularmente marcante no processo de redefinição de ameaça externa por parte da China desde o fim da Guerra-fria. Foi importante fundamentalmente por dois motivos: primeiro a crise

no estreito de Taiwan, que sucedeu à visita privada aos EUA do Presidente Lee Teng-hui, em Junho de 1995 e que exacerbou a possibilidade de um confronto militar entre a China e os EUA, a propósito de Taiwan. Para mostrar a consternação da força empregue contra Taiwan por Pequim, a administração Clinton enviou de emergência dois porta-aviões para as águas do estreito de Taiwan em Março de 1996. Segundo, passado somente um mês após a perigosa escalada do estreito de Taiwan, o Presidente Bill Clinton e o Primeiro Ministro japonês Ryutaro Hoshimoto assinaram uma declaração conjunta em questões de segurança para o século XXI num encontro realizado em Tóquio. Alarmados com esta “Aliança”, os chineses não deixaram de se mostrar seriamente preocupados acerca do papel futuro que o Japão poderia ter nesta aliança. Os Chineses temiam que a redefinição do papel do Japão pudesse fortalecer dramaticamente o exército japonês. (Kwang 1998)

A Crise no estreito de Taiwan e a declaração conjunta, assim como a revisão que se seguiu das linhas orientadoras de 1978 para a cooperação em questões de segurança entre os EUA e o Japão, vieram reforçar as suspeitas da China relativamente aos interesses dos EUA em Taiwan e, a longo prazo, a estratégia americana perante uma China emergente.

A percepção que os chineses tinham do Japão era na realidade mais complicada. Por um lado, a cada vez mais sólida aliança de segurança entre o Japão e os EUA revelou-se um passo importante para os EUA conterem estrategicamente a China, o que aumenta a preocupação da China relativamente a um papel de maior destaque do Japão nesta Aliança. Yuan Jing-dong conclui que existe um novo cenário em termos de segurança internacional e que, nesse novo cenário, a tradicional aliança entre o Japão e os EUA deu lugar a uma nova aliança que vai muito para além do mero mecanismo bilateral entre dois países, pois no meio desses dois países posiciona-se de forma estratégica Taiwan, formando a aliança Japão, Taiwan e EUA. Assim, a partir do momento que Taiwan reforça um mero mecanismo bilateral entre o Japão e os EUA. (2006, 3)

As preocupações dos chineses relativamente ao Japão resultam de uma série de factores. O factor geopolítico é seguramente o mais óbvio. Ao contrário dos EUA, o Japão é vizinho da China. Um outro factor não tão directo é a política norte americana para a China e para a região asiática. Em termos gerais, a política norte americana é uma espécie de dupla estratégia, aparentemente contraditória, de engajamento e simultânea contenção. Num esforço de prevenção e defesa relativamente à China, os EUA convidam o Japão a assumir o papel de “espada” na região asiática. Mas os dois factores mais marcantes são o legado histórico e as capacidades militares do Japão, sendo que estes factores não podem ser dissociados.

A agressão japonesa e as atrocidades cometidas na China na primeira metade do século XX continuam a assombrar as relações Sino-Japonesas. Esta sombra do passado é arrastada para o presente e de uma forma mais negativa, pois os japoneses tendem a negar esse mesmo passado, e por outro lado o não assumir dessa responsabilidade e o não reconhecer dos erros cometidos assombra ainda mais o presente, ameaçando o futuro das relações sino-japonesas. “The Chinese today remain acutely sensitive to any effort, which they believe attempts to deny, cover or beautify historical facts, such as history textbook controversies and official visits to the Yasukuni Shrine.” (Yang 2001, 10) Directamente relacionado com este legado histórico, prende-se o medo que a China tem do nacionalismo japonês que muito contribui também para o próprio militarismo do Japão, esta espécie de corrente submersa que começou a emergir nos começos da década de 1980.

A China e o Japão são vizinhos distantes porque é a condição de vizinhança que os afasta mais do que os aproxima, por exemplo é o próprio crescimento da vizinha China que muito contribuiu para o crescimento do nacionalismo japonês, sobretudo com o fim da Guerra Fria. Mas foi a eleição de Shintaro Ishihara, como governador de Tóquio em Abril de 1999, que veio confirmar o medo que os chineses têm de um

crescente nacionalismo japonês. “As a fiery nationalist, Ishihara co-authored *The Japan that Can Say No*. He is well known for urging Japan to stand up to the United States and China.” (Yang 2001, 6)

Um outro fantasma, não menos preocupante para a China, relativamente ao Japão, é a de que o seu vizinho não esconde a ambição de preencher o “Power vacuum” criado por uma potencial retirada dos EUA e da antiga União Soviética da região asiática: “Japan’s strategy of getting out of the United States and returning to Asia is believed to be one major step towards this direction. The essence of the strategy is believed to be ‘dominating Asia’ economically and politically.” (Yang 2001) No entanto, é provavelmente aqui que se dá o grande dilema que torna a China apreensiva relativamente às ambições do Japão, o facto de o poder económico do Japão não ser suficiente para elevar o *status quo* japonês no mundo da política. Isto é, o Japão conseguiu alcançar um *status quo* económico mas que não é suficiente para preencher a ausência de *status quo* político e militar, evidente no facto de o Japão viver à sombra de uma grande potência como os EUA. É o dilema que ainda vive o Japão, pois apesar de ser um dragão económico ainda é um pigmeu político. Em meados da década de 1990, vários foram os sintomas que se revelaram de um Japão a fortalecer-se. O Japão estava claramente determinado a imiscuir-se nas relações internacionais, e o que era mais preocupante, através de actividades militares. Por exemplo, as contribuições monetárias do Japão para a sociedade internacional começaram a constar do “Japan’s annual Defense White Paper em 1991”. Por outro lado, a revisão das linhas directoras para a cooperação, em questões de defesa, entre os EUA e o Japão também se apresentou como sintomático das novas medidas para o Japão emergir como uma potência política.

Em meados da década de 1990, o Japão dá então os primeiros passos no sentido de transformar a sua política de defesa e de segurança relativamente aos EUA. Em 1995 o Japão começa por rever o programa nacional de defesa, passando a incluir áreas circundantes ao Japão como

parte integral da sua própria estratégia de defesa. No entanto, quando foram anunciadas, em 1997, as linhas revisoras, em termos de cooperação e defesa entre o Japão e o EUA, ainda não estava muito bem definido de que forma o Japão poderia apoiar as forças norte americanas. Os primeiros passos no processo de revisão do programa de defesa nacional foram então dados de forma “tímida” e com alguma cautela, tendo em conta os constrangimentos próprios da constituição japonesa, uma certa “desconfiança” relativamente aos países circundantes e ainda alguma oposição interna, permitindo um esboço incompleto do que seria alcançado em 2005.

Desde a declaração conjunta Clinton – Hashimoto de 1996 que a preocupação chinesa relativamente às questões de defesa japonesa se agravaram dramaticamente. A percepção chinesa era de que a declaração e a subsequente revisão das linhas directoras alteraram a postura japonesa, de atitude defensiva passou a ter um papel ofensivo, um claro indicador de que o Japão se estava a tornar um potência militar. Os constrangimentos em participar fora das fronteiras japonesas foram facilmente ultrapassados com a *Japanese Diet’s approval of the revised guidelines*<sup>25</sup>, em Maio de 1999, o que tornou o Japão legalmente livre para apoiar as forças militares norte-americanas. Ora é exactamente aqui que fica desvendado o triângulo Japão/EUA/China, sendo esta aliança uma espécie de versão asiática da NATO. No entanto, nesta aliança o papel do Japão não passa de ser uma sombra da grande potência militar que é os EUA, ainda que esta sombra cada vez mais “assombre” a vizinha China. E, apesar de o Japão ainda se encontrar “... actually sailing out in a borrowed boat” (Yang 2001, 13), a revisão destas linhas orientadoras levou a que em termos de política doméstica o Japão sentisse necessidade de

---

<sup>25</sup> “Aprovação por parte da Diet (Assembleia Nacional) japonesa das linhas de orientação revistas”.

rever a própria constituição. Como refere David Fouse, a revisão de 1997 já reflectia a necessidade que o Japão tinha de se destacar da política externa norte americana.

*Japan while clear that it could not maintain the limited security contribution it had been making during the Cold War, was still in the midst of reformulating its post Cold War agenda, which in part aimed at reducing its strategic dependence on the United States.*(2005, 2)

Acontecimentos quer de carácter regional, como os testes norte coreanos de lançamento do *rocket Taepondong* sobre o Japão, ou de cariz internacional como os ataques de 11 de Setembro de 2001, contribuíram para que se deixasse de pensar na defesa japonesa baseada unicamente no conceito de força de defesa básica<sup>26</sup>. E ainda revelações secretas do programa nuclear norte coreano em Outubro de 2002 impeliram o Japão a desenvolver um sistema anti- mísseis de defesa em Dezembro de 2003. (Fouse 2005, 2)

Já no ano de 2000 um outro facto ajudaria a desvendar os caminhos da política externa japonesa: o *Japan's 2000 Defense White Paper*:

*An article published in Jiefangjun Bao (People's Liberation Army Daily or PLA Daily) points out that the latest annual (1999) White Paper increased the*

---

<sup>26</sup> O conceito de força de defesa básica obrigava o Japão a um mínimo de capacidade de defesa, ao exclusivamente necessário para responder a uma agressão, em pequena escala, por uma potência estrangeira. A partir do momento que o terrorismo, a proliferação de mísseis de longo alcance e de armas de destruição de massa passaram a representar uma ameaça para a segurança, o Japão teve que adoptar um novo conceito de defesa: "multifunctional, flexible...highly ready, mobile, adaptable and multi-purpose" (Kliman et al. 2006, 165)

*contents about “Being vigilant against Chinese military movements!” (Yang 2001, 7)*

Segundo Yang, o objectivo não seria mais do que uma manobra política de diversão para camuflar o acelerado crescimento militar japonês com um suposto crescente reforço militar chinês. O que não deixa de ser interessante é que o White Paper pretendia em parte desculpar o acelerado reforço militar japonês, já que as duas Coreias se aproximavam consideravelmente e deixavam de ser o motivo de desculpa, tornando-se cada vez mais difícil para o Japão justificar o programa TMD (Defesa Antimísseis de Teatro/ Teatro de Mísseis de Defesa).

Um outro enorme motivo de preocupação da China, no que concerne ao poder militar japonês, prende-se com a força económica e tecnológica do Japão, que de certa forma ultrapassa todos os outros motivos de consternação da China em relação ao seu vizinho. Isto é, o poder económico não é só poder por si só mas é também um meio para reforçar o poder militar. É fácil para o Japão desenvolver uma enorme indústria militar e tecnologicamente mais avançada em caso de guerra. Os produtos de alta tecnologia japonesa são inclusivamente utilizados no armamento americano. E, em termos de armamento nuclear, o Japão está preparado para fabricar bombas atómicas e de hidrogénio num espaço de 3 a 6 meses e cerca de 1000 a 2000 mísseis de médio e longo alcance num espaço de 1 ano. “Today, Japan has more major naval vessels than the US Seventh Fleet and all of them are technologically more advanced than their neighbours” (Akaha 1998, 2)

Começa a tornar-se cada vez mais claro o fantasma japonês que obriga a China a estar num estado de permanente alerta. E, apesar de uma integração económica forte e crescentes trocas culturais entre estes dois vizinhos, o sentimento anti-japonês encontra-se fortemente enraizado na cultura política chinesa. Provavelmente por o Japão se estar a concentrar na revitalização do militarismo é que se está a tornar cada vez mais



popular nos media japoneses. “the strong anti-Japanese political culture (in China)...tends to magnify the ‘Japan threat’” (Yang 2001, 15).

A percepção chinesa do militarismo japonês tornou-se mais óbvia e imperativa desde a declaração conjunta entre Clinton e Hashimoto e a revisão das linhas directoras. É possível constatar que a estratégia a longo prazo encetada pelos EUA naquela região é a de prevenir a emergência de uma grande potência ou de um “big power bloc” que desafie os EUA. E, o que esta grande potência pretende do Japão é uma forte assistência que, de certa forma, reforce a posição dominante que os EUA detêm na região. “While the United States may want Japan to play a greater political role, it will not allow Japan to become a real political power and play a dominant role in the region.” (Yang 2001) A verdade é que muitos japoneses manifestavam descontentamento pelo facto de viverem à sombra da estratégia política norte americana, que resultou numa aliança estratégica que sempre actuou em duas frentes para os EUA, por um lado a necessidade de protecção contra ameaças externas, e por outro lado prevenir a necessidade de o Japão emergir como uma grande potência militar. Na realidade, a importância do segundo motivo parece ter conquistado terreno ao primeiro, sobretudo após a guerra-fria. A China entra então num dilema. Por um lado é lhe agradável a ideia de ver o Japão debaixo dos olhos dos EUA, o que limita a possibilidade de o primeiro se tornar independente, em termos militares, do segundo. Por outro lado, a China acreditava que se tinha tornado o alvo e que, independentemente de tudo, o papel militar do Japão já se havia expandido.

De um modo geral, as políticas que a China desenhava para o Japão espelhavam alguma preocupação. Já em Março de 1991 o Ministro do Negócios Estrangeiros Qian Qichen deixou claro que era naturalmente necessário que a China se mantivesse vigilante contra um eventual militarismo japonês, já que havia possibilidade de um pequeno número de japoneses tentarem desenvolver forças militares muito para além das

necessidades de autodefesa. Não muito diferente desta opinião estava a posição da *Chinese Academy of Social Sciences* (CASS):

*As for the problem of Japan sending SDF to participate UN peacekeeping operations, we should be vigilant and should not readily soften our position because this problem has virtually gone beyond the area of political power. It is the first step to becoming a military power. (Yang 2001, 10)*

A China tem vindo a mostrar-se relutante em apoiar um maior intervencionismo político por parte do Japão, quer em termos regionais, quer globais. Um indicador desta relutância chinesa perante a “ameaça” de um maior intervencionismo político do Japão na arena internacional é bem visível na postura chinesa relativamente à ambição que o Japão tem em alcançar um dos assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A posição da China relativamente a esta problemática poderá no mínimo ser qualificada de pouco entusiástica. Pequim não esconde o medo de que esta possibilidade conferirá maior legitimidade internacional a Tóquio, que consequentemente poderá desempenhar um papel determinante e relevante à escala global, quem sabe até através de forças militares. Em Junho de 1994, Jiang Zemin afirmou que os chineses compreendem e não ignoram os desejos do Japão. Na realidade, a China é a favor do alargamento do número de membros do CSNU, já que a actual constituição não espelha a realidade de um contexto internacional em mudança, e o crescente número de novos membros. Jiang não deixou também de sublinhar que a riqueza de um país não deve ser o único factor a ter em consideração, e que o princípio da proporcionalidade, isto é de uma justa distribuição em termos regionais, bem como o princípio da unanimidade em consonância deverá ser fielmente respeitado quando se abordar esta questão. Isto é, o argumento apresentado por Tóquio não é

suficiente, segundo Pequim, para justificar o anseio japonês. Os japoneses sustentam, o direito ao assento permanente que tanto ambicionam, no argumento económico afirmando que “the UN question is basically a question of money” (Smith 2004, 22). É verdade que o Japão subiu a fasquia da contribuição monetária, destinada ao orçamento das Nações Unidas, de 12,4% para 15%, e considera que tal serve de passaporte de entrada. Contudo, tanto a China como o Japão se encontram localizados no Nordeste Asiático e neste sentido a entrada do Japão desestabilizaria o princípio da proporcionalidade regional advogado pela RPC, pois o espaço é demasiado pequeno para dois países se assumirem como líderes regionais no Conselho de Segurança. Em terceiro lugar, alguns países como a Coreia do Sul, não deixaram de explicitamente expressar a sua discordância à entrada do Japão para o seio do CSNU, e outras médias potências, como a Itália por exemplo, também se manteve reservada neste assunto. E embora não descurando a posição destes países relativamente à entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU, os argumentos da China continuam a ser os que importa analisar para o tema em estudo. Este último aspecto aqui abordado vai ser o tema central dos dois últimos capítulos, já que o cenário multilateral das Nações Unidas pode servir de espelho das mutações que se estão a operar no contexto internacional, e particularmente no debate acerca do alargamento do Conselho de Segurança. E, neste novo cenário que provavelmente nos espera, ainda que em muito seja uma incógnita, três serão seguramente os actores principais, cujos papéis serão alterados mas jamais relegados para o de secundários. Refiro-me ao triângulo EUA – RPC – Japão.

Ao longo da história o Japão vestiu sempre de certa forma o papel de vilão aos olhos da China. Hoje, a imagem para a China deste seu vizinho, não se alterou, embora os motivos que os afastam possam ser outros. Se no passado foi a invasão, no futuro é a ambição que o Japão tem de se afirmar forte politicamente à escala internacional que provocam uma espécie de terramoto para a China. Ora, a China está consciente de que

para alcançar a estabilidade e grandeza económica a que se propõe necessita de não descurar eventuais conflitos que possam pôr em causa a estabilidade que necessita para crescer “A good relationship with Japan is therefore essential for China to alleviate its Asian neighbours’ concerns and to create a favourable regional security environment” (Yang, 2003).

A China terá então de alinhar com o Japão sempre numa postura defensiva. Tal não é fácil, mas a tarefa do Japão também não é menos difícil. Um bom exemplo de uma postura mais firme por parte do Japão são os vários sinais de assertividade que este tem vindo a demonstrar relativamente à China. Em Setembro de 1994, Pequim ameaçou opor-se à proposta do Japão para o CSNU, numa atitude de protesto contra a presença de um deputado de Taiwan nos Jogos Asiáticos em Hiroshima, no entanto Tóquio seguiu em frente com o plano. Outro exemplo ilustrativo foi a reacção que o Japão demonstrou relativamente aos testes nucleares que a China realizou em Maio e Julho de 1995. Em resposta a estes testes, o Japão anunciou que iria suspender a ajuda garantida à China naquele ano fiscal. Esta decisão ficou registada como a primeira suspensão unilateral da ajuda externa japonesa à China desde que as relações tinham entrado na normalidade em 1972. Não deixa de ser interessante notar que esta manifestação de força por parte de Tóquio e determinação em fazer frente a Pequim se dá numa altura em que a China vive a crise de Taiwan de 1995/ 1996 com os EUA, como já tivemos oportunidade de referir.

*With Japan becoming more assertive and politically active, strategic competition between Beijing and Tokio is likely to intensify. While the possibility of China having a dominant influence in the Korean peninsula in the future worries Tokyo, Beijing is wary of Japan’s increasing influence in Southeast Asia, especially Vietnam. (Yang 2001, 15)*

Podemos agora fazer a ligação entre os dois pontos que acabaram de ser aqui desenvolvidos. Por um lado, temos todo o percurso da dependência à independência, sendo que os países em vias de desenvolvimento, ou os antigos países do dito Terceiro Mundo, foram determinantes para que a RPC fosse internacionalmente reconhecida em detrimento de Taiwan. Por outro lado, temos a variável "negativa" Japão que é responsável pelo "trauma de dependência chinês" e cujas raízes remontam à Guerra Sino-Japonesa de 1895. No primeiro ponto, no caminho da dependência à independência, compreendemos a importância dos países do Terceiro Mundo no processo que levou ao emergir da RPC na comunidade internacional, não menosprezando naturalmente a enorme importância dos EUA nesse mesmo processo. No segundo ponto, descrevemos a conjuntura que envolveu Invasão Japonesa, tornando-se mais fácil perceber de que forma o medo da dependência sobrevive na China mesmo com o passar do tempo. Taiwan apresenta-se como a peça chave que ajuda a explicar estes dois extremos da política externa chinesa: por um lado uma China forte, combativa mas não ofensiva, que luta pela independência, e ao mesmo tempo uma China defensiva com receio de perder a independência e o *status quo* alcançados no seio da comunidade internacional. Por outras palavras, por um lado uma China que abre as portas ao mundo, por outro a que ainda se esconde por detrás da Grande Muralha em busca de protecção. Esta Taiwan de duas faces, a da independência e a da dependência, nada mais é do que espelho da "conflito" interno em que vive uma China dividida entre dois extremos. Taiwan representa então essa ideia de independência, já que perdeu em 1971 o assento permanente no CSNU para a rival RPC, mas Taiwan representa igualmente o aparentemente "eterno" cordão umbilical da China ao fantasma da dependência, pois Taiwan também mantém a RPC ligada ao Japão e consequentemente aos EUA, como pudemos constatar durante a crise taiwanesa de 1995/96. De facto, esta crise no estreito de

Taiwan foi um bom exemplo de que nada é certo quando se fala em relações internacionais e que, apesar das relações sino-americanas terem evoluído consideravelmente, a RPC não pode estar completamente segura de um apoio norte americano, da mesma forma que, tal como em qualquer outro relacionamento externo, permanece alguma incerteza nas relações entre a China e o Japão.

Até aqui é perceptível também o papel principal do Terceiro Mundo. O processo de descolonização e conseqüente surgimento de novos Estados foi determinante para que a RPC alcançasse o *status quo* político que ansiava, como espécie de carta de alforria (primeiro do imperialismo ocidental e mais tarde do hegemonismo incluindo o hegemonismo japonês naturalmente).

O enorme destaque dado ao continente africano, na década de 1960/70, parece revelar que a chave que a RPC encontrou na aliança com o Terceiro Mundo foi sempre utilizada com enorme sentido estratégico. Ora, este enorme sentido de oportunidade da RPC percebe-se ainda melhor quando constatamos que, na década de 1980, a China redireccionou a aliança com os países em vias de desenvolvimento, voltando-se para os países em vias de desenvolvimento do sudeste asiático, provavelmente não por coincidência, desde a abertura da China ao Mundo.

Nesta primeira parte, composta por dois pontos centrais, por um lado China e países em vias de desenvolvimento (relação positiva) e por outro China e Japão (relação negativa), tentámos explicar respectivamente, primeiro como é que os países em vias de desenvolvimento (particularmente os jovens Estados africanos) foram cruciais para que a China deixasse de ser vista como um país dependente, nomeadamente da política externa comunista soviética, e alcançasse a independência, conquistando o *status quo* de membro permanente no CSNU a Taiwan, num cenário interdependente. Em segundo, tentámos também explicar o porquê de uma relação, entre a China e o Japão, que em termos históricos

se revelou tendencialmente negativa, com algumas excepções que "timidamente" aproximaram estes dois países, como foi o facto de terem um inimigo comum a norte – a União Soviética. A prova de que a relação sino-japonesa foi e ainda é negativa poderá estar reflectida no facto de continuar a persistir a presença negativa da guerra sino-japonesa, que levou à ocupação japonesa da ilha de Taiwan em 1895, assim como o peso histórico que ainda hoje têm as atrocidades cometidas pelo Japão em território asiático (1932-1941) que ficou por exemplo espelhada na polémica acerca dos manuais japoneses de história.

### **Conclusão (1ª Parte):**

Depois de abordados estes dois pólos da política externa chinesa, importa agora, numa conclusão a esta primeira parte, fazer a ligação entre estes dois pontos praticamente "extremos", já que são estes que nos vão permitir ajudar a descortinar a questão colocada como ponto de partida e perceber porque é que a aliança com os PVD, que foi a estratégia necessária para a China alcançar o reconhecimento internacional, continua a ser uma estratégia actual. É que agora que o *status quo* foi conquistado a Taiwan, a RPC teme perdê-lo para o Japão, que se anuncia como forte candidato a membro permanente do CSNU, num quadro de alargamento. No entanto, a China está consciente de que para fazer face a esta potencial "ameaça" japonesa precisa de se manter aliada aos países em vias de desenvolvimento mas passar a concentrar-se no sudeste asiático. Assim, o próprio redireccionar da estratégia, de África para a Ásia (particularmente o sudeste asiático), é um importante indicador de como a China teme, mais de meio século depois, esta nova forma de "invasão" que representa a ambição japonesa por um lugar entre os membros permanentes do CSNU. Um redireccionar do investimento externo chinês da África para os países em vias de desenvolvimento do sudeste asiático revela como a China poderá estar preocupada com o facto de o Japão

querer disputar o papel de líder regional, ameaçando o *status quo* que a China já detém como único membro permanente no CSNU em representação do vasto continente asiático. Da mesma forma que os países em vias de desenvolvimento do continente africano tiveram um papel fundamental no reconhecimento internacional da RPC, também os países do sudeste asiático poderão agora ter um papel de igual forma determinante na manutenção do *status quo* chinês.

Identificadas a variável constante e as *nuances* das relações internacionais chinesas, importa agora sistematizar no tempo a estratégia que a China encetou para, depois de conquistar o assento permanente no CSNU, garantir a manutenção do *status quo* de líder regional do sudeste asiático.



#### **Quadro IV – Em Defesa do Status Quo**

Período	Cenários (identificados e/ou prováveis)
1950 a finais de 1970	China <i>versus</i> URSS China <i>versus</i> Taiwan Objectivo - conquistar o <i>status quo</i> (o assento permanente no CSNU) a Taiwan China <i>versus</i> EUA China <i>versus</i> Japão
1980.....  (Ku 2005, p.3)	"China and Southeast Asia: Starting a Honeymoon" China e Sudeste asiático <i>versus</i> EUA-Taiwan-Japão  Objectivo - não perder o status quo para o Japão

Importa agora tentar identificar os motivos que, directa ou indirectamente, deixaram a RPC com receio em perder o *status quo* para o Japão.

#### **6 - Indicadores do medo da China em perder o *status quo* para o Japão:**

##### **6.1 – Sinais de Instabilidade da Posição Norte – Americana Relativamente à RPC**

Sinais de incerteza quanto à posição norte americana relativamente à RPC - o Comunicado de Shanghai em 1972 bem como o Comunicado Conjunto de 1979 foram passos determinantes no caminho do reconhecimento internacional da RPC, pois se o primeiro permitiu que as relações entre a

China e os EUA entrassem na normalidade, comprometendo os EUA a adoptar a política de "Uma China", o segundo transfere o reconhecimento diplomático de Taiwan para Pequim. No entanto, apesar deste grande avanço nas relações sino-americanas, os EUA não deixam de assinar mais tarde o Acto das Relações de Taiwan, o que representou o primeiro motivo de preocupação chinês, pois Washington começava a dar os primeiros sinais de incerteza à RPC em termos da sua política externa. Como foi acima referido, Pequim considerou este acto uma forma de invasão dos assuntos internos do governo de Pequim.

A Crise de 1995/ 96, em que os EUA tomam partido da posição taiwanesa, e o facto de esta ter ocorrido depois de se terem dado passos no sentido de alcançar a estabilidade das relações sino-americanas, acabaria por conduzir à instabilidade, podendo revelar que o perigo de perder o *status quo* era uma eminente possibilidade para a RPC.

Conclusão n.º 1 - juntamente com os países em vias de desenvolvimento, particularmente de África, os EUA foram facilitadores do processo de reconhecimento internacional da RPC. No entanto, o facto de os EUA não tomarem uma posição clara, relativamente à política externa definida para Pequim, mantendo-se também próximos de Taiwan, causa uma certa "angústia" à China.

## **6.2 – Sinais de inconformismo de Taiwan pela perda do *status quo* para a RPC**

A "diplomacia pragmática", instituída por Lee Teng-hui, pretendia ser uma postura diplomática de aparente pacifismo e de recuo por parte de Taiwan, revelou-se uma estratégia arquitectada pelo líder do PPD para recuperar a visibilidade de Taiwan junto da comunidade internacional, visando também a emancipação de Taiwan.

Por outro lado o Kuomintang, liderado por Chen, revelava ainda uma

postura mais agressiva defendendo a abolição do Conselho de Unificação Nacional. No entanto, esta facção mais radical acabaria por conter esta posição mais agressiva, e da intenção não passaram à acção. Constrangidos com as declarações de 2004, de Colin Powell, em que os EUA davam uma vez mais sinais de pouca coerência quanto à posição que tomavam relativamente à questão de Taiwan.

**Conclusão n.º 2** - Provavelmente não é a recuperação, numa atitude isolada, por Taiwan do *status quo* perdido em 1971 que preocupa Pequim. A questão central é que para além de Taiwan ter começado a dar sinais de não se ter resignado, com a perda do reconhecimento internacional que até 1971 detinha, os EUA com assinatura do Acto de Relações de Taiwan e uma intervenção directa pró -Taiwan na crise de 1995/96 deixaram Pequim receosos de uma possível aliança entre os EUA e Taiwan. E a preocupação maior que ainda se subentende é a aliança EUA - Taiwan - Japão, já que tanto o Japão como Taiwan não deixam de viver à sombra da política externa norte americana.

### **6.3 - Vincados vestígios de identificação entre o Japão e Taiwan que remontam a Ocupação de 1895**

Existe uma identidade forte entre Taiwan e o Japão que vem de 1895, com a ocupação japonesa da ilha. Como refere Eric Teo, "Culturally, Japanese pop has always seduced young Taiwanese and an entire generation of Taiwanese elite and politicians, like former President Lee Teng-hui, were schooled in Japanese universities." (2005, 3). Aliás, Taiwan é provavelmente a excepção que confirma a regra das relações entre o Japão e os vizinhos do sudeste asiático, sendo o único vizinho "não distante" do Japão.

**Conclusão n.º 3** - Dado o tratamento especial que os japoneses recebem

em Taiwan, revelando os taiwaneses uma enorme empatia pelo Japão que os levou inclusivamente a encarar o suposto período menos positivo de ocupação japonesa como uma espécie de ocupação pacífica, como refere Eric Teo "Japan is commonly perceived in Taiwan as a benevolent occupying power, unlike in China or Korea" (2005, 3). Percebe-se porque é que a RPC desconfia de uma perigosa ligação entre os "separatistas" taiwaneses e os japoneses de "direita".

**6.4 – Apesar de Taiwan ter perdido o reconhecimento diplomático junto da comunidade internacional, a geografia ninguém a pode alterar.**

Taipei é um ponto estratégico fulcral e naturalmente cobiçado por chineses, japoneses e americanos. Eric Teo também realça a força estratégica da ilha de Taiwan como sendo mais um dos motivos que desperta enorme preocupação a Pequim. Como refere este autor, "First, Taiwan is seen as a critical gateway to Japan for Chinese blue-water naval advances from the south natural gateway to Japanese waters... Second, Taiwan represents an important part of the American strategic security umbrella of Japan, South Korea, Taiwan, the Philippines and Australia – which Japan seeks to maintain against its big emerging neighbour"(2005, 1). Se o Japão perde o controle e domínio que exerce neste momento sobre Taiwan, facilmente se expõe a uma invasão Chinesa, por mar, em caso de conflito. Sem Taiwan, o Japão deixa de ter capacidade de defesa relativamente à China. Como também refere Teo, de acordo com informações cedidas pelo Instituto Japonês de Relações Internacionais, a RPC sabe que se conseguir ter acesso à Costa Pacífica japonesa, limitada a norte pelas Ilhas Sakhalin e pelas Ilhas Ryuku Islands a sul, a ocidente por Taiwan e pelas Filipinas a Oriente, consegue enfraquecer a posição estratégica do Japão e então se compreende porque é que estas ilhas são fonte de discórdia entre o Japão e a vizinha RPC.

**Conclusão n.º 4** - Compreende-se então porque é que os EUA, apesar de distante vizinho, têm tanto interesse na ligação a Taiwan e ao Japão, mantendo uma posição ambígua relativamente à política de "Uma China". Por exemplo, Okinawa<sup>27</sup> representa um importante ponto estratégico quer para os EUA quer para o Japão. O objectivo é conter a temida e potencialmente cada vez mais emergente "ameaça chinesa", motivo de preocupação de Washington mas também de Tóquio. E, foi este receio que contribuiu para a assinatura do Acordo de Segurança Mútua, e para a criação de um sistema de defesa anti-mísseis de "teatro", entre Washington e Tóquio, um acordo e um sistema que não deixariam de ser mais um motivo de apreensão para Pequim.

### **6.5 - A Ambição do Japão por entrar no círculo permanente do CSNU**

A ambição do Japão por entrar para o círculo permanente do CSNU revela-se agora um motivo de preocupação acrescida para Pequim. O Japão tenciona disputar a liderança regional da Ásia com Pequim que neste momento prima pelo *status quo* de único representante do continente asiático com assento permanente no CSNU.

Conclusão n.º 5 - A sombra americana e taiwanesa estará sempre presente sob a forma de uma potencial aliança estratégica entre os três, Japão - Taiwan - EUA. Assim, caso seja atribuído um assento permanente ao Japão, esta aliança, temida por Pequim, indirectamente usufruirá também desse assento permanente, passando a ter mais influência nos destinos da Ásia e retirando a exclusividade ao *status quo* que a RPC detém.

---

<sup>27</sup> Okinawa é a maior ilha do arquipélago das ilhas Ryukyu, localizada no Oceano Pacífico. Sofreu a dupla influência da cultura japonesa e chinesa. Segundo Sarantakes "Keeping Okinawa served two purposes. First, the Island was a good base for positioning American forces in the defense of Japan. Second, controlling Okinawa would give any revival of military aggression on the part of the Japanese." (2000, 44)

Assim, apresentados provavelmente os vários receios que neste momento suscitam clara preocupação à RPC, como poderá responder Pequim a esta potencial ameaça que constitui a entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU, com o apoio de Taiwan e eventualmente sob a sombra dos EUA?

## **7 - Alguns indicadores da viragem para o Sudeste Asiático:**

Se o próprio Japão, que como já tivemos oportunidade de referir, sempre se revelou "distante" dos países vizinhos, à excepção de Taiwan, neste momento dá claros sinais de um crescente investimento no sudeste asiático, por desejar liderar a região asiática, na condição de potencial membro permanente no CSNU, então é provável que a China sinta necessidade de redescobrir a Ásia, canalizando todos os seus esforços para o investimento nos países do sudeste asiático, sem perder contudo a estratégia já definida em termos de política externa, a aliança com os países em vias de desenvolvimento.

### **7.1 - O retomar das relações diplomáticas com os países do sudeste asiático**

Se a ambição pelo assento permanente obrigou o Japão a descobrir as verdadeiras origens, apesar de nunca se ter revisto nestas, o medo em perder o *status quo* fez com que a China regressasse às origens, deixando África e voltando-se para o sudeste asiático, sobretudo agora que já não vive à sombra do comunismo soviético. Como refere Samuel Ku, as relações da China com o sudeste asiático começaram a sofrer uma transformação significativa a partir de meados de 1970. E, alguns acontecimentos acabariam por se revelar então determinantes. Em 1974, dá-se o reconhecimento diplomático mútuo entre a RPC e a Malásia, e um ano depois o mesmo sucede com as Filipinas e a Tailândia, dando também

a China os primeiros sinais de aproximação aos países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático. Ku também realça o período de hostilidade relativamente ao sudeste asiático que a China viveu, nas primeiras três décadas que se seguiram a Outubro de 1949, quando o partido comunista comandava o destino da China continental. O controle da China pelo PCC reflectia-se na Ásia no apoio a movimentos rebeldes comunistas do sudeste asiático nas décadas de 1950, 1960 e na primeira metade da década de 1970. Durante este período a grande aliada da China era a União Soviética e o grande rival os EUA. Mas no momento em que a China se começa a libertar da ideologia comunista do vizinho a norte e a aproximar-se dos EUA, tema que já tivemos oportunidade de desenvolver, a comunidade internacional abre as portas à RPC reconhecendo-a como membro permanente do CSNU. (2005, 4)

#### **7.1.1 - O acentuar das visitas de estado entre a China e o sudeste asiático**

Um bom indicador desta viragem de África para a Ásia é o elevado número de visitas entre chefes de estado que na época se começa a registar. Como sublinha Ku (2005), enquanto que nas décadas de 1960, 1970 e 1980 praticamente não se registavam interacções entre a China e o Sudeste Asiático, a partir dos finais da década de 1980, em virtude também da progressiva autonomização do comunismo chinês da ideologia soviética, as relações entre a China e os países vizinhos do sudeste asiático alteraram-se consideravelmente.

Samuel Ku apresenta as três iniciativas políticas que aponta como sendo responsáveis por esta forma de “cessar fogo” diplomático entre a RPC e o Sudeste Asiático: segundo o autor “...the open-door policy, the good neighbourliness policy, and the ‘go global strategy’ (2005, 6) alteraram consideravelmente a realidade político-económica da China a partir de finais da década de 1980. Até este *turning point*, as relações entre China e

o sudeste asiático apresentavam claros indicadores de instabilidade. O caso da Indonésia e do Vietname são ilustrativos dessa realidade:

Em Janeiro de 1950 e em Abril do mesmo ano, tanto o Vietname (na altura Vietname do Norte) como a Indonésia, respectivamente, foram diplomaticamente reconhecidos pela China. No entanto, tanto no caso do Vietname como da Indonésia, acabariam por sofrer uma ruptura. Se o primeiro cortou relações com a China em 1979, dado o conflito em torno do Camboja e o conflito fronteiriço entre os dois, o segundo rompeu com a RPC em Outubro de 1967.<sup>28</sup> As relações da China com estes dois países só acabariam por ser retomadas no ano em que a “open-door policy” é inaugurada, confirmando a tese de Ku de que as três iniciativas políticas referidas por este autor são responsáveis pelo *turning point* nas relações entre a China e o sudeste asiático. Assim, em 1985, é restabelecido o comércio directo entre a China e a Indonésia. Outros casos de sucesso da “open-door policy” foram o estabelecimento em Singapura de um Gabinete Comercial Representante da China e vice-versa, de Pequim em Singapura.

Já abordámos o tema da China e do Japão como “vizinhos distantes” por oposição à relação entre os EUA e o Japão como “distantes mas vizinhos”. No entanto, importa agora aqui explicar como é que a segunda iniciativa política identificada por Samuel Ku, “The good neighborliness policy since 1990” (2005), levada a cabo pela China, poderá ser um indicador significativo de que a China teme a perda do seu *status quo* como único membro permanente do CSNU em representação da Ásia. Não deixando a linha estratégica definida, orientada para uma aliança com os países em vias de desenvolvimento, a China revela cada vez mais que “um bom filho à casa torna”. Interessante notar é que o próprio Japão, que sempre “viveu

---

<sup>28</sup> Desde o período de 1965-1966 que a política externa da Indonésia se caracteriza pela desconfiança relativamente à China, pois a Indonésia acusava a China de apoiar o Partido Comunista Indonésio numa tentativa de um golpe militar, na Indonésia. A Indonésia alimentou suspeitas acerca da lealdade da minoria étnica chinesa e a crença de que a China tivesse tirado partido do apoio dessa pequena minoria. Como refere



de costas” para o oriente e de olhos postos no ocidente, revela agora cada vez mais interesse na Ásia.

A partir da década de 1980, se a China redescobriu a Ásia, o Japão descobriu-a. Existiu sempre uma forte identidade entre a China e a Ásia. Para além disso, a China detém o *status quo* de único representante da Ásia. No entanto, se o Japão consegue alcançar o tão desejado assento permanente, num quadro de alargamento do CSNU, serão dois e não um em representação da Ásia, o que significaria então a perda da exclusividade que neste momento a RPC detém.

Importa agora continuar a analisar os indicadores que se apontam para a redescoberta chinesa e a súbita descoberta japonesa do sudeste asiático. Depois da “open door policy”, da década de 1980, segue-se agora “the good neighborliness policy”, da década de 1990.

Tendo sido a aliança chinesa ao comunismo soviético que muito prejudicou a imagem da RPC junto do sudeste asiático e também a imagem negativa que deixou o massacre de Tianamen de 4 de Junho de 1989, o comunismo chinês reuniu esforços no sentido de projectar uma nova imagem que apagasse a memória negativa destes períodos.

A aliança sino-soviética acabaria por levar a uma quebra das relações diplomáticas entre a China e o sudeste asiático, como é o caso por exemplo do Vietname com quem a RPC já mantinha relações desde 1950, nesta altura Vietname do Norte, mas que iriam sofrer um período de interrupção, em finais de 1970, devido ao conflito em torno da questão do Camboja. Mas outras relações bilaterais da RPC com o sudeste asiático iriam sofrer semelhantes interregnos. O quadro que se segue exemplifica algumas dessas relações:

---

Vang “... on October 31, 1967, China and Indonesia closed down their embassies in Jakarta and Beijing. Therefore, China and Indonesia did not conduct diplomatic relations from 1967 to 1990”. (Vang 2008, 370)

**Quadro V – Relações Bilaterais entre a RPC e os Países do Sudeste Asiático**

Relações Bilaterais entre a RPC e os Países do Sudeste Asiático			
<b>País</b>	<b>Início</b>	<b>Suspensão das relações bilaterais e motivo</b>	<b>Retomar</b>
<b>Laos</b>	Abril 1961	De 1970 até meados de 1980	1989
<b>Vietname</b>	1950 (Vietname do Norte)	Finais da década de 1970 – Conflito do Cambodja	Novembro de 1991
<b>Indonésia</b>	1950	1967 em virtude de um golpe do partido comunista indonésio	Agosto de 1990

Para além do retomar das boas relações entre a China e o sudeste asiático, um importante indicador do regresso à Ásia no que toca às relações externas chinesas, é o crescente número de visitas por chefes de estado que se voltam a registar desde 1988 - a terceira política identificada por Samuel Ku ou a “Go Global Strategy”. Estas visitas de Estado revelar-se-iam mais frequentes na década de 1990, já que dada a instabilidade das relações entre a China e o Sudeste Asiático anteriormente, os líderes chineses raramente visitaram os países vizinhos do sudeste asiático. No entanto, como refere Gelber existe uma forte ligação entre o Sudeste Asiático e a China e é também no Sudeste Asiático que os interesses da China e da Índia se cruzam. A ASEAN é um bom exemplo de uma forte união entre os países daquela região e também exemplo do apoio que a China recebe da região, como sublinha o autor citando as palavras de Zbigniew Brzezinski, ex conselheiro para a

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

Segurança Nacional do presidente Jimmy Carter<sup>29</sup>, “Não há nenhuma dúvida de que a China está a criar uma esfera de prosperidade comum na Ásia Oriental. Os países desta região estão crescentemente, a mostrar o seu respeito para com a China, algo que a China responde com benevolência.” (2007 491, 492)

As relações passaram de visitas entre ministros de gabinete, no período compreendido entre o ano de 1988 até meados da década de 1990, ascendendo ao nível de visitas entre chefes de Estado a partir de 1997.

### Quadro VI – Visitas de Estado entre a RPC e o Sudeste Asiático

Visitas de Estado entre a RPC e o Sudeste Asiático			
País (direcção da visita)	/ Ano	Tipo de visita/ Objectivo	Ministros/ Chefe de Estado
China Malásia Malásia China	- 1988 -	Ministerial/ Assinatura do Acordo de Protecção e Investimento e do Acordo para o Estabelecimento de um Comité Económico e de Comércio conjunto entre a China e a Malásia.	
Malásia China	- 1989		Ministro da Indústria e do comércio (Datuk Aziz);

<sup>29</sup> Presidente dos EUA (1977-1981)

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

---

<b>China</b>	- 1991	Iniciam o primeiro comité conjunto de cooperação comercial e económica;	Adido da Câmara de Comércio Chinesa na Malásia. (Tan Pin)
<b>Malásia</b>			

---

<b>Malásia</b>	- 1993	Uma delegação liderada pelo Primeiro Ministro Mahathir Mohamad visita a China o que contribui para um aprofundar das relações entre os dois países.	
<b>China</b>			

---

<b>Tailândia</b>	- 1975	Reconhecimento diplomático mútuo;	
<b>China</b>			

---

<b>Tailândia</b>	- 1980	Iniciam uma Conferência Conjunta ao nível da Cooperação Económica;	
<b>China</b>			

---

<b>Tailândia</b>	- 1988	Um grupo tailandês faz uma visita de negócios à China e a China retribui com uma visita à Tailândia;	
<b>China</b>	-		
<b>Tailândia</b>			

---

---

<b>Tailândia</b>	Fev.	O ministro dos negócios estrangeiros Lt. Prapas	
<b>- China</b>	1989	Limpabandhu lidera uma delegação a fim de visitar a China e co-organiza a Quarta Sessão do em Cooperação Económica do Comité Conjunto Sino-tailandês com o homólogo Mr. Li Xuejian, vice ministro dos Ministério das Relações Externas Económicas e Comerciais a fim de assinar o protocolo de comércio entre os dois países no sentido de uma aproximação da economia política destes dois países vizinhos.	

---

<b>China</b>	- 1990	Iniciam-se as relações ao nível de Chefes de Estado.	O primeiro-ministro Li Peng visita a Tailândia.
<b>Tailândia</b>			

---

<b>China</b>	- Jun.		O Presidente Yang Shanquan visita a Tailândia.
<b>Tailândia</b>	1991		

---

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

<b>Tailândia - China</b>	Março 1996		O Vice-primeiro-ministro Amnuay Viranvan's visita a China.
<b>Filipinas - China</b>	Abril 1988	Esta visita teve também uma carga simbólica forte já que foi o primeiro chefe de estado a visitar a China a seguir à visita do primeiro-ministro de Singapura em 1970. A primeira visita também após a Revolução Chinesa de Fevereiro de 1986. O objectivo era de cariz económico a fim de assinar dois acordos, o Protocolo Comercial entre a China e as Filipinas e o Protocolo de Acordo Comercial.	O Presidente das Filipinas Corazon Aquino visita a China
<b>Filipinas - China</b>	1993	A fim de participar numa reunião informal da Cooperação Económica Ásia Pacífico (CEAP)	
<b>China - Filipinas</b>	Nov. 1996		O Presidente Fidel Ramos desloca-se à China em visita de Estado à China.

É de sublinhar que as Filipinas, o último país do quadro acima apresentado, é curiosamente o primeiro dos países do sudeste asiático a estabelecer uma reunião conjunta em cooperação económica bilateral com a China. Conduzidas pelos ministros responsáveis pelas relações comerciais, estas reuniões tiveram início nos finais da década de 1970.

O ano de 1990 foi um ano glorioso no que toca ao aprofundamento das relações entre a China e o Sudeste Asiático, a nível económico e político. A China restabelece completamente as relações diplomáticas com a Indonésia e pela primeira vez o líder de um país muçulmano, o Presidente Suharto, visita a China, desde o abortado golpe comunista em Jacarta, no ano de 1965. É também no ano de 1990 que o primeiro-ministro Li Peng se desloca ao sudeste asiático para visitar Singapura, Tailândia, Malásia, Filipinas, para além da Indonésia.

Durante a década de 1990, a China e o Sudeste Asiático foram-se aproximando cada vez mais, e um bom indicador dessa evolução positiva foi o crescente número e frequência de visitas entre chefes de estado, para além das visitas entre oficiais dos ministérios. Ora, esta aproximação quantitativa mas também qualitativa pode ser vista nas relações entre a RPC e Singapura. O Presidente chinês Yang Shangkuan deslocou-se a Singapura numa visita de estado em Janeiro de 1992 e o primeiro-ministro Goh Chok Tong retribuiu a visita em 1993. Mas é a partir de 1997 que as visitas entre chefes de governo se tornam ainda mais frequentes, sobretudo depois de finais de 1997. (Ku 2005, 20) Goh Chok Tong, na qualidade de Primeiro-ministro de Singapura, visitou a China seis vezes no espaço de 11 anos, compreendido entre 1992 e 2003, em 1992, 1993, 1998, 2000 e 2003. Ou ainda mais significativo, Lee Kuan Yew visitou a China mais de 20 vezes depois de se demitir do cargo de Primeiro-ministro, em Novembro de 1990, já para não referir que enquanto ocupou este cargo de poder as visitas de estado eram de igual modo frequentes.

As relações sino-vietnamitas e entre a China e as Filipinas também demonstram este padrão, conforme o quadro que se segue explicita:

**Quadro VII – Visitas de Estado – China e o Vietname e China e as Filipinas**

Visitas de Estado – China e o Vietname e China e as Filipinas				
<b>Direcção da visita</b>	<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>	<b>Chefe de Estado</b>	
<b>China – Vietname</b>	1988-2000	Hu Jintao, então vice-présidente chinês visitou o Vietname por duas vezes em Dezembro de 1988 e em Abril de 2000	Vice-presidente Hu Jintao	
	Dez 1999		Primeiro-ministro Zhu Rongji	
	Feb 2002		Presidente Jiang Zemim	
	Nov 2005	Na qualidade de Presidente, depois de ter atingido o topo da liderança chinesa em Março de 2003, o Sr. Hu Jintao faz uma visita de dois dias ao Vietname, tendo tido a honra de discursar na Assembleia Nacional Vietnamita. Esta visita contribuiria para estreitamento entre dois países socialistas vizinhos e para o fortalecimento das relações económicas e políticas.	Presidente Hu Jintao	



## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

---

<b>Vietname - China</b>	Out	Primeiro-
	1998,	ministro Phan
	Fev	Van Khai
	2000,	
	Maio	
	2004	
	e	
	Junho	
	2005	

---

<b>Vietname - China</b>	Fev	Sec. -geral do
	1999	partido
		comunista
		vietnamita, Le
		Kha Phiew.

---

<b>Vietname - China</b>	Dez.	Presidente de
	2000	Estado, Tran
	e	Duc Luong
	Julho	
	2005	

---

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

<b>Vietname - China</b>	Nov 2001 e Abril 2003	Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietname, Nong Duc Manh
<b>Filipinas – China</b>	Abril 1988	Vários líderes filipinos visitaram a China desde a queda de Ferdinand Marcos em Aquino em Fevereiro de 1986. Sr. Corazon
<b>Filipinas – China</b>	Abril 1993	Sr. Fidel Ramos
<b>Filipinas – China</b>	Maio 2000	Sr. Joseph Estrada
<b>Filipinas – China</b>		

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

---

<b>Filipinas – China</b>	Out 2001 e Set 2004	Depois de se tornar chefe de estado no arquipélago.	Sra. Gloria Arroyo-Macapagal, Presidente de incumbência das Filipinas.
--------------------------	---------------------------------	---	--

---

<b>China - Filipinas</b>	1996		Presidente Jiang Zeming
--------------------------	------	--	-------------------------

---

<b>China - Filipinas</b>	Nov 1999		Primeiro-ministro Zhu Rongji
--------------------------	-------------	--	------------------------------

---

<b>China - Filipinas</b>	Set 2002		Presidente da Comissão Permanente do Congresso Popular Nacional, o Sr. Li Peng.
--------------------------	-------------	--	---

---

<b>China - Filipinas</b>	Ago 2003	Retribuiu a visita às Filipinas, depois de atingir o topo da liderança chinesa.	Presidente da Comissão Permanente do Congresso Popular Nacional, o Sr. Wu Bangquo.
<b>China - Filipinas</b>	Abril 2005		Hu Jintao

Depois de apresentados alguns exemplos do retomar das relações bilaterais entre a China e países como o Vietname, Camboja e Indonésia, bem como o aumento das visitas institucionais entre a China e os países do sudeste asiático, onde se destaca a partir de 1997 uma frequência cada vez maior das visitas entre chefes de estado de países, começam a ser visíveis indicadores da viragem da China para a Ásia, particularmente o sudeste asiático. No entanto, o quadro, que a seguir se transcreve, mostra alguns dados das relações comerciais entre a China e o mercado sudeste asiático, e este mesmo mercado também começa a revelar-se bastante atractivo para o Japão. Torna-se então possível perceber que se a China redescobriu a Ásia, o Japão, que sempre viveu de costas voltada para a oriente, também tem dado sinais de que está a descobrir o sudeste asiático, como iremos constatar:

#### **7.1.2 - O Acentuar das Relações Comerciais, quer entre a China e o Sudeste Asiático, quer entre o Japão e o Sudeste asiático**

Partindo de dados do comércio externo de dois países do sudeste asiático

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

(Vietname e Tailândia) poderemos concluir que, de um modo geral, o comércio externo realizado quer entre a China e os países do sudeste asiático, quer entre o Japão e os mesmos países da referida região da Ásia, tem vindo a crescer substancialmente, no caso do Japão a partir de 1989 e da China a partir 1995. É possível ainda concluir que, apesar de o volume de comércio entre os países do sudeste asiático acima apresentados e o Japão ser consideravelmente superior ao da China, este último apresenta no entanto períodos de crescimento muito acentuado a partir de 1995, enquanto que o Japão chega a sofrer quebras, no ano de 1997, conforme podemos observar nos quadros que se seguem:

### Quadro VIII - Relações Económicas Externas entre o Vietname e o Japão e entre o Vietname e a RPC

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Exportações (em dol. EUA)
<b><u>Vietname</u></b>									
33,9	32,6	34,5	46,5	32,3	34,0	51,1	60,7	261,0	<b>Japão</b>
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	0,2	<b>China</b>

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	países
es									
Exportações (em dol. EUA)									
<u>Vietname</u>									
340,3	719,3	833,9	936,9	1179,3	1559,9	1829,0	1983,8	-----	<b>Japão</b>
7,7	19,3	95,6	135,8	295,6	301,8	280,4	324,5	-----	<b>China</b>
1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Países
Importações (em dol. EUA)									
<u>Vietname</u>									
120,0	101,4	131,3	130,5	142,1	121,6	103,2	138,7	105,5	<b>Japão</b>
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	<b>China</b>

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Países
Importações (em dol. EUA)									
<u>Vietname</u>									
168,9	157,6	239,4	452,3	585,7	1014,2	1250,6	1405,8	-----	<b>Japão</b>
4,6	18,4	31,8	85,5	144,2	<b>793,9</b>	926,4	1186,3	-----	<b>China</b>

Fonte: [http://www.adb.org/documents/books/key\\_indicators/2000/vie.pdf](http://www.adb.org/documents/books/key_indicators/2000/vie.pdf)

## Quadro IX– Relações Económicas Externas s entre a Tailândia e o Japão e entre a Tailândia e a RPC

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Exportações (em dol. EUA)
<u>Tailândia</u>									
996	951	960	965	951	1260	1732	2545	3422	<b>Japão</b>
186	307	107	183	271	276	388	475	541	<b>China</b>

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Exportações (em dol. EUA)
<u>Tailândia</u>									
3969	5135	5686	6300	7728	9477	9373	8733	-----	<b>Japão</b>
269	335	386	430	930	1642	1868	1744	-----	<b>China</b>

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Importações (em dol. EUA)
<b>Tailândia</b>									
2414	2004	2816	2802	2450	2421	3376	5493	7736	<b>1-Japão</b>
321	234	265	318	223	263	504	679	744	<b>7-China</b>

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Importações (em dol. EUA)
<b>Tailândia</b>									
10144	11038	11905	13963	16442	21625	20449	16165	-----	<b>1-Japão</b>
1107	1149	1219	905	1388	2096	1953	2260	-----	<b>7-China</b>

Fonte: [http://www.adb.org/documents/books/key\\_indicators/2000/tha.pdf](http://www.adb.org/documents/books/key_indicators/2000/tha.pdf)

**Índice: Comércio Externo 3 Países do sudeste asiático (3PSA) com o Japão e 3PSA com a China:**

	<b>Crescimento significativo do comércio com o Japão</b>
	<b>Crescimento significativo do comércio com a China</b>
-----	<b>Sem registo de dados</b>
1222	<b>Quebra no crescimento do comércio externo com o Japão</b>
2111	<b>Quebra no crescimento do comércio externo com a China</b>



## 8 – Japão Próximo de Taiwan e Longe do Sudeste Asiático

Os quadros abaixo apresentam os dados do comércio externo de Taiwan, de 1981 a 1998, e revelam a proximidade que existe entre Taiwan e o Japão: O Japão é a principal fonte das importações de Taiwan e terceiro país destino das suas exportações, com o primeiro lugar aqui a ser ocupado pelos EUA.

### 8.1 – Alguns Indicadores da Forte Proximidade entre o Japão e Taiwan.

#### Quadro X – Relações Económicas Externas de Taiwan

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Exportações (em dol. EUA)
<b>Taipei – Taiwan</b>									
8158	8758	11334	14868	14773	19014	23685	23467	24036	<b>Estados Unidos</b>
1897	1565	1644	2087	2540	2921	4123	5587	7042	<b>Hong Kong (China)</b>
2454	2365	2477	3187	3461	4560	6986	8772	9065	<b>Japão</b>
-----	-----	-----	878	885	931	1350	1683	1976	<b>Singapura</b>
-----	-----	-----	245	236	279	425	754	1110	<b>Tailândia</b>
-----	-----	-----	232	195	206	272	451	695	<b>Malásia</b>
-----	-----	-----	230	254	352	638	917	1133	<b>República da Coreia</b>

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Exportações (em dol. EUA)	
<u>Taipei – Taiwan</u>										
21746	22321	23572	23587	24337	26407	26866	29552	29376	Estados Unidos	
8556	12431	15415	18453	21262	26106	26788	28688	24820	Hong Kong	(China)
8338	9189	8894	8977	10221	13157	13659	11691	9324	Japão	
2204	2404	2505	2890	3366	4405	4573	4895	3256	Singapura	
1424	1445	1810	2019	2440	3072	2790	2562	1926	Tailândia	
1104	1465	1600	1672	2224	2899	2954	3035	2286	Malásia	
1213	1287	1150	1274	1740	2572	2662	2366	1486	República da Coreia	
1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Importações (em dol. EUA)	
<u>Taipei – Taiwan</u>										
5929	4780	5587	6442	5549	8255	11841	14825	16031	Japão	
4766	4563	4646	5042	4746	5433	7648	13007	12003	Estados Unidos	
-----	-----	-----	224	187	329	533	900	1239	República da Coreia	
-----	-----	-----	551	482	501	729	943	887	Malásia	
-----	-----	-----	268	276	340	522	740	889	Singapura	

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

309	307	299	370	320	379	754	1922	2205	Hong Kong, China	
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Importações (em dol. EUA)	
Taipei - Taiwan										
15998	18858	21767	23186	24786	30266	27493	29022	27022	Japão	
12612	14114	15771	16723	18043	20771	19972	23234	19682	Estados Unidos	
1344	1747	2301	2537	3015	4327	4162	5025	5669	República da Coreia	
1003	1409	1829	1939	2327	2954	3565	4228	3623	Malásia	
1406	1446	1695	1866	2412	2958	2789	3150	2697	Singapura	
1446	1947	1781	1729	1533	1843	1705	-----	-----	Hong Kong, China	

Fonte: [http://www.adb.org/documents/books/key\\_indicators/2000/tap.pdf](http://www.adb.org/documents/books/key_indicators/2000/tap.pdf)

Nos primeiros quadros é evidente a evolução positiva das relações económicas entre o Japão e os países do sudeste asiático. No entanto, importa aqui questionar se o estreitamento das relações económicas, após a Guerra Fria, é por si só sinal de uma maior afinidade entre o Japão e os países vizinhos?

Numa análise estatística da percepção japonesa sobre os países membros da ANSA (Associação das Nações do Sudeste Asiático), Mayumi Itoh conclui que um relacionamento estreito entre duas partes a nível económico pode não querer significar que haja afinidade entre essas partes. No caso aqui em análise, o Japão e os países membros da ASEAN (Indonésia, Malásia, Singapura, Filipinas e Tailândia) poderão servir de

amostragem dos países do sudeste asiático. Assim, nas palavras deste autor “First, there seems to be a gap between the Japan’s perceptions of ASEAN states (less favorable views than toward Western nations) and Japan’s foreign policy toward these nations (active economic diplomacy). Second, there seems to be also a gap between ASEAN elites’ perceptions of Japan (deep-rooted animosity) and their foreign policy toward Japan (active economic diplomacy).” (1995, 3). Esta distância entre o Japão e os países membros da ASEAN poderá ser observada nos dados dos quadros que se seguem sobre uma sondagem de opinião conduzida pelo gabinete do primeiro-ministro, do Japão, em Outubro de 1994.

**Quadro XI – “Japanese Perceptions of, and Bilateral Relations with, ASEAN States”**

“Japanese Perceptions of ASEAN States”	%
"feel friendly"	6,1
"feel somewhat friendly"	27,7
"do not really feel friendly"	35,5
"do not feel friendly at all"	19,2
“Japanese bilateral relations with ASEAN States”	%
"good"	4,8
"relatively good"	41,2
<b>Total:</b>	<b>46,0</b>

Fonte: Mayumi Itoh, Asian Studies on the Pacific Coast (ASPAC) Conference, Pacific University, Forest Grove, Oregon, June 16-18, 1995.

Podemos também confrontar o quadro da opinião japonesa relativamente

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

aos países membros da ASEAN com o da opinião japonesa relativamente à China:

### Quadro XII – “Japanese Perceptions of, and Bilateral Relations with, China”

“Japanese Perceptions of China”	%
“feel friendly”	12,2
“feel somewhat friendly”	39,2
“do not really feel friendly”	30
“do not feel friendly at all”	14,2
“Japanese bilateral relations with China”	%
“good”	5,1
“relatively good”	48,1
Total:	53,2

Fonte: Mayumi Itoh, Asian Studies on the Pacific Coast (ASPAC) Conference, Pacific University, Forest Grove, Oregon, June 16-18, 1995.

Concluiremos então que a percepção que os japoneses têm relativamente aos países membros da ASEAN, é mais negativa do que a que os japoneses têm relativamente à própria China. E inclusivamente é mais negativa do que a percepção que os japoneses têm da Coreia do Sul, como o quadro

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

que se segue revela:

**Quadro XIII – “Japanese Perceptions of, and Bilateral Relations with, South Korea”**

“Japanese Perceptions of South Korea”	%
“feel friendly”	7,9
“feel somewhat friendly”	34
“do not really feel friendly”	35
“do not feel friendly at all”	19
“Japanese bilateral relations with South Korea”	%
“good”	6,5
“relatively good”	44,1
<b>Total:</b>	<b>50,6</b>

Fonte: Mayumi Itoh, Asian Studies on the Pacific Coast (ASPAC) Conference, Pacific University, Forest Grove, Oregon, June 16-18, 1995.

Neste trabalho, Mayumi Itoh recorre a dois modelos conceptuais. No modelo de Brecher<sup>30</sup>, serve-se do conceito de “prisma de atitudes” para

<sup>30</sup> ‘Prisma de atitudes’ é um conceito de Michael Brecher e consiste nas lentes através das quais a envolvente interna e externa são filtradas. São três os factores responsáveis por moldar o ‘Prisma de atitudes’: a cultura política, o legado histórico e os traços de personalidade das elites. Se ao conceito de ‘prisma de atitudes’ se associar o conceito de ‘imagem da elite’, o conteúdo do que os líderes apreendem, teremos o ‘ambiente psicológico’ (Barari 2004, 4)

explicar como é que as percepções que o Japão tem dos países membros da ASEAN, e por sua vez a percepção que estes têm acerca do Japão, poderão interferir na política externa que uma das partes define para a outra. Mas o autor recorre também ao conceito de Keohane e Nye de “interdependência complexa”, e integrando este modelo no primeiro explica que num mundo interdependente o poder económico sobrepõe-se ao poder militar. Um bom exemplo desta visão de Keohane e Nye é a própria “abstinência” militar a que o Japão foi submetido no pós-Segunda Guerra Mundial. A somar a este vazio militar, a necessidade de escoar a produção japonesa obrigou o Japão a perceber a importância dos vizinhos que outrora lhe pareciam distantes. Como sublinha o autor, as próprias necessidades económicas do Japão fizeram com que este passasse a encarar os países membros da ANSA não só como mercado alvo dos seus produtos mas também como um local a escolher para reduzir os custos de produção da indústria japonesa. E, por sua vez, para os países membros da ANSA, o Japão passou a ser encarado como uma importante fonte de investimento financeiro e tecnológico, assim como um não menos importante investidor a nível de infra-estruturas de construção e indústria. No entanto, segundo o autor, o conceito de Brecher interfere na “interdependência complexa”, de Keohane e Nye, pelo que a análise não poderá ser tão redutora. Mayumi Itoh considera que factores de ordem psicológica poderão intervir na política externa que um determinado país define para outro e que por vezes levam à concepção de uma política externa menos objectiva. Como sublinha o autor. “Objective foreign policy decision-making is further impeded by the multiple issues that confront decision-makers in a complex interdependent world.” (1995, 3)

No que toca às relações entre o Japão e os países membros da ASEAN, vários são os factores de ordem psicológica que Mayumi Itoh julga poderem estar na origem dessa distância japonesa relativamente aos vizinhos do sudeste asiático, e que também explicam os dados que os

últimos quadros apresentam:

- O complexo de superioridade e arrogância do Japão relativamente aos países do sudeste asiático. Aliás, sob o *slogan* da Datsua Nyž ("Exit Asia, Enter West"), o Japão voltou as costas para a Ásia, particularmente na Era Meiji, nos finais do século XIX. A própria guerra Sino-Japonesa é resultado de um Japão que decide "alistar-se" no clube dos colonialistas. No entanto, torna-se inclusivamente difícil provar a prepotência japonesa já que os próprios se esforçam por desvalorizar os erros cometidos no passado, negando-os. O não assumir os próprios actos resulta quase sempre em situações de grande polémica entre o Japão e o sudeste asiático, mas também com a própria China, sendo que pelos chineses os japoneses ainda tem alguma consideração. O Japão chega a admitir que a China se destaca dos vizinhos asiáticos por ser considerada uma grande civilização, uma espécie de Roma ou Grécia do Oriente, a quem deve as suas origens. Contudo, tal acaba por ter o efeito de potencialmente rebaixar ainda mais os restantes países do sudeste asiático.

Nas ainda recentes controvérsias, que resultam da renitência japonesa em admitir as atrocidades cometidas no passado, também é possível ler vestígios de um possível ar de superioridade dos japoneses: É o caso por exemplo da resolução do Parlamento Japonês, por altura do 50º Aniversário das Nações Unidas, a *fusen ketsugi*, ou a resolução de "não à guerra". A polémica gerada em torno dos conceitos revela a dificuldade dos japoneses em admitir os actos cometidos no passado, e a controvérsia é gerada em torno da palavra "acto", já que a facção conservadora do governo japonês preferia substituir, na expressão "guerra de agressão", o termo de "guerra" por "acto", possivelmente porque o segundo conceito é menos depreciativo, uma discussão em tudo semelhante à controvérsia dos manuais de História do Japão. Apesar do governo de coligação liderado pelo primeiro-ministro Tomiichi Murayama se enquadrar numa facção menos conservadora e se mostrar menos reticente a assumir os crimes de guerra cometidos durante a Invasão Japonesa, a referida



resolução omitiria o termo “reconhecimento de culpa” substituindo-o por “reflexão”, um termo mais dúbio. Aliás, a própria expressão *fusen ketsugi* acabaria por ser apagada e a referida resolução passaria a ser denominada por “resolução dos 50 anos pós-guerra” ou “resolução de paz”.

É visível a relutância dos japoneses em assumirem as responsabilidades dos actos de guerra cometidos no passado apesar de o comportamento “criminoso” do Japão, sobretudo a negação desse comportamento, lhe ter inclusivamente custado a independência política, obrigado a renunciar à guerra na própria constituição e passando a viver, desde então, à sombra da política externa norte americana (Tratado de Segurança entre os EUA e o Japão em 1951). Numa espécie de reacção a esta imposição de “não guerra”, o Japão acabaria por se tornar um “animal económico” e este pragmatismo, alimentado pelo sucesso económico já alcançado, assentaria na máxima que ficaria conhecida por "traders' diplomacy:" "a diplomacy of the economy, by the economy and for the economy" (no pós segunda Guerra mundial) (Itoh 1995, 4). Assim, seguindo esta linha de pensamento, o único interesse que o Japão tem no sudeste asiático é meramente económico, revelando, como os quadros acima espelham, mais respeito pela China ou até mesmo pela Coreia.

No entanto, esta aparente arrogância por parte do Japão poderá ter consequências irreversíveis. E este vazio deixado, em termos de investimento nas relações diplomáticas, poderá representar uma oportunidade única para a China defender o *status quo* exclusivo que detém na liderança da região asiática, de uma potencial ameaça japonesa.

O Japão descobre a Ásia em termos económicos mas a postura que mantém relativamente aos vizinhos do sudeste asiático não deixam este país, também de origem asiática, mas identidade ocidental, aproveitar a oportunidade política que poderá representar o apoio do sudeste asiático, sobretudo em relação ao assento permanente no Conselho de Segurança

das Nações Unidas que é um dos objectivos traçados pelo Japão. Ao invés, dentro da mesma linha de pensamento estratégico, a China liberta da política externa da União Soviética, redescobriu a Ásia, e não descurando o investimento que mantém junto dos países em vias de desenvolvimento em África, investe agora fortemente nos países em vias de desenvolvimento da Ásia, particularmente nas emergentes economias do sudeste asiático.

Assim, para além do *status quo* que alcançou e que não quer perder, a RPC investe agora fortemente na Ásia pois sabe que essa é provavelmente a estratégia certa para preservar o *status quo* que detém. Explorando em simultâneo a identidade asiática, assim como a sua condição de igual junto dos países em vias de desenvolvimento e das economias emergentes do sudeste asiático, a China faz com que a posição de aparente superioridade e arrogância do Japão jogue a seu favor. A China cultiva cada vez mais uma enorme identidade com o sudeste asiático e ao invés, o Japão continua preso à desigualdade. Assim torna-se cada vez mais difícil para o Japão, ao colocar-se numa posição de superioridade, conseguir o apoio que necessita no sudeste asiático para lhe ser reconhecido o aspirado assento permanente no CSNU. Consciente de que 150 estados membros, dos 192 que compõem as Nações Unidas, são países em vias de desenvolvimento e de que esta maioria representa também cerca de 84% da população mundial, e de que, como Deng Xiaoping sublinhou, a união dos pouco poderosos mas numerosos poderá marcar a diferença, a China tem provavelmente em mente que investir junto dos países em vias de desenvolvimento representa uma mais valia a somar ao poder de veto que já possui.

A segunda parte desta dissertação tenta explicar como é que a somar ao poder de veto da China, que lhe é conferido por ser membro permanente, possivelmente esta tem uma maior probabilidade de conquistar o voto dos membros não permanentes, já que, como iremos ver, tudo indica que a RPC conseguirá afirmar-se líder dos países do sudeste asiático, com os quais se diz identificar. Isto é, o clube dos países em vias de

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

desenvolvimento do sudeste asiático, sendo que inclusivamente tal estatuto de líder lhe irá ser reconhecido pelos EUA.

Num quadro multipolar, perceber melhor como funciona todo o sistema das Nações Unidas, bem como o debate em torno dos prováveis cenários, num quadro de reforma, ajuda a perceber a importância do conceito de aliança. Como por exemplo, porque motivo manter a aliança da RPC com os países em vias de desenvolvimento, ainda que com algumas mudanças, continua a ser uma chave antiga mas ainda acertada para garantir a exclusividade da China como líder regional da Ásia.

**Parte II**

---

**Do Mundo Bipolar ao Multipolar**



## **PARTE II - Do Mundo Bipolar ao Multipolar**

Para compreender a relação da China com o Japão foi necessário encadear alguns acontecimentos históricos marcantes da História da Política Externa chinesa, não esquecendo também a contextualização paralela, dos mesmos, na História da Política Interna da China. Percorrendo assim a História da China, conseguimos então perceber o trauma da dependência chinesa e a ambição por alcançar o reconhecimento internacional.

Também já é perceptível, na primeira parte, que a aproximação da China aos EUA e o adoptar de uma política voltada para os PVD foram dois pontos determinantes para que a China atingisse o reconhecimento internacional necessário para se tornar politicamente independente. No entanto, desenvolver melhor as relações externas da RPC, a partir da década de 1950, ao perceber particularmente a passagem de um anti-imperialismo para um anti-hegemonismo, bem como compreender o que motivou a China a optar por uma política externa voltada para os PVD em detrimento da aliança Sino-Soviética, ajuda a perceber de que forma a China saiu de um sistema bipolar e se prepara para entrar num eventualmente multipolar.

## **9 – Um Mundo Bipolar**

*The end of the 1950s saw this stance change to one of Sino-soviet rivalry, and China's first successful nuclear test in 1964 introduced into the bipolar Cold War structure a new orientation towards "multi-polarity." (Akihiko 2000)*

A posição da China relativamente à entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU torna-se mais perceptível se também for abordada a posição da China relativamente a países como a Índia e o Paquistão. No entanto, antes de analisarmos a posição chinesa relativamente a estes potenciais candidatos, é importante recordar um pouco da história das relações externas de Pequim com países como a URSS, os EUA, o Japão, a Índia, o Paquistão e o Vietname.

Assim, se abordar a História das Relações Sino – Japonesas, particularmente as sucessivas invasões que sofreu, na primeira parte desta Dissertação, foi útil para melhor compreender o trauma da dependência chinesa e a ambição por alcançar o reconhecimento internacional, nesta fase analisar as movimentações que se operaram no sistema internacional, da passagem de uma bipolaridade para uma possível multipolaridade, ajuda a contextualizar a posição da China como membro permanente do CSNU perante um cenário de possível reforma e alargamento a países como o Japão, a Índia e o Paquistão. Neste sentido, perceber a posição da China relativamente à Índia e ao Paquistão também ajuda a explicar o veto à candidatura japonesa a um assento permanente no CSNU.

Dada a posição geoestratégica da RPC, as relações diplomáticas que a China mantém com países vizinhos como a Índia, a Rússia, e o Paquistão, complementam então os motivos históricos, *The Century of Humiliation*<sup>31</sup>, que fazem da China e do Japão vizinhos distantes.

### **9.1 - Da Teoria dos Três Mundos aos Quatro Mundos e da dos Quatro a uma Nova Teoria dos Três Mundos**

Nos primeiros anos da formação da República Popular da China, o mundo encontrava-se dividido em dois pólos, por um lado o campo socialista liderado pela União Soviética e em oposição, liderado pelos EUA, o lado ocidental. Entre estes dois pólos era possível demarcar um pólo neutro ou grupo neutralista que integrava governos não-comunistas que eram encarados como alvos fáceis para a eclosão de movimentos revolucionários.

Em 1954, a China volta a aproximar-se da Índia dando início a uma política de “coexistência pacífica”, que culminaria na Conferência dos Não Alinhados, em Bandung. Neste período, que se estendeu até meados da década de 1950, a China deu importantes passos em direcção ao aspirado reconhecimento internacional, cimentando também os primeiros laços com os países do Terceiro Mundo, criando para o efeito uma frente unida anti-imperialista em vários continentes como Ásia, África e América

---

<sup>31</sup> O século XIX deixou profundas marcas na História da China. E, várias das grandes potências daquele século tiraram partido da vulnerabilidade da China. Assim, este século XIX ficou com o rótulo de “Século da Humilhação”. Estas profundas marcas ficaram gravadas também na memória de chineses que ainda hoje conservam a crença de que serão sempre alvo de ataque por parte de potências estrangeiras, particularmente de grande potências. Segundo Alagappa, os motivos que tornam a China um alvo apetecível de países estrangeiros são: o facto de a China representar um potencial grande mercado, o facto de ter uma grande quantidade de mão-de-obra barata, a riqueza matérias-primas e a localização estratégica da China. O autor sublinha também que “ The sense of vulnerability was aggravated by China’s material weakness the founders of the PRC held that although China is a large country in both territory and population, it is a weak power in terms of economic and technological capability.” (Alagappa 1998, 116 e 117)



Latina, e inflectindo assim de forma importante a visão bipolar do mundo, ao legitimar o papel dos países do Terceiro Mundo (Looy 2006).

A China começa a sentir tensões dentro do próprio grupo ocidental nos começos da década de 1960, tensões estas que acabariam por dar origem à Teoria dos Quatro Mundos, em resultado da subdivisão do grupo imperialista em duas partes. Neste subdividido grupo imperialista mantem-se os EUA mas é também criado um grupo novo, composto por nações industrializadas, isto é pelo Japão, o Canadá e os países da Europa Ocidental. Esta nova categoria de Estados é caracterizada por estar estrategicamente dependente dos EUA.

Com o declinar das relações entre a China e a União Soviética, aos olhos da China, a União Soviética passa a ser vista como um estado “social imperialista”. Cada vez mais distante da União soviética, a China começa a aproximar-se e a identificar-se com o Terceiro Mundo, passando os países socialistas da Europa Oriental a ser incluídos na “segunda zona intermediária”. Assim, durante a década de 1970 e os começos da década de 1980, e, à semelhança do que aconteceu com o Japão, Canadá e países da Europa Ocidental, estes países que viviam à sombra da União Soviética passaram, de igual modo, a ser encorajados a tornarem-se independentes e autónomos do “imperialismo soviético”.

Depois desta breve abordagem à visão da China do mundo bipolar até começos da década de 1980, é importante analisar brevemente as relações internacionais da China, de forma particular, com países como a União Soviética, os EUA e a Índia e o Paquistão.

## **9.2 - Relações Sino-Soviéticas - O Tratado Sino -Soviético de Amizade, Aliança e Assistência Mútua: Uma Visão Imperialista do Mundo**

*Furthermore, the alliance portended the augmentation of its economic, political, and military capabilities after a century of decline and perceived national humiliation. (Foot 1995, 114)*

Inscrito neste quadro bipolar, a China assina, em Fevereiro de 1950, um Tratado com a União Soviética de Amizade, Aliança e Assistência Mútua que não deixaria de se tornar a pedra angular das relações, então amistosas, entre a China e a URSS, um tratado que em parte também poderá ajudar a explicar a grande distância que separa a China do Japão.

Como próprio nome do Tratado sugere, não deixava de ser uma aliança formal entre a China e a União Soviética e implicava uma mútua assistência a vários níveis cultural, económico e militar. Como refere o Tratado “...it promised *inter alia* that the two contracting parties would ‘consult together on all important international questions involving the common interests of the Soviet Union and China’ ” (Foot 1995, 114) tendo assim por objectivo a prossecução dos interesses quer da China, quer da URSS: “develop and strengthen the economic and cultural ties’ between them, and ‘render each other all possible economic assistance’ “(Foot 1995, 114). Mas este Tratado deixa também transparecer muito das relações Sino-Japonesas sobretudo quando refere “...should either of the Contracting Parties be attacked by Japan or by States allied with Japan and thus find itself in a state of war, the other Contracting Party shall

immediately extend military and other assistance with all the means at its disposal.” (Foot 1995, 114)

Depois de explicitar o objectivo subjacente a este mútuo acordo Sino-soviético, é possível perceber melhor porque é que este tratado poderá ser útil para mais uma vez se constatar que a China vive afastada do Japão. Assim, este Tratado poderá então também ser encarado como uma espécie de “fortaleza” da China criada para fazer face a uma potencial invasão japonesa, particularmente depois de ter atravessado um período de “fragilidade”, ***The Century of Humiliation***.

No entanto, esta necessidade que a China revela de se proteger de uma potencial ameaça japonesa mantinha a China dependente da União Soviética, sendo de certa forma o comunismo chinês sombra do comunismo soviético, o que não favorecia o crescimento do reconhecimento internacional da China, acabando assim esta aliança por sucumbir. (Lukin 2001)

Em finais da década de 1950 e começos da década de 1960, os interesses dos líderes chinês e soviético começam a entrar em colisão. Mao Tse Tung começa então a ter uma percepção menos agradável do líder Nikita Khrushchev, que passa a ver como um “great power chauvinist” unicamente interessado no *status quo*, poder e nos interesses do seu país. Mao começa então a ver a União Soviética cada vez mais próxima da política ocidental e pouco interessada em apoiar os movimentos de “libertação nacional”, que inicialmente mantinham os dois países comunistas unidos. (Lukin 2001)

A cisão sino-soviética começa a tornar-se cada vez mais clara nos começos da década de 1960, à medida que a União Soviética começa a reduzir o apoio técnico que prestava à China. Com a Revolução Cultural chinesa a relação entre a RPC e a União Soviética agrava-se ainda mais, com acusações de parte a parte. Os líderes chineses acusam a União Soviética de “phony communism”, “modern revisionism” e “restoration of

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

capitalism”, sendo a China acusada de “dogmatism” e “adventurism”.(Halsey 1986)

Após o período marcante que ficaria conhecido como o *Century of Humiliation*, segue-se um período de proximidade e cooperação sino – soviético que acabaria por transmitir ao mundo a imagem de uma China forte. A China crescia cada vez mais em prestígio, uma vantagem que acabaria por acarretar desvantagens nesta aliança sino-soviética porque tornava a China cada vez mais independente da política soviética o que a afastava da velha aliada. À medida que crescia o prestígio chinês em paralelo a uma China também cada vez mais independente de Moscovo, numa espécie de retaliação e, para sair da crise instalada, a União Soviética reage. E, às primeiras tensões sino-soviéticas, pela posse de territórios fronteiriços, somam-se os primeiros “nãos” do Governo de Moscovo à assistência económica à aliada China.

Poderá ser também não menos importante sublinhar que esta busca da China por “...restore the country’s traditional great power status, implied that China represented an ambitious, anti-*status quo* power” (Foot 1995, 124). De certa forma a autora dá a entender que o *status quo* chinês se torna incompatível com o *status quo* soviético.

Uma conclusão que parece ser muito importante nesta análise é que estes primeiros sintomas, de uma cisão sino-soviética poderão revelar que a China parece, em parte, abdicar da força e do prestígio que lhe trouxe a aliança com Moscovo para se aproximar cada vez mais da política pró movimentos independentistas. Como refere Rosemary Foot: “...in terms of bloc policy towards the non-communist world, it was assumed that soviet caution and desire to preserve gains ‘already won’ would soon conflict with Chinese ‘headier revolutionary elan’” (1995, p.124)

Assim, destacando-se cada vez mais da sombra da União Soviética, a RPC volta-se simultaneamente para os EUA, particularmente a partir da década de 1970, e para os Países em Vias de Desenvolvimento,

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

procurando liderar os segundos, sem se deixar liderar pelos primeiros, mas vendo nos EUA um exemplo a seguir, no sentido de alcançar o desenvolvimento económico necessário para garantir o *status quo* político. E nesta espécie de dupla identidade, a RPC vai definindo um duplo *status*. Mas, ainda antes de nos debruçarmos sobre o tema do duplo *status quo*, é importante aprofundar as relações Sino-Americanas.

### **9.3 - Relações Sino –Americanas: O Anti-hegemonismo chinês**

Encontravamo-nos no ano de 1945, perante uma China disputada por dois partidos, o PCC e o Kuomintang, e dividida entre duas lideranças a de Mao Tse Tung e a de Chiang Kai -shek, e cada um sediado em diferentes capitais, Pequim e Taiwan respectivamente. E, mesmo antes da implantação da RPC, em 1949, as relações entre a China e os EUA caracterizavam-se por uma desconfiança mútua: Na década de 1950, a desconfiança entre Washington e Pequim ficaria marcada pelo confronto destes dois países na Guerra da Coreia. Ainda na mesma década, em 1954, Washington assina um Tratado de Defesa Mútuo com o governo de Taiwan. E o Kuomintang, em sequência do não reconhecimento diplomático da RPC, impede uma vez mais a candidatura da RPC a membro das Nações Unidas. (Walton 2002)

Na década de 1960, o forte envolvimento dos EUA na guerra do Vietname dá à China uma percepção ainda maior dos EUA como um adversário, agravada com a percepção também de que o EUA tinham formado uma espécie de cerco em torno da China em alianças e bases militares, estabelecidas nos países circundantes, nomeadamente Japão, Coreia do Sul, Okinawa, Guam e Taiwan. (Walton 2002)

No entanto, esta situação inverte-se no final da década de 1960 e, em 1969, depois dos conflitos fronteiriços entre a China e a União Soviética, a RPC começa a afastar-se cada vez mais da URSS e a aproximar-se dos

EUA. A China deixa então uma visão anti-imperialista que tinha nos EUA como o maior adversário e passa então a adoptar uma visão anti-hegemonismo, ao ver na expansão soviética uma forma de hegemonismo. Assim, uma aliança entre os EUA e a China poderia representar uma forma de impedir essa mesma expansão soviética.

Em 1971, com o reconhecimento internacional da RPC, o que na década de 1950 parecia difícil tornou-se possível, a China alcança finalmente o lugar de membro permanente do CSNU e as relações sino-americanas entram na normalidade, particularmente a partir de 1978. E, o único obstáculo entre a China e os EUA, como vimos na primeira parte, passou a ser a questão de Taiwan. Mas Taiwan também revela muito acerca das relações entre a China e o Japão (Peng 2005).

#### **9.4 - Relações Sino-Japonesas**

As relações externas entre a China e o Japão nem sempre foram marcadas pelo *Century of Humiliation* e pelo confronto destes dois vizinhos como adversários pois, em 1972, também o Japão acabaria por reconhecer internacionalmente Pequim, em detrimento de Taiwan. No entanto, na década de 1960, os EUA reconheciam o governo de Kuomintang em detrimento do governo de Pequim. Mas é com o Japão, adversário histórico, que a China assinaria em Fevereiro de 1978 um acordo comercial bilionário, e que se tornaria o maior acordo de comércio externo que a RPC assinaria até aquela data, depois da histórica visita do primeiro-ministro japonês, Tanaka, à China onde anunciou quebrar as relações diplomáticas que o Japão mantinha com Taiwan. (Peng 2005)

Este período de relacionamento favorável entre a China e o Japão também ficaria marcado pela assinatura em 1978 de um Tratado de Paz e Amizade. E, dada a possibilidade da expansão soviética para a região Ásia-Pacífico, o tratado em causa não deixaria de incluir uma cláusula “anti-hegemonismo”(Vogel 2001).

É assim que, cada vez mais longe do mundo bipolar e possivelmente na direcção da multipolaridade, a RPC passa de um anti-imperialismo americano para um anti-hegemonismo soviético. Neste sentido, parece que a decisão que a RPC toma de manter uma aliança estratégica com os PVD associada à necessidade de quebrar com o derradeiro laço que tornava ainda dependente, a sombra da ideologia comunista soviética, leva a RPC a ficar cada vez mais próxima dos EUA. No entanto, a União Soviética não deixaria de retaliar perante a necessidade que a China revelava de se emancipar e simultaneamente identificar com os Novos Estados. E a reacção Soviética ao afastamento chinês acabaria por interferir nas relações entre a China e a Índia.

### **9.5 - Relações Sino-Indianas**

Ao contrário da aliança sino-soviética, que acabaria por se revelar prejudicial à necessidade que a China tinha de manter a aliança com os PVD, as relações entre a China e a Índia atravessaram um período em que ambos os países concordavam com uma estratégia política voltada para os países em vias de desenvolvimento. É o caso da década de 1950, especificamente entre 1954 e 1959, em que a China e a Índia representavam uma só política, de “coexistência pacífica”, com o Terceiro Mundo, que seria sublinhada pelo Movimento do Não Alinhados (Lynn, sem ano).

No entanto, a partir de 1959, as relações sino – indianas acabariam por sofrer um movimento inverso. A raiz do desentendimento foi uma rebelião anti-comunista, que eclodiu no sul ocidental da China, entre Budistas Tibetanos, acabando o governo indiano por conceder asilo político ao líder tibetano, Dalai Lama (Lynn, sem ano).

A década de 1960 ficaria então marcada por um período de grande antagonismo entre a China e a Índia, particularmente por conflitos

fronteiriços, disputados nos limites territoriais entre a Índia e o Tibete. A China acabaria por ordenar a retirada dos representantes chineses em território indiano e o conflito só terminaria porque quer a China, quer a Índia pretendiam restabelecer o *status quo*. (Nguyen 2000)

No entanto, este período de relações pouco amistosas entre a Índia e a China era em muito provocado pela aproximação soviética à Índia, que se acentuou particularmente depois da cisão sino-soviética. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o antagonismo entre a China e a Índia foi-se agravando pois, para além de uma ligação, particularmente em termos económicos e militares, cada vez maior entre a Índia e a União Soviética, um outro motivo que levou ao agravamento das relações sino-indianas foi o facto de a RPC ter apoiado o Paquistão na guerra indo-paquistanesa. De certa forma, uma situação algo semelhante também aconteceria relativamente ao Vietname (Lynn sem ano, 7-8).

A primeira reaproximação entre a China e a Índia só se daria em 1977, e manifestar-se-ia em algumas visitas entre representantes menores de Estado, já que a um nível superior, entre embaixadas, só ocorreria na década de 1980 (Lynn sem ano, 9-10).

## **9.6 - Relações Sino – Vietnamitas**

Enquanto aliadas, tanto a China como a União Soviética apoiaram económica e militarmente o Vietname do Norte, nas primeiras fases do conflito. No entanto, nos finais da década de 1960, e começos da década de 1970, e particularmente depois de 1968, à medida que a China se afastava cada vez mais da URSS, as relações sino-vietnamitas começaram a ficar mais tensas. (Rolfe 2003)

Esta mudança política da China relativamente ao Vietname começa logo por se manifestar. Nos começos da década de 1970, a China oferece o seu apoio aos Khmers Vermelhos que começa a insurgir-se no Camboja. Pol



Pot, que Gelber chama de “sinistro líder dos Khmers Vermelhos” (2007, 449), chegou a ser reconhecido como dirigente nacional legítimo do Camboja pela China e pelos EUA. Assim, durante este período de afastamento entre o Vietname e a China, e por sua vez de proximidade entre a China e o Camboja, o Vietname torna-se praticamente dependente da União Soviética, acabando o Vietname e a URSS por assinar um tratado de segurança mútua, que por sua vez levaria ao agravar das tensões entre a China e o Vietname. (Rolfe 2003)

Em 1978, o sentimento chinês anti – vietnamita agrava-se, provocado por alegadas violações das fronteiras chinesas pelo Vietname assim como por histórias de perseguição vietnamitas de minorias étnicas chinesas. Depoimentos de alguns desses refugiados, que encontravam asilo na China, aos media chineses aumentavam esse sentimento anti-vietnamita. (Rolfe 2003)

Com a invasão vietnamita do Camboja, em Dezembro de 1978, um regime pró – vietnamita toma o lugar do governo de Pol Pot, ao que os chineses reagem invadindo as fronteiras vietnamitas, em Fevereiro de 1979. Mas não se rendendo, e numa derradeira tentativa de acabar com o regime pró-vietnamita no Camboja, a China cria uma frente unida entre as facções exiladas do Camboja. (Rolfe 2003)

Depois de resumidamente introduzirmos as relações externas chinesas com países como a URSS, Japão, Índia e Vietname num mundo de visão bipolar, começamos a caminhar em direcção a um mundo possivelmente multipolar.

Em 1950, a China inaugurava uma política de dualidade por um lado apoiando movimentos de libertação em países da Ásia, África e América latina, e por outro lado defendendo uma política de coexistência pacífica com os Estados não alinhados. Mas a necessidade que a China teve de assumir uma identidade com o Terceiro Mundo afasta-a cada vez mais da URSS, e leva-a a enveredar por um anti-hegemonismo, depois de um anti

–imperialismo. E, a partir da análise das relações externas da China com países como a URSS, os EUA, o Japão, a Índia e o Vietname é possível tirar algumas conclusões importantes para a introdução da questão do duplo *status quo* chinês.

Conclusão n.º 1: Nas relações sino-indianas e sino-vietnamitas, começamos a perceber a importância que os países em vias de desenvolvimento têm para a China, o que constatamos a partir das raízes históricas, particularmente o caso do Paquistão que poderá contribuir para a China continuar a preservar o *status quo* que alcançou no seio da ONU

Conclusão n.º 2: As relações externas da China com países como Japão, Índia e Paquistão constituem um importante *background* da reforma da ONU e à compreensão dos hipotéticos modelos de alargamento já que os países acabados de referir são fortes candidatos a membros do CSNU, num possível cenário de reforma. Segue-se uma análise mais detalhada dos vários cenários propostos de reforma do CSNU.

## **10 - O *Status Quo* Chinês**

### **10.1 - Poder versus Satisfação**

*...voting power is the probability that one's vote would make a difference, and satisfaction is the probability that one is on the winning side.*(O'Neill 1996, 230)

Como o próprio título do artigo sugere (*Power and Satisfaction in the United Nations Security Council*), O' Neill conclui que “poder” nem sempre é sinal de satisfação<sup>32</sup>, até mesmo para os países detentores do poder de

---

<sup>32</sup> Barry O'Neill explica o poder e a satisfação no Conselho de Segurança das Nações Unidas servindo-se do modelo de Shapley – Shubick. Quanto ao conceito de satisfação, como Barry O'Neill explica é um conceito relacionado com o conceito de poder mas não é idêntico. O'Neill dá o exemplo de um país que não tem o poder de voto mas que se revê nas votações de países que têm esse poder. Assim, esses países com poder de voto assumem o papel de aliados de países sem poder de voto, sentindo os países sem poder de voto os seus interesses protegidos pelos países que detêm o poder, ainda que indirectamente. Não existe então um voto

veto. Isto é, se por um lado o “poder”, por si só, não garante satisfação, por outro a “satisfação” de um determinado país, ou no caso que nos interessa, membro da ONU, nem sempre resulta directamente do poder do próprio membro. Assim, quando o autor refere: “...power in itself is not the goal; if another permanent member is already reliably voting as one wishes, obtaining a veto of one’s own is unnecessary.” (O’Neill 1996, 219) - propõe-se medir o poder para avaliar até que ponto este é o principal objectivo de todos os que o ambicionam. Assim, conclui O’Neill: “...measuring the power that a given voting scheme would confer. In the present Council, for example, states with vetoes hold more voting power than other states, but how much more?” (1996, 219).

Ainda antes de recorrer ao uso de variáveis, como a própria palavra sugere, variando ora número de assentos permanentes, ora o número de assentos não permanentes, e simultaneamente jogando com o número de votos requeridos para a maioria, O’Neill questiona: “What would happen to a veto member’s voting power if the rules were changed, for example by adding more seats or altering the requirement for a majority?” (O’Neill 1996, 219-220), criando uma série de cenários que lhe servem de base a diferentes simulações.

Para analisar os diferentes cenários a que chega, serve de base também a este autor o “basic model of voting” (O’Neill 1996, 220) de Straffin que passo a explicar recorrendo às próprias palavras de O’Neill:

Suponhamos que é proposta uma dada resolução ao corpo de voto. A

---

directo já que o país X não o detém mas o país X identifica-se com o voto do país Y (que detém poder de voto), vendo-o como um aliado. Conclui-se assim que pode haver satisfação sem poder. O ponto central da análise de O’Neill, recorrendo ao modelo de Shapley e Shubick, explica que os países não permanentes também têm um poder próximo do poder de veto, se formarem uma aliança de sete membros não permanentes. Shapley-Shubick converte essa ideia numa fórmula matemática para determinar o poder de um membro não permanente que é calculado a partir do número de sequências que existe num N pivotal como: (PPPPNNN) N (NNNNNN); indicando P (permanentes) e N (não permanentes). A quantidade de sequências é dada por:  $(8! / (5!3!)) (6! / 6!) = 56$  e para determinar o poder dos não permanentes é necessário dividir  $56/3003$ , sendo 3003 o total de permutações entre P e N que se obtém da seguinte forma  $15! / (5!10!) = 3003$ . Por último determina o poder dos países permanentes através da seguinte fórmula:  $3003 - 56 / 3003$ . Assim. O índice de poder (valor de Shapley de cada membro é dado por: a. permanente  $(1/5) * (2947/3003) = 19,62\%$  e b. não permanente  $(1/10) * (56/3003) = 0,19\%$ .

variável  $p$  é escolhida aleatoriamente, sendo que a probabilidade da escolha dos valores compreendidos entre 0 e 1 são iguais. Cada membro vota a favor da resolução com a probabilidade  $p$ , ou contra a resolução com a probabilidade  $(1-p)$ . Esta variável  $p$  pode ser considerada a popularidade da resolução. Cada membro votará, seja o voto sim ou não, de forma independente dos restantes votos condicionado pelo valor de  $p$ , dado que o valor de  $p$  é conhecido e da leitura do sentido de voto de um determinado membro não é possível ler o sentido de voto de um outro membro. O poder de um membro é de que o seu *sim* fará passar uma dada resolução, assim como o seu *não* a rejeitará com a mesma determinação. Assim, cada membro possui uma parcela do poder total. (O'Neill 1996, 220)

Embora pareça dispensável analisar a questão do poder ao pormenor, a verdade é que desta forma poderemos compreender melhor as justas reivindicações dos países do Terceiro Mundo em nome da equidade, conceito este que lhes serve de mote político.

Se considerarmos o “basic model of voting” (O'Neill 1996, 220) facilmente concluimos que uma ditadura iria contra todos os princípios da igualdade e que anularia por completo a possibilidade de partilha desse mesmo poder, conduzindo a equidade ao fracasso. “...if one is a dictator, then that person gets a Shapley-Shubik power of 1.” Sendo que a outra situação extrema seria a total ausência de poder ou como O'Neil refere “...if one member can make no difference to the outcome of any vote, the individual is assigned a power of 0.” (O'Neill 1996, 221) Perante duas condições tão radicais, uma terceira, que nos leva ao equilíbrio no poder, baseia-se no princípio da equidade quando o autor refere que “...if all members have equal votes, then are assigned equal power.” (O'Neill 1996, 221). Assim, a importância de cada um dos seguintes cenários reside exactamente na necessidade de alcançar, através de várias tentativas, um ponto de equilíbrio de poder no seio do CSNU.

E já que o tema é satisfação, se a equidade permite satisfazer os desejos do Terceiro Mundo, a vontade do dito Primeiro Mundo acaba por ser contrariada, tendo em conta que “...even a purely symbolic change in the veto seems likely to be rejected.” (O’Neill 1996, 222).

**Quadro XIV – “Degrees of Power for Real and Hypothetical Security Councils, without Alliances”**

Rules	Each Member’s Power	Veto	Each Member’s Power	Nonveto Power	Total Power Veto	Total Power Nonveto
Original: 11 members; 5 veto, 6 non; majority is 7	.197			.00216	.987	.0130
Current: 15 members; 5 veto, 10 non; majority is 9	.196			.00186	.981	.0186
Add a nonveto member: 16 members; 5 veto, 11 non; majority is 9	.197			.00128	.985	.0141
Increase nonveto member: 16 members; 5 veto, 11 non; majority is 10	.192			.00420	.958	.0420
Add a veto member: 16 members; 6 veto, 10 non; majority is 9	.166			.00034	.996	.0034

Analisando o presente quadro, concluiremos que, nesta fase, tendo só por base hipotéticos cenários, construídos por simulação, estamos reduzidos a uma espécie de jogo numérico. Estes números procuram medir o poder de cada estado, actual ou potencial membro do CSNU, quer detenha ou não o poder de veto.

Esta análise permite ver que o “poder de veto” é bastante variável e de

certa forma dependente das oscilações do número de votos que requer a maioria a fim de aprovar uma determinada resolução. Neste sentido, um membro permanente detém o poder de vetar, o que significa que possui o poder de impedir a passagem de uma determinada resolução, no entanto não possui o poder de a passar isoladamente pois para tal necessita não só que os restantes quatro membros permanentes não usem o poder de veto como também que pelo menos mais 4 membros não permanentes votem a resolução em causa. Assim, este número de votos requerido para passar uma determinada resolução acaba por influenciar o “poder de veto”, relativizando-o ao número de votos exigido, que neste momento é de 9 mas que em caso de reforma do CSNU poderá ser alterado. Importa também sublinhar, conforme o quadro acima revela, que para os actuais 5 membros permanentes, que neste momento integram o CSNU, num cenário de 11 membros não permanentes o ponto óptimo para estes últimos é de uma maioria requerida de 10 votos, pois o poder total dos membros permanentes cai de 0,981 (quadro actual) para 0,958 e sobe para os membros sem poder de veto, dos actuais 0,0186 para 0,0420, no mesmo hipotético cenário. Assim, como podemos constatar, alterar a regra da maioria, até a um ponto óptimo de 10 votos requeridos, é do interesse do grupo dos membros não permanentes pois aumenta o poder deste grupo e diminui o poder dos membros permanentes.

O principal objectivo, nesta fase, é medir o poder da China, actual e relativo, tentando em simultâneo perspectivar o cenário mais adequado aos interesses do Império do Meio. Ainda que país membro do grupo elite das NU, a RPC tem um cunho específico que possivelmente lhe confere mais poder.

De acordo com a análise de Shapley & Shubik, o poder de veto da China relativamente aos restantes quatro pares no CSNU é superior, e se no actual cenário perde para os pares em satisfação, num cenário alargado

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

consegue ultrapassar os (0,663), em média, do grupo ocidental, permitindo-lhe posicionar-se no primeiro lugar do pódio com os seus (0,666), valor que ultrapassa os (0,660) que os Estados Unidos passarão a ter num cenário de alargamento. Curioso é também notar que este valor de satisfação que os E.U.A terão num quadro de reforma é exactamente igual ao que a China detém, no sistema ainda em vigor. Assim, em caso de alargamento, pode dizer-se que a China passará a deter um lugar no pódio quer em termos de “satisfação”<sup>33</sup> quer de “poder”, ao contrário dos EUA que, no cenário actual, partilham o mesmo índice de satisfação com a França, a Grã-Bretanha e inclusivamente com a Alemanha.

---

<sup>33</sup> **Se um determinado país (P1) não tem o poder de voto ou de veto mas se um outro país (P2) vota no sentido de voto do país (P1) então considera-se que esse país (P1) ficou satisfeito com o resultado da votação.**

**Quadro XV – “Powers and Satisfactions in the 1995 Security Council and an Enlarged Council, Considering Natural Alliances”**

Current			Enlarged		
	Power	Satisfaction		Power	Satisfaction
AFRICA					
- Botswana	.0050	.658	- Botswana	.0005	.658
- Nigeria	.0050	.656	- Nigeria	.0005	.656
- Oman	.0050	.657	- Oman	.0006	.657
- Rwanda	.0054	.663	- Rwanda	.0006	.662
—	—	.658	- Tanzania	.0006	.659
—	—	.653	- Tunisia	.0005	.654
ASIA					
- China	.334	.660	- China	.2534	.666
- Indonesia	.0050	.650	- Indonesia	.0005	.650
—		.658	- Índia	.0006	.659
—		.663	- Japan	.1170	.662
—		.657	- Malaysia	.0006	.658



## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

### EASTERN EUROPE

- Czech	.0009	.662	- Czech	.0005	.662
Republic			Republic		

- Russia	.188	.660	- Russia	.1451	.658
—	—	.654	- Ukraine	.0005	.661

### LATIN AMERICA

- Argentina	.0010	.662	-	.0006	.660
			Argentina		

- Honduras	.0052	.660	-	.0005	.660
			Honduras		
—	—	.654	- Costa Rica	.0005	.655

### WESTERN EUROPE AND OTHER

- France	.1487	.663	- France	.1169	.662
- Italy	.0009	.662	- Italy	.0005	.661
- Germany	.0010	.663	- Germany	.1170	.662
- U.K.	.1494	.663	- U.K.	.1173	.661
- U.S	.1585	.663	- U.S	.1246	.660
—	—	.662	- Belgium	.0005	.661

---

Passemos então a um interessante somatório. Que a China tem assento permanente já é dado assente, outro dado a somar a este é de que a RPC com os seus cerca de 1,3 biliões de habitantes é um vasto país asiático em representação de um não menos vasto continente.

A RPC é o único país que de alguma forma faz sentido falar em nome dessa grande fatia do “bolo” terrestre que são os Países em Vias de Desenvolvimento. Isto é, de momento é o único mediador que de algum modo se identifica com este grupo sempre posto à margem, sendo a China a única “voz” que detêm estes países que pouco ou nada têm, e daí o nome “have not countries”, para fazer ouvir os seus interesses entre a elite das nações.

A China é o único país, membro permanente do CSNU, que é partidário de um cenário de alargamento. Ora, tal posição não suscita qualquer admiração se tivermos em conta que, apesar de perder significativamente com um eventual alargamento, em termos de poder cerca de (.081), ganha em termos de satisfação (.006), ficando então em vantagem relativamente aos Estados Unidos que ultrapassam a China, numa diferença de 0,008. em termos de satisfação, no cenário actual. Em caso de alargamento, a satisfação da China passa a ser superior não só, relativamente aos Estados Unidos, mas também a todos os outros membros permanentes. “Power is not the sensible goal in this context; it can constitute a form of insurance against future surprises, but nations should seek satisfaction with the Council’s votes, which may not require them to hold formal voting rights.” (O’Neill 1996, 236)<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Com a análise de Shapley e Shubick podemos concluir que em caso de alargamento de 20 membros para 23 membros, a *Satisfação* adquire maior importância que o “poder”, porque existe menor discrepância no poder entre os países membros. O *poder* torna-se mais disperso como refere Barry O’Neill. O poder da China cai de 0,334 para 0,2534, e da mesma forma o poder cai nos países que tinham mais poder. Quanto ao grau de satisfação verifica-se que é significativo que não são membros permanentes do CSNU, inclusivamente o grau de satisfação do Japão. Ainda assim, estando o poder mais disperso, a China mantém-se o país com mais poder, como refere o autor “China is by far the most powerful member, about twice as powerful as anyone else. This is due to China’s political position: with its veto, it stands alone at an extreme position. This means it is frequently using its veto or threat to veto (actually or implicitly), so it is constantly making a difference.”(O’Neill 1996). E, como podemos observar num quadro de alargamento, a China ganha em satisfação relativamente ao EUA já que existem mais membros permanentes em representação do grupo ocidental pelo que os EUA têm que partilhar a *Satisfação* com mais países do que a China.

Para além de deter o poder que lhe confere o assento permanente no CSNU, a China é neste momento o único país em representação do vasto continente asiático.

Para tornar mais clara esta minha asserção, importa também perceber como é que o mecanismo de alianças, no seio do grupo dos não permanentes do CSNU, poderá atingir um nível aproximado de poder do veto que é exclusivo dos cinco membros permanentes.

## **10.2 - Será Realmente Possível Fazer Frente ao Poder de Veto?**

Uma conclusão que muitas vezes foi notada reaparece aqui, nomeadamente o quase insignificante poder dos membros sem direito a veto. A razão pode ser encontrada se reportarmos ao cálculo probabilístico: para um membro sem direito ao poder de veto, o voto acaba por se tornar redundante se mais de três o apoiarem; e, por outro lado, se menos de três o apoiarem torna-se ineficaz. Um membro sem o poder de veto só faz a diferença se todos os cinco membros com o poder de veto mais três sem o poder de veto apoiarem uma dada resolução, uma situação que raramente acontece. É de facto muito raro<sup>35</sup> que um jogador sem direito a veto consiga uma posição que possa fazer a diferença. Assim, se as asserções aqui feitas, acerca do voto, têm algum fundamento (o que é uma condição importante), os estados não devem lutar para entrar no Conselho só na busca do voto por si só, as ambições destes devem explicar-se numa outra base. Isto é, o objectivo é que acrescentem à noção de voto por si só o conceito de aliança mas, mesmo assim, o fenómeno de vazio de poder acabará sempre por reaparecer já que, sem o poder de veto, o membro praticamente não tem poder. (O'Neill 1996, 223)

---

<sup>35</sup> Porque para tal é necessário que o 4º voto necessário, dos membros não permanentes, para completar os necessários 9 votos que requer a maioria esteja numa situação de indecisão, três a favor e quatro contra determinada resolução a voto, o que raramente sucede.

### **10.3 - Veto Não Absoluto**

A partir do momento que aos 5 votos dos, membros permanentes, se somam quatro votos, igualmente favoráveis dos não permanentes, a resolução passa. No entanto, uma diferença não se ultrapassa, pois o real poder de veto não deixa, por si só, passar uma resolução. No entanto, é certo que esta situação acontece muito raramente, pois muito dificilmente se chega a uma situação limite de ser necessário ainda um voto para fazer passar uma dada resolução e só existir ainda um membro não permanente que ainda não se pronunciou. Assim, para este mecanismo de equilíbrio suscitar algum efeito, é necessário haver um concerto de opiniões de membros não permanentes que devem actuar em bloco, numa espécie de aliança, sistema que também se pretende aqui abordar.

A tabela que se segue, analisando o mecanismo de alianças, confirma de certa forma esta ideia, mas partindo de um outro prisma. Isto é, se existe uma possibilidade, ainda que mínima, de veto por parte dos membros não permanentes, já que ao oitavo membro cabe a grande decisão de deixar passar ou não a resolução, então se 7 membros não permanentes se aliarem em bloco, mesmo que os restantes 3 membros se aliem aos cinco permanentes tal não é suficiente para deixar passar a resolução, dado que a maioria requerida é nove.

*...There is an incentive to band together up to a bloc of size seven. Only three nonveto members are on the outside of that point, and that is not enough to help the Big Five pass a resolution. The alliance has become a full veto player. Adding allies beyond seven gives no further power to the bloc but increases the number who want a share of the power gained, so the average power goes down. From the viewpoint of the bloc members, seven is the ideal number.(O'Neill 1996, 227)*

Assim, no momento que se atinge o ponto ótimo de uma aliança, isto é um bloco formado por 7 membros, o poder, dos membros não permanentes do CS, atinge o valor máximo (0,0238), bastando somente aliar mais um, isto é 8, para o “poder” começar a cair (0,0208).

**Quadro XVI – “Power as a Function of the Size of a Bloc of Nonveto Members”**

Current Council, with a Bloc among Some Nonveto Members	
Power of Bloc Member	
1	.0019
2	.0021
3	.0027
4	.0038
5	.0061
6	.0111
7	.0238
8	.0208
9	.0185
10	.0167

Ora esta conclusão sugere ainda uma derradeira hipótese que se poderá tornar útil para os membros sem poder de veto conquistarem ainda mais algum poder efectivo. Para além do mecanismo de alianças já apresentado, poderá ser também importante fazer uma aliança com a maioria requerida, isto é será mais eficaz, por parte destes membros, reclamar um aumento da maioria necessária para fazer passar uma resolução ao invés de reivindicar novos membros não permanentes. “The principle here is that adding nonpermanent members decreases the total power of the nonveto group, whereas raising the majority requirement can restore it.”(O’Neill 1996, 22)

O quadro que se segue, apresentando valores sempre em ordem crescente,

exemplifica a vantagem ganha pelos países não permanentes se reclamarem, ao invés de uma significativa representação, ocupando mais assentos, um aumento da maioria necessária para dar luz verde a uma resolução. E aqui somos desde já confrontados com o que na realidade poderá significar representação, pois nem sempre estar melhor representado implica um maior número de vozes na ONU, caso aqui em análise.

**Quadro XVII – “Total Power of the Nonveto Members as a Function of Their Total Number”**

26 – Member Council, 5 Veto Members	
Majority Total Power, Nonveto Members	
13	.0120
14	.0196
15	.0304
16	.0457
17	.0664
18	.0941

**10.4 - *Primus inter pares***

Questiono então de que vale ter o poder de vetar se não se detêm o poder de conquistar os votos necessários para aprovar uma medida, isto é o poder de liderar? “Power more accurately depends not only on the voting rules but on who a state can expect to support or oppose it” (O’Neill 1996, 236) A requerida maioria para fazer passar uma resolução constitui

garantia de equilíbrio, sobretudo quando ainda se reclama um elevado défice de equidade. Isto é, partindo do pressuposto que nenhum membro elite veta determinada resolução ainda assim é necessário uma espécie de “charme” diplomático para fazer passar a resolução, no caso actual e conforme tabela acima transcrita, de mais quatro votos para além dos cinco permanentes. Se existir então entre os países com direito a veto um que se destaque pela empatia mais do que pela simpatia junto dos não permanentes, poderei, com alguma segurança, afirmar que esse país detém um “poder prestígio”. “Standing at an extreme political position isolated from other veto states gives a veto state high power” (O'Neill 1996, 236) Quanto a mim, é este o potencial que podemos encontrar na China. Ora, a tal damos o nome de perfil de líder. Assim, apesar de deter assento permanente a China poderá sentir-se um tanto ou quanto “discriminada” por ser, paradoxalmente, diferente dos outros quatro pares, refiro-me aos Estados Unidos, ao Reino Unido, à França e à Rússia no entanto essa forma de segregação acaba por ser uma mais valia.

Seria eventualmente mais compensador aos interesses de Pequim aumentar o número de membros não permanentes, aumentando a maioria requerida para anular, ou melhor contrabalançar, um esperado aumento de poder de membros com direito a veto e talvez seja essa a estratégia na mente dos responsáveis pela política externa chinesa quando tudo apostam na liderança do Terceiro Mundo. Ora, é exactamente este mecanismo de actuar em duas frentes que confere à China um grau de satisfação superior ao que actualmente os EUA conseguiram alcançar, (0,666) da China, num quadro de alargamento, contra os actuais (0,663) dos EUA.

Ao “first leap forward” segue-se então uma espécie de “second step forward”. E, depois de procurarmos ler o que se esconde nos bastidores dos números de O'Neill, sobretudo em termos do potencial prestígio chinês, mais do que “poder” chinês, passamos então a tentar demonstrar que o “poder” possivelmente está a dar lugar ao conceito de “satisfação”.



### **10.5 - O Poder dos Países em Vias de Desenvolvimento**

Autores como Olivia Lau explicam como é que um grupo de países pouco poderosos mas numeroso, numa forte coligação estratégica, poderá revelar-se o aliado que a China necessita para impedir a entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU.

A autora parte da análise de que é necessária a aprovação de uma emenda à Carta das Nações Unidas, quando se trata de discutir dois aspectos que têm directamente a ver com a reforma, sendo um desses aspectos a questão do alargamento do CSNU a novos membros permanentes e o outro, a questão do limite do poder de veto aos membros permanentes. Ora, para se conseguir a aprovação da referida emenda é necessário 2/3 de votos favoráveis dos membros da Assembleia - Geral das Nações Unidas.

A autora analisa o crescimento que se operou até 1963, de 51 membros para 112, e o registo desde 1963 até 1992, de 112 membros para 185, referindo que em 1963 foi aprovada uma emenda à Carta, que resultaria numa expansão do Conselho de Segurança de 11 para 15 membros. Dos 10 assentos, destinados a membros não permanentes, 5 foram atribuídos a estados africanos e asiáticos, 1 assento para um estado da Europa de Leste, dois para estados latino-americanos e dois para a Europa Ocidental e outros estados.

Ora, o considerável aumento do número de estados que entretanto se verificou desde 1963 até 1992, de 73 novos estados, à semelhança do que aconteceu em 1963, também se deveria reflectir numa reforma ao nível do CSNU. No entanto, essa reforma ainda

não aconteceu, tendo falhado na primeira tentativa que ocorreu em 1997.

A razão que aponta para o facto de a reforma ter então ocorrido em 1963 é possivelmente porque nesta data os membros permanentes não tinham o poder de bloquear a reforma ao nível da Assembleia-Geral e apesar de apenas um membro permanente ter votado a favor da resolução, a reforma passou para o estágio de ratificação tendo sido validada pelos 5 membros permanentes. (Lau 2003, 4)

É neste contexto que surge a proposta de Razali, que começou a ser debatida em 1996. A proposta de Razali permitiria contornar o artigo 108, nos dois primeiros estádios, e que deverá ser cumprido em caso de reforma da Carta das Nações Unidas. Como sublinha Olívia Lau:

*Adding Japan and Germany as permanent members, however, requires an amendment to the United Nations Charter, and Charter reform is not an easy task. Under Article 108, Charter revision is a two-stage process: first, two-thirds of the entire General Assembly must approve a resolution to amend the Charter; second, two-thirds of the member states, including the five permanent members, must ratify the amendment within the agreed-upon time frame.*(2003, 3)

A proposta de Razali não requer os necessários 2/3 de votos favoráveis, da Assembleia-Geral, nas duas primeiras etapas, mas apenas 2/3 dos votos dos membros presentes a voto, sendo essas duas etapas, que passamos a referir, as mais problemáticas:

1ª Fase – Aceitar a reforma

2ª Fase – Seleccionar os novos membros permanentes (Lau 2003, p.4)

A proposta de resolução de emenda à Carta, de Ismail Razali, compreende então 5 fases:

- ✓ A Assembleia adoptaria uma proposta de resolução para alargar o Conselho de Segurança;
- ✓ A Assembleia deverá votar 5 novos candidatos aos assentos permanentes mas sem direito a veto que seriam distribuídos da seguinte forma: 2 atribuídos a países industrializados e, os restantes, 3 assentos a PVD, 1 por África, 1 pela Ásia e 1 em representação da América Latina;
- ✓ 2/3 da Assembleia Geral deverão aprovar a Emenda;
- ✓ 2/3 de todos os estados membros, incluindo os 5 membros permanentes do Conselho original, deverão ratificar a emenda;
- ✓ 10 anos após a ratificação da emenda, as Nações Unidas deverão convocar uma conferência de revisão. (Lau 2003, 4)

Poderemos também possivelmente concluir que esta proposta de Ismail Razali é uma prova do poder que os muito numerosos PVD, apesar de pouco poderosos, possuem, pois como refere a autora:

*...the 1963 and 1997 reform efforts could not ignore the wishes of the small and medium states. Because Charter reform requires a two-thirds vote of all the member states, the permanent members, or even the minority of OECD countries, cannot expand the Security Council on their own. Thus, given the numerical majority of the small and medium states during both the 1963 and 1997 reform efforts, the success or failure of the reform requires examination of the preferences and voting behaviour of these oft-overlooked states. (2003, 5)*

Poderemos também encontrar, nesta análise da autora, vários aspectos que apontam para a importância dos PVD em todo o processo de reforma das Nações Unidas, nomeadamente:

- ✓ Quando Lau refere que Taiwan em 1963 vota a favor do alargamento do CSNU com receio de perder o apoio dos países não alinhados:

*Of the five permanent members, Nationalist China was the least likely to vote against the resolution because it needed the support of the African and Asian states for its diplomatic survival. (Lau 2003, 8)...*

*... Nationalist China voted in favor of the security council reform in order to maintain favour with the non-aligned states who had the power to eject it from the United nations (Lau 2003, 9)*

Como refere a autora, Taiwan começava a sentir estar a perder o reconhecimento diplomático para a RPC, assim o que de 1950 - 1960 parecia muito difícil de acontecer, em 1961, quando a resolução foi a

votos, a RPC perdeu apenas por uma margem de 48 contra 37. (Lau 2003, 8)

Quando refere que, por exemplo, dentro do grupo dos PVD, que o grupo mais restrito dos países africanos poderiam atingir o 1/3 necessário para bloquear alterações:

*With the Assembly currently at 191 states, the African states account for nearly 30% of the votes; only eight states would have to join the African states in order to block passage of any proposed reforms. (Lau 2003, 25)*

- ✓ Se tivermos em conta ainda a distribuição que foi feita, em 1963, dos votos pelos membros não permanentes do CSNU, poderemos também concluir que o grupo dos PVD detém maior numero de votos, sendo que já em 1963 são atribuídos 5 votos aos países africanos e asiáticos e mais dois a países latino-americanos, contra dois a países industrializados e um para o grupo de leste. E, mesmo a proposta de Razali, como poderemos constatar, continua a favorecer os PVD no que toca ao número de votos atribuídos a membros não permanentes, com a proposta de Razali seriam distribuídos mais três votos aos PVD. Assim, se no quadro actual, os PVD possuem 7 assentos não permanentes no CSNU, em caso de reforma, os PVD continuariam em vantagem adquirindo dos 5 novos propostos mais 3, num total de 10 votos.

Importa então questionar como poderá então a China, perante este sistema de voto e aliando-se ao grupo dos PVD, impedir a entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU?

*At the inter-national level, states vote on the proposed amendment in the General Assembly, and the success of Charter reform depends on the ability of interested parties to build sufficiently large coalition. At the domestic level, the relevant domestic bodies must ratify Charter reforms, with the ratifying institutions of the five permanent members having veto power over Charter amendment. (Lau 2003, 6)*

Para além disso poderemos também concluir com a análise de Olivia Lau, ao confrontar o sucesso da reforma em 1963 com o posterior fracasso de uma nova tentativa de reforma em 1997, que a conjuntura bipolar que se vivia na reforma de 1963 também ajudou a reforma, pois o sistema bipolar favorecia a coesão do voto no grupo dos não alinhados, como refere a autora “Although a coalition of non-aligned states prevailed during the earlier reform period, this coalition lost most of its effectiveness in the years since the end of the Cold War.” (Lau 2003, 6)

antes de se explicar a provável estratégia que a China encontra para preservar o *status quo*, é importante desenvolver um pouco o tema reforma das Nações Unidas, particularmente do CS, já que o despoletar da necessidade de reformar as Nações Unidas leva países como a Alemanha, a Índia e o Japão, a surgirem como potenciais candidatos a assentos permanentes do CSNU.

De entre os vários candidatos possíveis, é o Japão que mais preocupa a RPC. Mas a posição chinesa relativamente aos outros países, acima referidos como potenciais candidatos a membros permanentes, e também relativamente a países como o Paquistão, ajuda igualmente a perceber porque motivo uma aliança da China com os PVD poderá ser a estratégia certa para a China impedir que o Japão alcance o *status quo* político que tanto ambiciona no seio do CSNU.

O CSNU actualmente integra 5 membros permanentes – a China, os EUA, a França, a Inglaterra e a Rússia – e 10 membros não permanentes, que mudam rotativamente de 2 em dois anos, mantendo assim basicamente a estrutura de 1945. Isto é, a estrutura é a mesma mas ocorreram três mudanças: a RPC que passa a ser reconhecida como China em 1971; e em 1991 a URSS dá lugar à Rússia. E, em 1965, já tinha também ocorrido uma mudança ainda mais importante, quando o número de membros do CSNU de 11 passou a integrar 15 membros. No entanto, ainda assim, como refere Pavlik “few find the body representative or accountable” (2006, 1)

Ora, esta estrutura já não reflecte a realidade do mundo moderno. Como refere Emily Bruemmer, os desafios que se apresentam às Nações Unidas concentra-se em África, Médio Oriente e Ásia mas é no Ocidente que o poder de veto está concentrado. (Thakur 1999). Assim, o Japão considera ser este momento oportuno para reclamar a entrada no círculo permanente do CSNU - “Now, with fellow nation-states becoming serious about reform, Japan may finally have its chance to instigate change”

## **China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão:** \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

(Ibid).



**PARTE III**

---

**REFORMA DA ONU**

## **11 - Como Nasceu a Problemática**

### **11.1-Um “Tsunami” chamado Descolonização: A Onda Gigante de Novos Estados**

Com o processo de descolonização é despoletada uma “onda” de novos estados que se formam, aumentando, em claro efeito espiral, o círculo de membros das NU. Ainda jovens, estes estados reclamam um lugar, senão de destaque, pelo menos de representação efectiva no sistema internacional.

Ora o surgir destes novos estados provoca uma avalanche de justas reivindicações que ameaça abalar os alicerces das Nações Unidas. Alicerces que ameaçam ruir, pois foram construídos em cima de parâmetros pouco equitativos, com claros sintomas de fragilidade, já desde a edificação do sistema. Ora, dada a fragilidade dos pilares em que a Organização assenta, a todo o instante haverá uma simples gota de água que fará o sistema transbordar. E se depois da tempestade vem a bonança, com esta surge então à tona a tentativa de reconstrução, a tentativa de um voltar a erguer, limpando destroços e construindo a partir da estaca zero, emergindo então a necessidade de um debate acerca da reforma da NU.

### **11.2 - Reforma**

Quando pensamos em reforma partimos do pressuposto de que algo tem de ser mudado porque se encontra desadequado à nova realidade. Uma reforma implica então a substituição de valores, padrões, instrumentos, meios que até ontem se apresentavam eficazes na resolução dos problemas do ontem. Mas aqui reside exactamente a questão que se levanta. Como ser eficaz na resolução dos problemas do hoje já para não

falar nos problemas do amanhã?

As Nações Unidas que sucederam a Liga das Nações nasceram no contexto da II Guerra Mundial. Naquela data, o palco central do mundo era o Atlântico. Os actores em cena eram de vocação atlântica, sendo os “principais actores”, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. (O’ Brien 1997, 2).

Ora, perceber o que levou ao desgaste na ONU, logo ao emergir do debate acerca da reforma, requer estudar o que se esconde nos bastidores da organização que reúne a grande família de nações. Se curiosamente penetrarmos do outro lado oculto do pano e partirmos à recolha de alguns dados e factos, descobriremos que inclusivamente mecanismos económicos multilaterais que surgiram paralelamente à formação das Nações Unidas, como o sistema Bretton Woods, tinham como único objectivo a reconstrução da Europa. A dicotomia EUA/ Europa estava inclusivamente patente na própria Guerra Fria, uma guerra fundamentalmente ideológica que para não fugir à lógica envolvia basicamente potências beligerantes da zona euro – atlântica – “European/ Atlantic states within the UN” (O’ Brien 1997, 2).

Surgem os primeiros ventos de mudança já que a ONU não foi completamente imobilizada pela já gélida Guerra-fria. “Changes occurred that indeed reflected the world in which the UN was obliged to operate.” (O’ Brien 1997, 3).

A primeira grande mudança, ou melhor desafio, com que as NU se depararam foi todo o processo de descolonização. São novos actores que surgem e fazem mover os dois únicos pratos da balança, criando desequilíbrios - “the agenda of the Security Council was dominated by crisis, even conflicts, of decolonisation; and earliest experiences with peacekeeping were derived from decolonisation” (O’ Brien 1997, 3).

Como seria natural estes novos estados reclamaram igualmente lugares no órgão de maior poder e prestígio das NU, ameaçando os monopólios já formados pelos países fundadores. Por volta de 1991, a Guerra fria tinha chegado ao fim mas, depois de um período de relações gélidas, e ao contrário do que era de esperar, os ânimos aquecem, despoletando “a fresh wave of self-determination and assertion of national sovereignty, (especially in but not only in the former soviet bloc) produced a group of new countries who sought international legitimacy through early UN membership. That attested to the enduring appeal, if not the power, of the UN.” (O’ Brien 1997, 3).

Em espírito de reivindicação, estes novos estados uniram-se, praticamente em “bloco” mas paradoxalmente contra a política de blocos, fazendo questão de se manterem à margem, resistindo ao confronto ideológico e dando forma ao movimento dos não-alinhados, exactamente por não tomarem partido de nenhum dos blocos em confronto.

É verdade que a geografia ninguém a pode alterar e que determinados países estão condenados a viver e conviver com vizinhos mais ou menos bem-vindos. No entanto, quando transcrevemos a realidade geográfica para o teatro das NU, a situação altera-se. Torna-se então difícil passar o “mapa-mundo” a papel químico e muitas vezes as injustiças, em termos de representação, resultam da dificuldade que surge quando o objectivo é a representação equitativa dos mesmos. O contexto histórico comanda e os supostos heróis lideram. O berço das Nações Unidas, nascidas em 1945, foi a II Guerra Mundial, naquela data, a única parte do mapa-mundo que o químico deixou passar para o centro das negociações, reduziu-se praticamente a dois continentes banhados pelo Atlântico (Europa – América do Norte).

O sistema que se mantinha inabalável tenta ainda resistir à mudança porque países fundadores do “Conselho Elite” não querem abrir mão do

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

*status quo*, defendendo inclusivamente a hipótese de um dos cenários previstos preservar a manutenção desse mesmo *status*. E, já sabemos também que o mapa NU não espelha o mundo a uma escala real e que quando se fala em reforma surgem sempre os que procuram resistir à mudança porque o sistema antigo lhes convém sempre mais do que aquele que possivelmente advém. Ora, quando os alicerces começam a tremer a solução é reformar e não restaurar.

As profundas mudanças e os progressos económicos, que se verificaram no continente asiático no último quarto do século XX, provocaram uma viragem de 180°. A Ásia bateu todos os recordes que a história jamais registou. E, na memória, a história económica mundial gravou alguns números: No final deste século, o contributo do leste asiático para o produto interno bruto mundial é de cerca de 30%, equivalente ao da América do Norte e Europa. No final do primeiro quarto do século 21, previsões estimam que a Ásia será responsável por contribuir com 40% do produto interno bruto global, superior aos 18% da América do Norte e aos 14% da Europa. A História jamais registou um avanço com este alcance. Em 25 anos, o leste asiático empreendeu, um processo de modernização que a Europa e a América do Norte levaram um século ou mais. (O' Brien 1997, 5-6)

Na realidade estes ventos de mudança fizeram emergir uma onda de reivindicações nos países asiáticos, reclamações que por sua vez despoletaram o debate acerca da reformas e também alargamento das Nações Unidas, debate este que se revelou uma oportunidade política há muito esperada pelo Japão para reclamar um lugar junto dos 5 membros elite. Ora, esta oportunidade que o debate Reforma/ Alargamento originou, aliciou ainda mais o Japão a cobrar um assento permanente no CSNU, já que ficou excluído juntamente com a Alemanha, do grupo dos exclusivos.

Ora, esta reclamação, por parte do Japão, representa para a RPC uma ameaça ao *status quo* que detém no CSNU, desde 1971. No entanto, ao invés de temerem essa ameaça, os chineses preferem encará-la como oportunidade, casando os seus interesses, uma vez mais, com os Países em Vias de Desenvolvimento e tirando inclusive partido deste período de incerteza.

### **11.3 - China – ONU – PVD**

#### **11.3.1 - China – CSNU – PVD: Reforma/ Alargamento da ONU**

Poderíamos olhar para o palco internacional da Organização das Nações Unidas como se de uma peça de teatro se tratasse. No palco poderemos encontrar actores principais, secundários e até mesmo figurantes. Os primeiros com direito a um camarim de elite, Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), detentores do poder de veto como regalia, fazem parte do clube dos exclusivos.

Mas não será esta uma leitura desactualizada que divide o palco como outrora Mao Tse Tung dividiu o mundo, em três? Uma leitura que deixa claramente transparecer conceitos como Terceiro Mundo, hoje denominados países em vias de desenvolvimento? A RPC curiosamente tem um pé assente nos dois Mundos, pois se faz parte dos “estados elite”, dos membros com assento permanente no CSNU ao lado de países como os EUA, Rússia, Reino Unido (RU) e França, não deixa de fazer parte do grupo de países em vias de desenvolvimento ao lado de outros países asiáticos e de África, Médio Oriente e América Latina.

O CSNU que nos reporta para o contexto pós Segunda Guerra Mundial possivelmente encontra-se desactualizada pois ainda hoje apresenta os contornos que ficaram da originária estrutura do sistema do Conselho de Segurança Rooseveltiano, resultante mais das circunstâncias do pós II Guerra Mundial do que do presente estatuto dos actuais membros permanentes.

Por outro lado, são exactamente os países em vias de desenvolvimento, parte do Terceiro Mundo, paradoxalmente os primeiros a objectarem o sistema de segurança que resultou da II Guerra Mundial. Deveríamos, então, questionar-nos porque é que os PVD contestam o actual sistema de segurança colectiva. A primeira sugestão de reforma do Conselho de Segurança foi lançada em 1956 por 18 países da América Latina. E à medida que novos países iam conquistando a independência, em África e Ásia, aumentando consideravelmente o número de membros da ONU, proporcionalmente foi-se tornando cada vez mais intensa a pressão, no sentido do alargamento e democratização do sistema Rooseveltiano. (Afoaku e Ukaga 2001, 159)

Com a restrição do direito a veto aos membros permanentes do CSNU não se evolui, muito pelo contrário, regrediu-se pois criou-se o conceito de exclusividade inexistente na anterior LN. No entanto, Franklin D. Roosevelt considerava que se tinha encontrado a solução para a estabilidade mundial mais do que nas Nações Unidas (NU) na cooperação das 5 mais poderosas nações do mundo – os EUA, a UR, o RU, a França e a China, os 5 polícias no mundo desde a criação da ONU a 24 de Outubro de 1945. (Afoaku e Ukaga 2001)

Num quadro de análise da reforma do CSNU, torna-se então interessante estudar a política externa chinesa para os países em vias de desenvolvimento. Pois se esta política, ao longo do seu percurso histórico, se esforça por apresentar contornos simplesmente preferenciais não é menos verdade que estes deixam também transparecer outros objectivos

de carácter claramente estratégico.

Segundo Afoaku e Ukaga, entre outros autores partidários desta linha de pensamento, o erro de cálculo que a engenharia e mais tarde um erro maior da reengenharia (respectivamente LN e NU<sup>36</sup>, se me é permitido recorrer à gíria da Gestão) cometeram foi o enorme desnível deixado em termos de representação dos países em vias de desenvolvimento no seio deste mecanismo multinacional de segurança colectiva. Se não vejamos em resumo as questões que foram levantadas na Assembleia-Geral em relação à reforma do CS, realçando as que directa ou indirectamente reportam para a questão de corrigir o défice de representação dos países em vias de desenvolvimento.

***1- The scope for participation of the developing countries in the Security Council must be enlarged.***

***2- The views of regional groups should guide the allocation of additional seats for countries in those regions.***

***3- There is needed to expand the Security Council membership in keeping with the increase in the***

---

<sup>36</sup> “The process of ‘reengineering’ involves the breaking of old, traditional ways of doing business and finding new and innovative ways. And from the redesigned processes, new rules will emerge that will determine how the processes will operate. The reengineering process is an all-or-nothing proposition, the results of which are often unknown until the completion of its course.” (Hammer 1990)

Este conceito de reengenharia de processos, do âmbito teórico da Gestão, parece ajudar a explicar a reengenharia que de certa forma se operou na passagem da Liga das Nações para a Organização das Nações Unidas, pois deu-se um redesenhar da organização no sentido de a tornar mais eficiente e eficaz ao criar-se na segunda o CSNU que sendo composto por um menor número de membros, em representação dos 191 que actualmente compõem a Assembleia Geral. Ora a criação do CSNU tornou mais fácil a discussão e a chegada a um consenso no seio das NU. Assim tal como no âmbito da Gestão a redução quantitativa por vezes melhora em termos qualitativos. No entanto, no caso da passagem da LN para a ONU, e dado que o grupo inicialmente escolhido como representante não acompanhou as mudanças conjunturais que entretanto ocorreram poderá por em causa o mote da qualidade e eficiência pretendida.



***number of UN member states and changing political realities.***

4- *Enlargement of the Council should not hamper its efficiency.*

5- *Changes in Security Council composition without drastic changes in the Council's working method would not be enough to satisfy the desire for reform.*

6- ***Democratization of the Security Council should be guided by the principle of sovereign equality of UN member states.***

7- ***Enlargement of the Council must assure equitable geographic representation of UN member states.***

8- ***UN Council reform should include critical review of the criteria used to allocate permanent membership and the veto power.***

9- *Reform should include review of the usefulness of the veto with a view to possibly eliminating it.*

10- ***The Security Council's method of operation must not only reflect the views of the big powers but also those of the countries of Asia, África and Latin America...*** (isto é o ponto de vista dos países em vias de desenvolvimento.)

“...11- *The reform process must be accelerated lest it loses momentum.*

12- ***Reform should be carried out in the spirit of genuine representative democracy and good government which the United Nations enacted.***

**13- Reform should ensure transparency and accountability in the actions of the Security Council. Reform should address the issue of under-representation of non-aligned nations in the Security Council.**

*14- Reform should ensure that the Security Council is accountable to the General Assembly as well as the International Court of Justice or the World Court.” (Afoaku e Ukaga 2001, 161-162)*

Poderemos concluir que quando “são lançadas para a mesa...” da Assembleia-geral “...as cartas” no debate sobre a reforma do Conselho de Segurança, dos 14 pontos abertos à discussão, a maioria, nomeadamente itens 1; 2; 3; 6; 7; 8; 10; 12; 13 anotados, directa ou indirectamente, apontam para a questão da marginalização dos países em vias de desenvolvimento no seio daquele órgão. Assim, parece então importante reavaliar o papel dos actores em cena, sobretudo os que detêm assento permanente no CSNU.

#### **11.4 - Não ao Japão : Como nasceu o Não ao Japão?**

##### **11.4.1 - O status quo em perigo para além do Status quo ameaçado**

***Demands for a Change have increased, but it is not clear how one could be agreed on. (O’ Neill 1996)***

Numa espécie de ponte entre reforma e alargamento, dois conceitos que

não podem ser analisados isoladamente, várias questões se levantam. Quais os candidatos a actores em palco quer sejam principais ou secundários? E já que se anuncia um novo CSNU, e numa época em que o conceito de “satisfação” ocupou o assento do “poder”, que destino caberá ao poder de veto? Uma outra questão não menos pertinente é a de que o actual CS não reflecte a realidade geopolítica “the Permanent Five (or P5) no longer represent ‘geopolitical reality’, which is problematic, especially if the Security Council wants to survive the current debate about its usefulness.” (Overington 2003, 1) E, nesta linha de pensamento uma outra questão também faz sentido colocar, pois para além de espelhar o contexto político e militar é cada vez mais importante ter em consideração a influência económica. Aliás, situações como esta abrem caminho para países como a Alemanha e o Japão, que ficaram excluídos do grupo elite por questões políticas, após a Segunda Guerra Mundial, ameaçarem o assento permanente de países que por razões políticas do passado ocuparam esses lugares, ontem, hoje e sempre cobiçados. ”Supporters of expanding the number of permanent seats contend that, in the newly evolving arena, the Security Council no longer adequately reflects the international structure. Some countries argue that economic influence should now be considered, in addition to political and military.”<sup>37</sup>

Assim, antes de apresentar os potenciais novos actores na cena internacional, talvez não seja menos importante apontar alguns países que sentem o seu *status quo* em perigo, países como a França que a história explica porque mereceram tal distinção mas que talvez hoje a nova realidade não justifica. E talvez seja por isso que Overington levanta questões, de certo melindre, como esta “Why isn’t the European Union represented by Britain and the larger, more prosperous Germany? Why is

---

<sup>37</sup> Model United Nations Far West, 45th Session Issues, Disponível em: <http://66.102.9.104/search?q=cache:oD2XUJbn44AJ:www.munfw.org/archive/45th/cr2.htm+Supporters+of+expanding+the+number+of+permanent+seats+contend+that,+in+the+newly+evolving+arena,+the+Security+Council+no+longer+adequately+reflects+the+international+structure.+Some+countries+argue+that+economic+influence+should+now+be+considered,+in+addition+to+political+and+military.&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>

Asia represented by communist China, and not by Japan, a democracy with the world's second largest economy? And how come the Arab states – and, for that matter, Africa and Latin America – aren't represented at all?" (Overington 2003, 1)

Como sublinha o autor "The answer lies in history. The UN and the Security Council were formed in 1945, to *save succeeding generations from the scourge of war*, The five permanent seats on the council went to World War II's allied and victorious nations: the US, Britain, Russia, France and China."(Overington 2003, p. 1) E, desta opinião comunga também Kofi Annan quando sublinhou, "on the eve of the UN's 58<sup>th</sup> general assembly" reportando-se obviamente ao assunto aqui também em debate (reforma do Conselho de Segurança) que "The need for Security Council reform is not questioned, it needs to be broadly representative of the international community as a whole."(Overington 2003, 1)

Dito de outro modo, algo parece inevitável "...the Security Council needs new members and more of them, but how many, and which ones?"(Overington 2003, 1) Tendo em conta que são 191 os membros que actualmente integram as Nações Unidas, contra os cerca de 51 à data da criação e conscientes de que somente 5 membros são de carácter permanente, a operação matemática é bem simples: 186 Nações disputam actualmente os restantes 10 assentos de carácter não permanente, eleitos por um período de dois anos, e destas 186 nações a grande maioria pertence ao antigo Terceiro Mundo.

Começo por enumerar, para mais tarde apresentar, os potenciais novos actores que se esperam entrar em cena. Contam-se entre os favoritos para um assento permanente países como o Brasil, Argentina, Alemanha, Japão, Índia, Indonésia, Paquistão, Africa do Sul, Nigéria, apesar das inúmeras propostas, ainda inconclusivas. Assim, possivelmente para combater a ausência de democraticidade "...the enlargement of the

Security Council should follow the principle of equitable geographical distribution and ensure a proper balance between the developing and the developed nations.”<sup>38</sup>

O melindre do tema está inclusivamente patente na situação algo contraditória em que se acham os próprios interessados no alargamento quando são confrontados com a reestruturação do sistema ainda vigente.

Difícilmente chegam a alguma conclusão pois apesar de não serem propriamente contra a atribuição de novos assentos permanentes não querem de forma alguma abdicar do lugar de prestígio que sempre ocuparam.”Both Britain and France say they support giving Germany a permanent seat, but neither would be willing to give up its own.” (Overington 2003, 2) ou como também refere Mark Tran “Britain and France are in no hurry to give up their seats as their presence ratifies and reinforces their self-image as important diplomatic players.” (Tran 2003, 1) Situações como estas propõem cenários que parecem apresentar a solução a questões, que se ousariam qualificar, sem resposta. Exemplo de uma solução para todas as divergências e que segundo ele responderia ao interesse de todos foi o cenário que nos apresentou o embaixador Bill Richardson como ideal. O “Phoney Enlargement Model” não tão radical quanto o “*Status Quo* or Non-Enlargement Model”, alargaria o clube a mais dois membros permanentes não deixando de preservar o *status quo* dos 5 membros fundadores. “Richardson singled out Japan and Germany as countries that would *strongly enhance the Council’s role at the centre negotiations concerning threats to international peace and security*”. (Deen 1997, 1-2) Mas, se para além de Inglaterra e França, alargássemos o clube dos permanentes a países igualmente europeus como a Alemanha, não excluindo os que já fazem parte, como a França ou a Inglaterra, estaríamos a aumentar a representação do grupo ocidental, dando ainda mais razão às reivindicações daqueles que defendem o “Democratic

---

<sup>38</sup> UN.ORG, *Press Release GA/9373*, Disponível em:  
<http://www.un.org/News/Press/docs/1997/19971204.GA9373.html>

Enlargement Model” – “Pakistan voiced strong opposition last year to a permanent seat to Germany because there would be an *overrepresentation* of the European Union (EU) in the Security Council. Two EU members-France and Britain-already hold permanent seats.” (Deen 1997, 2)

E a propósito de contradições que se poderão gerar neste debate, nada fácil, acerca da reforma/ alargamento do CSNU: “Anne-Marie Slaughter, dean of the Woodrow Wilson School of International Studies at Princeton University, told the foreign press ...that the chances of reform in the Security Council were slim – *the only prospect that I can see is if blocs of developing countries themselves reach compromises about how they want to be represented*, she said. *But that was a long shot. Because the minute they start to choose a country, it’s impossible, politically impossible.*”(Overington 2003, 1)

A aliança, que nasceu em 1955, na conferência de Bandung, e que ficou conhecida pelo nome de Movimento dos Não Alinhados, reconhecida pela forte homogeneidade, está hoje em risco de desunião face à dificuldade em conciliar interesses perante um complicado e polémico debate. Isto é, os antigos membros, da aliança que nasceu em Bandung, reivindicam equidade e democraticidade, no seio da ONU, mas ainda não se decidiram quanto à nação que melhor os pode representar.

## **11.5 - A Dança de Assentos que se Adivinha**

### **11.5.1 - A “Mais-valia” dos que se Candidatam**

As opiniões obviamente divergem e provocam uma espécie de inércia no debate. A vontade de mudar tem de partir dos que se encontram do lado de fora do clube. Mas os que procuram entrar para o clube elite têm que se libertar primeiro das teias da diferença, que os dividem e ameaçam permitir que a inércia governe. A América Latina tem definitivamente que decidir se pretende ser representada pelo Brasil ou pela Argentina, por

exemplo. E quanto à África, será a Nigéria ou a África do Sul? Se se exige um membro permanente Árabe, qual é que está mais à altura a Índia ou o Paquistão? (Tran 2003, 1-2)

Nesta breve amostragem, muitos são já os países que se anunciam com o perfil mais indicado para ocupar os potenciais assentos. Aliás, como seria de esperar já são mais os que se candidatam do que as vagas que eventualmente surgirão.

Assim, os próprios cenários de reforma propostos nada mais são do que expressão dos conflitos que se geram em torno das diferentes opiniões dos interessados quer tenham algo a perder ou a ganhar com uma ainda hipotética reforma das NU como um todo, e do Conselho de Segurança em particular, já que é a existência de um órgão elite que confere aos seus membros um poder diferente, obviamente refiro-me aos que detêm assento permanente, o mesmo é dizer o poder da voz do veto.

Depois de apresentar no geral as várias questões que emergem quando o tema a debate é o da reforma/alargamento das Nações Unidas no geral mas particularmente do CSNU, importa agora dedicar-me em exclusivo ao provavelmente não menos exclusivo *status quo* chinês que parece em perigo, perante o não conformado Japão excluído do grupo elite do CSNU.

O veto chinês ao Japão, na candidatura deste a membro permanente do CSNU, parece ser um bom indício de que na realidade a China vê o Japão como ameaça. Tal poderá ser demonstrado por um lado analisando os vários cenários possíveis de alargamento, e a reacção da China perante estes, e por outro deslindando com mais pormenor a questão do veto da China ao Japão.

Assim, antes de perceber melhor o que se esconde por detrás do véu do veto julgo ser importante apresentar, e resumidamente explicar, os vários cenários propostos, até porque estes dois temas são indissociáveis.

## **12 - CHINA – JAPÃO e os Vários Cenários da Reforma/ Alargamento**

### **12.1 - Debate Geral**

A História da Política Interna Chinesa deixou-nos o Gang dos 4 e as 4 modernizações mas hoje, quando se fala em alargamento do CSNU, “to make it more representative of the World in the 21st century”<sup>39</sup>, surge-nos um novo Gang de 4, formado pelo Brasil, Alemanha, Índia e Japão – “Until January 2006, Japan united with a number of these nations namely Germany, India and Brazil into an unlikely bloc referred to as the ‘Group of Four’ (G4) and demanded a Security Council reform to establish them as permanent members, with veto rights”. (Bruemmer 2006, 1) Este apelidado “Grupo dos 4” surge-nos também num artigo the Jean Krasno: “...Brazil, Germany, India, and Japan formed the “Group of four” (G-4) and agreed to seek permanent seats as a group” (2006, 7) Fazendo frente a este modelo A, surge-nos o modelo B “but Pakistan, Italy and other midsize countries are still pushing a rival plan to expand the UN most powerfulbody”<sup>40</sup>

“...the other would create a new tier of eight semi-permanent members - two each from Asia, Africa, Europe and the Americas – who would serve for four years, subject to renewal, plus one non-permanent seat. This option -called Model B – is supported by Pakistan, Italy, South Korea and other middle powers.”<sup>41</sup>

O ex-secretário-geral das Nações Unidas, Kofi-Annan apoia estas duas opções de alargamento, deixando sempre uma porta aberta a outras

---

<sup>39</sup> UN 2005, *2005 World Summit*, Disponível em:

<http://www.un.org/summit2005/presskit/reform.pdf>

<sup>40</sup> IHT. COM, 2005 International Herald Tribune, Disponível em:

<http://www.iht.com/articles/2005/03/21/america/web.annanun.php>

<sup>41</sup> IHT. COM, 2005 International Herald Tribune, Disponível em:

<http://www.iht.com/articles/2005/03/21/america/web.annanun.php>



“viable proposals”.<sup>42</sup>. E, se me é permitido fazer uso da terminologia da política da União Europeia parece ser no entanto necessário cumprir “critérios de convergência”, isto é uma espécie de consenso é condição requerida por Annan, isto é as nações devem convergir e jamais divergir. “Usually, decisions on important issues like Security Council reform require consensus of all member states, and Annan said he hoped an agreement could be reached” <sup>43</sup>, por outro lado “Annan backed the high-level panel’s recommendation that no new council members should have veto-power.” <sup>44</sup>

Países como a França e a Inglaterra apoiam a adesão da Alemanha, por exemplo mas jamais abdicarão da relíquia que lhes deixou a vitória na 2ª Guerra Mundial “o poder de veto”. Outros, não anseiam tão simplesmente o assento permanente por si só mas se visam tal assento é porque o poder de veto lhe esteve sempre associado, e, se ameaça não vir a estar, tudo parece indicar que não será fácil chegar a um consenso, apesar de todos os argumentos que Annan nos apresenta.

Kofi Annan argumenta que não é necessário criar vetos adicionais, e por isso defende a ideia de membros permanentes mas sem direito a veto, existe inclusive uma facção mais radical que defende acabar com o poder de veto definitivamente mas que dificilmente conseguirão tirar o poder de veto aos que já o adquiriram. Por isso, defende que em nome da democracia e da representatividade a condição de membros permanentes sem direito a veto aumenta a legitimidade do CSNU, em particular, e das Nações Unidas de um modo geral.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> IHT. COM, 2005 International Herald Tribune, Disponível em:  
<http://www.iht.com/articles/2005/03/21/america/web.annanun.php>

<sup>43</sup> IHT. COM, 2005 International Herald Tribune, Disponível em:  
<http://www.iht.com/articles/2005/03/21/america/web.annanun.php>

<sup>44</sup> IHT. COM, 2005 International Herald Tribune, Disponível em:  
<http://www.iht.com/articles/2005/03/21/america/web.annanun.php>

<sup>45</sup> IHT. COM, 2005 International Herald Tribune, Disponível em: IHT. COM, 2005 International Herald Tribune, Disponível em:  
<http://www.iht.com/articles/2005/03/21/america/web.annanun.php><http://www.iht.com/articles/2005/03/21/america/web.annanun.php>

Parece que, tanto os membros que aspiram os disputados assentos permanentes, o grupo dos 4 defensores do Modelo A, como os “velhos” e actuais 5 permanentes não querem abdicar do direito a veto pelo que urge chegar a um ponto de equilíbrio. Como moderar a força do “veto” sem de todo o excluir?

## **12.2 - DEPOIS DOS ACTORES OS CENÁRIOS: China – “Status”, “Ameaça”, “Desafio” ou Alargamento**

Volvidos mais de 50 anos, desde a invasão japonesa a território chinês, o Japão prepara-se para ameaçar, não a soberania tradicional da China mas a soberania estratégica. O *status quo* único que a RPC conquistou no seio do grupo dos 5 membros elite do CSNU está em perigo.

E, perante os vários cenários já propostos, um destes modelos faz a China temer, ao ver o alargamento como uma nova “invasão”.

### **12.2.1 - CENÁRIO 1: Modelo A ou A4**

O Modelo A ou A4, também conhecido pelo grupo dos quatro ou resolução 4, visa expandir o Conselho de Segurança até 24 membros. Actualmente o CSNU é composto por 15 membros dos quais cinco são permanentes, e com direito a veto, sendo os restantes 10 não permanentes, eleitos rotativamente por um período de 2 anos.

**Quadro XVIII - Model A- “Provides for six new permanent seats, with no veto being created, and three new two –year term non-permanent seats, divided among the major regional areas as follows:”**

Model A								
Regional area	No. States	Of Permanent (continuing)	seats	Proposed permanent	new seats	Proposed seats	two-year (non-renewable)	TOTAL
Africa	53	0		2		4		6
Asia Pacific	56	1		2		3		6
Europe	47	3		1		2		6
Américas	35	1		1		4		6
TOTALS	191	5		6		13		24
Model A								

Na liderança deste modelo, proposto por Razali Ismail da Malásia, estão curiosamente duas potências asiáticas, o Japão e a Índia que se aliaram à Alemanha e ao Brasil. Assim, a ameaça emerge do próprio continente asiático. Mas a este Gang de 4, Razali acrescenta mais um membro permanente em representação do vasto continente africano. No total seriam 10 membros permanentes, mais dois em representação do mundo desenvolvido (Alemanha e Japão) e 3 vezes do dito Terceiro Mundo (1 da Ásia, 1 da América Latina e 1 da África). Razali sugere também alargar número de não permanentes e aos actuais 10 somaria mais 4 novos membros eleitos rotativamente por períodos de dois anos.

Na mesma linha deste Modelo A surge uma outra proposta, que como o próprio nome indica difere em muito pouco relativamente ao Modelo A. Sendo naturalmente conhecido por “Razali Plus Model”.

### **12.2.2 - CENÁRIO 2: Modelo A4 + 1, ou “Razali Plus Proposal”.**

Apresentando-se como um modelo inovador e representativo da actual conjuntura mundial porque garante dar voz a uma nação muçulmana, o modelo Razali Plus aponta o Egipto como a nação mais indicada para representar de uma forma mais justa o continente Africano e simultaneamente o Islão.

Nação de 2 faces, na verdade o Egipto é um país africano que por detrás do véu esconde a voz do povo islâmico. Esta proposta apresenta uma mais valia, argumentando que seria mais fiel a permanência de dois membros em representação de África, sobretudo porque um dos eleitos é em simultâneo voz do povo islâmico.

A proposta que se segue, a que ficou conhecida por “Stedman Proposal” parece mais favorável aos interesses do Governo de Pequim já que exclui a hipótese de o Japão se tornar membro do clube dos exclusivos, abalando a exclusividade que a RPC detêm no CS.

### **12.2.3 - CENÁRIO 3: Stedman Proposal – “Coffee Club”.**

Tendo tanto de informal (daí a ideia de “coffee club”) como de inovadora (criando a condição de membros semi-permanentes), esta proposta, defendida por médias potências como a Itália, sugere o alargamento a sete ou oito novos membros que seriam eleitos por períodos de 4 ou 5 anos.

**Quadro XIX - Model B– “Provides for no new permanent seats but creates a new category of eight four-year renewable-term seats and one new two-year non-permanent (and non-renewable) seat, divided among the major regional areas as follows:”**

Model B						
Regional area	No. Of States	Of Permanent seats (continuing)	Proposed year seats	four renewable seats	Proposed two-year (non-renewable) seats	TOTAL
Africa	53	0	2		4	6
Asia and Pacific	56	1	2		3	6
Europe	47	3	2		1	6
Americas	35	1	2		3	6
TOTALS	191	5	8		13	24
Model A						

“The proposal is popular with Italy’s ‘coffee club’ of second tier powers, who can see themselves getting elected once in a while.”(Bone 2004)

Conscientes de que estão longe de conseguir um lugar no clube dos permanentes, nações como a Coreia do Sul e o Paquistão “Who look sure to miss out on the chance of permanent membership and want no alternative that would give them a greater say. They have joined Italy’s informal ‘Coffee Club’, a group of second-tier nations that oppose any addition to the current five permanent members, the so-called ‘P5’ powers of China, Britain, France, Russia and the United States.” (Bone 2004)

Esta proposta impede que o *status quo* único que a China detém no seio dos cinco permanentes em hipótese alguma seja abalado por uma invasão de novos permanentes, pois exclui qualquer possibilidade de alargamento do direito a “veto” a outros membros.

### **13 - China – ONU – Japão**

Aproveitando a deixa do debate acerca da reforma/ alargamento da ONU, particularmente do CSNU, o Japão ameaça entrar em campo e desta vez invadir o “território” permanente do Conselho de Segurança:

#### **13.1 - China e Japão: Os Vizinhos Distantes num Cenário Multilateral**

A China e o Japão são dois países que têm tanto de proximidade como de distância, já que vizinhos em termos geográficos são ainda assim muito diferentes. O primeiro, a China, é um país em vias de desenvolvimento, o segundo, o Japão, é um país claramente desenvolvido, ocupando o lugar de segunda maior economia à escala mundial. No entanto, ainda em desenvolvimento económico, a RPC detém o *status quo* mais cobiçado pelo Japão no seio do CSNU – o de membro permanente no CS.

Nesta corrida, a China permanece também na defensiva pois sabe que tem de defrontar um jogo de soma nula com o Japão. Se no passado o Japão foi sinónimo de invasão, hoje é sinal de competição. E, se o Japão luta por um lugar de destaque no seio do CSNU, a China por sua vez sente o seu *status quo* ameaçado.

Se apagar a memória do passado é difícil, muitas vezes é também essa mesma história que nos persegue que se pode tornar a nossa melhor aliada. A história prega-nos muitas partidas mas por vezes os ventos do passado estão de feição. E ressalta mais um ponto em comum entre a China e o Japão: ambos se esforçam por apagar as pesadas derrotas que a história deixou gravadas na memória. É verdade que a China sofreu a humilhação da invasão japonesa, já para não falar de outros fracassos (ver quadro número 1) que antecederam este triste período para o orgulho do Império do Meio. O Japão de tudo faz para varrer da memória a pesada derrota na segunda Guerra Mundial pois isso custou-lhe no passado o tão aspirado lugar a membro permanente do CS. Na realidade, aqui a história revelou-se uma verdadeira aliada da RPC pois faz dela hoje o único país asiático membro permanente do CSNU, único representante dos países em vias de desenvolvimento com um papel de destaque no CS. Ora um dos lugares, em representação da Ásia, poderia ser hoje ocupado pelo Japão, a segunda maior economia mundial que também é asiática embora não seja país em vias de desenvolvimento.

Um outro ponto em comum que é possível detectar na tática levada a cabo quer pela estratégia Chinesa quer pela Japonesa, relativamente à política externa, é a tática da persuasão, a preferência por uma abordagem “soft” em vez de “hard” no que toca ao exercício de poder, ao melhor estilo de Confúcio.

### **13.2 - Japão – De Invasor a Concorrente**

É bem verdade que a história nos pode surpreender e o ainda jovem percurso histórico da ONU é um bom exemplo disso mesmo. Como notou e bem Michael Nicholson, o que em 1944, à data da fundação da organização, era praticamente impensável, isto é, propor os dois grandes

derrotados da Segunda Guerra Mundial como membros permanentes do CSNU, constituindo inclusivamente uma verdadeira afronta ao espírito alicerce desta Organização:

*...Now the world has altered to such a degree that there is talk of them being permanent members of the Security Council, which is the Central decision-making part of the UN.  
(Nicholson 1998, 36)*

Ora, O'Neill parece ir de encontro a esta ideia quando sublinha “the 1945 Charter identified three nations as former enemy States and gave them lesser rights, but by 1995, two of these were among the top three biggest financial contributors.” (O'Neill 1996, 236)

A China vê na trilogia China - ONU - PVD, a aliança estratégica necessária para fazer face à nova ameaça japonesa, já que o Japão ambiciona alcançar um assento permanente no CSNU, pondo possivelmente em perigo o *status quo* chinês. No entanto, antes de provar que esta ameaça existe, é importante descortinar como é que surgiu, isto é em que contexto, qual a origem ou raízes.

### **13.3 - China ameaçada – Japão ameaça**

Ainda que a teoria da “China ameaça” tenha sido grande alvo de debate, ultimamente, é tão provável quanto irónico que a teoria do “Japão ameaça” nos ajuda a dar mais um passo em frente nesta tentativa de descortinar que a já histórica política externa chinesa para os PVD poderá talvez revelar-se uma ajuda preciosa para a China enfrentar esta nova



forma de “invasão” japonesa.

A “teoria” da China ameaçada surge no contexto que já introduzi do *status quo* único que a China parece deter, enquanto único membro permanente do CSNU em representação do sudeste asiático. Aqui irei demonstrar, que a China não quer de todo perder o seu *status quo*, muito menos, e talvez por uma nítida questão de orgulho ferido, para o Japão. E, parece-me que a reacção chinesa à pretensão japonesa, de alcançar um assento no clube dos membros permanentes do CSNU, ajuda a explicar porque é que a China sente o seu *status quo* ameaçado. Assim, o Japão talvez represente uma ameaça hoje porque se sentiu outrora excluído do grupo dos exclusivos levando a que a China, por sua vez, procure defender-se porque teme talvez perder um *status quo* exclusivo.

#### **13.4 - Não ao Japão: Um Veto Permanente à Entrada no “Clube dos Permanentes”.**

Como referido acima, a entrada do Japão e da Alemanha para o “grupo elite” do CS representaria uma viragem de 180° no actual sistema das NU. Depois de postas à margem no pós-Segunda Guerra Mundial aceitar hoje estas duas grandes potências, no seio do “grupo elite”, não será também um indicador de reforma? A posição “absolutista” de manter dois “Dragões da Economia” à margem da mesa das grandes decisões políticas poderá até revelar-se um movimento “contra-reforma”.

Não menos curiosa é a posição da China. Assumindo a sua posição pró-reforma, a RPC não consegue aceitar a ideia de ver o Japão sentado a seu lado, muito menos permanentemente. E puxando-lhe de certa forma o “assento”, prefere sustentar a ideia, claramente anti-reformista, de manter o Japão do lado de fora. E se, relativamente à entrada da Alemanha pouco ou nada manifesta, no que toca ao Japão o slogan é: “Reforma Sim, Japão

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

Não”.

Apesar dos chineses não desistirem de “...block Japan’s bid to join the elite group.” (Kahn 2005, 1) os Japoneses avançam com uma invasão de argumentos:

Tóquio apresenta como argumento para ascender à condição de membro permanente do CS as elevadas contribuições financeiras que tem feito para as NU.

*According to the most recent World Bank Development Indicators in 2005, Japan’s GNP or GNI continue to rank second in the world only after the United States.*

*This makes Japan’s share 19.46% of UN fees as compared to 8.6% of Germany, 6.1% of UK, 2.0% of China. In addition to her high share in payments to the UN regular budget, Japan’s share in the voluntary contribution to UN PKO operations which include operations in East Timor, are about 20% which is larger than the total amount of the contributions combined of the four permanent members other than US of the Security Council. Japan also continues to be one of the world’s largest creditor and trade surplus countries. (Ishigaki 2006, 8)*

Ao que a China contra argumenta:

A China, o único membro asiático entre os cinco membros permanentes, afirma que as elevadas contribuições de Tóquio para o orçamento das NU não são suficientes para comprar o *status quo* que o Japão tanto ambiciona.<sup>46</sup>

As Nações Unidas não são um quadro de directores, sublinhou o porta-voz

---

<sup>46</sup> BBC 2004, *BBC News*, Disponível em :  
<http://66.102.9.104/search?q=cache:ZoDXLtel0UUJ:news.bbc.co.uk/2/hi/americas/3678736.stm+Four+nations+launch+UN+seat+bid&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>

do ministro dos Negócios estrangeiros Kong Quan, em Pequim. A composição do CSNU não pode ser decidida medindo o contributo financeiro de cada um dos seus membros.<sup>47</sup>

Em resposta imediata ao contra argumento apresentado pela China, Akira Chiba, o porta voz do ministro dos negócios estrangeiros japonês, afirmou que as contribuições financeiras eram importantes mas também não eram o único motivo porque o Japão merece o assento permanente no CSNU.<sup>48</sup> Segundo Akira Chiba uma importante razão que justifica a entrada do Japão para o grupo elite tem a ver com os esforços contínuos que o Japão tem feito para apoiar questões difíceis que a comunidade internacional tem vindo a enfrentar, na realidade os problemas que se apresentam ao mundo de hoje já não são os que as NU tiveram de enfrentar no contexto pós Segunda Guerra Mundial.<sup>49</sup>

“In another speech, Mr. Koizumi said Japan’s reconstruction role in Iraq, and Afghanistan, and its efforts to resolve the North Korean nuclear issue, entitled it to a permanent seat on the Council.”<sup>50</sup>

A China veta o Japão mas vota na Alemanha quando ambos concorrem em pé de igualdade. Semelhantes atrocidades foram cometidas pelo Japão e pela Alemanha, ou seria até mais justa se dissesse que a gravidade dos crimes de guerra levados acabo pela Alemanha, naquela data foram bem mais imperdoáveis. Por outro lado, estas duas grandes potências ocupam

---

<sup>47</sup> BBC 2004, *BBC News*, Disponível em:

<http://66.102.9.104/search?q=cache:ZoDXLtel0UUJ:news.bbc.co.uk/2/hi/americas/3678736.stm+Four+nations+launch+UN+seat+bid&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>

<sup>48</sup> BBC 2004, *BBC News*, Disponível em:

<http://66.102.9.104/search?q=cache:ZoDXLtel0UUJ:news.bbc.co.uk/2/hi/americas/3678736.stm+Four+nations+launch+UN+seat+bid&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>

<sup>49</sup> BBC 2004, *BBC News*, Disponível em:

<http://66.102.9.104/search?q=cache:ZoDXLtel0UUJ:news.bbc.co.uk/2/hi/americas/3678736.stm+Four+nations+launch+UN+seat+bid&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>

<sup>50</sup> BBC 2004, *BBC News*, Disponível em:

<http://66.102.9.104/search?q=cache:ZoDXLtel0UUJ:news.bbc.co.uk/2/hi/americas/3678736.stm+Four+nations+launch+UN+seat+bid&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>

o 2º e o 3º lugar do “ranking” dos maiores contribuintes para a ONU, mas é o Japão e não a Alemanha que ocupa o 2º lugar.

Parece difícil chegar a um consenso sobretudo quando são países como a RPC os primeiros a entrar em contradição nos argumentos que apresentam. Isto é, se a própria China cai numa rede de contradições mais difícil se torna um concerto entre as várias nações. “Japan pays more money into the UN coffers than any nation except the US. Germany is the third-biggest contributor.”<sup>51</sup>

Seria ou não então mais lógico vetar-se a Alemanha e não o Japão. Não é o lógico que está em causa mas o óbvio. Isto é, os óbvios interesses da China. A entrada do Japão constitui um entrave aos objectivos traçados pela política externa chinesa enquanto que a Alemanha na qualidade de membro permanente do CS não só não atrapalha os interesses do governo de Pequim como até favorece. A Alemanha engrossaria a representação dos países ocidentais, pelo que o poder entre estes teria que ser redistribuído, cabendo uma menor fatia a cada um. Ora a entrada do Japão surtiria o mesmo efeito na área de influência oriental. O continente Asiático é uma grande fatia que neste momento cabe só a RPC representar no círculo dos cinco permanentes. Daí o interesse em barrar as pretensões do Japão.

Na realidade são outros os argumentos e não os apresentados que fazem mover o veto da China à entrada do Japão. E são vários os interesses que se escondem nos bastidores desse veto. E, aqui é possível recordar as lições de Tucídides: “Thucydides’ classification of the aims of external policy...-honour, fear and interest.” (Dore 1997, XIII)

---

<sup>51</sup> BBC 2004, *BBC News*, Disponível em:  
<http://66.102.9.104/search?q=cache:ZoDXLtel0UUJ:news.bbc.co.uk/2/hi/americas/3678736.stm+Four+nations+launch+UN+seat+bid&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>

Foi a invasão Japonesa que feriu a honra da China que ainda hoje vive o fantasma das humilhações sofridas nas mãos dos japoneses, e não dos alemães. E esse medo permanece até mesmo porque apesar de “vizinhos distantes” não deixam de morar “paredes-meias”. Assim, a RPC tem mais interesse em vetar a entrada do Japão, acabando por se revelar indiferente a uma Alemanha que se encontra no ainda distante continente europeu. Aliás, se o argumento é geográfico, e na mesma linha de raciocínio faria certamente mais sentido vetar a Alemanha pois próximo de uma França e de uma Inglaterra, soma 3 em representação do pequeno continente Europeu, em contraposição ao vasto continente asiático que bem pode justificar a existência de dois países em representação de uma população mais vasta. Mas é exactamente isso que a China não quer. (O'Neill 1996, 233)

Mesmo sendo país asiático, na actual condição, o Japão, sempre perseguido pela sombra do desaire que foi a II Guerra Mundial acaba por viver à sombra da política externa americana, condição esta que deixou esta grande potência económica mundial presa ao célebre *cliché* “Economic Giant, political pigmy” (Dore 1997, XIII)

Ronald Dore na obra *Japan, Internationalism and the UN* deixa claro que na realidade a herança que nos legou a II Guerra Mundial, em termos de uma autoridade supranacional que gerisse as situações de conflito, foi a lei dos aliados que venceram a própria Guerra, ou como Dore escreve “the legitimacy of the victors”(Dore 1997, XII)- “The draft of the Charter was prepared by a tiny group US, UK, France, USSR and China – in 1944. Being the victors in the most genocidal war in human history.” (Faizi 1997).

Ora, esta situação de dependência do Japão face à política externa americana acaba por servir os interesses da China que se mantém uma espécie de único jogador no palco mundial, em representação do vasto

continente asiático. A China ao desenvolver uma política de estreitamento de relações com os EUA estará de certa forma a evitar que o Japão se torne independente politicamente e a evitar, que o Japão alcance um assento permanente no CSNU, o que, para o dragão económico, representaria a cartada final no caminho da independência política. Como iremos ver adiante, a China ao vetar a entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU revela como teme uma possível ameaça japonesa, que tenta disputar a liderança do Este asiático com a China. A própria posição dos EUA, embora aparentemente favorável à entrada do Japão, também não favorece os interesses de independentização política do Japão, pois é também do interesse dos EUA, manter o Japão dependente politicamente de um antigo aliado. Uma superpotência como os EUA facilmente consegue fazer sombra ao Japão se este intentasse desafiar a liderança ocidental. No entanto, a conquista da liderança regional a Este da Ásia ainda poderá estar ao alcance do Japão como porta de entrada para o círculo permanente do CSNU.

A representação do Japão para o corpo dos membros permanentes implicaria a independência e consequente internacionalização do Japão, e automaticamente a China perderia o *status* de representante do sudeste asiático que tem tido desde 1971. Surge-nos então um dilema: como é que a China sustenta a reforma do CSNU sem entrada do Japão para o grupo elite, pois como referi, manter o Japão do lado de fora implica não cumprir um importante critério de consenso, que é criar, reformar um CSNU que melhor espelhe a actual realidade política e económica? (Deen 1997)

No entanto, este “não” ao Japão não se traduz somente num “não” ao Japão pois serve-lhe também de complemento o “Nin” à Índia e o “Sim” ao Paquistão.

#### **14- O Porquê do Nin à Índia: E Depois do Grupo dos 4, as 5 Contradições**

Reconhecendo que o país da Grande Muralha se lançou numa desenfreada corrida ao desenvolvimento para jamais voltar a cair na dependência de estranhos e invasores, torna-se cada vez mais importante analisar o papel da China no contexto multilateral que se desenha.

Na década de oitenta, a “Open Door Policy” de Deng Xiao Ping foi o “Great Leap Forward” que lançou a RPC numa corrida desenfreada para o desenvolvimento, independência e paradoxalmente interdependência com o mundo. O primeiro grande marco no longo caminho da independência/interdependência deu-se em 1971, quando a RPC sobe definitivamente ao pódio dos cinco grandes, eleitos, ou melhor de certa forma auto-eleitos, com assento permanente e direito a veto.

A China insurge-se contra o Japão e tudo indica que o resultado será de “3 contra 1”, isto é três votos ao Brasil, à Alemanha e possivelmente à Índia e um veto ao Japão. “China made clear its intent regarding four countries’ bids to become U.N. Security Council members...with Japan the clear loser in a 3 to 1 tally.”(Lanfranco 2005)

O porta-voz do ministro dos negócios estrangeiros Qing Gang foi entrevistado pela United Press International no sentido de explicar a posição da China relativamente às duas antigas potências do Eixo e à possibilidade de estas virem a tornar-se membros permanentes do CSNU tendo em conta os crimes cometidos no passado contra a humanidade, nas décadas de 30 e 40. (Lanfranco 2005)

Defendendo a entrada da Alemanha e tentando barrar a entrada ao Japão

na corrida ao assento permanente, a China deixa de ter argumentos válidos para fazer valer esta posição que esconde interesses nacionais, sobretudo porque é mais fácil convencer a entrada de uma segunda potência em representação de um vasto e populoso continente como a Ásia do que uma terceira em representação do pequeno continente Europeu que já se encontra representado pela Inglaterra e pela França. Acabando por se revelar pouco válidos os argumentos, apresentados pela China, entram em clara contradição, logo dificilmente vencem porque em nada convencem, apesar da China acabar por preferir apoiar a candidatura da Índia em detrimento da candidatura Japonesa.

*The People's Republic of China presents itself as a representative of the developing Countries. Repeatedly China has declared that of the present time, the main reform task should be the increase, as a priority of membership of the developing countries in the Council in accordance with the principle of equitable geographical distribution, it will thus not be easy to win China's support for any improvement in the position of western capitalist states on the Council. (Malone 2004, 346)*

Uma vez mais Qing Gang sustenta “We hope the Japanese side can seriously honor commitments to show remorse and reflect on its history of aggression...” (Lanfranco 2005) Qing Gang, tendo em conta o alargamento do CSNU, faz também questão de realçar que somente quando um país respeita a história, e está preparado para ganhar a confiança dos países vizinhos, está apto a desempenhar um papel determinante nas relações internacionais. Nesta afirmação é nítido o sentimento negativo de um representante chinês relativamente ao Japão e o esforço em argumentar



contra uma eventual pretensão do Japão ao lugar de membro permanente do CSNU. Ao mesmo tempo que Qing Gang também não esconde o objectivo de afastar qualquer possibilidade de que a ambição japonesa pelo poder de veto, diminua o *status quo* único da China. Assim, quando Qing Gang relembra as boas relações de um país com os países vizinhos está claramente a desferir um pesado golpe ao Japão ao mesmo tempo que realça uma característica diplomática da China, já que o ponto fraco do Japão é o ponto forte da China. Neste contexto, o também forte investimento da China na política para os PVD ganha cada vez mais sentido, já que a linha de conduta é a mesma.

As acusações ao Japão são fortes e por duas vezes Qin Gang sublinha a falta de confiança que os países vizinhos sentem relativamente ao Japão, afinal não é só a China que parece ser um vizinho distante. A falta de apoio de países como a Coreia do Sul e as Filipinas à candidatura Japonesa pode ser fatal para os interesses políticos da potência nipónica. Como refere Soeren Kern “Tokyo is still viewed with suspicion and hostility by its Cold War adversaries China and Rússia, as well as by allies like South Korea and the Philippines”. (Kern 2005, 4)

Por exemplo tanto a Coreia do Norte como a do Sul que foram colonizadas pelo Japão já declararam que são contra a pretensão nipónica de ocupar um assento permanente no CSNU. Argumentam que Tóquio não se esforçou tanto como a Alemanha para limpar a má imagem deixada pelos crimes de guerra cometidos e que, como tal, não se poderá tornar um membro líder da comunidade internacional, caso contrário poderá instaurar a desconfiança entre os seus vizinhos. (Kahn 2005, 3)

E, se no passado a história se revelou aliada dos “Aliados”, indo obviamente de encontro aos interesses da China, e contra os do Japão, volvidos mais de 50 anos, a história pode não se repetir mas seguramente já rimou despertando ódios que pareciam quando muito hibernar.

Consciente de que hoje a história não está de feição ou de que até se

poderá estar a revelar traiçoeira, tendo somente adiado e ou agravado o problema ao invés de resolvê-lo, a diplomacia chinesa tem encetado uma série de manobras políticas no sentido, senão de melhorar o *status quo* alcançado no seio do CS, pelo menos preservá-lo.

Neste inegável esforço de salvaguarda dos interesses de Pequim se inscreve uma série de diplomáticas manobras da política chinesa para os PVD. A China assumindo a sua condição de PVD, apesar de estar a sofrer o crescimento mais rápido que a história da economia mundial jamais registou, ou exactamente em virtude deste recorde histórico alcançado, defende uma política claramente pró-desenvolvimento, no que toca ao alargamento.

Ora, será que discutir a injusta representação dos países em vias de desenvolvimento no seio das Nações Unidas, e particularmente do Conselho de Segurança, é realmente uma prioridade para a China?

Os “five hierarquical principles” entram em confronto com o discurso dos “five principles of peaceful coexistence” (“premised on the equality of all nations, big and small, first outlined in 1955, during the heyday of Sino-Indian friendship, which are touted by Beijing as the moral basis of sound interstaterelations” (Malik 2004, 21).

“A valuable insight into Chinese thinking is provided in a commentary in the authoritative Beijing Review of May 13, 2004, by the Chinese Foreign Ministry analyst, Wu Miaofa, which, for the first time, spelled out “five principles” for reform of the Security Council.” (Malik 2004, 21)

“A critical scrutiny of these ‘principles’ (in effect, ‘conditions’) reveals them to be self-serving, impractical, contradictory, inconsistent, and antidemocratic.” (Malik 2004, 21)

Segundo Malik é dentro do palco asiático que se dão as maiores contradições, isto é a disputa de actores asiáticos, como a Índia e o Japão, pelo papel de actor principal, isto é estatuto de membros permanentes.

Ora esta difícil posição, de escolher entre a Índia e o Japão, fazem logo cair por terra o primeiro princípio da reforma, identificado por Malik “According to the first principle, top priority (should be assigned) to achieving equitable geographic distribution in the Security Council.” (Malik 2004, 21)

Apesar de Pequim considerar que existe uma grave lacuna a nível de representação dos países em vias de desenvolvimento, a China também comete um erro intencional, em prol dos seus interesses nacionais, quando apoia incondicionalmente como elegíveis países como o Brasil, pois não é suficiente corrigir o erro de representação de continentes como a América Latina e a África.

Ora são vastos continentes, como a África e a América latina, que albergam grande parte dos países em vias de desenvolvimento e que hoje integram ainda que de certa forma “teoricamente” a ONU, já que não estão de facto representados como lhes é de direito. Mas considerar como candidatos elegíveis países como Brasil, esquecendo propositadamente outros como a Índia, não serve para colmatar esta falha. Como esclarece Malik “This is an admirable position, but the implication is that since Asia is already represented by China, adding representation for Africa an Latin America ough to be the top most priority.”(Malik 2004, 21)

A China pretende convencer o mundo de que a presença de países como o Brasil em representação da América Latina, ou outro a designar em representação de África seria suficiente para preencher o 1º critério mas na realidade o que Pequim pretende, utilizando o argumento da distribuição geográfica equitativa, é criar estreitos laços com um continente que lhe permitirá reforçar a posição estratégica relativamente aos Estados Unidos, refiro-me obviamente ao Brasil, sendo o que revela o fervoroso discurso do Presidente Brasileiro Lula da Silva, ao apresentar-se como líder e voz do mundo em vias de desenvolvimento.

O segundo princípio prende-se com o primeiro. Como nota Malik, “Since

the developed countries hold a disproportionate number of council seats, the second principle approves the earnest and legitimate wish of developing countries for reasonable representation in the Security Council permanent category” (Malik 2004, 21)

É imperativo que a ONU alargue a novos membros, quer sejam ou não de carácter permanente, em nome de um bloco que até representa a maioria dos 191 membros que actualmente integram as NU.

Cumprir este critério ainda não é de todo difícil para a China, dado que os argumentos mantêm incontestavelmente do lado de fora a 2ª maior economia mundial. No entanto, começa a tornar-se complicado justificar a exclusão da Índia. Como refere o autor “However, this rhetoric does not automatically translate into support for India, the world’s largest developing country.” (Malik 2004, 22)

Começam a emergir as dualidades da posição chinesa. Se é bem sonoro o veto à entrada do Japão, relativamente à candidatura da Índia torna-se difícil expressar um claro “não”, pelo que de certa forma a China diz um “não” ao Japão e um “nin” à Índia. A situação é realmente melindrosa pois, depois dizer um claro não à “Índia”, nada impediria Nova Deli de se aliar ao Japão criando um bloco de segurança estratégico bastante perigoso, pior na retaguarda estaria sempre a por si só já temível potência americana. (Malik 2004)

A China consegue fazer ouvir a sua voz além Pacífico e do outro lado do Atlântico ou como sublinha Malik “For China...its power of veto makes Beijing the object of courtship, since Washington needs China’s support in resolving regional conflicts in the Middle East, South Asia, and the Korean peninsula, and in dealing with transnational threats of terrorism and nuclear proliferation.” (Malik 2005, 27.) Assim é de todo o interesse para o governo de Pequim manter, se não for possível melhorar, o *status quo*, não admitindo que outras emergentes potências regionais venham a invadir esta esfera de influência que apresenta contornos únicos.

Manter a 2ª maior economia mundial fora do clube dos 5 é claramente favorável aos interesses da China, levar o veto à Índia até ao limite das consequências mexe claramente com a estratégia já delineada pelo governo de Pequim. Isto é, manter a Índia do lado de fora ou, por outro lado, apoiar a candidatura de Nova Deli a membro permanente é uma faca de dois gumes e daí o dilema da China. Por isso Malik conclui que a posição chinesa relativamente a um possível assento destinado à Índia está ainda envolto em ambiguidade, possivelmente até de forma deliberada. Pequim não deixa de revelar reiterado apoio a uma maior representação dos países em vias de desenvolvimento, opondo-se veementemente ao Japão mas pouco ou nada dizendo relativamente à Índia. É possível concluir com bastante certeza que a posição de China relativamente à Índia está a enveredar por um caminho dúbio, em grande parte devido ao facto de a China estar mais atenta a questões relacionadas com a segurança, como por exemplo prevenir um possível alinhamento da Índia com o Japão ou uma contra-aliança à China, liderada pelos Estados Unidos. (Malik 2005, 23)

O que também não é difícil concluir é que um veto isolado talvez seja possível mas vetar os dois países é “guerra declarada” a dois elementos do gang de 4, pois relativamente aos restantes a situação é exactamente inversa, refiro-me obviamente à Alemanha e ao Brasil, pois relativamente a estes dois países estamos perante uma situação de voto e não de veto.

## **15 - O “Gang dos 4” Dividido em Dois – Dois votos e dois vetos**

*Seen from Beijing's perspective, the formation of this 'Gang of Four' was a major setback for China's diplomacy insofar as it brought together on a common platform two of China's rival's (India and Japan) that Beijing wants to keep out, and two potential allies (Brazil and Germany) that it wants to bring into the council. (Malik 2005, 23)*

*From China's perspective, support for the German and Brazilian bids is a useful foil to U.S. support for its ally (Japan) and its friend India. (Malik 2005, 25)*

Aqui a estratégia de Pequim passa por enfraquecer potenciais adversários, isto é se não é possível vencer o inimigo a solução passa por tentar neutralizar uma potencial situação de desequilíbrio. Apoiando a candidatura da Alemanha e do Brasil, a China visa criar uma espécie de contra-aliança a um possível alinhamento Japão/Índia.

Para além da tensão China versus Japão, outros antagonismos acabarão por emergir numa família de nações que se pretendia coesa, unida e digna da sigla NU. Índia versus Paquistão, Japão versus Coreia do Norte no palco propriamente asiático, mas também Brasil versus México e Argentina, na América Latina, Nigéria versus África do Sul e Egipto.

Na realidade Pequim mostrou dar todo o apoio numa possível candidatura de um país asiático muçulmano ao assento permanente, assim como Pequim relega em estados de conflito eminente, como o Paquistão, o papel de manter o equilíbrio de poderes a sul. Durante a visita do primeiro-ministro paquistanês Shaukat Aziz<sup>52</sup> este afirmou que o Presidente chinês Hu Jintao se comprometeu de que Pequim jamais deixaria a Índia

---

<sup>52</sup> Foi eleito Primeiro Ministro do Paquistão a 28 de Agosto de 2004, Wikipedia Org. The Free Encyclopedia, Disponível em : [http://en.wikipedia.org/wiki/shaukat\\_Aziz](http://en.wikipedia.org/wiki/shaukat_Aziz)

conquistar um assento permanente no Conselho.

Por outro lado, e dado que o Paquistão declarou preferência pela Opção B (que propõe introduzir uma nova categoria de membros semipermanentes que seriam eleitos por um período rotativo de quatro anos), o presidente chinês prometeu apoiar a segunda proposta, rejeitada pela Índia e pelo Japão. De facto, até Julho de 2004, esta foi a única proposta posta à consideração do “high-level panel”, e a opção A acabou por ser introduzida depois de fortes protestos e lobbies por parte dos países que integram o Grupo dos 4. Esta situação acaba por resolver os problemas de uma só vez, pois se por um lado desarma os rivais asiáticos de Pequim por outro lado fortalece os laços da China com países islâmicos, dos quais a China depende em termos de recursos energéticos para alimentar o crescimento económico da China. “... it further strengthens China’s ties with the Islamic Countries on whose energy resources Beijing increasingly relies to fuel its economic growth. Furthermore, Beijing takes comfort from the fact that so long as Pakistan remains Washington’s key ally in its war on terrorism, the United States would be unlikely to upset Pakistan by supporting New Delhi’s bid, which is vehemently opposed by Islamabad.”(Malik 2005, 24)

O consenso regional que se exige é também mais exigente quando “...the high level panel’s report” também sugere que um novo CS necessita de uma emenda à Carta das Nações Unidas que por sua vez requer a aprovação dos 5 membros permanentes assim como de 2/3 dos 191 membros que integram esta Organização, e por último a ratificação. Posto isto, alterar a Carta é praticamente impossível. Quando pequenos e médios países ambicionam o alargamento, já que foram praticamente excluídos é muito difícil, perante tal emenda alcançar, os votos requeridos. (Malik 2005, 24)

Ora esta exigência pior do que ambiciosa é impraticável.

“The Security Council is the only international forum where the perception

of China as a champion of the developing world and Asia is magnified. Chinese policy makers have long described the veto-wielding permanent seat as a 'strategic asset'..."(Malik 2005, 26)

Apesar de esporadicamente se lembrar que a reforma do CSNU é urgente, a China procura não esquecer que é importante não perder o *status quo* e para tal serve o argumento de que os 5 pilares do Conselho de Segurança são raízes históricas a manter. Mas, na realidade, por detrás do floreado de argumentos e das raízes históricas que o sustentam se esconde o para nós já claro interesse de preservar o *status quo* da China como único representante e líder dos PVD. *Status quo* único e inigualável, até mesmo, como já foi possível constatar, por parte dos EUA. E, uma vez mais é óbvio o interesse em manter o Japão e a Índia do lado de fora.

Evidentemente a China fala em reforma mas numa reforma à imagem e semelhança do interesse nacional, encarando com bons olhos a integração do Brasil, Alemanha e Paquistão. O Brasil e a Alemanha pelas razões que já vimos. E, para além disso considerar a entrada do Paquistão (como principal rival da Índia e representante perfeito do mundo Islâmico) seria uma jogada certa pois favoreceria interesses políticos.

Como refere Lijun, uma espécie de obsessão, por parte da China, com o movimento de independência islâmica no Paquistão explica uma amizade de longos anos entre a China e o Paquistão. O Paquistão necessita do apoio estratégico da China para equilibrar o poder da Índia, não só para bloquear o alargamento geopolítico da Índia mas também para, através da China, encontrar apoio externo ao movimento de independência islâmica, em Xinjiang. (Lijun 2001, 47)

Por sua vez, o Paquistão, na qualidade de principal financiador dos Talibã, que continuam a exercer o maior domínio sobre o Afeganistão, poderá dificultar a aquisição de armamento aos separatistas islâmicos em Xinjian. Sendo que este armamento tem origem no Afeganistão ou atravessa este território.



Se o argumento histórico importa quando serve os interesses de Pequim, a visão pró-reforma só interessa na mesma medida, isto é favorecendo a estratégia delineada por Pequim.

Alargamento – sim, alargamento com direito a veto – não, alargamento a PVD sim, mas à Índia - não. E, por outro lado, Brasil – sim, Alemanha – sim. Pois, dois são os eleitos pela China deste “Gang de 4” que representam a opção A. Paquistão – sim, veto – não e criação da condição de semi-permanente, defendido pela opção B. No entanto, este misto do modelo A e B,  $\frac{1}{2}$  A e  $\frac{1}{2}$  B não serviria por completo os interesses de Pequim, pois se manter a Índia torna Pequim mais vulnerável a eventuais retaliações, dizer – não- à Índia é criar, reforçar o flanco inimigo. Índia, EUA e Japão é a contra-aliança que a todo o custo é preciso evitar. Assim, se se confrontar a China com a pergunta Índia ou Japão, a resposta é fácil de adivinhar: “...there are already some indications that Beijing sees Índia as the lesser evil” (Malik 2005, 26)

## **16 - Da Grande Muralha ao Muro, da queda do Muro de Berlim à abertura da Grande Muralha ao Mundo.**

Caiu o Muro de Berlim e com ele o conceito de equilíbrio de poderes ou mundo bipolar, o conceito de “satisfação” veio ocupar o assento que o conceito de “poder” deixou vago, ontem “hard power” e soberania tradicional, hoje “soft power” e soberania estratégica falam mais alto. Neste sistema internacional em mudança, o Império do Meio, caminha lenta mas em passos largos. Do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, mas ainda a meio desta longa caminhada e com um pé em cada um destes mundos, liberta-se das teias da dependência e lança-se nas malhas da interdependência, no seio do Conselho de Segurança, assumindo-se líder dos países do que também ficou conhecido por Terceiro Mundo.

A bipolaridade desabou com a queda do muro de Berlim e entre os escombros renasce uma nova forma de ver o mundo, um mundo que

parece potencialmente definir um sentido no rumo à multipolaridade, um novo sistema internacional. No entanto, o Japão que outrora foi invasor há muito que aspira o *status quo* que a China detém no CSNU, daí que apresentando-se o Japão como um dos fortes candidatos a membro permanente, num quadro de reforma/alargamento do CSNU, começa a fazer sentido a teoria da “China ameaçada”. E esta China que cresce mas também teme defende-se hoje atrás de um conceito novo de grande muralha onde a soberania estratégica ganha sentido.

A solução que se apresenta ideal de reforma/alargamento do CSNU está não na opção A nem estará seguramente na B, mas num misto destas duas. Mas, para levar a sua estratégia avante é necessário um tão insistente quão persistente mais do que propriamente consistente discurso retórico em defesa dos PVD, um discurso que encaixa na perfeição na génese do conceito Nações Unidas.

Mas emergem também muitas contradições, ao mesmo tempo que a China é a favor de uma maior representação do mundo sub-desenvolvido no seio do CSNU, é contra a entrada da Índia que é o maior PVD no mundo. A entrada do Brasil não importa por este se apresentar como líder dos PVD, em continente latino-americano, muito menos o interesse pela adesão da Alemanha pois este país é o oposto da imagem de subdesenvolvimento, a negação à Índia e ao Japão pelas razões apresentadas

O tema reforma/alargamento do CSNU poderá ser também uma ameaça se a China não estivesse consciente de que é importante reverter as situações, convertendo a ameaça em oportunidade política.

Assim, quando a China assume as rédeas do dito Terceiro Mundo está a pôr em prática o conceito de soberania estratégica que anda de mãos dadas com o de “soft power”, e então o que diz ser está muito longe do que aquilo que é na realidade. E a escolha dos aliados Alemanha, Brasil e Paquistão em nada se prende com os conceitos de democracia, equilíbrio de poderes entre mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido,

igualdade etc. e as contradições que emergem são prova disso mesmo. Se a China dá claramente a entender que simpatiza mais com a proposta B e não com a A é porque a segunda pressupõe a aproximação ao mundo islâmico, uma aliança que se revela favorável ao crescimento da economia chinesa que necessita para dar o grande salto e se aproximar do dragão económico asiático que é o Japão. Ao aliar-se ao Paquistão, a China está a precaver-se de uma potencial dependência de países que já foram invasores noutros tempos, refiro-me uma vez mais à traumática experiência que foi a invasão do Japão para o orgulho chinês.

A China teme. Por isso devemos encarar todos os esforços que Império do Meio faz para crescer economicamente e cimentar a força política como forma de combater esse medo. E a China teme porque a Geografia a deixou de pés e mãos atadas e se há algo que a China não pode mudar é a sua posição geográfica no mundo. Assim, a RPC, tirando lições do conceito de soberania estratégica, converte a ameaça em oportunidade política e aprende a jogar com as cartas que tem na mão. A China sabe que por viver paredes meias com países como o Paquistão se torna potencial mediadora de povos tão diferentes e ao mesmo tempo tão próximos. A China revela-se então uma indispensável diplomata, sobretudo aos olhos dos EUA, necessidade esta que cresce à medida que o terrorismo prolifera à face da terra. O vizinho Japão, ainda que geograficamente próximo, não partilha a mesma porta com países islâmicos. Assim, é natural que Pequim, apesar de apoiar a reforma/alargamento do CSNU, não aceite perder a sua condição de membro permanente, único representante do vasto continente asiático, e muito menos perder este *status* para um antigo inimigo. E neste hábil discurso político faz todos os esforços para convencer o mundo de que não só defende as causas dos mais desfavorecidos como se identifica com estes, causas estas que ao invés são constantemente desprezadas pelos países desenvolvidos com os quais se identifica o desenvolvido Japão.

A China, depois de abrir as portas à economia global, ergue uma nova

muralha mas de igual robustez, assente em cinco pilares bem firmes e com direito a veto, circulo este fechado que não dá qualquer oportunidade à entrada a mais nenhum membro que aspire pertencer a este clube dos 5. Impõe então como condição para o alargamento o estatuto de membro permanente mas sem direito a veto e tudo isto para não perder o *status quo*.

A questão que deixo no ar aqui fica. Será que esta intransigência por parte da China que teme perder o *status quo* mas também relutância dos outros 4 que integram o clube dos 5, não poderá condenar a própria reforma ao fracasso? Ou, como sublinha Malik, “...the reluctance of the P5 to entertain any change undermining their *status* remains a major stumbling block.”(Malik 2005, p.1)

Assim, volvida a era da Grande Muralha que se estendeu até ao Muro, e depois da queda do Muro de Berlim à abertura da Grande Muralha ao Mundo, abriu-se espaço ao impasse, ao erguer-se “em pedra e cal” um novo muro que ameaça paralisar a reforma/ alargamento das NU, que apesar das adversidades, ainda não desmoronou, ao fim de mais de meio século.

E neste jogo de rígidos blocos, a China não esconde a ambição de continuar a imperar a meio, e se por um lado não abdica do “veto” e do assento no clube dos exclusivos, por outro, e porque não ignora que, unidos, os excluídos (membros não permanentes) também têm o seu peso, denominando-se líder e exemplo a seguir dos países em vias de desenvolvimento. A China está consciente de que o Japão é um adversário à altura mas que como qualquer candidato, por mais forte que se apresente, também esconde fraquezas. Mas a RPC também está consciente que como membro permanente das Nações Unidas, alcança prestígio e respeito junto dos países em vias de desenvolvimento, pior no que toca à diplomacia nipónica, junto mesmo dos vizinhos mais próximos, o fracasso parece óbvio.

E numa era em que o quadro multilateral é possivelmente o cenário que se segue, a China está consciente de que este é o momento certo para deixar de lado o exercício de poder, à maneira realista, e introduzir o novo conceito de “soft power” e de soberania estratégica, próprios do quadro multilateral que a RPC reconhece

Assim, como nos leva a concluir o tema aqui em análise, a política que a China desenhou, para os países em vias de desenvolvimento, é um bom exemplo de que o Império do Meio, sabe que está a meio de dois mundos distintos, como disse com um pé ainda no que ficou conhecido por Terceiro Mundo mas a avançar, a passos largos, para o Clube dos desenvolvidos, ao reconhecer que ainda pertence ao grupo dos países em vias de desenvolvimento, a China está consciente de que marca a diferença relativamente ao Japão, que por muito que ambicione representar os PVD no clube dos permanentes dos CSNU parece estar muito aquém de conseguir liderar um grupo com o qual jamais se identificou.

Começamos então a perceber que as razões que levam a RPC a preferir contracenar com actores secundários, refiro-me obviamente aos países em vias de desenvolvimento, deve-se não a um súbito apelo a valores como democracia, equilíbrio de poderes, igualdade etc. mas ao facto de a China ter a certeza que apoiar os pouco poderosos, mas muito numerosos, países em vias de desenvolvimento é a melhor forma de enfrentar a ameaça que a vizinha potência nipónica representa para o *Status Quo* único Chinês no seio do CSNU.

## **17 - China Versus Japão num Cenário Multilateral**

***The global structure of power in the cold war was basically bipolar;  
the emerging structure is very different.***

***There is now only one superpower. But that does not mean that the world is unipolar. A unipolar system would have one superpower, no significant major powers, and many minor powers.***

***(Huntington 1999)***

O resumo das relações externas chinesas com países como a URSS, o Japão, a Índia, o Paquistão, o Vietname e o Camboja, durante o período bipolar ajudaram a deslindar as raízes históricas das relações num possível quadro multipolar contemporâneo, ou eventualmente num quadro uni-multipolar que poderá ser visto como uma espécie de ante-câmara de um sistema multipolar.

O conceito de quadro uni-multipolar foi descrito por Samuel Huntington como um sistema onde é possível identificar uma superpotência, os EUA, já que é o único país que reúne completamente as características de uma superpotência - "... the single superpower can, however, veto action on key issues by combinations of other states. The United States, of course, is the sole state with preeminence in every domain of power – economic, military, diplomatic, ideological, technological, and cultural – with the reach and capabilities to promote its interests in virtually every part of the world." (1999, 2) No entanto, o autor identifica também neste mundo uni-multipolar várias grandes potências com uma influência à escala regional, embora não global como a superpotência EUA. Estas grandes potências, à escala regional, tentam impedir os EUA de emergir como superpotência num possível sistema unipolar. No entanto, todas as grandes potências poderão ascender isoladamente à escala de superpotência, pelo que as grandes potências, num sistema multipolar, tentam também impedir que cada uma das outras grandes potências ascenda à condição de superpotência. Como refere Huntington, "In a multipolar system, each

state might prefer a unipolar system with itself as the single dominant power but the other major states will act to prevent that from happening.”(1999, 2). Assim, o Brasil na América Latina, na Euroasia a Rússia, a Índia no Sul da Ásia, o Irão no Sudoeste asiático são as grandes potências que identifica. No entanto, Huntington refere ainda a existência de uma espécie de condomínio europeu franco-alemão bem como refere ainda existirem regiões onde a liderança regional é disputada entre duas grandes potências: na região africana, entre a África do Sul e a Nigéria, e na região a Este da Ásia entre a China e o Japão. O autor identifica então 3 níveis de potências: as superpotências classificadas no primeiro nível, as grandes potências regionais num segundo nível e num terceiro nível o que chama de potências regionais secundárias. Este terceiro nível de potências acaba por entrar num conflito de interesses com a grande potência regional: é o caso da Inglaterra relativamente ao condomínio franco-alemão, a Ucrânia em conflito com a Rússia, o Japão com a China e por sua vez a Coreia do Sul com o Japão, o Paquistão relativamente à Índia, a Arábia Saudita a desafiar o Irão e a Argentina o Brasil.

Começamos então a perceber que as raízes desta relação entre potências regionais, as que Huntington classifica de potências de segundo e terceiro nível se encontram nas relações externas chinesas, abordadas no início da parte II desta Dissertação. De certa forma, o quadro uni-multipolar que antecede, segundo Huntington, o multipolar, começou a desenhar-se no período bipolar da Guerra Fria, onde já era perceptível um antagonismo entre o Paquistão e a Índia, entre a Coreia do Sul e o Japão, e entre este último e a China.

A oposição entre o Paquistão e a Índia ou entre a Coreia do Sul e o Japão poderão ser úteis na compreensão na posição da China (e eventualmente dos EUA também) relativamente à questão do alargamento do círculo permanente do CSNU ao Japão. No entanto, a dimensão central que aqui pretendemos analisar prende-se na tensão entre a China e o Japão, pelo que desenvolveremos estas outras oposições na medida em que ajudam a

compreender este antagonismo central.

Para alcançar o reconhecimento internacional que hoje detém, a China apoiou-se fundamentalmente numa estratégica aliança com os PVD, mas acabando também por conseguir um estreitamento das relações com os EUA. Perante a necessidade de escolher entre uma China protegida e uma China independente, a China preferiu enveredar pela segunda via, alcançando desta forma um *status quo* que hoje detém e não quer perder, optando então, uma vez mais, por uma aliança com os PVD. A China não quer perder o *status quo* que hoje ocupa evitando que o Japão, adversário na disputa pela liderança regional da região a Este da Ásia, ascenda à condição de membro permanente do CSNU.

Pela primeira vez na história, a China e o Japão disputam, ao mesmo tempo, a liderança regional e para vencer esta batalha, ao evitar que o Japão conquiste o direito ao poder de veto, a China encara os EUA como um “competidor estratégico” e os PVD como “aliados estratégicos”, dando um novo vigor à aliança com os PVD, centrando-se no sudeste asiático, nos conhecidos tigres asiáticos.

Ao focar-se nas emergentes economias asiáticas, tudo indica que a China conseguirá, apoiando-se também na posição dos EUA, impedir que o conhecido dragão económico da Ásia entre para o círculo permanente do CSNU. Curiosamente, é crescendo economicamente que a China provavelmente garante a manutenção do *status quo* político exclusivo que já detém. De encontro a este argumento partilha-se aqui da posição de autores, como Tomas Pavlik. Este autor interpreta a posição dos EUA relativamente ao Japão, no que toca ao alargamento do CSNU, da seguinte forma: Segundo Pavlik, os EUA dizem um aparente “sim” mas na realidade um “não” ao Japão quando afirma que “...the US, even though sympathetic to Tokyo’s bid, will not support expansion of the SC as it would mean more constraint for the currently only superpower.” (2006, 1)

Por outro lado, a China explora também a imagem de fraqueza da



economia japonesa, que se revelou particularmente forte nos começos da década de 1990, mas que ainda hoje luta por recuperar da crise financeira de 1997. Assim, a China, ao projectar uma imagem negativa do Japão, está de certa forma a recorrer de uma estratégia já aplicada anteriormente, a de reavivar constantemente a memória dos vizinhos asiáticos com as atrocidades cometidas durante a ocupação japonesa. Desta forma, a China procura evitar que o Japão conquiste o poder de veto. A RPC apoia-se, não só, no implícito veto americano à candidatura do Japão a membro permanente do CSNU mas também na imagem negativa que o fracasso do Japão deixou ficar na memória das emergentes economias do sudeste asiático, com a crise financeira asiática de 1997, reunindo a China desta forma os argumentos necessários para bloquear a entrada do Japão para o seio do círculo permanente do CSNU.

## **18 - O Não dos EUA ao Japão: Os EUA Também Vetam A Candidatura do Japão ao Veto**

***Japan has earned its honorable place among the nations of the world by its own effort and its own character. That's why the United States unambiguously supports a permanent seat for Japan on the United Nations Security Council. Very close future will show this is only a diplomatic rhetoric.***

***(Pavlik 2006, 3)***

A forte visão estratégica da China, que assenta na aliança com os PVD,

tem vindo a revelar-se uma importante alavanca para atingir o *status quo* político que hoje detém, mas no caso do Japão acabou por suceder exactamente o contrário, isto é o “vazio” estratégico que revela o Japão condena-o em parte a viver à sombra da política externa dos EUA. Questiona então Tomas Pavlik: “Does Japan deserve a place in the most important world body deciding issues of war and peace if its foreign policy lacks intention and strategy?” (Pavlik 2006, 5)

O Japão acaba por ver vetada, a entrada para o círculo permanente do CSNU, não só por parte da China mas também, segundo Pavlik, pelos próprios EUA. Dado os próprios condicionalismos geográficos do Japão, os EUA vêem, na região asiática, a China como uma potência terrestre, auto-classificando os próprios EUA como a potência marítima- “...there is a bipolar regional order in East Asia with China as a mainland power and US as maritime power” (2006, 13). Segundo Pavlik, o Japão não deixa de ser visto como uma potência de segundo grau: “Washington does not regard Japan as a superpower but rather as a rank power because due to geographical constraints it lacks some geopolitical aspect of being a superpower.” (ibid, 5). Neste ponto, a análise de Pavlik parece ir de encontro à teoria de Samuel Huntington, que também classifica o Japão como uma potência regional de segundo nível.

Questões como a posição alemã e japonesa relativamente à invasão ao Iraque revelam a distância que existe entre a Alemanha e o Japão, em termos de autonomia política - “Whereas Japan had not much choice but to eventually go along the US, Germany maintained more assertive stance” (Pavlik 2006, 6). O Japão revela a dificuldade em se emancipar, uma falta de “self-reliance”, o que o impede de deixar de viver à sombra da política externa dos EUA.

O Japão avança com fortes argumentos para disputar a liderança regional com a China, particularmente o Sul da Ásia. No entanto, o Japão parece estar a dar sinais de uma potência a enfraquecer, como refere Pavlik

“Japan’s regional status is weakening” (Pavlik 2006, 12)

Para além de se apresentar como a segunda grande economia, a seguir aos EUA, e também ocupar o segundo lugar no que toca à ajuda internacional, como refere Roberts, “ Japan is the one candidate which figures on nearly all lists: its economic power is undisputed and it is the second largest contributor to the UN’s budget.” (1993, 442). O Japão apresenta também como argumento o facto de ser o segundo maior contribuinte para o orçamento da ONU e estes são os motivos de força que levam o Japão a reclamar o assento permanente no CSNU. E todos estes argumentos de peso têm uma espécie de denominador comum – sendo todos reveladores de uma potência económica, diríamos as várias faces de um dragão económico. Esta é a opinião de Pavlik mas é também a de Emily Bruemmer quando refere: “...Japan remains a global power and provides crucial support to the United Nations. Japan is now second in absolute monetary contributions to the United Nations and has donated considerable amounts for Official Development Assistance. Japan’s budget contributions reflect a larger reality of increased diffusion in terms of monetary responsibility” (2006, 4)

No entanto, foi possivelmente o trunfo mais forte do Japão – a economia – que terá provavelmente comprometido a candidatura do Japão ao círculo permanente do CSNU, já que a grande reviravolta no crescimento económico japonês se dá com a crise financeira asiática de 1997. É também, neste sentido, que Emily Bruemmer escreve, “However, it was the recreation of the Japanese state and its subsequent ‘economic miracle’ that brought Japan to the forefront of global politics. A ‘Pacific century’ did not occur as expected, and Japan’s economy faltered in the 1990s.” (Ibid, 4)

## **19 - O Dragão Político e os Tigres Asiáticos**

***Japan is, however, in an unfortunate position since it is located in Asia and lost the WWII. It has complicated relations with all of its immediate neighbors and not a good image in other East Asian countries despite of the amount of ODA pouring in.***

***(Pavlik 2006, 13)***

Segundo os dados apresentados, no anexo II, relativos ao comércio externo da China e do Japão com os quatro Tigres Asiáticos: Singapura, Taiwan, Hong Kong e Coreia, é possível observar que relativamente ao Japão se observa uma quebra significativa nos valores quer de importação, quer de exportação, do ano de 1996 para o ano de 1997, que inaugura a Crise Financeira Asiática. No entanto, relativamente aos valores apresentados relativos ao comércio externo, entre a China e os Tigres Asiáticos, dá-se uma relação inversa, ocorrendo um crescimento significativo do ano de 1996 para o ano de 1997. Assim, no que toca aos dados de exportação do Japão para a República da Coreia, os valores caem do ano de 1996 para o ano de 1997, de 16002 dólares americanos para 14771 dólares americanos. No entanto, nos mesmos anos, no caso da China, o comércio externo com a República da Coreia cresce de 11486 dólares americanos para 13572 dólares americanos. No que toca aos valores relativos à importação ocorre, da mesma forma, nos referidos anos, uma quebra no crescimento do comércio externo japonês que de 31396 desce para 27907. No caso da China ocorre uma situação inversa, dando-se um crescimento de 8533 para 10117. E semelhante situação sucede em termos da importação e exportação entre o Japão e Taiwan, Hong Kong e Singapura, em oposição a um crescimento do comércio externo entre a China e Hong Kong.

## **20 - O Sentido Estratégico da China**

Já foi anteriormente referido que a China procura reavivar constantemente a memória dos países que sofreram com as atrocidades cometidas pelos japoneses, durante a invasão japonesa. Pondo em prática uma estratégia a este relembrar com fins políticos, a China acorda também, particularmente os Tigres Asiáticos, para o fracasso japonês durante a crise financeira asiática, ocorrida entre 1997-1999. - “As Tokyo found out these states (East Asian countries) have a long memory of Japanese colonial history” (Ibid, 13) Ora, fazendo uso deste método, a China consegue acentuar ainda mais uma imagem negativa que a memória histórica destes países, particularmente os que estão localizados a Este da Ásia, já tinham do vizinho Japão.

Para além do crescimento em termos de trocas comerciais externas entre a China e os vizinhos asiáticos, durante e pós – Crise Financeira Asiática de 1997, a China também se revelou particularmente activa apoiando a região asiática depois da crise financeira, como refere Jim Rolfe “It (China) has become an active participant in the Manila Framework Agreement and Chiang Mai Initiative, both designed to stabilize and mitigate future monetary crises.” (Rolfe 2003, 21)

Assim, utilizar o fracasso japonês, em fazer face a crise financeira asiática, revelou ser, não só a estratégia acertada, mas também, o momento oportuno para a China vencer o Japão, na competição pela liderança do Este asiático.

## **21 - Reforma da ONU: Um Debate no Tempo certo para a China**

Como refere Pavlik, no que toca à candidatura japonesa o *timing* também actuou a favor da China e contra o Japão, pois como realça o autor: “But again I dare to say that Japan missed the right time” (2006, 10). Se o grande debate acerca da reforma das NU tivesse surgido no período em

que a economia japonesa estava no auge, nos começos da década de 1990, o Japão teria uma maior probabilidade de alcançar o direito ao poder de veto. Como afirma Pavlik, “If the UN reform was considered in the early 1990’s self-confident Japan would perhaps have more chances to succeed” (2006, 10) No entanto, o debate acerca da reforma das NU torna-se mais saliente depois da crise financeira asiática, quando a imagem de grande potência económica do Japão junto dos vizinhos asiáticos se começava a deteriorar. De encontro a esta ideia, Ramesh Thakur afirma que “The combination of its own economic downturn domestically, and of the failure to exercise leadership in its own region of primary interest, on the one dimension of its global influence, severely dented Japan’s status as a major power in the making” (1999, 9) Ora, o Japão dava sinais de incapacidade em actuar como líder da região asiática, num período em que atravessava uma grave crise financeira, vácuo esse que acabaria por ser preenchido pelos EUA e pelo Fundo Monetário Internacional. E, Pequim serve-se então deste vazio na liderança japonesa como uma boa oportunidade política para conquistar maior visibilidade junto dos países do Este asiático, como refere Pavlik: “... it is Beijing that is getting more attention and is admittedly doing a better foreign policy by making friends, restraining from provocation and cleverly using Japan’s domestic policies for its own purposes.” (2006, 10) Assim, o que prejudicou a imagem japonesa favoreceu, ao invés, a chinesa, na região asiática.

Quando a crise financeira asiática dá os primeiros sinais de alarme, em Julho de 1997, com uma crise monetária que se instala na Tailândia, já a economia japonesa se encontrava estagnada. Como refere Thakur: “Japan’s economic slump began several years before the big Asian financial crisis of 1997, but has persisted through that crisis.” (1999, 9). O mesmo autor refere que registos do trimestre de Janeiro a Março de 1999 apenas revelavam um crescimento económico japonês na ordem dos 1,9%. De acordo com os dados de Pavlik, no sudeste asiático, ainda antes da crise asiática, a China já expandia a sua economia através de redes de

negócio e de zonas económicas subregionais. Como declara o mesmo autor, “Japan is said to be just about to recover from more than a decade long economic stagnation... by no doubts it has been continuously expanding its economic power to the South East Asia but again, unlike a decade ago, its growth is now checked by rising China.” (2006, 10). Um outro dado bastante expressivo é referido por Yan Xuetong quando dá a entender que a crise financeira asiática de 1997 teve um impacto oposto na economia chinesa e japonesa. Como nota o autor, enquanto a economia japonesa cai, durante o período da crise, “During 1993-2004, China’s economy sustained an annual growth of 9.2% and the 1997 East Asian Financial Crisis accelerated the ascendance of China’s economic power status.” (2006, 16)

## **22 - China e EUA: Uma Comunhão de Interesses**

Apesar de serem diferentes os motivos que movem a China e os EUA o objectivo é o mesmo, impedir o Japão de alterar um *status quo* que tanto a China como os EUA já detêm. Como refere Pavlik, “These states (US and China) share the same interest with regards to the reform of the SC even though their motives are different” (2006, 17). Neste sentido, para além do significativo e importante apoio dos EUA para impedir a entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU, a China consegue ainda influenciar os PVD, particularmente as emergentes economias a Este da Ásia no “Não” ao Japão. Assim, para além de vencer com o veto, a China possivelmente consegue também liderar o voto. Como sublinha Pavlik: “Beijing has been known for actively lobbying developing countries not to support Japan’s bid....Beijing has enough Third World clout to influence voting trends in the General Assembly and it is ready to use its veto power if all other means fail.” (2006, 15)

### **23 - Os EUA reconhecem a China como líder dos PVD, num cenário multipolar**

A crise financeira asiática de 1997 e o interesse que não deixa de ser revelado por parte dos EUA em impedir que o Japão alcance o direito a veto que tanto aspira no seio do CSNU<sup>53</sup>, possibilita-nos provavelmente concluir que a intenção do Japão poderá sair gorada. No entanto, o interesse mostrado também por parte dos EUA em integrar a China no sistema internacional, reconhecendo-a como líder dos PVD<sup>54</sup>, ajuda também a perceber que, num quadro multilateral, a China poderá manter a sua posição de liderança da região asiática, particularmente do sudeste asiático, nesta disputa com o Japão.

*East Asian states generally welcome China's multilateral approaches as an indication that China wants to work with the region rather than impose its will on it and because of the stability this brings to the region. (Rolfe, 2003)*

Daniel Drezner reconhece que existe necessidade de integrar potências emergentes como a China e a Índia no novo contexto multilateral. Assim, depois de referir as potências do século XX, como os EUA, a União

---

<sup>53</sup> Kral também refere que a posição dos EUA relativamente à questão da Reforma do Conselho de Segurança é pouco clara, “In relations with the United States, Japan's quest for a permanent seat has created tension. The Japanese have been frustrated by what they feel is lip service to Japan's bid followed by "hypocritical, inconsistent, and counterproductive" moves by the U.S. government, which is reluctant to support Security Council reform.”(1999)

<sup>54</sup> A China no final do século XX começou a revelar que já detinha uma posição de respeito, uma influência e projecção internacional cada vez mais visível. Era considerada uma peça fundamental em todas as áreas cujo impacto era de cariz internacional desde a economia à política e daí o desejo de alcançar o papel de líder na Ásia Oriental e um lugar entre as grades potências mundiais. E, para grandes potências como os EUA era vista como um elemento fundamental na construção da cooperação internacional. Como refere Gelber, “Nas palavras de um estudo, de 1999, do Conselho das Relações Externas dos EUA, “não há nenhum aspecto dos assuntos internacionais que não esteja sujeito à sua influência”, (2007, 492)



Soviética, o Japão e o norte ocidental da Europa, o autor refere que para o século XXI “...China and India will have the world’s second and fourth largest economies, respectively. Such growth is opening the way for a multipolar era in world politics.”(2007, 1)

Drezner sublinha também que organizações como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização do Tratado Atlântico Norte, bem como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criadas nos finais da década de 1940, são reflexo da hegemonia do mundo ocidental. Mas o autor admite que se estas organizações não acomodarem potências emergentes como a China e a Índia é provável que estas, aliando-se com outras pequenas potências, reforcem mecanismos multilaterais já criados como a Organização para a Cooperação de Shanghai que integra países como a China, o Cazaquistão, o Curdistão, a Rússia, o Tajiquistão e o Uzbequistão, e que inclui como países observadores a Índia, o Irão, a Mongólia e o Paquistão. Neste sentido, o autor não deixa de concluir que: “If China and India are not made to feel welcome inside existing international institutions, they might create new ones – leaving the United States on the outside looking in” (2007, 2)

Da parte dos EUA, refere Drezner, já se começam a revelar alguns esforços no sentido de integrar a China em organizações cujas raízes são ocidentais, e inclusivamente antes da criação da Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico vários esforços, por parte de Washington, foram feitos no sentido de reformar e reforçar instituições internacionais já existentes: o GATT converteu-se na Organização Mundial de Comércio, ainda antes da admissão da China em 2001, tendo-se dado também o alargamento da OTAN ao leste da Europa. E, para além de expandir os esforços multilaterais no sentido de integrar a China as organizações internacionais, revela-se ainda mais importante o facto de Washington revelar que reconhece a China como mediador junto dos países em vias de desenvolvimento, ao mesmo tempo que a convida a participar no grupo dos G-7 - “...the United States has encouraged China to participate

periodically in the G-7 meetings of finance ministers and central-bank governors.” - e a mediar o G-20. Como o autor refere, “The formation of the G-20 bloc of developing countries, for example, compelled the United States to invite Brazil, India and South Africa into the negotiating ‘green room’ at the September 2003 WTO ministerial meeting of the Doha Round of trade talks, in Cancun. Since then, U. S trade negotiators have been clamoring for greater participation from China in the hope that Beijing will moderate the views of more militant developing countries” (2007, 6) Uma vez mais está aqui patente o duplo *status quo* chinês que Washington revela reconhecer. Assim, poderemos então concluir que os EUA reconhecem o papel importante da China como mediador entre os países em vias de desenvolvimento e os desenvolvidos. Este papel de Pequim está patente nas palavras de Yan Xuetong, quando afirma que a China, à medida que vai revelando progressos cada vez maiores, no que toca à reforma económica nacional, deve assumir maior responsabilidade internacional, em termos de segurança e economia internacional, e que a comunidade internacional e muitos países do Terceiro Mundo partilham da mesma expectativa. (2006, 2). Yan Xuetong refere ainda uma passagem do discurso do ex-secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, na Universidade de Tsinghua em 2004:

*Rich countries assume a huge responsibility. China is obliged, too, in this regard. I know you're accustomed to considering your country as a developing country. Yes China is a developing country. Perhaps it is the fastest developing country. However, the more successful development China achieves, the more people expect China to reach out to help those small or poor countries and deal with difficulties with them. In the same manner, as China gains higher status geopolitically, her share of responsibility in world security shall increase as well. (2006, 2-3)*

Ora estas palavras que Yan Xuetong cita sucintamente são de igual forma expressivas do *status quo* que a China detém.

## **CONCLUSÃO**

---

## **24 - Conclusão**

***Global politics has thus moved from the bipolar system of the Cold War through a unipolar moment – highlighted by the Gulf War – and is now passing through one or two uni - multipolar decades before it enters a truly multipolar 21<sup>st</sup> century.***

***(Huntington 1999, 2)***

Se Mao Tse Tung dividiu o mundo em três, Samuel Huntington identificou três níveis de potências no sistema político pós Guerra-fria. Como referido acima, este autor identifica uma super potência; potências regionais centrais; e potências regionais secundárias. A classificação de Huntington das diferentes potências é sumarizada na seguinte tabela:

## Quadro XX - Classificação das Potências no Sistema Político Contemporâneo

Samuel Huntington		
<u>Superpotência</u>	EUA	
<u>Área Regional</u>	<u>Potências Regionais</u>	<u>Potências Regionais Secundárias</u>
Europa	França e Alemanha	Inglaterra
Euroasia	Rússia	Ucrânia
<b>Ásia Este</b>	China	Japão
<b>Ásia Este</b>	Japão	Coreia do Sul
Ásia Sul	Índia	Paquistão
Ásia Sudoeste	Irão	Arábia Saudita
América Latina	Brasil	Argentina
África	Nigéria <i>versus</i>	África do Sul
	África do Sul	Nigéria

Reportamo-nos neste quadro particularmente às potências que possivelmente virão a dominar o sudeste asiático, dado que é a região que importa aqui analisar. Partindo do argumento inicial, argumentámos nesta dissertação que a aliança da China aos PVD permite-lhe manter a sua posição de potência regional no sudeste asiático, impedindo o Japão de ascender a esta posição. Esta estratégia de aliança aos PVDs permitiu à República Popular China chegar ao CSNU em 1971. Desde o final da

Guerra Fria, a China mantém esta estratégia, servindo-se dela para impedir a entrada do Japão como membro permanente do CSNU, com direito a veto. Para tal, a China tem também recalibrado esta estratégia, centrando-se agora mais nos países do sudeste asiático em detrimento dos PVDs africanos.

A pergunta de partida desta dissertação era: Será que os PVD do Sudeste Asiático poderão ser aliados determinantes para fazer face à ameaça que representa a entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU?

Para a responder, começámos por analisar a trajectória da Política Externa da República Popular da China até atingir o seu actual *status quo* no sistema internacional em 1971, ano em que a RPC se torna oficialmente membro permanente do CSNU, passando a ser diplomaticamente reconhecida pela comunidade internacional, ocupando o assento que até então pertencia a Taiwan. Para tal foi decisiva a aliança que a RPC cultivou desde cedo junto dos PVDs. Ao mesmo tempo, a China não ignorou a o contexto bipolar da Guerra Fria, definindo estratégias que contribuíram para o seu reconhecimento internacional.

Por outro lado, explicitámos também os motivos que levam a China a temer uma possível entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU e que, representando de certa forma uma disputa pela ascendência regional, poderá por em causa o *status quo* que a China neste momento detém. Em específico, a China é na actualidade a única representante do sudeste asiático no CSNU, contribuindo para o seu papel de potência regional. A entrada do Japão para este órgão inevitavelmente diluiria este seu papel de liderança, e como tal a China tem apostado também nas suas relações com os PVDs para impedir a presença japonesa no CSNU.

Entrar para o círculo permanente do CSNU representou para a China o reconhecimento diplomático internacional, tendo-se revelado um importante passo para a RPC, pois o percurso histórico da política externa chinesa foi várias e sucessivas vezes marcado pela dependência externa.

De entre as invasões sucessivas de que a China foi alvo, nomeadamente desde Ocupação de Taiwan em 1895 ou as Guerras do Ópio, a forma de dependência chinesa que se destacou, por ser possivelmente a mais marcante, foi a Invasão Japonesa, no período compreendido entre 1931-1942. Gravada de forma tão negativa, a investida japonesa sobre território chinês ainda hoje paira na memória da população chinesa como uma espécie de trauma que foi sendo transportado ao longo da História da China. Começa então a perceber-se o significado e importância da conquista do *status quo* por Pequim.

O reconhecimento político conseguido junto do Japão, em 1972, e possivelmente o ainda mais significativo reconhecimento internacional alcançado junto dos EUA, em 1978, bem como o apoio dos PVD, isto é dos Novos Estados Independentes, revelou-se bastante importante para a China emergir como uma potencia política no seio da comunidade internacional. No entanto, apesar de ter alcançado o reconhecimento internacional que tanto ansiava, a China, desde o Acto de Relações com Taiwan, que se dá entre Taiwan e os EUA, a que se seguiu a crise de Taiwan, de 1995/96, começa a dar sinais de algum receio em perder o *status quo*. Assim, depois de alcançar o *status quo*, começa a preocupar-se em preservá-lo.

Alguns sinais reveladores de instabilidade e que começaram a causar um certo medo a Pequim são:

- ✓ Sinais de incoerência da posição política norte-americana relativamente à RPC:
  - O Acto de Relações de Taiwan vem comprometer o evoluir das boas relações sino-americanas que o Comunicado de Shanghai de 1972 e o Comunicado Conjunto de 1979, que se seguiu, encetaram;
  - O partidarismo americano por Taiwan na Crise de 1995/96



também vem contrariar o bom relacionamento entre a RPC e os EUA que entretanto já se havia alcançado.

- ✓ Sinais de inconformismo de Taiwan pela perda do *status quo* para a RPC;
- ✓ A posição geopolítica de Taiwan que atrai a China mas também os EUA e o Japão.

Ora, a questão que aqui se coloca não é a recuperação do *status quo* perdido por Taiwan mas a ambição japonesa por alcançar um assento permanente no CSNU e logo a disputa entre a China e o Japão pela ascendência à liderança regional da Ásia.

Nesta fase de preservação do *status quo*, a disputa poderá dar-se entre a China e o Japão, e não entre a China e Taiwan, como aconteceu numa primeira fase. No entanto, apesar de ter perdido para Pequim o reconhecimento diplomático, junto da comunidade internacional, Taiwan não deixa de possuir uma posição geopolítica determinante na região, particularmente no sudeste asiático. Para além disso, ainda se mantêm vincados vestígios de identificação entre o Japão e Taiwan, que remontam a ocupação japonesa da ilha em 1895, e que se tornam potencialmente relevantes nesta disputa entre a RPC e o Japão.

Dá-se então uma viragem para o sudeste asiático por parte da China mas também do Japão, o que poderá revelar que estes dois actores no palco asiático, estão a disputar a ascendência pela liderança regional. No entanto, nesta disputa pela ascendência à liderança regional, a China redescobre o sudeste asiático de forma económica mas sobretudo política enquanto que o Japão revela ter descoberto as vizinhas emergentes

potências do sudeste asiático unicamente ao nível das relações económicas. Assim, começam a acentuar-se as relações comerciais entre a China e o sudeste asiático, quer entre o Japão e o sudeste asiático. É importante também referir que o acentuar das visitas de Estado entre a China e o sudeste asiático dá um salto quantitativo mas acima de tudo qualitativo. Para além disso, se a China pode temer a proximidade das relações comerciais entre Taiwan e o Japão, também poderá por outro lado encarar o significativo distanciamento político entre o Japão e o sudeste asiático (como revelam as sondagens apresentadas) como uma mais-valia no sentido de preservar o *status quo* que detém, assumindo então a RPC a condição de líder que melhor representa o sudeste asiático no seio do CSNU.

A China, ao manter uma aliança estratégica aos PVD, corre em vantagem relativamente ao Japão, já que para além de se ter reaproximado dos vizinhos do sudeste asiático, depois de temporariamente afastada, como pudemos demonstrar nos três exemplos do quadro n.º V, já apresentado, em virtude do pacto sino-soviético, revela uma forte identidade relativamente a estes países que de igual forma sofreram com a Invasão Japonesa. Ao contrário, o Japão revela uma aparente superioridade e arrogância relativamente aos PVD do sudeste asiático, registando as sondagens, à opinião pública japonesa, dados mais favoráveis mesmo em relação à histórica rival RPC do que aos PVD do sudeste asiático. Para além disso, ainda paira em muitos destes países em vias de desenvolvimento do sudeste asiático a não menos pesada memória de um passado de invasão japonesa. O trauma da Invasão Japonesa não deixa de ser uma espécie de sentimento negativo comum partilhado entre a China e os PVD do sudeste asiático. Ora, esta forte identidade entre a China e o sudeste asiático favorece a China na luta pela manutenção do *status quo* na região.

Várias são as conclusões que pudemos tirar desta dissertação e que são úteis para perceber porque é que a aliança da China com os PVD poderá

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

evitar que o Japão ascenda a líder regional e alcance o assento permanente, sendo também possível reunir esses argumentos em 4 grupos:

#### **24.1 - Marcos Históricos Determinantes:**

Em primeiro lugar importa perceber porque é que acontecimentos históricos, encarados com oportunidade e sentido estratégico por parte da China, como pudemos analisar, favoreceram a ligação desta aos PVD.

- ✓ As Guerras do Ópio: 1839 – 1942;
- ✓ A Ocupação de Taiwan em 1895;
- ✓ A Invasão Japonesa 1931-1942, sendo a aliança estratégica alicerçada numa afinidade entre a China e os PVD em resultado deste período de humilhação em comum vivido pela China e pelos países do sudeste asiático;
- ✓ A Guerra da Coreia que teve início em 1950-1953; “China’s engagement in the Korean War against the United States in 1950-53....have accelerated the ascent of China’s power status.”(Xuetong 2006, 20)
- ✓ A Cisão Sino-Soviética nos finais da década de 1950;
- ✓ A Conferência de Bandung, de 1955 em que a RPC e a Índia assumiram o papel pioneiro e precursor do Movimento dos Não Alinhados;
- ✓ Em 1971, a RPC ocupa o assento permanente do CSNU que até então pertencia a Taiwan.
- ✓ A aproximação da China aos EUA e libertação da China da sombra da política soviética;

- ✓ A Crise Financeira Asiática que começou na Tailândia em 1997 e que acabaria por afectar as economias do sudeste asiático.

Estes momentos históricos poderão revelar-se preciosos alicerces na manutenção da aliança estratégica entre a China e os PVD<sup>55</sup>, particularmente no sudeste asiático. E assim, a China poderá fazer face à ambição japonesa por um assento permanente no CSNU. Para além disso, poderão ser favoráveis à China, também na disputa, com o Japão, pela ascendência à liderança da região asiática, salvaguardando a posição da China como único membro permanente no CSNU em representação do sudeste asiático.

## **24.2 - *Status Quo***

Depois de uma China *versus* Taiwan, seguida de uma China de costas voltadas para o Japão mas de olhos postos nos PVD e ao invés de um Japão distante do vizinho sudeste asiático, importa agora de novo confrontar a China e o Japão, num palco multilateral, mais propriamente no seio do CSNU.

Se o Japão parece aspirar ascender a líder regional, alcançando para tal o assento permanente no CSNU, não deixa de ser interessante analisar a posição da China relativamente a um potencial cenário de alargamento do círculo permanente do CSNU e particularmente à candidatura japonesa. Questiona-se então como poderá a China impedir esta eventual ameaça japonesa ao *status quo* único que a China possui de membro permanente do CSNU em representação da Ásia.

---

<sup>55</sup> A Guerra da Coreia, a Conferência de Bandung, a ascensão da RPC ao assento permanente do CSNU contribuíram para limpar a imagem de uma China frágil e vulnerável provocada pelas Guerras do Ópio e a Invasão Japonesa, período que ficou conhecido, como já foi referido, por *Century of Humiliation*. Por outro lado, a cisão sino-soviética e consequente aproximação da China aos EUA, e a Crise Financeira Asiática contribuíram para aproximar a China dos países do Sudeste Asiático. Para além disso, a imagem de vítima de uma China devastada pelas guerras e pela invasão, também contribui para aproximar a China de países em vias de desenvolvimento que também foram vítimas de invasão e de colonização como é o caso, por exemplo, da Coreia e do Vietname.

Para ser possível fazer passar uma determinada resolução é necessário que nenhum dos 5 actuais países membros vete essa resolução e que a esses 5 votos do grupo dos exclusivos se somem pelo menos mais 4 do círculo não permanente, pois a actual maioria requerida para fazer passar a resolução em causa é 9. Dado que este grupo não permanente, como a própria designação sugere, varia (de dois em dois anos) e porque existe uma grande probabilidade de os PVD virem a ocupar a maior parte desses assentos não permanentes, e mais vezes também, já que neste momento representam a maioria dos membros da Assembleia Geral da ONU, então a China ao investir na condição de líder dos PVD, para além do direito a veto, que em nada difere dos restantes membros permanentes, demarca-se nesta condição de líder pois está em posição de conseguir conquistar o necessário número de votos junto dos PVD.

Assim, a estratégica aliança da China aos PVD que já havia revelado ser eficaz, no longo caminho que a China percorreu até alcançar o reconhecimento internacional, de membro permanente do CSNU, parece também ser a estratégia a manter nesta possível fase de manutenção do *status quo* chinês.

Depois de ver a questão do *status quo* reflectida no sistema de voto presente no CSNU, não foi menos importante abordar os vários hipotéticos cenários de alargamento num possível quadro de reforma do CSNU da ONU.

### **24.3 - Equilíbrio de Poderes com Raízes no Mundo Bipolar**

A preferência por um cenário em detrimento de outro, por parte da China, também poderá revelar possíveis alianças num contexto que Huntington caracteriza como sendo uni-multipolar.

Em síntese, os cenários analisados foram:

- ✓ Cenário 1: Modelo A4

- ✓ Cenário 2: Modelo A4 +1, ou “Razali Plus Proposal”
- ✓ Cenário 3 Stedman Proposal – “Coffee Club”

Apesar de terem sido abordados estes três cenários é de salientar o Modelo A4. O destaque dado ao Cenário 1 prende-se com o facto de este modelo facilmente deixar transparecer a clara negação da China à entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU. A RPC diz um “Sim” à Alemanha e um “Não” ao Japão, o que não deixa de ser uma certa contradição já que facilmente se justificava a entrada de mais um país em representação da Ásia, vasto e populoso continente, que actualmente só se encontra representado pela RPC, e ao invés dificilmente se justifica a entrada de um terceiro país europeu.

#### **24.4 – Mundo Multipolar: EUA, URSS, Japão, Taiwan, Coreia, Índia, Paquistão**

A proximidade entre Taiwan e o Japão, a histórica ligação, em termos de política externa, entre o Japão e os EUA bem como o interesse estratégico dos EUA por Taiwan, começou por se revelar uma aliança estratégica entre o Japão, os EUA e Taiwan. No entanto, esta proximidade estratégica entre o Japão, Taiwan e os EUA poderá deixar de ser hoje motivo de preocupação por parte da China, pois a RPC revela estar cada vez mais próxima dos EUA e por sua vez estes não só reconhecem a China como líder dos PVD, como também tudo indica terem igualmente interesse em vetar a entrada do Japão para o círculo permanente do CSNU.

O confronto de alianças que eventualmente se poderá dar, e a que hoje a RPC revela estar atenta, não parece ser tanto o triângulo EUA, Taiwan e Japão mas possivelmente Japão, Índia, Rússia e Taiwan *versus* China, EUA e Paquistão

É verdade que não podemos esquecer a Rússia como a maior aliada da China até finais da década de 1950 mas segundo Huntington, a difícil aliança entre a China e a Rússia acabaria por conduzir à cisão sino-soviética, do final da referida década -“At least one factor that led to the breakup of the Sino-Soviet alliance at the 1950 was Mao Zedong’s unwillingness to play second fiddle to Stalin’s successors in the Kremlin” (1999, 7).

É importante agora questionar qual o cenário que se prevê relativamente ao Japão. Segundo este mesmo autor, para sustentar a relação privilegiada que tem com os EUA, o Japão adoptou uma política de impedir a formação de uma Comunidade a Este da Ásia, uma estratégia muito próxima da que a Inglaterra adoptou relativamente à UE. No entanto, como conclui Yue Xuetong, “Japan’s policy against East Asian regionalization may ultimately weaken its political influence in East Asia.” (2006, 18). Perante uma imagem aparentemente deteriorada do Japão junto dos vizinhos a Este da Ásia, o autor também não poderia deixar de se indagar relativamente ao futuro do Japão como candidatos ao círculo permanente do CSNU, acreditando que este candidato do grupo dos quatro, poderão eventualmente ter a oportunidade de alcançar o assento permanente mas possivelmente não conseguirão o poder de veto. “What they actually obtain may only be a position of permanent/ non-permanent membership without substantially increased power” (Xuetong 2006, 19)

Tanto a RPC como o Japão visam acrescentar um papel contrário e simultaneamente complementar ao que já detêm, isto é a China como “Dragão Político” aspira também o papel de “Dragão económico”, ao passo que o Japão como “Dragão Económico” não consegue esconder a ambição pelo papel de “Dragão Político”. Contudo, ao apelar à sua condição de segunda maior economia à escala mundial e não conseguindo evitar ser abalado pela crise financeira asiática de 1997, conforme verificámos na quebra do volume de comércio externo japonês, importação e exportação, particularmente para os 4 Tigres Asiáticos, o Japão vê enfraquecer o seu

argumento económico. Tal é ainda agravado com o facto de o Japão não ter conseguido ultrapassar uma eventual percepção de arrogância e de superioridade em relação às emergentes economias do sudeste asiático, o que poderá estar a deixar o caminho aberto para que a China continue garantir o *status quo* que alcançou e que, em nome da própria independência, não quer perder.

Assim, acontecimentos históricos relevantes, usados com sentido estratégico, por parte da China junto dos países do sudeste asiático, foram cultivando uma imagem negativa do Japão junto desses mesmos países, agravada com uma percepção de arrogância e superioridade japonesa.

A própria condição da China de país em vias de desenvolvimento favoreceu a posição de mediador dos países do sudeste asiático, papel que os EUA não deixariam de reconhecer.

Como poderemos concluir existe um denominador comum a estes argumentos, acabados de apresentar de forma sintética: Uma aliança permanente da China aos PVD. Para além de se manter fiel aliada aos PVD, revelando investir sistematicamente nesta política, a China depois de conquistar um *status quo* político, seguiu em frente dando significativos passos no sentido de conquistar um *status quo* económico e, particularmente com esta política pró-desenvolvimento, e até de forma algo inédita, ao investir, particularmente desde os começos da década de 1980 no crescimento económico, acabaria por combater um Japão que reclamava a entrada para o círculo permanente assente na condição de Dragão Económico. A crise asiática de 1997-1999 acabaria por se revelar a conjuntura ideal para uma vez mais favorecer a posição de líder da região asiática e um marco determinante na conquista de um *status quo* económico também ambicionado por Pequim, tal como o alcançar do assento permanente no CSNU por parte da RPC, em 1971, representou um marco determinante na conquista do *status quo* político.



Assim, investindo fortemente numa política de aliança com os PVD, a China poderá conseguir impedir o Japão de alcançar o *status quo* político no seio do CSNU que tanto ambiciona.

Depois de várias e sucessivas invasões que marcariam na China o trauma da dependência, tornou-se crucial para a China, como sinal de independência política, conquistar o *status quo* de membro permanente do CSNU a Taiwan, tendo sido por um lado o apoio dos PVD e por outro a aproximação aos EUA, depois da cisão sino-soviética, fundamental nessa conquista.

Com o emergir do Japão e da Alemanha que se aliam na disputa pela entrada no círculo permanente do CSNU, e com direito ao poder veto, emerge também a disputa pela liderança regional entre a China e o Japão. Ora, a China começa a sentir o *status quo* de único representante asiático com assento permanente no CSNU ameaçado com a possibilidade de o Japão ascender à condição de membro permanente. Assim, para fazer face a esta “ameaça” japonesa, a China investe na relação com os PVDs.

Motivos históricos que aproximam a China dos PVD e afastam o Japão dos vizinhos asiáticos, particularmente a Invasão Japonesa e a Crise Asiática ajudam a explicar como uma aliança entre a China e os PVD poderá impedir que o Japão ascenda à condição de membro permanente do CSNU.

Tendo percebido o conjunto de argumentos que possivelmente explica uma forte proximidade entre a China e os Países em Vias de Desenvolvimento do sudeste asiático e por sua vez uma também possível ausência de empatia entre estes últimos e o Japão, importa aqui perceber de que forma esta relação entre a China e os PVD e entre estes e o Japão se reflecte nas dinâmicas que têm surgido no seio do debate acerca da reforma das Nações Unidas e particularmente do alargamento do número de membros permanentes do CSNU.

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

A questão que então aqui colocamos é que o grupo dos PVD se poderá revelar um poderoso aliado da China no sentido de impedir que a entrada do Japão altere o *status quo* político que a RPC conquistou no seio do CSNU.

Neste mesmo sentido, Yue Xuetong defende que a China ocupa uma posição de liderança entre as grandes potências à excepção dos EUA. Partindo do pressuposto que o poder do *status quo* aumenta paralelamente a um índice rápido de crescimento, o autor prevê que a China, dentro dos próximos 10 anos, atingirá a sua superioridade relativamente ao Japão, à Rússia e à Índia. (2006, 18)

A liderança da região Este da Ásia representará uma importante alavanca para a China se mobilizar politicamente nos próximos 10 anos, refere Xuetong, reforçando a própria influência nos assuntos internacionais.



**Anexos**

**Anexos**

## Anexo 1

Growth in United Nations Membership, 1945-2002		
Year	Number	Member States
<b>1945</b>	Original 51	Argentina, Australia, Belgium, Bolivia, Brazil, Belarus, Canada, Chile, China, Colombia, Costa Rica, Cuba, Czechoslovakia, Denmark, Dominican Republic, Ecuador, Egypt, El Salvador, Ethiopia, France, Greece, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Iran, Iraq, Lebanon, Libéria, Luxembourg, México, Netherlands, New Zealand, Nicarágua, Norway, Panamá, Paraguay, Peru, Philippines, Poland, Russian Federation, Saudi Arabia, South Africa, Syrian Arab Republic, Turkey, Ukraine, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, United States of America, Uruguay, Venezuela, Yugoslavia
<b>1946</b>	55	Afghanistan, Iceland, Sweden, Thailand
<b>1947</b>	57	Pakistan, Yemen
<b>1948</b>	58	Myanmar
<b>1949</b>	59	Israel
<b>1950</b>	60	Indonesia
<b>1955</b>	76	Albania, Austria Bulgaria, Cambodia, Finland, Hungary, Ireland, Italy, Jordan, Lao People's Democratic Republic, Libyan Arab Jamahiriya, Nepal, Portugal, Romania, Spain, Sri Lanka
<b>1956</b>	80	Japan, Morocco, Sudan, Tunisia
<b>1957</b>	82	Ghana, Malaysia
<b>1958</b>	82(2)	Guinea
<b>1960</b>	99	Benin, Burkina Faso, Cameroon, Central African Republic, Chad, Congo, Côte d'Ivoire, Cyprus, Gabon, Madagascar, Mali, Niger, Nigeria,

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

		Senegal, Somalia, Togo, Democratic Republic of the Congo
<b>1961</b>	104(3)	Mauritania, Mongolia, Sierra Leone, United Republic of Tanzania
<b>1962</b>	110	Algeria, Burundi, Jamaica, Rwanda, Trinidad and Tobago, Uganda
<b>1963</b>	112	Kenya, Kuwait
<b>1964</b>	115	Malawi, Malta, Zambia
<b>1965</b>	117(4)	Gambia, Maldives, Singapore
<b>1966</b>	122(5)	Barbados, Botswana, Guyana, Lesotho
<b>1967</b>	123	Democratic Yemen 1
<b>1968</b>	126	Equatorial Guinea, Mauritius, Swaziland
<b>1970</b>	127	Fiji
<b>1971</b>	132	Bahrain, Bhutan, Oman, Qatar, United Arab Emirates
<b>1973</b>	135	Bahamas, German Democratic Republic, Germany, Federal Republic of
<b>1974</b>	138	Bangladesh, Grenada, Guinea-Bissau
<b>1975</b>	144	Cape Verde, Comoros, Mozambique, Papua New Guinea, Sao Tome and Principe, Suriname
<b>1976</b>	147	Angola, Samoa, Seychelles
<b>1977</b>	149	Djibouti, Viet Nam
<b>1978</b>	151	Dominica, Solomon Islands
<b>1979</b>	152	Saint Lucia
<b>1980</b>	154	Saint Vicent and the Grenadines, Zimbabwe
<b>1981</b>	157	Antigua and Barbuda, Belize, Vanuatu
<b>1983</b>	158	Saint Kitts and Nevis
<b>1984</b>	159	Brunei Darussalam

---

<b>1990</b>	159(1,6)	Liechtenstein, Namibia
-------------	----------	------------------------

---

<b>1991</b>	166	Democratic People's Republic of Korea, Estonia, Federated States of Micronesia, Latvia, Lithuania, Marshall Islands, Republic of Korea
-------------	-----	--

---

<b>1992</b>	179	Armenia, Azerbaijan, Bosnia and Herzegovina, Croatia, Georgia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Moldova, San Marino, Slovenia, Tajikistan., Turkmenistan, Uzbekistan
-------------	-----	---

---

<b>1993</b>	184(8)	Andorra, Czech Republic, Eritrea, Monaco, Slovak Republic, The former Yugoslav Republic of Macedonia
-------------	--------	--

---

<b>1994</b>	185	Palau
-------------	-----	-------

---

<b>1999</b>	188	Kiribati, Nauru, Tonga
-------------	-----	------------------------

---

<b>2000</b>	189	Tuvalu, Yugoslavia
-------------	-----	--------------------

---

<b>2002</b>	1991	Switzerland, Timor-Leste
-------------	------	--------------------------

---

1 – Yemen was admitted to membership in the United Nations on 30 September 1947 and Democratic Yemen on 14 December 1967. On 22 May 1990, the two countries merged and have since been represented as one Member with the name iYemeni.

2- The total remains the same because from 21 January 1958 Syria and Egypt continued as a single member (United Arab Republic)

3- Syria resumed its status as an independent State.

4 – Indonesia withdrew as of 20 January 1965.

5- Indonesia resumed its membership as of 28 September 1966.

6- The Federal Republic of Germany and the German Democratic Republic to the Federal Republic of Germany , effective from 3 October 1990, the two German States have united to form sovereign State.

7- The Socialist Federal Republic of Yugoslavia was an original Member of the United Nations, the Charter having been signed on its behalf on 26 June 1945 and ratified 19 October 1945, until its dissolution following the establishment and subsequent admission as new members of Bosnia and Herzegovina, the Republic of Croatia, the

---

---

Republic of Slovenia , the former Yugoslav Republic of Macedonia, and the Federal Republic of Yugoslavia. The Republic of Bosnia and Herzegovina, the Republic of Croatia and the Republic of Slovenia were admitted as Members of the United Nations on 22 May 1992. On 8 April 1993, the General Assembly decided to admit as a Member of the United Nations the state being provisionally referred to for all purposes within the United Nations as “The former Yugoslav Republic of Macedonia” pending settlement of the difference that have arisen over its name. The Federal Republic of Yugoslavia was admitted as a Member of the United Nations on 1 November 2000.

8 – Czechoslovakia was an original Member of the United Nations from 24 October 1945. In a letter dated 10 December 1992, its Permanent Representative informed the Secretary –General that the Czech and Slovak Federal Republic would cease to exist on 31 December 1992 and that the Czech Republic and Slovak Republic, as a successor States, would apply for membership in the United Nations. Following the receipt of such applications, the Security Council, on 8 January 1993, recommended to the General Assembly that the Czech Republic and the Slovak Republic be admitted to United Nations membership. They were thus admitted on 19 January 1993 as Member States.

---

### **Anexo 3**



## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

### Quadro XXI - Relações Económicas Externas entre Taiwan e o Japão e entre Taiwan e a RPC

---

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Exportações (em dol. EUA)
------	------	------	------	------	------	------	------	------	---------------------------

---

#### Taipei – Taiwan

---

2454	2365	2477	3187	3461	4560	6986	8772	9065	Japão
------	------	------	------	------	------	------	------	------	-------

---

---

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Exportações (em dol. EUA)
------	------	------	------	------	------	------	------	------	---------------------------

---

#### Taipei – Taiwan

---

8338	9189	8894	8977	10221	13157	13659	11691	9324	Japão
------	------	------	------	-------	-------	-------	-------	------	-------

---

---

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Importações (em dol. EUA)
------	------	------	------	------	------	------	------	------	---------------------------

---

#### Taipei – Taiwan

---

5929	4780	5587	6442	5549	8255	11841	14825	16031	Japão
------	------	------	------	------	------	-------	-------	-------	-------

---

---

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Importações (em dol. EUA)
------	------	------	------	------	------	------	------	------	---------------------------

---

#### Taipei - Taiwan

---

15998	18858	21767	23186	24786	30266	27493	29022	27022	Japão
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

---

Fonte: [http://www.adb.org/documents/books/key\\_indicators/2000/tap.pdf](http://www.adb.org/documents/books/key_indicators/2000/tap.pdf)

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

### Quadro XXII - Relações Económicas Externas entre Singapura e o Japão e entre Singapura e a RPC

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Exportações (em dol. EUA)		
<u>Singapura</u>											
2124	2262	2008	2255	2148	1931	2598	3394	3828	Japão		
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Exportações (em dol. EUA)		
<u>Singapura</u>											
4616	5133	4825	5526	6766	9219	10253	8850	...	Japão		
1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Importações (em dol. EUA)		
<u>Singapura</u>											
772	881	827	1347	2268	1430	1412	1691	1698	Rep. China	Popular da	
5188	5044	5075	5261	4486	5078	6675	9632	10612	Japão		

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Importações (em dol. EUA)
<b>Singapura</b>									
2095	2227	2253	2404	2885	4042	4439	5668	...	<b>Rep. Popular da China</b>
12263	14115	15202	18663	22511	26308	23840	23282	...	<b>Japão</b>

Fonte: [http://www.adb.org/documents/books/key\\_indicators/2000/sin.pdf](http://www.adb.org/documents/books/key_indicators/2000/sin.pdf)

Relações Económicas Externas entre a República da Coreia e o Japão e entre República da Coreia e a RPC

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Exportações (em dol. EUA)
<b>República da Coreia</b>									
...	...	...	...	...	...	...	...	...	<b>Rep. Popular da China</b>
3503	3405	3383	4610	4546	5426	8437	12004	13167	<b>Japão</b>

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Exportações (em dol. EUA)
<u>República da Coreia</u>									
0	1003	2654	5151	6203	9192	11486	13572	...	<b>Rep. Popular da China</b>
12638	12356	11599	11564	13523	17088	16002	14771	...	<b>Japão</b>
1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Importações (em dol. EUA)
<u>República da Coreia</u>									
...	...	...	...	...	...	...	...	...	<b>Rep. Popular da China</b>
6374	5305	6239	7640	7557	10869	13657	15847	17167	<b>Japão</b>
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Importações (em dol. EUA)
<u>República da Coreia</u>									
0	3441	3725	3929	5463	7395	8533	10117	...	<b>Rep. Popular da China</b>
18574	21120	19458	20016	25390	32597	31396	27907	...	<b>Japão</b>

**Fonte:** [http://www.adb.org/documents/books/key\\_indicators/2000/tap.pdf](http://www.adb.org/documents/books/key_indicators/2000/tap.pdf)

Relações Económicas Externas entre Hong Kong e o Japão e entre Hong Kong e a RPC

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Exportações (em dol. EUA)
------	------	------	------	------	------	------	------	------	---------------------------

### Hong-Kong

1965	1939	2495	5031	7857	7551	11291	17029	18817	<b>Rep. Popular da China</b>
------	------	------	------	------	------	-------	-------	-------	------------------------------

1022	941	966	1251	1279	1651	2470	3696	4525	<b>Japão</b>
------	-----	-----	------	------	------	------	------	------	--------------

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Exportações (em dol. EUA)
------	------	------	------	------	------	------	------	------	---------------------------

### Hong-Kong

20332	26736	35412	43684	49669	57861	61980	65584	...	<b>Rep. Popular da China</b>
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-----	------------------------------

4680	5307	6262	6959	8436	10596	11829	11414	...	<b>Japão</b>
------	------	------	------	------	-------	-------	-------	-----	--------------

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Importações (em dol. EUA)
------	------	------	------	------	------	------	------	------	---------------------------

### Hong-Kong

5272	5397	5847	7131	7568	10462	15049	19938	25213	<b>Rep. Popular da China</b>
------	------	------	------	------	-------	-------	-------	-------	------------------------------

5756	5176	5516	6730	6848	7228	9221	11915	11950	<b>Japão</b>
------	------	------	------	------	------	------	-------	-------	--------------

## China e Países do Sudeste Asiático *versus* Japão: \_\_\_\_\_

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Importações (em dol. EUA)
<b>Hong-Kong</b>									
30313	37758	45785	51987	60864	69737	73757	78587	...	<b>Rep. Popular da China</b>
13269	16397	21473	23015	25238	28602	26924	28631	...	<b>Japão</b>

Fonte: [http://www.adb.org/documents/books/key\\_indicators/2000/sin.pdf](http://www.adb.org/documents/books/key_indicators/2000/sin.pdf)

**BIBLIOGRAFIA:**

“Excerpt of High Level Panel’s Report on Threats, Challenges and Change”, December 2, 2004, pp.1-5, <http://globalpolicy.igc.org/security/reform>

“Excerpt of Kofi Annan’s Report on UN Reform: In Larger Freedom”, Global Policy Forum, March 21, 2005, pp.1-3.

“Excerpt of Kofi Annan’s Report on UN Reform: In Larger Freedom”, Global Policy Forum, March 21, 2005, pp.1-3, <http://globalpolicy.igc.org/security/reform>

“Four Nations Launch UN Seat Bid”, BBCNews World Edition, September 22, 2004, pp.1-3, <http://216.109.117.135/search/cache>

“Nations Seek Permanent Seats on U.N. Security Council”, Washington/Politics, September 21, 2004, pp.1-3, <http://216.109.117.135/Search/Cache>

“Security Council Reform Should Redress Long-Standing Imbalance in Geographical Representation, General Assembly is Told”, UN.Org, Press Release GA/9373, December 4, 1997, p.1-16, <http://www.un.org/News/Press/docs/1997/19971204.GA9373.html>

“UN Security Council Reform: A Challenge for the South”, Global Dialogue, Volume 3, December 3, 1998, pp.1-5, [http://www.igd.org.za/pub/gdialogue/multilateral\\_analysis/security.html](http://www.igd.org.za/pub/gdialogue/multilateral_analysis/security.html)

“United Nations Security Council – Participation in Peace-Keeping Operations”, <http://www.mre.gov.br>

“United Nations: India Table of Contents”, Country Studies, p.1, <http://countrystudies.us/india/136.htm>

“UNSC Expansion Plan Stirs Controversy”, The DAWN Group of Newspapers, March 26, 2005, pp.1-2.

Afoaku, Osita G., e Okechukwu Ukaga. 2001. *United Nations Security Council Reform: A Critical Analysis of Enlargement Options*. Em *Journal of Third World Studies*. Vol.18. pp. 149-169.

Akihiko, Tanaka. 2000. *III. The Rise of China and Changes in the Balance of Power in East Asia*. The Japan Forum on International Relations (JFIR). Apresentado no 2 nd Seminar, Nippon Foundation

Alagappa, Muthiah. 1998. *Asian Security Practice-Material and Ideational Influences*. Stanford California. Stanford University Press

Anderson, E. David 2002 *China and the Vietnam Wars, 1950-1975*, *Journal of the Third World Studies*, Fall 2002, - in [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_qa3821/is\\_200210/ai\\_n9115395?tag=untagged](http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3821/is_200210/ai_n9115395?tag=untagged)

**Asian Development Bank (ADB). 2007. *Regions and Countries*.**

Asia-Pacific Center for Security Studies (APCSS). 1995. *Japan's FY 2005 National Defense Program Outline: New Concepts, Old Compromises*. Hawaii: APCSS.

Bagchi, Indrani. 2004. China Backs India for Security Council Seat. *Times of India*. October 21.

Bansal, Alok. 2005. Reorganisation of Security Council. IDSA. January.

Barari, Hassan Abdulmuhi. 2004. *Israeli Politics and the Middle East Peace Process, 1988-2002*. Edição de Routledge

Berton, Peter, Kimura, Hiroshi and Zartman, William, "International Negotiation – Actors, Structure/ Process, Values", London, MacMillan Press Ltd, 1999.

Boisard, M.A., e E. M. Chossudovsky. 1998. *Multilateral Diplomacy-The United Nations System at Geneva*. *Kluwer Law International* (Netherlands).

Bone, James. 2004. Reforming the United Nations. *The New Nation*.

Boren, David L. e Edward J. Perkins. 1999. Preparing America's Foreign Policy for the 21<sup>st</sup> Century. *University of Oklahoma Press* (United States of America)



Bourantonis, Dimitris. 2005. *The History and Politics of UN Security Council Reform*. Edição de Routledge

Boyd, Alan. 2002. India, Japan Still Shooting for Security Council. *Asia Times*. February 26.

Brazier, Chris. 1994. Winds of Change – Can the UN Change Enough to Win Renewed Credibility and Respect? Or Will it Be Blown Away?. *New Internationalist*. December: 1-5.

Bruemmer, Emily. 2006. Join the Club: Japan's Security Council Bid. *Harvard International Review*. Vol. 28 (2).

Bulard, Martine. 2005. Diplomacy of the Status Quo, China: Middle Kingdom, World Centre. *Le Monde diplomatique*. August

Butler, Richard. 1999. Bewitched, Bothered, and Bewildered – Repairing the Security Council. *Foreign Affairs*. Vol.78, N°5, September/ October: 9-12.

Calder, Kent E. (Sem ano). China and Japan's Sweet and Sour Relationship. Johns Hopkins University.

Chan, Gerald. 1999. *Chinese Perspectives on International Relations – A Framework for Analysis*. Great Britain. Macmillan Press Ltd..

Chang, James C. P. 2001 *U.S. Policy Toward Taiwan* Weatherhead Center for International Affairs – Harvard University, June 2001 <http://www.wcfia.harvard.edu/fellows/papers/2000-01/Chang.pdf>

Ching, Frank. 1993. Reforming the United Nations. *Far Eastern Economic Review*. Vol.156. Nov. 25: 36-38.

Ching, Frank. 1999. China's Opposition to NATO. *Far Eastern Economic Review*. May 6:35.

Ching, Frank. 1999. UN: Sovereignty or Rights?. *Far Eastern Economic Review*. October 21: 40.

Clinton, Bill, Alvin Z. Rubinstein, Albina Shayevich, Boris Zlotnikov. 2000. *The Clinton Foreign Policy Reader: Presidential Speeches with Commentary*. Edição de M.E. Sharpe

Cobazuaye, Sunday P. 2006 Comparative: Comparing Foreign and Security Policy

[http://www.cerritos.edu/breece/mpsl/comparative%20Assignments/C017\\_comparingForeignandSecurityPolicy\\_China.doc](http://www.cerritos.edu/breece/mpsl/comparative%20Assignments/C017_comparingForeignandSecurityPolicy_China.doc) (2009/03/21)

Coble, Parks M.. 2005. Rethinking Modern Chinese History: War and History. Institute of Modern History. Academia Sinica.

Cohen, Ariel. 2001. The Russia – China Friendship and Cooperation Treaty: A Strategic Shift in Eurasia?. *The Heritage Foundation*. July 18: 1-12.

Corson, Trevor. 2001. China: New Ally or Old Foe?. *The Christian Science Monitor*. Boston Mass. October 26: 1-3.

Craft, Stephen G. 1998. Review of Foot, Rosemary, The Practice of Power: U.S. Relations with China Since 1949. H- Net Reviews. <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=2074>

Curtin, J. Sean. 2004. Japan-China Ties Back on the Ropes. *Asia Times Online*, (October, 19) <http://www.atimes.com/atimes/Japan/FJ19Dh01.html> (06/01/2008).

Curtin, Sean J.. 2005. Japan's Quest for a Permanent UN Security Council Seat: Part Six – UN Security Council Reform Timeline for June 2005. *Japanese Institute of Global Communication*. (July, 25). [http://www.slon1.com/main/index.cgi/000000A/http/www.glocom.org/special\\_topics/social\\_trends/20050725\\_trends\\_sl21/index.html](http://www.slon1.com/main/index.cgi/000000A/http/www.glocom.org/special_topics/social_trends/20050725_trends_sl21/index.html) (06/01/2008)

Davis, Ian e Trudy Fraser. 2005. Security Without Borders? The U.N. High Level Panel and the Challenge of the U.N. Security Council Reform. British American Security Information Council. Occasional Papers on International Security Policy. N°48. March: 1-19.

Deen, Thalif. 1997. United Nations: Big Five Will Not Give Up Privileges, Warns U.S.. *Inter Press Service Third World News Agency*. Mar. 12: 1-3.

Di, Hua. 1997. China's Security Dilemma to the Year 2010. *Center for International Security and Arms Control*. October.

Dore, Ronald. 1997. *Japan, Internationalism and U.N.*. London, Routledge.

Drezner, Daniel W.. 2007. The New New World Order. *Foreign Affairs*. Published by the Council on Foreign Relations. (March/April). <http://www.foreignaffairs.org/20070301faessay86203-p0/Daniel-w-drezner/the-new-new-world-order.html> (06/01/2008)

Economy, Elizabeth. Sd. China's Rise in Southeast Asia: Implications for Japan and the United States. *yaleglobal.yale.edu*. <http://www.yaleglobal.yale.edu/pdfs/ChinaRise.pdf> (06/01/2008)

ECOWAS-SWAC/ OECD. 2006. Africa and China, Atlas on Regional Integration in West Africa. *Economy Series*, *oecd*. [http://www.oecd.org/document/0/0,3343,en\\_2649\\_37429\\_38409344\\_1\\_1\\_37429,00.html](http://www.oecd.org/document/0/0,3343,en_2649_37429_38409344_1_1_37429,00.html) (06/01/2008)

Ed. *Brookings Institution Press*  
[http://brookings.edu/press/Books/2002/us\\_japan\\_relations.aspx?more=toc](http://brookings.edu/press/Books/2002/us_japan_relations.aspx?more=toc) (2009/04/26)

Edwards, Michael. 1999. *Future Positive-International Cooperation in the 21<sup>st</sup> Century*. London, Earthscan Publications Ltd..

Ellyn, Glen. 2001. U.S.-China Relations. *Presidents and Prime Ministers*, Sep/Oct: 28-29.

Faizi, S.. 1997. Security Council is Anti-Democratic. *The Indian Express*. October 25: 1-3.

Fassbender, Bardo. 1998. UN Security Council Reform and the Right of Veto – A Constitutional Perspective. *Kluwer Law International* (Netherlands).

Foot, Rosemary. 1995. The Practice of Power: US Relations with China Since 1949. Oxford University Press

Fouse, David. 2005. Japan's FY 2005 National Defense Program Outline: New Concepts, Old Compromises. Asia-Pacific Center for Security Studies. Vol. 4, N. 3.  
<http://www.apcss.org/Publications/APSSS/JapansFY2005NationalDefenseProgramOutline.pdf>

Frank, Ching. 1993. Reforming the United Nations. *Far Eastern Economic Review*. Vol.156: 36.

Fraser, Douglas. 2001. United Nations Faces Daunting Task in Coping With US Wrath. *The Sunday Herald*. September 23: 1-3.

Gardiner, Nile e Brett D. Schaefer. 2005. U.N. Security Council Expansion is Not in the U.S. Interest. *The Heritage Foundation*. (August, 18). <http://66.102.9.104/search?q=cache:2X5FVXyKO9IJ:heritage.org> (07/01/2008)

Gelber, Harry G. 2007 O Dragão e os Diabos Estrangeiros: A China e o mundo, de 1100 a.C. até actualidade Guerra e Paz, Editores S. A.

Gharekhan, Chinmaya R.. 2004. Join the Club. *Hindustan Times*. December 17.

Goodenough, Patrick. 2005. Security Council Reform Proposal Loses Ground. *CNSNews.com International Editor*. June.

Goodman, David S.G. e Gerald Segal. 1997. *China Rising-Nationalism and Interdependence*. London. Routledge.  
Greenwood Publishing Group

Gruber, Lloyd. 2000. *Ruling the World – Power Politics and the Rise of Supranational Institutions*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

Gya, Giji. 2002. Global Policy and the United Nations Security Council – An Examination of the Changing Perception of Global Security and the Necessity of Security Council Change. *Sapere Aude*: 1-18.

Halsey, William Darrach, Emanuel Friedman. 1986. *Collier's Encyclopedia: With Bibliography and Index*. Macmillan Educational Co.

Hafterdorn, Helga, Robert O. Keohane e Celeste A. Wallander. 1999. *Imperfect Unions-Security Institutions Over Time and Space*. United States of America, Oxford University Press.

Hammer, Michael. 1990. *Summary of Reengineering Work: Don't Automate, Obliterate* Harvard Business Review  
<http://userpages.umbc.edu/~khoo/re-engr.html> (2009/04/26)

Henckaerts, Jean-Marie. 1996. *The International Status of Taiwan in the New World Order*. Edição de Martinus Nijhoff Publishers.

Henderson, Conway W.. 1998. *International Relations – Conflict and Cooperation at the Turn of the 21<sup>st</sup> Century*. United States of America. McGraw-Hill.

Hoge, James F, Jr.. 2004. A Global Power Shift in the Making. *Foreign Affairs: Published by the Council on Foreign Relations*. <http://www.foreignaffairs.org/20040701facomment83401/james-f-hoge-jr/a-global-power-shift-in-the-making.html>. (07/01/2008)

Hoge, Warren. 2004. U.N. Report Urges Big Changes: Security Council Would Expand. *New York Times*. December 1.

Holliway, Ryan 2009 *China/ Taiwan*, CountryWatch [http://www.countrywatch.com/facts\\_default.aspx?type=text&topic=SECIT](http://www.countrywatch.com/facts_default.aspx?type=text&topic=SECIT) [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_qa3686/is\\_200112/ai\\_n9014391/pg\\_2](http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3686/is_200112/ai_n9014391/pg_2) (2008/03/10) <http://www.ibiblio.org/chinesehistory/contents/03pol/c05s03.html>

Huntington, Samuel P.. 1999. The Lonely Superpower, *Foreign Affairs: Published by the Council on Foreign Relations*. Vol.78. Issue 2. (Mar/April). [http://homepages.stmartin.edu/Fac\\_Staff/rlangill/PLS%20300/The%20Lonely%20Superpower.htm](http://homepages.stmartin.edu/Fac_Staff/rlangill/PLS%20300/The%20Lonely%20Superpower.htm) (07/01/2008)

Huntley, James Robert. 2001. *Pax Democratica-A Strategy for the 21<sup>st</sup> Century*. New York. Palgrave.

Ishigaki, Yasuji. 2006. Japan's Strategic Vision for Asia and its Partnership with Australia Working Paper, No. 136, Tokai University Law School, Asia Research Centre <http://www.arc.murdoch.edu.au/wp/wp136.pdf>. (2009/04/26)

Itoh, Mayumi. 1995. Japan-Southeast Asia Relations: Perceptions Gaps, Legacy of World War II, and Economic Diplomacy. Presented at the 1995 Asian Studies on the Pacific Coast (ASPAC) Conference, June 16-18, Pacific University, Forest Grove, Oregon.

Jervis, Robert. 2006. The Remaking of a Unipolar World. *The Washington Quarterly*. 29:3, 7-19.

Jordan, Michael J.. 2002. Who's in, Who's Out: U.N. Security Council Mulls Reform. *The Christian Science Monitor*. October 16: 1-4.

Kahn, Joseph. 2005. If 22 Million Chinese Prevail at UN, Japan Won't. *New York Times*. April 1: 1-4.

Kakuchi, Suvendrini. 2000. Tokyo Boosts Bid for Security Council Seat. *The Dawn Group of Newspapers*. August: 1-3.

Kaul, Inge, Isabelle Grunberg e Marc A. Stern. 1999. *Global Public Goods – International Cooperation in the 21<sup>st</sup> Century*, New York, Oxford University Press.

Kern, Soeren. 2005. Why Changing the Security Council Threatens Broader UN Reform (ARI) Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. (July, 29). <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/799.asp> (07/01/2008)

Khan, Bahzad Alam. 2004. China, Pakistan to Strengthen Defence Ties. *Dawn*. December 17.

Khanna, Parag. 2003. One More Seat at the Table. *New York Times*. December 6.

Kim, Samuel S.. 1979. *China, the United Nations, and World Order*. New Jersey, Princeton University Press.

Kim, Samuel S.. 1998. *China and the World-Chinese Foreign Policy Faces the New Millennium*. United States of America. Westview Press.

Kirgis, Frederic L.. 1999. UN Security Council Reform and the Right of Veto: A Constitutional Perspective. *The American Journal of International Law*. Washington. Vol.93, Oct.: 975-977.

Kliman, Daniel M., Michael H. Armacost. 2006. *Japan's Security Strategy in the Post-9/11 World: Embracing a New Realpolitik*. Center for Strategic and International Studies (Washington, D.C.). Greenwood Publishing Group

Kocher, Bernardo 2006 *Do Terceiro para o Segundo Mundo. China: Suas Transformações Económicas e as Relações Internacionais*, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós – Graduação em Relações Internacionais, <http://www.redem.buap.mx/word/2006/bernardo.doc>

Kral, Alexei. 1999. *Japan's Quest for a Permanent UN Security Council Seat* [http://wilsoncenter.org/index.cfm?fuseaction=events.event\\_summary&event\\_id=3793](http://wilsoncenter.org/index.cfm?fuseaction=events.event_summary&event_id=3793). October 21 (2009/02/23)

Krasno, Jean. 2006. Legitimacy, Representation and Accountability: A Proposal for UN Security Council Reform. *Yale Journal of International Affairs*. [http://pclt.cis.yale.edu/yjia/articles/Vol\\_1\\_Iss\\_2\\_Spring2006/krasno217.pdf](http://pclt.cis.yale.edu/yjia/articles/Vol_1_Iss_2_Spring2006/krasno217.pdf)



Ku, Samuel C. Y.. 2005. China and Southeast Asia: Starting A Honeymoon. Documento de Trabalho n.º 2005-6. Institute of China Studies. University of Malaya.

Lampton, David M.. 2007. The Faces of Chinese Power. *Published by the Council on Foreign Relations, Foreign Affairs*. (January/February). <http://www.foreignaffairs.org/20070101faessay86109/david-m-lampton/the-faces-of-chinese-power.html?mode=print> (07/01/2008)

Lanfranco, Edward. 2005. China 3-1 on Expanding UN Security Council. *United Press International*. April 14: 1-5.

Lau, Olivia. 2003. United Nations Security Council Expansion: The Efficacy of Small States under Bipolarity or Uni-Multipolarity: (October/1). <http://www.people.fas.harvard.edu/~olau/papers/unreform.pdf> (08/01/2008)

Lederer, Edith M.. 2005. Four Nations Seek Security Council Seats. *Guardian Newspapers Limited*. March 22:1-3.

Lee, Jessica 2006 International Relations Council Journal, Wellesley College, Spring 2006 “Chinese Foreign Policy Between 1949-1971 and the Admission of the PRC Into the United Nations

Lee, Jessica. 2006. Chinese Foreign Policy Between 1949-1971 and the Admission of the PRC into the United Nations <http://www.wellesley.edu/Activities/homepage/ircj/Archives/ircjvol306.pdf> (08/01/2008)

Lijun, Sheng. 2001. China's Dilemma: The Taiwan Issue. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies

Looy, Judith Van de. 2006. Africa and China a Strategic Partnership?. African Studies Centre

Lukin, Alexander. 2001. Russia's Image of China and Russian – Chinese Relations. CNAPS Working Paper, The Brookings Institute

Lynch, Colum. 1997. Emerging Powers Vie For Seats on UN Security Council. Boston Globe. Boston Mass. Sep 26:1-3.

Malik, J. Mohan. 2005. Security Council Reform: China Signals Its Veto. *World Policy Journal*. Vol. XXII. N°1. Spring: 19-29.

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

Malik, Mohan. 2004. China's Asia Policy: Implications for Japan and India, sa virtual forum, arts.monash.edu [on-line], Disponível em: <http://arts.monash.edu/mai/savirtualforum/PaperMalik1.htm>

Malone, David. 2004. *The UN Security Council: From the Cold War to the 21<sup>st</sup> Century*. Edição de Lynne Rienner Publishers.

Marquand, Robert. 2002. In Post-Sept. 11 Asia, China Now Courts India; The Chinese Premier's Visit to India this Week is the First in more Than a Decade. *The Christian Science Monitor*. Boston Mass. Jan 16: 8-11.

Masuda, Masayuki. 2005. China-Japan's Relations at a Crossroad: From Contention to Cooperation. *The National Institute for Defence Studies News*. (August) (N. 91) <http://www.nids.go.jp/english/dissemination/briefing/2006/pdf/091.pdf> (08/01/2008)

McGrew, Anthony e Christopher Brook. 1998. *Asia-Pacific in the New World Order*. London. Routledge.

Miaofa, Wu. 2004. Restructuring the United Nations. *Beijing Review*, May 13: 10-13.

Miller, Lyman H.. 2002. The Limits of Chinese-Russian Strategic Collaboration. *Strategic Insights*. Vol. I, Issue 7, Center for Contemporary Conflict. <http://www.ccc.nps.navy.mil/si/sept02/eastAsia2.asp> (08/01/2008)

Minghui, Kong. 2003. Sino-African Relations and China's Policy Towards Africa. Bureau of International Cooperation, Hong Kong, Macau and Taiwan Academic Affairs Office, Chinese Academy of Social Sciences

Moore, John Allphin e Jerry Pubantz. 1999. *To Create a New World? American Presidents and the United Nations*. New York. Peter Lang Publishing.

Myers, Robert J.. 1999. *U.S. Foreign Policy in the Twenty-First Century-The Relevance of Realism*. United States of America. Louisiana University Press.

Narayanan, Raviprasad. 2003. India's Foreign Policy Towards China: The NDA Experience – Dominant Issues in Sino-Indian Relations, *Harvard Asia Quarterly*. Volume VII. N.4.

Neuhauser, Charles. 1968. *Third World Politics: China and the Afro-Asian People's Solidarity Organization*. 1957-1967. Harvard Univ Asia Center



Neuman, Stephanie G. 1998. *International Relations Theory and the Third World*. London. MacMillan Press Ltd..

Nguyen, Nhon. 2000. Sino-India Relations: A New Issue Hinders the Establishment of Friendly Relations. <http://web.Wm.edu/so/monitor/issues/2000/fall2000/paper1.htm>

Nicholson, Michael. 1998. *International Relations – A Concise Introduction*. New York. Palgrave MacMillan.

O'Brien, Terence. 1997. The United Nations: Legacy and Reform. Centre for Strategic Studies, Victoria University of Wellington:1-16.

O'Neill, Barry. 1996. Power and Satisfaction in the United Nations Security Council. *Journal of Conflict Resolution*. Sage Publications, Inc.. Vol. 40. Nº2. June: 219-237.

Overington, Caroline. 2003. No Easy Path to Reform of UN Big Five. *The Sydney Morning Herald*. September 20: 1-2.

Pavlik, Tomas. 2006. Why Japan Will Not Become a Permanent Member of UN Security Council with a Veto Power, Ritsumeikan Center for Asia Pacific Studies, (RCAPS), Occasional Paper Nº06-2 [http://www.apu.ac.jp/rcaps/modules/librarypages/content/RCAPS\\_Occasional\\_Paper\\_06-2.pdf](http://www.apu.ac.jp/rcaps/modules/librarypages/content/RCAPS_Occasional_Paper_06-2.pdf) (2008/01/19)

Perry, Elizabeth. 1999. Chinese Anniversaries in International Perspective. *Harvard Asia Quarterly*. Vol. III. N.3. [http://www.asiaquarterly.com/content/view/38/\(2008/01/19\)](http://www.asiaquarterly.com/content/view/38/(2008/01/19))

Perry, William J.. 1997. Asian-Pacific Security Issues in the Post-Deng Era. Columbia International Affairs Online. November: 1-5.

Popov, Vladimir. 2007. *China's Rise Russia's Fall: Medium Term Perspective and Long Term Perspective*. Tiger Working paper Series, Nº 99, [http://ctool.gdnet.org/conf\\_docs/Popov\\_paper\\_plenary\\_4.pdf](http://ctool.gdnet.org/conf_docs/Popov_paper_plenary_4.pdf). February (2009/03/08)

Rizvi, Haider. 2003. Developing States Could Reform UN. *The Dawn Group of Newspapers*. September 28: 1-3.

Rizvi, Haider. 2003. U.N. Reform When?. *ProutWorld*. Sep. 26: 1-2.

Rolfe, Jim. 2003. Welcome in Asia: China's Multilateral Presence Asia – Pacific Center for Security Studies [http://www.apcss.org/Publications/SAS/ChinaDebate/ChinaDebate\\_Rolf\\_e.pdf](http://www.apcss.org/Publications/SAS/ChinaDebate/ChinaDebate_Rolf_e.pdf). (2009/04/26)

Ross, Robert S. 1998 *The 1998 Sino-American Summit* CIAO Working Papers, Columbia International Affairs Online, Columbia University Press

Roy, Denny. 2003. China's Pitch for a Multipolar World: The New Security Council. *Asia-Pacific Security Studies*. vol. 2. May. [http://www.apcss.org/Research/research\\_publications.html](http://www.apcss.org/Research/research_publications.html)

Santoli, Al. 2000. Chinese Defense Minister in Moscow Forges Anti-US Alliance; Pakistan Military Ruler in Beijing to Offset Western Critics. *China Reform Monitor*. Nº 269. American Foreign Policy Council, January 24: 1-2.

Sarantakes, Nicholas Evan. 2000. *Keystone: The American Occupation of Okinawa and US-Japanese Relations*. Edição de Texas A & M University Press.

Sato, Takeshi. 1996. Seeking Permanent UNSC Membership: UN Victory Boosts Japan's Credibility. *Japan Times*. Vol.36. Nov.4-Nov.10: 3-5.

Saunders, Phillip C. e James J. Przystup. 2006. Visions of Order: Japan and China in U.S. Strategy. Strategic Forum. Institute for National Strategic Studies. National Defense University. Strategic Forum. N.º 220. June. [http://www.ndu.edu/inss/strforum/SF220/SF\\_220.pdf](http://www.ndu.edu/inss/strforum/SF220/SF_220.pdf) (2008/01/19)

Segal, Gerald. 1999. Does China Matter?. *Foreign Affairs*. Vol.78. Sep/Oct.: 24-36. <http://www.foreignaffairs.org/19990901faessay1004/gerald-segal/does-china-matter.html> (2008/01/19)

Seiler, Matthew 1867, Taiping Rebellion: The Destruction of the Chinese Culture, [sun.menloschool.org](http://sun.menloschool.org) . 15 Dec. <http://sun.menloschool.org/~sportman/westernstudies/second/24/gbloc k/matts/> (2008/01/19)

Shambaugh, David. 2001. China's Ambivalent Diplomacy. *Far Eastern Economic Review*. Vol.164. Nov.: 29.

Sheng, Lijun. 2002. *China and Taiwan: Cross-strait Relations Under Chen Shui-bian*. Institute of Southeast Asian Studies

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

Sherman, Christine. 2001. War Crimes: Japan's World War II Atrocities. Turner Publishing Company

Shinn, David and Joshua Eisenman. 2005. *Dueling Priorities for Beijing in the Horn of Africa*. Association for Asian Research. The Jamestown Foundation, China Brief  
<http://www.asianresearch.org/articles/2753.html> (2009/04/26)

Sidhu, Waheguru Pal Singh, Jing Dong Yuan. 2003. *China and India: Cooperation Or Conflict?*. Lynne Rienner Publishers

Smith, Michael e Amit Prakash. 2004. China Makes New Friends in the Developing World. *The International Herald Tribune*. January 12: 1-3.

Sneyd, Adam. 2005. New International Economic Order (NIEO), The Globalization and Autonomy Online Compendium.  
<http://www.globalautonomy.ca/global1/servlet/Glossarypdf?id=EV.0027> (2008/01/19)

Solomon, Richard H.. 1999. Chinese Negotiating Behavior, Pursuing Interests Through 'Old Friends'. United States of America.

Spackman, Chris 2005 *An Encyclopedia of Japanese History*,  
<http://www.openhistory.org/jhdp/encyclopedia/0.3.4/ejh.pdf> (2009/03/21)

Srivastava, Siddharth. 2004. Beijing Boosts Delhi's Bid for U.N Council Seat. *Asia Times Online*. October 26.  
[http://www.atimes.com/atimes/South\\_Asia/FJ26Df01.html](http://www.atimes.com/atimes/South_Asia/FJ26Df01.html).

Sutter, Robert G.. 1998. *U.S. Policy Toward China: An Introduction to the Role of Interest Groups*. Edição de Rowman & Littlefield

Teo, Eric. 2005. Taiwan's role in the Sino-Japanese rivalry. Jamestown Foundation, China Brief. Association for Asian Research.  
<http://www.asianresearch.org/articles/2582.html> (2008/03/22)

Thakur, Ramesh. 1993. Into the Security Council, Out of the Nuclear Tap. *International Herald Tribune*. 1 Feb.

Thakur, Ramesh. 1999. The Changing Dynamics of Asia-Pacific, Asia Link: The University of Melbourne.  
[http://www.asialink.unimelb.edu.au/events/past/past\\_events\\_public/res\\_haping\\_regional\\_relations](http://www.asialink.unimelb.edu.au/events/past/past_events_public/res_haping_regional_relations) (2008/02/29)

Uma Aliança Estratégica em Defesa do *Status Quo*

Thakur, Ramesh. 2004. How One Council Can Speak for the World. *Japan Times*. November 3. [http://update.unu.edu/archive/issue34\\_3.htm](http://update.unu.edu/archive/issue34_3.htm) (2008/03/10)

Thakur, Ramesh. 2007. Mediation, Independent Actors, and New Diplomacy, Annual Seminar, cmi.fi [http://www.cmi.fi/files/annualseminar2007\\_thakur.pdf](http://www.cmi.fi/files/annualseminar2007_thakur.pdf) (2008/03/10)

Thompson, William R.. 2001. *Evolutionary Interpretations – World Politics*. New York. Routledge.

Torchia, Chris. 1995. Developing Nations Transform Non-Aligned Movement. *Associated Press*. October 21: 1-2.

Tran, Mark. 2003. The United Nations Puzzle – Kofi Annan wants to make the UN more democratic. Easier said than done, says Mark Tran. *The Guardian*. September 22: 1-2

Vang, Pobzeb. 2008. *Five Principles of Chinese Foreign Policies*. Edição de AuthorHouse

Voeten, Erik. 2001. Outside Options and the Logic of the Security Council Action. *American Political Science Review*. Vol.95. Nº4. December: 845-858.

Vogel, Ezra F. 2001. The China-Japan-US Triangle, The Sixty-Second Morrison Lecture, The Australian National University, Research School of Pacific and Asian Studies. <http://rspas.anu.edu.au/ccs/morrison01.pdf> (2008/03/10)

Vogel, Steven Kent. 2002. *US-Japan Relations in a Changing World*. Brookings Institution Press

Voskressenski, Alexei. 2007. *The Rise of China and Russo – Chinese Relations in the New Global Politics of Eastern Asia*, Slavic Research Center in [http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/coe21/publish/no16\\_2\\_ses/01\\_voskressenski.pdf](http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/coe21/publish/no16_2_ses/01_voskressenski.pdf)

Wallerstein, Immanuel. 1998. The So-called Asian Crisis: Geopolitics in the Longue Durée. Binghamton.edu. <http://www.binghamton.edu/fbc/iwasncrs.htm> (2008/03/10)

Wedgwood, Ruth. 1997. Don't Dilute the UN's Council Could more Democracy be too much of a good Thing?. *Christian Science Monitor*, Boston, Mass, Mar. 17: 19-20.

Wertz 1998 Politics International Relations Communist Foreign Relations

White, Barbara Harris. 2002. *Globalization and Insecurity –Political, Economic and Physical Challenges*. New York. Palgrave.

Wilcox, Richard. 2003. “Yes, A Security Council Seat for India”, *International Herald Tribune*, February 10.

Wolff, David 2000, One Finger’s Worth of Historical Events: New Russian and Chinese Evidence on the Sino-Soviet Alliance and Split, 1948-1959, The Cold War International History Project Working Paper Series, Working Paper n. 30, Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, D.C.,

Worden, Robert L., Andrea Matles Savada, Ronald E. Dolan. 1988. *China, a Country Study*. Federal Research Division. United States Dept. of the Army

Wright, David C. 2001. Culture of Power: The Lin Biao Incident in the Cultural Revolution, *Canadian Journal of History*, findarticles.com.

Xiaoping, Deng 2003 (online version) *Speech By Chairman of the Delegation of the People’s Republic of China, Teng Hsiao-Ping, at the Special Session of the U.N. General Assembly*, Spoken April 10 1974/ Foreign Languages Press

Xuetong, Yan. 2006. Chapter 6 -- China's Political Interests. Em Analysis of China’s National Interests.

Xuetong, Yan. 2006. The Rise of China and its Power Status. *The Chinese Journal of International Politics*. Vol.1. N°1: 5-33, <http://cjip.oxfordjournals.org/cgi/content/full/1/1/5> (2008/01/23)

Yahuda, Michael. 1996. *The International Politics of the Asia-Pacific, 1945-1952*. London. Routledge.

Yang, Jian 2003 Sino-Japanese Relations: Implications for Southeast Asia, Contemporary Southeast Asia, Vol. 25 [http://www.victoria.ac.nz/css/docs/Working\\_Papers/WP17.pdf](http://www.victoria.ac.nz/css/docs/Working_Papers/WP17.pdf)

Yang, Jian 2003 Sino-Japanese Relations: Implications for Southeast Asia, Contemporary Southeast Asia, Vol. 25 <http://www.questia.com/googlescholar.qst?docId=5002554193> (2009/04/26)

Yang, Jian. 2001. China's Security Strategy Towards Japan: Perceptions, Policies and Prospects, Working Paper 17/01, Centre for Strategic Studies, Victoria University of Wellington, New Zealand.  
[http://www.victoria.ac.nz/css/docs/Working\\_Papers/WP17.pdf](http://www.victoria.ac.nz/css/docs/Working_Papers/WP17.pdf)  
(2008/03/10)

Yang, Philip. 2006. Doubly Dualistic Dilemma: US Strategies Towards China and Taiwan. International Relations of the Asia Pacific Vol. 6, No. 2, Oxford University Press and The Japan Association of International Relations <http://irap.oxfordjournals.org/cji/content/abstract/6/2/209>  
(2009/04/26)

Yorn, Sean L.. 2002. Power Politics in Central Asia. *Harvard Asia Quarterly*. Vol. VI. N.4. <http://www.asiaquarterly.com/content/view/129/>  
(2008/03/10)

Yuan, Jing -dong. 2006. China- ASEAN Relations Perspectives, Prospects and Implications for U.S. Interests. <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/PUB735.pdf>.  
(2008/03/10)

Yunling, Zhang 2000 Changing Sino-U.S. – Japanese Relations  
<http://iaps.cass.cn/english/articles/showcontent.asp?id=381>

Zaid, Mark S. (sem ano). Taiwan: It Looks Like It, It Acts Like It, But Is It a State? The Ability to Achieve a Dream through Membership in International Organization.  
<http://www.nesl.edu/lawrev/VOL32/3/ZAID.HTM> (2008/03/10)

Zakaria, Fareed. 2001. New Dangers Amid the Ruins. *Newsweek*. Vol.137, Mar.:29.

Zoellick, Robert B.. 2005. Whither China: From Membership to Responsibility? Remarks to the National Committee on U.S. – China Relations, The National Bureau of Asian Research. Vol. 16, N.º 4, December. <http://www.ncuscr.org/articlesandspeeches/Zoellick.htm>  
(2008/03/10)